



CENTRO STUDI SEA

ISSN 2240-7596

aipsa edizioni spa

AMMENTU

**Bollettino Storico e Archivistico del
Mediterraneo e delle Americhe**

N. 7

luglio - dicembre 2015

www.centrostudisea.it/ammentu

www.aipsa.com

Direzione

Martino CONTU (direttore), Giampaolo ATZEI, Annamaria BALDUSSI, Manuela GARAU, Patrizia MANDUCHI

Comitato di redazione

Lucia CAPUZZI, Raúl CHEDA, Maria Grazia CUGUSI, Lorenzo DI BIASE, Maria Luisa GENTILESCHI, Antoni MARIMÓN RIUTORT, Francesca MAZZUZI, Roberta MURRONI, Carlo PILLAI, Domenico RIPA, Maria Elena SEU, Maria Angel SEGOVIA MARTI, Frank THEMA, Dante TURCATTI, Maria Eugenia VENERI, Antoni VIVES REUS, Franca ZANDA

Comitato scientifico

Nunziatella ALESSANDRINI, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Portugal); Pasquale AMATO, Università di Messina - Università per stranieri "Dante Alighieri" di Reggio Calabria (Italia); Juan Andrés BRESCIANI, Universidad de la República (Uruguay); Carolina CABEZAS CÁCERES, Museo Virtual de la Mujer (Chile); Margarita CARRIQUIRY, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay); Giuseppe DONEDDU, Università di Sassari (Italia); Luciano GALLINARI, Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea del CNR (Italia); Elda GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España); Antoine-Marie GRAZIANI, Università di Corsica Pasquale Paoli - Institut Universitaire de France, Paris (France); Rosa Maria GRILLO, Università di Salerno (Italia); Souadi LAGDAF, Struttura Didattica Speciale di Lingue e Letterature Straniere, Ragusa, Università di Catania (Italia); Victor MALLIA MILANES, University of Malta (Malta); Roberto MORESCO, Società Ligure di Storia Patria di Genova (Italia); Carolina MUÑOZ-GUZMÁN, Universidad Católica de Chile (Chile); Fabrizio PANZERA, Archivio di Stato di Bellinzona (Svizzera); Roberto PORRÀ, Soprintendenza Archivistica per la Sardegna (Italia); Sebastià SERRA BUSQUETS, Universidad de las Islas Baleares (España)

Comitato di lettura

La Direzione di AMMENTU sottopone a valutazione (referee), in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione.

Responsabile del sito

Stefano ORRÙ

AMMENTU - Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe

Periodico semestrale pubblicato dal Centro Studi SEA di Villacidro e dalla Casa Editrice Aipsa di Cagliari.

Registrazione presso il Tribunale di Cagliari n° 16 del 14 settembre 2011.

ISSN 2240-7596 [online]

c/o Centro Studi SEA
Via Su Coddu de Is Abis, 35
09039 Villacidro (VS) [ITALY]
SITO WEB: www.centrostudisea.it

c/o Aipsa edizioni s.r.l.
Via dei Colombi 31
09126 Cagliari [ITALY]
E-MAIL: aipsa@tiscali.it
SITO WEB: www.aipsa.com

E-MAIL DELLA RIVISTA: ammentu@centrostudisea.it

Sommario

Presentazione	1
Presentation	3
Présentation	5
Presentación	7
Apresentação	9
Presentació	11
Presentada	13
DOSSIER	
Comunidades estrangeiras em Lisboa (séculos XV-XVIII)	15
sob orientação de Nunziatella Alessandrini, Jürgen Pohle	
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, JÜRGEN POHLE Introdução	17
– JÜRGEN POHLE «Os primeiros alemães a procurar a Índia»: Maximiliano I, Conrad Peutinger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa	19
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, SUSANA MATEUS Italianos e cristãos-novos entre Lisboa e o império português em finais do século XVI: vínculos e parcerias comerciais	29
– JORGE FONSECA Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII	49
– RUI MENDES Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais	57
– MAR GARCÍA ARENA La situación de los comerciantes españoles en Lisboa desde la perspectiva de los diplomáticos de la monarquía hispánica destinados en Portugal en el Setecientos	91
– LUÍSA VILLARINHO PEREIRA Ourives franceses, lapidários e engastadores de pedraria na Lisboa do século XVIII - seu contributo na arte e na evolução das mentalidades	104
– CARLA VIEIRA Mercadores ingleses em Lisboa e Judeus portugueses em Londres: agentes, redes e trocas mercantis na primeira metade do século XVIII	114
– TERESA FONSECA A comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel de setecentos	133
– CARMINE CASSINO «Pela Nação Italiana, residente em Lisboa»: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (segunda metade do século XVIII)	144
Ringraziamenti	163

DOSSIER

Comunidades estrangeiras em Lisboa (séculos XV-XVIII)

sob orientação de Nunziatella Alessandrini, Jürgen Pohle

Introdução

Nunziatella ALESSANDRINI

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

Jürgen POHLE

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

Os recentes contributos sobre os estrangeiros, nomeadamente o colóquio «Comunidades estrangeiras em Lisboa (séculos XV a XVIII)» apresentado pelos coordenadores do presente *dossier* em Janeiro de 2015 no Centro de História d’Aquém e d’Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e dos Açores, e os mais específicos ciclos de conferências luso-italianas mostraram que a vivência das comunidades estrangeiras em Lisboa era muito vivaz e que ainda há muito para investigar.

Cidade de grande comércio, a capital portuguesa foi alvo, desde o início da expansão atlântica no século XIV, da vinda de estrangeiros que queriam aproveitar as riquezas das novas mercadorias. A abertura do caminho para a Índia, em finais do século XV, alargou ainda mais as perspectivas comerciais e os privilégios outorgados aos estrangeiros pelos monarcas portugueses eram aliciantes, sendo que a necessidade de recursos humanos e de capitais que pudessem garantir a organização da armada que cada ano partia do porto de Lisboa, por volta de Março/Abril, para o Oriente era elevada. Os mercadores-banqueiros alemães, desde cedo, reagiram às mudanças significativas no comércio de especiarias após a abertura da Rota do Cabo pelos Portugueses. A partir de 1503 várias casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga estabeleceram-se em Lisboa, fundando aí feitorias e enviando os seus representantes para a Índia. Neste contexto salienta-se a influência do imperador Maximiliano I que seguiu com grande interesse o desenvolvimento da expansão marítima de Portugal. (Jürgen Pohle).

Juntamente com os mercadores alemães, os mercadores italianos deram um importante contributo à expansão portuguesa no Índico e enriqueceram com o comércio das especiarias. É de realçar, nesse sentido, a frequente colaboração destes estrangeiros com os cristãos novos que irá perdurar nos séculos sucessivos. Ricos contratos foram estipulados entre a coroa portuguesa e sociedades comerciais constituídas por italianos oriundos de Florença e Cremona e cristãos novos na 1ª metade de Quinhentos, mantendo-se esta continuidade no último quartel do século XVI quando o rei português adjudica o contrato da pimenta a uma sociedade de “italianos” e cristãos novos. (Nunziatella Alessandrini e Susana Mateus).

Todavia, os estrangeiros que povoavam a capital portuguesa não eram apenas mercadores *sensu lato*, outras profissões estavam ligadas à produção de mercadorias e à sua comercialização. Dentro destes ofícios, não era despicienda a actividade de estrangeiros ligados ao comércio livreiro nos séculos XVI e XVII. A impressão de livros na capital portuguesa por impressores estrangeiros, a importação de papel e de obras provenientes de Itália, França e Castela por via marítima e terrestre, assim como a sua reexportação para a Índia e o Brasil, constituíam um factor importante no desenvolvimento cultural de Lisboa. (Jorge Fonseca). Outros estrangeiros presentes em Lisboa desde o século XV foram os flamengos e os holandeses que criaram, ao longo dos séculos, redes familiares com a instituição de vínculos patrimoniais derivantes da aquisição de propriedades imóveis e deixando memórias na toponímia local e nos apelidos de famílias portuguesas de origem holandesas. (Rui Mendes).

As relações com a vizinha Castela foram-se consumindo ao longo do século XVII, após a independência de Portugal em 1640. O conflito luso-espanhol que seguiu, terminando com o Tratado de Paz de 1668 em que se procurava restabelecer a amizade entre os dois países, reactivou as relações comerciais entre os dois Países. No entanto, a política proteccionista da corte portuguesa das últimas décadas de Seiscentos afectou o comércio e o intercâmbio entre Portugal e Castela prejudicando a consolidação da comunidade de mercadores espanhóis em Lisboa. (Mar García Arenas). Nas primeiras décadas dos século XVIII, alguns ourives, lapidários e engastadores franceses, pressionados a sair de França pelas restrições impostas à liberdade de culto e motivados pela abundância de ouro e pedrarias que do Brasil chegavam à corte de D. João V, vieram trabalhar em Lisboa, trazendo consigo as luzes que despontavam na Europa, deixando um relevante contributo na arte e na evolução das mentalidades. (Luísa Villarinho Pereira).

A consolidação da aliança luso-britânica após o tratado de Methuen (1703) foi razão do crescimento demográfico, social e económico da comunidade inglesa em Lisboa, a qual gozava, na primeira metade do século XVIII, de privilégios comerciais importantes. No entanto, o cosmopolitismo da cidade contrastava com a persistência da repressão inquisitorial, sendo que os cárceres lisboetas estavam repletos de membros da elite comercial. Quem conseguia escapar, encontrava um porto seguro em Londres e dali mantinha laços de cooperação com agentes da comunidade mercantil britânica em Lisboa. (Carla Vieira). A comunidade britânica, tanto de origem inglesa como irlandesa, contava acerca de um milhar de pessoas e era constituída por homens de negócios, membros da Feitoria Britânica de Lisboa, e por pessoas de recursos modestos. Ocupavam-se nos mais diversos ofícios, contribuindo para a quase auto-suficiência da comunidade. Muitos trabalhavam por conta própria sendo que outros encontravam-se ao serviço de compatriotas ou de portugueses. (Teresa Fonseca).

O fluxo migratório de estrangeiros no século XVIII alarga-se a outras camadas sociais, o âmbito comercial-financeiro é superado e as flutuações da economia já não são indicadores assim tão relevantes. O reinado de D. João V, soberano particularmente devotado à cultura humanística Península Itálica, conta com a presença de homens ligados às ciências puras, à música e às artes e surge uma “vocação” da viagem a Portugal, mais uma vez ligada à curiosidade despertada pela terra lusitana. (Carmine Cassino)

O presente *dossier* pretende por um lado, sistematizar as principais linhas de investigação que se têm vindo a desenvolver e, por outro, oferecer novas pistas de modo a detectar modelos de actuação que relacionavam os estrangeiros em Lisboa com o meio comercial português, com a coroa e com a igreja.

A organização dos artigos obedece a um critério temático-cronológico, uma vez que se optou por organizar um contexto de relacionamento entre naturais e estrangeiros ao longo de quatro séculos.

Os primeiros alemães a procurar a Índia»: Maximiliano I, Conrad Peutinger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa

«The first Germans searching India»: Maximilian I, Conrad Peutinger and the German merchant-bankers established in Lisbon

Jürgen POHLE*

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

Abstract

In the beginning of the modern age the Portuguese Discoveries influenced decisively, as no other event of this period, the political, economic and cultural relations between Portugal and Germany. Particularly the commercial links reached a very intense phase in the first two decades of the sixteenth century. In 1505 several trade houses of Augsburg and Nürnberg participated in consortia in the arming of the Portuguese fleet to India commanded by Francisco de Almeida. The Holy Roman Emperor Maximilian I supported this project and followed through the humanist Conrad Peutinger, his counselor, closely and with much curiosity the Portuguese overseas enterprises, mainly for political and dynastic reasons, given its proximity with the House of Avis.

Keywords

Voyages of Discoveries, German-Portuguese relations, commercial history, merchant-bankers

Resumo

No início da Idade Moderna, os Descobrimentos Portugueses influenciaram decisivamente, como nenhum outro acontecimento deste período, as relações políticas, económicas e culturais entre Portugal e a Alemanha. As ligações comerciais, em particular, atingiram, durante as primeiras duas décadas do século XVI, uma fase muito intensa. Em 1505 várias casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga participaram, em consórcios, na armação da frota da Índia comandada por D. Francisco de Almeida. O sacro imperador romano-germânico Maximiliano I apoiou este projecto e seguiu, por intermédio do humanista Conrad Peutinger, seu conselheiro, atentamente e com muita curiosidade as empresas marítimas portuguesas, sobretudo por razões político-dinásticas devido aos estreitos laços familiares com a Casa de Avis.

Palavras-chave

Viagens dos Descobrimentos, relações luso-alemãs, história comercial, mercadores-banqueiros

Até meados do século XX a investigação histórica partiu, geralmente, do princípio de que a primeira participação de agentes comerciais alemães em expedições portuguesas à Índia teria acontecido em 1505. Esta visão errónea prende-se, sobretudo, com uma afirmação de Conrad Peutinger. Numa carta datada de 13 de Janeiro de 1505 o afamado humanista e *Stadtschreiber*¹ de Augsburg informou o

* Bolseiro de Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência

¹ O *Stadtschreiber* (escrivão-mor; chanceler; *Syndicus*) era o mais alto funcionário administrativo de uma cidade, responsável para toda a documentação (actas, processos etc.). Conrad Peutinger (1465-1547) foi incumbido desta função entre 1497 e 1534. Sobre Conrad Peutinger e o seu papel nas relações luso-alemãs, vd. HEINRICH LUTZ, *Conrad Peutinger. Beiträge zu einer politischen Biographie*, Die Brigg, Augsburg 1958, pp. 54-64; MARÍLIA DOS SANTOS LOPES, *Os Descobrimentos Portugueses e a Alemanha*, em MARIA MANUELA GOUVEIA DELILLE (sob orientação de), *Portugal - Alemanha: Memórias e Imaginários*, vol. 1, CIEG/ MinervaCoimbra, Coimbra 2007, pp. 29-60; JÜRGEN POHLE, *Peutinger, Conrad (e a sua colecção de documentos referentes à Expansão Portuguesa)*, em *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*,

secretário de Maximiliano I, Blasius Hölzl, da partida iminente da armada comandada por D. Francisco de Almeida num tom elogioso:

(...) die scheff zu Portengall schier gen India faren werden. Und uns Augspirgern ains groß lob ist, als für die ersten Teutschen, die India suchen. Und ku. Mt. zu eren hab ich in die brief gesetzt, wie er als der erst Romisch kunig die schickt: dan solchs von kainem Romischen kunig vor nie geschehen ist².

[(...) os barcos em Portugal navegação, em breve, para a Índia. E nós, de Augburgo, merecemos o grande louvor, de sermos os primeiros alemães a procurar a Índia. E em honra de sua majestade real salientei nas cartas³ que foi ele o primeiro «rei dos romanos» que os enviou, pois tal nunca antes tinha acontecido com nenhum outro imperador].

Na realidade, encontramos já antes de 1505 mercadores oriundos do Sacro Império Romano-Germânico a rumar para as terras das especiarias pela Rota do Cabo que ficaram no anonimato, mas pelos relatos que deixaram, é evidente de que se tratava de agentes comerciais alemães⁴. Dois deles acompanharam a armada de Vasco da Gama na segunda viagem do famoso navegador à Índia em 1502/03⁵. Na expedição seguinte, que partiu para a Índia em 1503, houve também pelo menos um viajante alemão a observar o comércio ultramarino⁶. Perante este contexto, o acima citado depoimento de Conrad Peutinger parece algo estranho, sobretudo se tivermos em consideração que se trata, no caso deste humanista, como destacou Marília dos Santos Lopes, de uma pessoa muito interessada e bem informada sobre assuntos relacionados com a Expansão Portuguesa. Segundo esta historiadora, a intensa ocupação de Peutinger com os Descobrimentos fica patente «pelos numerosos volumes dedicados a esta temática na sua biblioteca, e (...) o facto de (...) ter vertido para o alemão um relato sobre a segunda viagem de Vasco da Gama»⁷. Não há dúvida que Peutinger havia reconhecido, desde cedo, as excelentes oportunidades económicas que a abertura da Rota do Cabo oferecia às companhias⁸ da Alta

Centro de História de Além-Mar, Lisboa 2014, <<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>> (12 de Fevereiro de 2015).

² *Apud* ERICH KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, Beck, München 1923, p. 50.

³ Trata-se aqui das cartas que Peutinger tinha elaborado em nome de Anton Welser para solicitar uma carta de recomendação de Maximiliano I destinada a D. Manuel I.

⁴ Sobre as participações alemãs nas viagens dos portugueses à Índia no primeiro quartel do séc. XVI, vd. MARION EHRHARDT, *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Texto, Lisboa 1989; HERMANN KELLENBENZ, *The Portuguese Discoveries and the Italian and German Initiatives in the Indian Trade in the first two Decades on the 16th Century*, em *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas, vol. 3, Universidade do Porto/ CNCDP, Porto 1989, pp. 609-623; MILOSLAV KRÁSA, JOSEF POLIŠENSKÝ, PETER RATKOŠ (sob orientação de), *European Expansion 1494-1519. The Voyages of Discovery in the Bratislava Manuscript Lyc. 515/8 (Codex Bratislavensis)*, Charles University, Prague 1986; HORST G. W. NUSSER (sob orientação de), *Frühe deutsche Entdecker: Asien in Berichten unbekannter deutscher Augenzeugen 1502-1506*, Nusser, München 1980; POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Lit, Münster 2000, pp. 189-218.

⁵ Cf. CHRISTIANE VON ROHR, *Neue Quellen zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gama*, Koehler, Leipzig 1939; POLIŠENSKÝ, RATKOŠ, *Eine neue Quelle zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas*, em «Historica», IX, 1964, pp. 53-67; EHRHARDT, *A Alemanha*, cit., pp. 41-70.

⁶ Trata-se aqui da empresa marítima comandada por Afonso e Francisco de Albuquerque e António de Saldanha nos anos de 1503/04. Sobre o relato do viajante alemão, cf. KARL OTTO MÜLLER, *Welthandelsbräuche (1480-1540)*, Steiner, Wiesbaden 1962, pp. 201-213; EHRHARDT, *A Alemanha*, cit., pp. 71-91.

⁷ LOPES, *Os Descobrimentos*, cit., p. 31.

⁸ Nos documentos originais quinhentistas é habitualmente utilizado o termo «companhia» no que se refere às grandes firmas de Augsburgo e de Nuremberga. É, no entanto, de notar que se trata nesta altura, em geral, de casas ou sociedades comerciais dirigidas por uma família. Do ponto de vista

Alemanha. O facto de Peutinger desconhecer, em data anterior a 1505, qualquer participação alemã em viagens portuguesas à Índia alimenta a ideia de que os viajantes germânicos não pertenceram ao seu círculo próximo. É pouco provável, portanto, que estes estivessem vinculados às grandes casas comerciais de Augsburg. Há que ter também em consideração que o próprio Peutinger era genro do mercador-banqueiro Anton Welser e sócio da companhia dos Welser-Vöhlín⁹. A célebre empresa de Augsburg tinha estabelecido contactos directos com a coroa portuguesa no início de 1503 e fundado uma filial em Lisboa ainda no mesmo ano¹⁰. É de constatar também que já anteriormente tinham passado por Portugal membros de várias casas comerciais de Nuremberga, pertencentes, entre outras, às famílias dos Behaim, Stromer e Holzschuher¹¹. Desta última família mencionada deve derivar, na pessoa de Peter Holzschuher, o alemão que acompanhou a frota portuguesa que rumou à Índia em 1503¹². Também no caso de um dos alemães anónimos que fizeram a viagem no ano anterior existem pistas que apontam para uma ligação entre este viajante e a cidade de Nuremberga¹³.

Independentemente do problema referente à origem dos «primeiros alemães a procurar a Índia», fica por esclarecer uma outra questão: porque queria Conrad Peutinger apelar ao interesse do imperador Maximiliano I em relação a uma expedição marítima portuguesa direccionada à Índia? Para clarificar esta pergunta temos de retornar a 1503, ano que marca o início do estabelecimento da alta finança alemã em Portugal.

Após a abertura da Rota do Cabo por Vasco da Gama chegaram à Europa, no início de Quinhentos, as primeiras frotas carregadas de pimenta e de outras riquezas oriundas do Espaço Índico. A partir de 1502 a valiosíssima mercadoria foi vendida também em Antuérpia, causando o espanto entre os comerciantes aí presentes¹⁴. Alguns mercadores e empresas tentaram, desde logo, estabelecer contactos com a coroa portuguesa enviando representantes para Portugal.

organizacional não se pode comparar estas empresas com as grandes companhias comerciais por ações (*joint-stock companies*), como a *East India Company* (EIC) ou a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), que surgiram apenas na viragem do século XVI para o século XVII.

⁹ Em finais do século XV, a casa comercial de Anton Welser criou, com os Vöhlín de Memmingen, uma companhia (ca. de 1498-1517) que se tornou fundamental para a ascensão da casa dos Welser. Com esta fusão, a nova empresa juntou um capital de cerca de 250.000 florins, constituindo, na altura, a maior companhia de mercadores-banqueiros em todo o território alemão. Sobre os Welser-Vöhlín e os seus negócios com a coroa portuguesa, cf. KONRAD HÄBLER, *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*, Hirschfeld, Leipzig 1903, pp. 1-37; MARK HÄBERLEIN, *Fugger und Welser: Kooperation und Konkurrenz 1496-1614*, em ID., JOHANNES BURKHARDT (sob orientação de), *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*, Akademie Verlag, Berlin 2002, pp. 223-239; ROLF WALTER, *Die Welser und ihre Partner im „World Wide Web“ der Frühen Neuzeit*, em ANGELIKA WESTERMANN, STEFANIE VON WELSER (sob orientação de), *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, Scripta Mercaturae Verlag, St. Katharinen 2009, pp. 11-27.

¹⁰ Vd. *infra*, nota 19.

¹¹ POHLE, *Martin Behaim (Martinho da Boémia): Factos, Lendas e Controvérsias*, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos/ MinervaCoimbra (cadernos do cieq, nº 26), Coimbra 2007, pp. 28-43.

¹² ID., *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 199-204.

¹³ *Ivi*, pp. 194-199, 204.

¹⁴ Segundo o historiador florentino quinhentista, LUDOVICO GUICCIARDINI (*Descrittione di tutti i Paesi Bassi, altrimenti detti Germania Inferiore*, A. C. Plantino, Anversa 1588), foi um mercador de Aachen (Aquisgrana, Aix-la-Chapelle), cujo nome era Nicolaus von Rechterghem, o primeiro a comprar especiarias indianas ao feitor português de Antuérpia e o primeiro que as expediu para a Alemanha: «Niccolo Rechtergem (...) fu il primo, che facesse partito di spetierie col Fattore di Portogallo, & il primo che di qua ne mandasse in Germania» (p. 111).

A primeira firma alemã que reagiu a estas mudanças significativas ocorridas no comércio de especiarias foi a já referida casa dos Welser-Vöhlin. No inverno de 1502/03 a companhia enviou uma delegação, composta por Simon Seitz, Lucas Rem e Scipio Löwenstein, para a Península Ibérica¹⁵. Durante esta viagem, o grupo dividiu-se. Ao alcançar Saragoça, Lucas Rem permaneceu ainda três meses em Aragão, enquanto os seus companheiros seguiram directamente para Portugal. Em Lisboa, Simon Seitz entrou em contacto com D. Manuel I, qual concedeu, no dia 13 de Fevereiro de 1503, privilégios muito vantajosos aos alemães¹⁶. O rei de Portugal estava convencido que os mercadores-banqueiros germânicos poderiam desempenhar um papel fundamental como investidores e fornecedores de metais, sobretudo no que se refere à prata e ao cobre. Estes dois metais eram imprescindíveis para efectuar as trocas comerciais no espaço colonial de Portugal, seja em África, seja na Ásia¹⁷. A carta de privilégio de 1503 valia em princípio para todas as firmas e mercadores alemães que estivessem dispostos a investir em Portugal um mínimo de 10.000 cruzados. Os privilegiados estavam isentos de pagar tributos e impostos pela prata importada. Pelo cobre que trariam, tal como no caso de latão, vermelhão, mercúrio, mastros, pez, alcatrão e munições, pagavam apenas a dízima. No que respeita à compra dos produtos ultramarinos por parte dos alemães, os Welser deveriam pagar inicialmente um tributo não superior a 5%, enquanto as restantes companhias e mercadores tinham de pagar 10% de sisa. No que concerne à questão do mediador oficial entre as autoridades portuguesas e os mercadores alemães, do qual se fala também na carta de privilégio, Simon Seitz solicitou que Valentim Fernandes desempenhasse esta função. D. Manuel I correspondeu ao pedido e nomeou, no dia 21 de Fevereiro de 1503, o ilustre impressor da Morávia como corretor e tabelião dos mercadores alemães¹⁸.

Em Maio de 1503, Lucas Rem chegou a Lisboa, onde adquiriu, em Setembro do mesmo ano, uma casa para os seus patrões, fundando, assim, a primeira feitoria alemã em solo português¹⁹. Lucas Rem foi incumbido do cargo de feitor, permanecendo vários anos na sua função. O seu relato autobiográfico, o denominado *Tagebuch*²⁰, constitui um dos documentos principais que ilumina a história das relações luso-alemãs no início do século XVI.

As notícias sobre o acordo alcançado pelos Welser na corte portuguesa muito rapidamente se disseminaram na Alta Alemanha. Irrequietaram, em primeiro lugar, os Fugger que se apressaram a entrar em contacto com D. Manuel I. Este concedeu à companhia de Ulrich Fugger e Irmãos, em Outubro de 1503, os mesmos privilégios que havia outorgado aos Welser²¹.

¹⁵ BENEDIKT GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, Hartmann'sche Bruchdruckerei, Augsburg 1861, pp. 7-8.

¹⁶ BIBLIOTECA DA AJUDA (doravante, BA), 44-XIII-54, n.º 20j e 44-XIII-58, doc. 9c; JOHANN P. CASSEL, *Privilegia und Handlungsfreiheiten, welche die Könige von Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten zu Lissabon ertheilet haben*, Witwe und Meier, Bremen 1771, pp. 5-10; JEAN DENUCÉ, *Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles)*. Document, em «Arquivo Historico Portuguez», VIII, 1909, pp. 381-383.

¹⁷ MANUEL NUNES DIAS, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*. Contribuição para o estudo das Origens do Capitalismo moderno, vol. 2, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Coimbra 1964, *passim*.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, LISBOA (doravante, ANTT), *Chancelaria de D. Manuel*, livro 35, f. 53; VENÂNCIO DESLANDES, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, 2ª ed., Imprensa Nacional, Lisboa 1988, pp. 2-3.

¹⁹ GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., p. 8; ANTT, *Corpo Cronológico*, I-25-75.

²⁰ Port.: diário.

²¹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 22, ff. 25-25v.

Aos privilégios de 1503 seguiram-se até 1511 outros direitos e liberdades concedidos aos alemães pela coroa portuguesa. Todos estes privilégios formaram o denominado *Privilégio dos Alemães* que evidencia o estatuto excepcional que as companhias alemãs possuíam em terras portuguesas. As historiadoras Virgínia Rau²² e Maria Valentina Cotta do Amaral²³ salientaram o valor único destes privilégios que eram os mais cobiçados pelas nações mercantis estabelecidas em Portugal no alvorecer da Modernidade.

Sem dúvida, estes [privilégios (NdA)] são os mais importantes a serem concedidos nos séculos XV e XVI por reis portugueses, a mercadores estrangeiros²⁴.

(...) São os únicos privilégios que conhecemos que se referem directamente ao comércio da especiaria em geral e ao da pimenta, em especial.

Mas o grande privilégio dos alemães, aquele que despertava o interesse dos outros mercadores, era o de poderem ir comerciar «in loco», na Índia.

Além disso, a sua situação no Reino era altamente beneficiada, mandando o Rei, entre outras coisas, que se lhes fosse dada pousada, cama e mantimentos por seus dinheiros, tanto na Corte como em todos os lugares para onde fossem. Eram ainda favorecidos com os privilégios, liberdades e isenções dos naturais do Reino²⁵.

Foi precisamente nos anos de 1504, 1508, 1509, 1510 e 1511 que D. Manuel I alargou os privilégios de 1503, melhorando, desta forma, os direitos pessoais dos mercadores alemães em Lisboa²⁶. Estes privilégios dirigiram-se sobretudo aos membros da alta finança alemã, composta pelos mercadores-banqueiros de Augsburg e de Nuremberga. Os mercadores dos «estrelins», ou seja, da Hansa, gozaram o Privilégios dos Alemães apenas a partir de 1517²⁷.

Já no primeiro documento do Privilégio dos Alemães é mencionado *expressis verbis* o nome do imperador Maximiliano I. Olhemos para o teor inicial da carta de 13 de Fevereiro de 1503:

Dom Manoel por Graça de Deos Rey de Portugal (...) Chegando a nós O aprovado Varão Simão Sejes (...) elle veyo a nos em nome dos speitauéis Varoens Antonio de Belzerem Conrado Felim em nome Seu e de sua Companhia dos Nobres Mercadores da Imperial Cidade Augusta e de outras villas de Alemanha, significando nos que elles queriam em esta Nossa Cidade de Lisboa asentar caza de Sua Companhia para Negocear, e tratar mercadorias em Nossos Reynos Se a nós aprouvesse outorgandolhe algumas Graças, e Liberdades e priuilegios que nos pedião segundo em outras terras lhe erão dadas, e nós entendendo em seu Requerimento, (...) como tambem por serem Cidadoens imperiaes do muy Augusto Maximiliano Emperador dos Romanos, nosso muito amado Sobrinho²⁸ pello qual Com boa vontade demos consentimento a

²² VIRGÍNIA RAU, *Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)*, em H. KELLENBENZ (sob orientação de), *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, Böhlau, Köln - Wien 1970, pp. 15-30.

²³ MARIA VALENTINA COTTA DO AMARAL, *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa 1965.

²⁴ *Ivi*, p. 22.

²⁵ *Ivi*, p. 31.

²⁶ BA, 44-XIII-54, n° 20k-o; BA, 44-XIII-58, doc. 9d; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 3, f. 10 e livro 36, f. 41; CASSEL, *Privilegia*, cit., pp. 10-16; *Id.*, *Privilegien und Handlungsfreiheiten von den Königen in Portugal ehedem den deutschen Kaufleuten und Hansastädten ertheilet*, Meier, Bremen 1776, pp. 7-12; DENUCE, *Privilèges commerciaux*, cit., pp. 383-388; J. A. PINTO FERREIRA, *Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI*, em «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XXXII, 1969, pp. 339-396.

²⁷ CASSEL, *Privilegien*, cit., pp. 13, 15-18; DENUCE, *Privilèges commerciaux*, cit., pp. 378-380, 388-389.

²⁸ É de notar que Maximiliano não é sobrinho de D. Manuel como consta no documento. Na realidade são primos direitos.

sua petição outorgando-lhe as Liberdades e priuilegios as quaes a nenhuns outros Nem aos nossos Subditos ainda forão concedidos²⁹.

É de reparar, portanto, que Maximiliano figura neste privilégio como uma das razões pela concessão do mesmo. Certo é que existiam estreitos laços familiares entre D. Manuel e Maximiliano³⁰. Porém, parece que tinham evitado qualquer contacto nos primeiros anos após a subida ao trono do *Venturoso* em 1495, uma vez que a coroa de Portugal era igualmente pretendida pelo imperador³¹. É apenas a partir de 1499 que se encontram sinais de ligações diplomáticas entre os dois monarcas. Em Agosto desse ano, D. Manuel tinha informado pessoalmente o primo acerca dos resultados da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, nomeadamente sobre as especiarias, pedras preciosas e pérolas que os portugueses aí encontraram e prometeu a Maximiliano acesso a estas riquezas³². Não se sabe se o imperador, que nesta altura se encontrava na mais crítica situação política do seu reinado, respondeu à carta de D. Manuel. No início do século XVI, é documentada a presença de um emissário de Maximiliano em Portugal³³. Desconhecem-se, porém, pormenores acerca desta missão diplomática que teve lugar antes do mês de Agosto de 1503.

De facto, o imperador apoiava a intensificação das relações comerciais dos mercadores-banqueiros alemães com Portugal. E porquê? Terá certamente beneficiado também do sucesso económico dos seus banqueiros principais, entre os quais se destacavam, há anos, Jacob Fugger e os dirigentes dos Welser, Höchstetter e Gossembrot, todos eles agora interessados em estender os seus negócios de Augsburg para Lisboa. - Uma outra razão importante é mais de ordem político-económica. Com a importação das especiarias orientais, através da Rota do Cabo, a economia de Veneza ficou seriamente prejudicada, e Veneza era, nesta altura, uma das principais rivais do imperador no contexto das Guerras de Itália³⁴.

Existem várias fontes que documentam o especial interesse de Maximiliano na Expansão Portuguesa, cujo desenvolvimento seguiu atentamente, em primeiro lugar por intermédio do seu conselheiro Conrad Peutinger. Este não tinha apenas, como já foi referido, íntimas ligações económicas e familiares com os Welser, mas dispunha também de excelentes contactos com Valentim Fernandes, que era um dos seus principais informadores em Portugal³⁵. Deste modo, Maximiliano I esteve a par dos

²⁹ BA, 44-XIII-58, doc. 9c, ff. 86v.-87 (na paginação manuscrita: 84v.-85).

³⁰ Sobre as relações entre Maximiliano I e a coroa portuguesa, vd. PETER KRENDL, *O Imperador Maximiliano I e Portugal*, em LUDWIG SCHEIDL, JOSÉ A. PALMA CAETANO (sob orientação de), *Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais*, Assírio & Alvim, Coimbra 2002, pp. 87-110; HERMANN WIESFLECKER, *Kaiser Maximilian I. Das Reich, Österreich und Europa an der Wende zur Neuzeit*, 5 vols., Verlag für Geschichte und Politik, München 1971-86; POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 87-96, 241-249; GREGOR METZIG, *Maximilian I. (1486-1519), Portugal und die Expansion nach Übersee*, em «Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte», XI, 2011, pp. 9-43.

³¹ KRENDL, *O Imperador Maximiliano I*, cit., pp. 103-104.

³² HAUS-, HOF- UND STAATSARCHIV, WIEN, *Familien-Korrespondenz A 1*, f. 14. A carta foi publicada por KRENDL, *Ein neuer Brief zur ersten Indienfahrt Vasco da Gamas*, em «Mitteilungen des Österreichischen Staatsarchivs», XXXIII, 1980, pp. 20-21. Uma tradução portuguesa do documento em JOSÉ MANUEL GARCIA, *A Carta de D. Manuel a Maximiliano sobre o Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia*, em «Oceanos», XVI, 1993, p. 30.

³³ GÖTZ FREIHERR VON PÖLNITZ, *Jakob Fugger*, vol. 2, Mohr, Tübingen 1951, p. 126.

³⁴ METZIG, *Maximilian I.*, cit., p. 28.

³⁵ Sobre Valentim Fernandes, a sua colecção de escritos e notícias acerca das viagens dos Descobrimentos e a transmissão destes documentos a eruditos e mercadores na Alemanha, cf. ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, vol. 1, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa 1972,

acontecimentos que ligaram os mercadores-banqueiros alemães à economia dos Descobrimentos. Além disso, o imperador desempenhou um papel decisivo no que se refere à participação directa da alta finança alemã em empresas portuguesas com destino à Índia³⁶. Através da correspondência que Conrad Peutinger trocou, nos anos de 1504 e 1505, com Valentim Fernandes, Anton Welser e o secretário de Maximiliano, Blasius Hölzl, conseguimos apurar alguns pormenores relativamente à viagem de agentes comerciais alemães à Índia em 1505 e perceber o envolvimento do imperador nesta mesma expedição³⁷. As referidas cartas revelam que, a partir do Verão de 1504, algumas companhias alemãs tencionavam transferir prata para Portugal. Surgiram, no entanto, inicialmente alguns problemas por causa de uma lei que proibia a exportação deste metal através dos Países Baixos. Quando Anton Welser foi informado, em Dezembro de 1504, sobre esta situação, dirigiu uma carta a Conrad Peutinger, para que este solicitasse, por intermédio de Maximiliano I, uma suspensão da interdição³⁸. Os Welser argumentaram que todo o comércio da prata no Sacro Império ia sofrer consequências negativas caso não houvesse livre passagem deste metal pelos Países Baixos, sendo que o prejuízo para o próprio imperador não seria de pouca monta. Maximiliano deveria convencer o seu filho, o arquiduque Filipe o Belo, neste sentido, pois também os danos económicos nos Países Baixos seriam enormes, uma vez que o comércio da prata desviar-se-ia, certamente, para Génova ou para os portos franceses e espanhóis.

A argumentação dos Welser deve ter convencido os dois monarcas. Nos anos seguintes, deparamo-nos com barcos carregados de prata no percurso dos Países Baixos para Portugal³⁹. Os Welser esperavam também que Maximiliano lhes concedesse uma carta de recomendação destinada ao rei de Portugal e referente à expedição à Índia. A correspondência entre Peutinger e o secretário do imperador confirma a urgência que o assunto teve para a companhia⁴⁰. Em finais de Março de 1505, a armada portuguesa, que contou com 20 navios, saiu do porto de Lisboa. A bordo das naus Lionarda, São Rafael e São Jerónimo viajaram pelo menos três agentes comerciais alemães. Entre estes encontrava-se Balthasar Sprenger, o representante dos Welser, que deixou um relato muito considerado sobre as suas experiências no ultramar⁴¹.

passim; YVONNE HENDRICH, *Valentim Fernandes - Ein deutscher Buchdrucker in Portugal um die Wende vom 15. zum 16. Jahrhundert und sein Umkreis*, Lang, Frankfurt am Main 2007, pp. 169-276.

³⁶ HARALD KLEINSCHMIDT, *Ruling the Waves. Emperor Maximilian I., the Search for Islands and the Transformation of the European World Picture c. 1500*, Hes & De Graaf, Utrecht 2008, pp. 182-185.

³⁷ Cf. KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 45-50, 56-59; *Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass*, em GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., pp. 163-166; 171-172; J. F. BÖHMER (sob orientação de), *Regesta Imperii XIV: Ausgewählte Regesten des Kaiserreiches unter Maximilian I. 1493-1519*, vol. 4, Böhlau, Wien - Köln - Weimar 1990, pp. 1088, 1098-1099.

³⁸ KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 45-48.

³⁹ STAATS- UND STADTBIBLIOTHEK AUGSBURG, 2° Cod. Aug. 390, ff. 469v.-472; LUTZ, *Conrad Peutinger*, cit., p. 57.

⁴⁰ KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 48-50.

⁴¹ O relato intitula-se: *Die Merfart uñ erfahrung nüwer Schiffung vnd Wege zu° viln onerkanten Inseln vnd Königreichen, von dem großmechtigen Portugalische Kunig Emanuel Erforscht, funden, bestritten vnnnd Ingenomen. Auch wunderbarliche Streyt, ordenung, Leben wesen, handlung vnd wunderwercke des volcks vnd Thyrer, dar iñ wonende, findestu in diessem Buchlyn warhaftiglich beschryben vñ abkunterfeyt, wie ich, Balthasar Spre[n]ger, sollichs selbs in kurtzuerschynen zeiten gesehen vñ erfahren habe. GEDRVCKT ANNO MDIX.* Cf. FRANZ SCHULZE, *Balthasar Springers Indienfahrt 1505/1506. Wissenschaftliche Würdigung der Reiseberichte Springers zur Einführung in den Neudruck seiner „Meerfahrt“ vom Jahre 1509*, Heitz, Straßburg 1902; WIESFLECKER, *Neue Beiträge zu Balthasar Sprengers Meerfahrt nach „Groß-India“*, em KLAUS BRANDSTÄTTER, JULIA HÖRMANN (sob orientação de) *Tirol - Österreich*

Ainda em 1505 chegou às mãos do imperador uma genealogia de todos os reis e príncipes da Península Ibérica, solicitada pelo próprio Peutingger e enviada por Valentim Fernandes⁴². Este documento corrobora a ideia de que Maximiliano nunca perdeu de vista a sua ambição em relação ao trono de Portugal. Segundo o seu biógrafo, Hermann Wiesflecker, o habsburgo considerou a terra natal da mãe como o seu património natural⁴³. Desta forma, explicam-se também as inúmeras referências que Maximiliano fez ao império português nas suas obras autobiográficas e de glorificação⁴⁴. Além disso, o imperador promoveu a divulgação cosmográfica dos Descobrimentos como mostra o exemplo da *Cosmographiae Introductio* de Martin Waldseemüller e Matthias Ringmann cuja primeira edição surgiu em 1507. Esta obra famosa foi dedicada precisamente a Maximiliano⁴⁵. É de notar também que os contactos diplomáticos e pessoais entre o imperador e D. Manuel aumentaram com o decorrer da Expansão Portuguesa nas primeiras duas décadas de Quinhentos. Este desenvolvimento conduziu a uma intensificação significativa das relações político-dinásticas entre as Casas de Habsburgo e de Avis que culminou em vários casamentos reais a partir de 1518⁴⁶.

Voltemos aos mercadores-banqueiros alemães estabelecidos em Lisboa no início do século XVI⁴⁷. Como já referimos foram primeiro os Welser que aí fundaram, em Setembro de 1503, uma feitoria própria. Nesta altura encontramos na capital portuguesa também alguns membros da casa dos Holzschuher. Enquanto no caso concreto desta empresa, oriunda de Nuremberga, não se sabe, se terão fundado uma filial na cidade do Tejo, é muito provável que tal tenha acontecido em relação aos Fugger em 1503 ou 1504, em consequência dos privilégios alcançados. Aos Welser e Fugger, seguiram-se, entre 1504 e 1507, pelo menos, mais três companhias comerciais da Alta Alemanha, que ergueram uma feitoria em Lisboa. É o caso dos Imhoff e dos Hirschvogel de Nuremberga, bem como dos Höchstetter de Augsburgo. Todas estas empresas estiveram directamente envolvidas no financiamento da expedição que foi para a Índia em 1505⁴⁸. Ao que parece, alguns agentes alemães já

- *Italien. Festschrift für Josef Riedmann zum 65. Geburtstag*, Universitätsverlag Wagner, Innsbruck 2005, pp. 647-660.

⁴² KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 56-59.

⁴³ WIESFLECKER, *Kaiser Maximilian*, cit., vol. 1, p. 395.

⁴⁴ Cf. KRENDL, *O Imperador Maximiliano I*, cit., pp. 97-98; KLEINSCHMIDT, *Das Ostasienbild Maximilians I. Die Bedeutung Ostasiens in der Kaiserpropaganda um 1500*, em «Majestas», XVIII/XIX (2000/2001), pp. 81-170.

⁴⁵ HORST PIETSCHMANN, *Deutsche und imperiale Interessen zwischen portugiesischer und spanischer Expansion im 15. Jahrhundert*, em ALEXANDRA CURVELO, MADALENA SIMÕES (sob orientação de), *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert) - Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*, Aschendorff, Münster 2011, pp. 27-28.

⁴⁶ Vd. *supra*, nota 30.

⁴⁷ Sobre as companhias alemãs estabelecidas em Lisboa no início do século XVI, cf. POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 97-134; KELLENBENZ, *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*, vol. 1, Vögel, München 1990, *passim*; WALTER GROSSHAUPT, *Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg*, em JEAN AUBIN (sob orientação de), *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris 1990, pp. 359-397; K. S. MATHEW, *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany (Sixteenth Century)*, Manohar, New Delhi 1999, *passim*; A. A. MARQUES DE ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Edições Cosmos, Lisboa 1993, pp. 55-61 e *passim*.

⁴⁸ Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, cf. FRANZ HÜMMERICH, *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*, Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, München 1918; WALTER, *Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert - Die Begegnung zweier Welten*, em STEFAN FÜSSEL (sob

tinham tentado negociar com a coroa portuguesa uma participação directa na empresa de Lopo Soares de Albergaria⁴⁹. Contudo, as negociações com a coroa portuguesa falharam e os mercadores-banqueiros alemães apostaram na expedição seguinte. No Verão de 1504 encontramos Lucas Rem na corte de D. Manuel I a preparar um acordo sobre este assunto. O feitor dos Welser anotou nos seus apontamentos autobiográficos: «No dia 1 de Agosto fizemos o contrato com o rei de Portugal sobre a armação de três navios com destino à Índia»⁵⁰.

Para a armação dos três navios, era necessário um capital de 65.400 cruzados. 75% da soma tinha de ser paga em dinheiro e o resto em metais preciosos. Os Welser desempenharam, entre os investidores estrangeiros, um papel preponderante, seja na preparação, seja no que respeita ao volume do negócio. Disponibilizaram 20.000 cruzados, quase um terço do total do investimento estrangeiro. Os outros mercadores-banqueiros alemães contribuíram com 16.000 cruzados, mais precisamente os Fugger e os Höchstetter com 4.000 cada, os Imhoff e os Gossembrot com 3.000 cada e os Hirschvogel com 2.000 cruzados. Os restantes 29.400 cruzados foram liquidados pelos investidores italianos, entre os quais se destacam os Marchionni, os Affaitati e os Sernigi. Após o regresso da armada, o consórcio tirou grande lucro desta empresa marítima que terá rondado, pelas indicações de Lucas Rem e outras fontes, os 150 a 175%⁵¹.

Menos favoráveis foram os resultados financeiros quando os Welser participaram uma segunda vez, em 1506, numa armação de uma frota da Índia. A companhia investiu, juntamente com a casa dos Imhoff e o português Rui Mendes, em três navios da armada de Tristão da Cunha, mas não tiraram qualquer lucro, porque se perderam dois dos três navios já na ida para a Índia⁵². Outras expedições com participação alemã se seguiram: nas décadas seguintes encontramos vários representantes dos mercadores-banqueiros alemães a rumar à Ásia para observar o comércio marítimo dos portugueses no Atlântico e no Oceano Índico⁵³.

Com a fixação das grandes casas comerciais da Alta Alemanha em Lisboa e a vinda dos seus agentes, a colónia alemã existente na capital portuguesa cresceu consideravelmente. Esta comunidade era formada, na primeira década de Quinhentos, por bombardeiros, artífices, aventureiros e, sobretudo, por mercadores, quase todos pertencentes ou à Liga Hanseática ou às empresas de Augsburg e de Nuremberga. Os representantes das companhias alemãs organizaram-se em feitorias e, tal como os restantes membros da colónia, em confrarias. A maioria dos alemães residentes na capital portuguesa juntou-se à Confraria de S. Bartolomeu que, por volta de 1500, era administrada pelos artilheiros germânicos, pelo que era conhecida como a «Confraria dos alemães bombardeiros». A capela de S. Bartolomeu na igreja de S. Julião servia-lhes de ponto de encontro para a vida espiritual. Outros membros da colónia alemã encontravam-se nas capelas de S. Sebastião ou no Convento de S.

orientação de), *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*, vol. 2, Fink, München 1987, pp. 47-51; PIUS MALEKANDATHIL, *The Germans, the Portuguese and India*, Lit, Münster 1999, pp. 47-54.

⁴⁹ ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas*, cit., p. 102.

⁵⁰ GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., p. 8: «Primo Aug^o tat wir den vertrag mit portugal king der armazion 3 schiff, per Indiam» .

⁵¹ Os valores encontrados nas fontes variam: Lucas Rem indicou no seu *Tagebuch* um rendimento à volta dos 150% (*ibidem*). HÄBLER (*Die überseeischen Unternehmungen*, cit., pp. 23-24) estimou, baseado num documento encontrado no ANTT (CC, I-9-79), um lucro de 160%. E na *Cronica newer geschichten* de Wilhelm Rem, que surgiu entre 1512 e 1527, fala-se até de 175%. Cf. WALTER, *Nürnberg, Augsburg*, cit., p. 49.

⁵² GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., p. 8.

⁵³ Vd. *supra*, nota 4.

Domingos, sede da Irmandade de Sta. Cruz e de Santo André, esta última composta maioritariamente por flamengos⁵⁴.

Com o estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Portugal e a vinda dos seus representantes, a estrutura profissional da colónia alemã em Lisboa foi substancialmente modificada. Os mercadores da Alta Alemanha associaram-se primeiro à Confraria de S. Bartolomeu, tencionando depois construir uma capela própria⁵⁵. Como o projecto não se concretizou, os mercadores das companhias de Augsburg e de Nuremberga resolveram reunir-se na capela da Confraria de S. Sebastião para exercer o culto religioso. Outros preferiam rezar na Igreja Nossa Senhora da Conceição. No início do século XVII, a Confraria de S. Bartolomeu e a Confraria de S. Sebastião juntaram-se para formar a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães, que ainda hoje existe⁵⁶.

Resumindo, podemos constatar que os negócios alemães em Portugal ganharam, no início de Quinhentos, uma outra dimensão e a colónia alemã em Lisboa um novo rosto. Com a fixação dos mercadores-banqueiros de Augsburg e de Nuremberga na capital portuguesa as relações económicas luso-germânicas alcançaram o primeiro grande apogeu da sua história. Tal sucedeu precisamente nos reinados de D. Manuel I e do imperador Maximiliano I, dois monarcas que influenciaram por motivos diferentes, porém decisivamente, o estabelecimento da alta finança alemã em terras portuguesas.

⁵⁴ A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, em Id., *Portugal Quinhentista*, Quetzal, Lisboa 1987, pp. 23-24.

⁵⁵ Cf. POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 146-150.

⁵⁶ GERHARD SCHICKERT, THOMAS DENK, *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon. Entstehung und Wirken, vom späten Mittelalter bis zur Gegenwart / A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa. Origem e actividade, do final da Idade Média até à Actualidade*. A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, Estoril 2010.

Italianos e cristãos-novos entre Lisboa e o império português em finais do século XVI: vínculos e parcerias comerciais

Italians and New Christians between Lisbon and the Portuguese Empire in the late 16th century: ties and commercial partnerships

Nunziatella ALESSANDRINI*

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

Susana Bastos MATEUS**

Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” - Universidade de Lisboa / CIDEHUS-
Universidade de Évora

Abstract

Commercial partnerships between Italian and Jewish/New Christian merchants precede the year of the latter's forceful conversion to Christianity in Portugal (1496-7). Following the Portuguese arrival to India, the high value trading centered on the new commodities reinforced these partnerships. After the first decades of the 16th century they became regular. This paper aims to present some *modi operandi* of one such joint ventures - that of Milanese merchant Giovan Battista Rovellasca through his connection to the Ximenes de Aragão family - by detecting its constants and/or variations, as well as by understanding how these families entailed a set of relationships based on trust that allowed them to participate in a complex and global system of trade.

Keywords

Italian Merchants, New Christian Merchants, India Run, Pepper

Resumo

As parcerias comerciais entre mercadores italianos e mercadores judeus/cristãos-novos em Portugal constituem uma realidade que precede o período da conversão forçada (1496-7). Após a abertura do caminho marítimo para a Índia, os avultados negócios derivados do comércio das novas mercadorias reforçaram estas colaborações e, a partir das primeiras décadas de Quinhentos, tornaram-se uma constante. Analisando uma destas parcerias do último quartel do século XVI, a do mercador milanês Giovan Battista Rovellasca com a família Ximenes de Aragão, pretende-se apresentar algumas das modalidades do seu *modus operandi*, detectando constantes e/ou variações, bem como perceber a forma como estas famílias, através de relações de confiança, participavam conjuntamente num complexo sistema de trocas comerciais à escala global.

Palavras-chave

Mercadores italianos, Mercadores cristãos-novos, Carreira da Índia, Pimenta

1. Uma parceria “feliz e duradoura”: italianos e cristãos-novos

O momento de abertura do mundo e das rotas comerciais ampliadas a uma escala global atraiu os interesses de diversos grupos e agentes comerciais, uma vez que o comércio a longa distância por meio de rotas marítimas possibilitava um considerável aumento do volume de negócios¹. Vários foram os que aproveitaram esta

* Bolseira de Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

** Parte da investigação deste artigo foi integrada no projecto de investigação “Redes comerciales europeas en la Edad Moderna: la banca de Simón Ruiz (1556-1627)”, HAR2012-39016-C04-04, financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad de Espanha.

movimentação, esta circulação de pessoas e de mercadorias. Espalhando-se pelas novas rotas marítimas abertas pela expansão dos impérios ibéricos, entre os vários grupos que circulam por esses novos espaços podemos encontrar o dos cristãos-novos e também os italianos. A presença de italianos no império português é muito precoce² e, no caso que aqui mais nos interessa, o espaço asiático, remonta às primeiras viagens à Índia³. Do mesmo modo, os judeus portugueses e posteriormente, após a conversão-geral de 1496-7, os cristãos-novos, tentaram aproveitar as novas oportunidades que esta “abertura do mundo” lhes oferecia.

As relações comerciais entre italianos e judeus/cristãos-novos são bastante frequentes e precedem o período cronológico que aqui pretendemos analisar com maior detalhe, as últimas décadas do século XVI. Maria José Ferro Tavares já alertou para algumas destas parcerias comerciais, inclusivamente ainda para o século XV⁴. Algumas importantes famílias do universo judaico português tinham agentes nas principais cidades italianas, ou participavam em negócios com italianos estabelecidos em Portugal, participando numa lógica de cooperação num tráfego de mercadorias (entre as quais livros, objectos artísticos e de luxo)⁵. Alguns casos de parcerias comerciais e de estabelecimento de lógicas de confiança seriam mesmo notórios e de grande destaque como as relações entre as famílias Affaitati e Mendes Benveniste, bem como entre estes últimos e outras famílias de cristãos-novos e o famoso mercador florentino estabelecido em Lisboa, Luca Giralddi⁶.

Queremos aqui deixar um agradecimento a Benedetta Crivelli que nos facultou a leitura de textos seus ainda inéditos e a Miguel Rodrigues Lourenço pelas sugestões após a leitura do texto.

¹ Sobre esta abertura global e a construção de redes e tráfegos numa perspectiva de longa duração, veja-se MARIA FUSARO, *Reti commerciali e traffici globali in età moderna*, Editori Laterza, Roma-Bari 2008.

² A presença de italianos ligados ao comércio ou às navegações pode ser atestada mesmo nos inícios do século XIV, como é o caso de Manuel Pessanha, cf. GIULIA ROSSI VARIO, *La Lisbona di Manuel Pessanha* in NUNZIATELLA ALESSANDRINI, PEDRO FLOR, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI (Orgs.), *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*, Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da Universidade de Lisboa, Lisboa 2013, pp. 19-37. Prefácio de António Augusto Marques de Almeida. Sobre a importância da presença comercial italiana em Portugal durante o século XV pode-se encontrar um panorama geral em FEDERIGO MELIS, *Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo nel XV secolo*, in LUCIANA FRANGIONI (a cura di), *I Mercanti Italiani nell'Europa Medievale e Rinascimentale*, Firenze 1990, pp. 1-18, con introduzione di Hermann Kellenbenz.

³ Vários são os casos de italianos presentes nas primeiras viagens da “Carreira da Índia”. A propósito dos florentinos no espaço asiático veja-se o importante estudo de MARCO SPALLANZANI, *Mercanti fiorentini nell'Asia Portoghese (1500-1525)*, Studio per Edizioni Scelte, Firenze 1997. Recentemente e centrado na figura significativa de Bartolomeo Marchionni, mas com muitas informações sobre outros mercadores, veja-se FRANCESCO GUIDI BRUSCOLI, *Bartolomeo Marchioni «Homem de Grossa Fazenda» (ca. 1450-1530). Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*, Leo S. Olschki Editore, Firenze 2014. Entre muitos outros casos podemos citar, pela sua precocidade, o da família Perestrello, cf. NUNZIATELLA ALESSANDRINI, *Os Perestrello: uma família de Piacenza no império português (século XVI)*, in NUNZIATELLA ALESSANDRINI, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI e ANTONELLA VIOLA (Orgs.), *Di buon affetto e commercio. Relações luso-italianas na Idade Moderna*, CHAM, Lisboa 2012, pp. 81-112.

⁴ Cf. MARIA JOSÉ FERRO TAVARES, *Das sociedades comerciais de judeus e italianos às sociedades familiares de cristãos-novos. Exemplos*, in ALESSANDRINI, RUSSO, SABATINI, VIOLA (Orgs.), *Di buon affetto e commercio*, cit., pp. 21-39.

⁵ Entre outros estudos veja-se JOANA SEQUEIRA, *A companhia mercantil Salviati-Da Colle na Lisboa do século XV*, in NUNZIATELLA ALESSANDRINI, SUSANA BASTOS MATEUS, MARIAGRAZIA RUSSO e GAETANO SABATINI (Eds.), *Con gran mare e fortuna. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*, Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste”, Lisboa 2015 (no prelo); SERGIO TOGNETTI, *I Gondi di Lione*, Leo Olschki Editore, Firenze 2013.

⁶ Sobre as relações comerciais entre as famílias Affaitati, Mendes Benveniste e Giralddi veja-se os mais recentes trabalhos de NUNZIATELLA ALESSANDRINI, *Contributo alla storia della famiglia Giralddi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisbona nel XVI secolo*, in «Storia Economica», 3, 2011, pp. 377- 407;

Estes exemplos que, de forma muito sucinta, referimos destinam-se a apresentar um quadro de análise no qual dois grupos, por variadas ordens de razões, se tornam parceiros privilegiados no comércio global. A capacidade de os mercadores italianos se dedicarem com destreza às operações financeiras, com domínio das técnicas e com espírito empreendedor, tem sido sublinhada amiúde pela historiografia⁷. No mesmo sentido, as novas abordagens em torno da tipologia familiar e das sociabilidades dos cristãos-novos, sobretudo dentro da chamada diáspora, com destaque para a sua capacidade de se moverem em distintos espaços e de terem redes familiares espalhadas por diversos locais, tornou-os em conectores comerciais por excelência⁸. Estamos portanto na esfera que Philip D. Curtin definiu como «cross-cultural trade»⁹ no âmbito do qual se deve rever alguns dos pressupostos que tradicionalmente presidiam ao estudo dos grupos de minorias religiosas. Se é certo que os cristãos-novos apresentam, em alguns casos, uma tendência para a endogamia e para um fechamento do grupo¹⁰, condição essencial para a sobrevivência em ambientes de perseguição ou de segregação social¹¹, a grande adaptabilidade do grupo fez com que procurassem alianças diferentes consoante as oportunidades que o local em que se estabeleciam lhes proporcionava. Nalguns casos estes vínculos implicaram alianças e laços de confiança entre indivíduos com origens culturais e religiosas muito díspares o que confere um grau significativo de mutabilidade e de adaptabilidade por parte destes indivíduos¹². Os privilégios concedidos por diversas cidades italianas, sobretudo a partir de finais dos anos 30 do século XVI, para que mercadores de origem judaica se estabelecessem com isenções de averiguações sobre delitos de fé desencadeou uma verdadeira migração de portuguesas para a província italiana. Da mesma forma, o atractivo provocado pelas novas rotas marítimas, chamou a atenção de várias empresas comerciais italianas. Estas conjunturas irão favorecer a criação e a manutenção de laços e de relações de confiança entre cristãos-novos portugueses e italianos, relações que evoluíram em alguns casos para a criação de parcerias comerciais com um grau de durabilidade bastante significativo.

EAD., *João Francisco Affaitati, um mercador italiano em Lisboa (séc. XVI)*, in MARTINO CONTU, MARIA GRAZIA CUGUSI, MANUELA GARAU (Orgs.), in *Tra Fede e Storia Studi in onore di Don Giovannino Pinna*, Aipsa Edizioni, Cagliari 2014, pp. 45-60; e SUSANA BASTOS MATEUS, *Poder e Negócio na Lisboa de Quinhentos: o caso de Francisco Mendes Benveniste*, in «Cadernos de Estudos Sefarditas», 15 (2015), (no prelo).

⁷ Cf. FEDERIGO MELIS, *L'Azienda nel Medioevo*, in MARCO SPALLANZANI (a cura di), Firenze, Datini", 1991. Con introduzione di Mario del Treppo.

⁸ MARIA FUSARO refere-se ao grupo das minorias étnico-religiosas como tendo a «funzione di “tessuto connettivo” economico mettendo direttamente in relazione aree del mondo assai diverse fra loro», cit., p. 21.

⁹ PHILIP D. CURTIN, *Cross-cultural trade in world history*, Cambridge University Press, Cambridge, rep. 1998.

¹⁰ Cf. PILAR HUERGA CRIADO, *En la Raya de Portugal: solidaridad y tensiones en la comunidad judeoconversa*, Ediciones de la Universidad, Salamanca 1994; SUSANA MATEUS, *Familia e Poder: a importância dos laços de parentesco na construção das redes mercantis sefarditas (séculos XVI e XVII)*, in «Cadernos de Estudos Sefarditas» (Lisboa), n.º 3, 2000, pp. 115-126.

¹¹ Segregação social que podia ser conferida em virtude da proveniência geográfica. Veja-se um estudo de caso associado ao desempenho de uma função, neste caso a manufactura da seda, e as reacções de antagonismo e ódio às minorias religiosas, SUSANA BASTOS MATEUS e ANTONIO TERRASA LOZANO, «Si hay moreras hay cristianos nuevos: los duques de Pastrana y la industria de la seda en la formación de un espacio de conflicto (Pastrana, c. 1569- c. 1609)», in «Historia y Genealogía», n.º 5 (2015), pp. 7-22.

¹² Veja-se para um período mais tardio a análise de FRANCESCA TRIVELLATO, *The familiarity of strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*, Yale University Press, New Haven 2009.

Tendo por base um estudo de caso, a parceria comercial no império asiático português das famílias Rovellasca e Ximenes de Aragão, pretendemos mostrar uma lógica de continuidade entre estas primeiras relações comerciais já mencionadas e as parcerias estabelecidas no cada vez mais importante comércio das especiarias asiáticas em finais do século XVI¹³. Através do percurso do milanês Giovan Battista Rovellasca e da família Ximenes de Aragão procuraremos compreender de que forma se estabeleciam estas parcerias comerciais e quais as suas virtualidades e vicissitudes ao longo do tempo. O foco de análise incidiu sobre os contratos da *trazida* e distribuição da pimenta dos anos 80 e 90 do século XVI, um eixo fundamental para o comércio de longa distância mas de grande complexidade e mutabilidade que, pelas dificuldades que apresentava, constituía um teste à solidez das parcerias comerciais.

2. Giovan Battista Rovellasca, um milanês em Lisboa e no império português

Giovan Battista era filho de Gerolamo Rovellasca, mercador milanês estabelecido em Antuérpia sensivelmente a partir de 1543, numa altura em que o desenvolvimento das técnicas de distribuição das mercadorias tinha tido uma aceleração notável e o transporte individual terrestre foi substituído por empresas comerciais que, ao lado da sua própria actividade enquanto casas comerciais, se ocupavam igualmente do negócio dos transportes das mercadorias de particulares. Contavam-se seis empresas de transportes em Antuérpia, duas das quais milanesas, a de Giovanni Angelo d'Annoni e a de Gerolamo Rovellasca. As rotas para a Itália eram duas: uma pela Suíça, abastecendo essencialmente Milão, e outra pela Áustria, abastecendo principalmente Veneza. Gerolamo Rovellasca, cujos clientes eram, na esmagadora maioria, italianos, utilizava a rota pela Suíça expedindo para Ancona, Milão e Veneza. Os produtos com que operava eram principalmente têxteis, embora comercializassem pimenta oriunda do mercado português e lã inglesa¹⁴. Em 1558, devido ao transporte de um carregamento de armas de Milão para França, Gerolamo Rovellasca entrara em contacto com as casas comerciais que o milanês Cesare Negrolo dirigia em Paris e Lyon. Foi nas empresas de Negrolo que o filho de Gerolamo Rovellasca, Giovan Battista, aprendeu as técnicas comerciais e desenvolveu os seus conhecimentos nesta área. Anos mais tarde, Cesare Negrolo e Giovan Battista Rovellasca estreitam a sua aliança através do casamento de Giovan Battista com a filha de Cesare, Clementia. Conhecido no comércio de armas, tecidos e armaduras que o tio fabricava em Milão, Cesare Negrolo aí regressa em 1574 com 35.000 escudos tendo assim a possibilidade de aumentar o seu património, entrando no circuito do crédito, através do qual os mercadores «potevano dominare un'area che si estendeva fino a Lisbona, Anversa, Danzica»¹⁵. Deste modo tornou-se num dos maiores homens de negócio milaneses da segunda metade de Quinhentos. Estas breves notas acerca do circuito familiar e social em que Giovan Battista Rovellasca¹⁶ se inseria, são indicadoras do impacto que a actividade do mercador

¹³ Sobre a presença destes agentes na Carreira da Índia cf. MAXIMILIAM KALUS, *Pfeffer-Kupfer-Nachrichten. Kaufmannsnetzwerke und Handelsstrukturen im europäisch-asiatischen Handel am Ende des 16. Jahrhunderts*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Jena, Julho de 2009, texto policopiado.

¹⁴ Sobre o comércio de Antuérpia para a Itália veja-se WILFRID BRULEZ, *L'Exportation des Pays-Bas vers l'Italie par voie de terre au milieu du XVIe siècle*, in «Annales E.S.C.», 1959, pp. 461-491.

¹⁵ GIUSEPPE DE LUCA, *Commercio del denaro e crescita economica a Milano tra Cinquecento e Seicento*, Il Polifilo, Milano 1996, p. 77.

¹⁶ Sobre a presença de Giovan Battista Rovellasca em Lisboa, seguimos de perto os trabalhos de NUNZIATELLA ALESSANDRINI, *Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*, Tese Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa 2010, pp. 263 e seg. e BENEDETTA CRIVELLI, *Traffici*

italiano teve na capital portuguesa, tendo em conta as suas ligações com outra família milanese, os Litta, que mantinham em Lisboa, ainda sob o reinado de D. João III, uma actividade mercantil especializada no comércio das especiarias com a Índia. Em 1577, quando a necessidade de dinheiro para a expedição africana impeliu D. Sebastião a reorganizar as modalidades dos contratos das especiarias, os Litta começaram a participar activamente e com sucesso no mercado português. Foi através deles que, como veremos, Giovan Battista Rovellasca se introduziu no circuito comercial da praça de Lisboa. Chegado à capital portuguesa em Janeiro de 1577, o mercador milanês continuava a intervir nos negócios que a sua cidade de origem lhe proporcionava¹⁷ e representava, em Lisboa, os interesses dos principais homens de negócios milaneses que lhe facultavam financiamentos importantes, sustentando, deste modo, a sua participação nas oportunidades comerciais que a praça de Lisboa oferecia. Na primeira fase da sua actividade em Lisboa, Rovellasca podia contar com importantes quantias de dinheiro, no valor de 250.000 escudos, disponibilizadas por uma companhia que o sogro, Cesare Negrolo, tinha constituído juntamente com os magnatas da finança da altura, entre os quais, Giovanni Battista Melzi, por sua vez sogro de Cesare Negrolo. É importante salientar que os Melzi, assim como os Porrone, estavam envolvidos na distribuição da pimenta adquirida na praça de Veneza, e, tal como estes Porrone, se tinham dirigido aos Litta de Lisboa, uma vez que em Veneza havia falta de pimenta. Por isso, Giovan Battista Rovellasca abastecia também os Melzi com a pimenta enviada de Lisboa.

A década de Oitenta foi a de maior sucesso de Giovan Battista Rovellasca que, além do contrato das especiarias - do qual iremos tratar nas páginas seguintes - tinha arrendado, em 1582, a alfândega por 262.000 escudos¹⁸. Segundo refere Duarte Gomes Solis, Rovellasca tinha ganho entre 400.000 e 500.000 ducados¹⁹. Para além do mais, estava também envolvido no comércio do açúcar de São Tomé que, nas últimas décadas do século XVI, não era certamente de menosprezar. Recordemos que, em 1579, o rei D. Henrique, para continuar a construção da igreja de S. Sebastião, já começada pelo seu malogrado antecessor, doou anualmente um conto de reis «no crecimento que ouue no direito dos açucares da Ilha de Santomé, que se paga na alfandega desta cidade de Lixboa»²⁰. Também Filippo Sasseti escrevia em 1581 ao amigo Francesco Valori em Florença que o açúcar de S. Tomé era «mercanzia sospettosissima e richiesta per tutto il mondo»²¹. O sucesso desta mercadoria era, em parte, devido ao declínio da produção do açúcar da Madeira e à concorrência de

finanziari e mercantili tra Milano e Lisbona nella seconda metà del XVI secolo, Tese Doutoramento, Università degli Studi di Verona, Verona 2012.

¹⁷ ARCHIVIO DI STATO DI MILANO (ASM), *Fondo Notarile*, cart. 14944. É documentada a participação de Giovan Battista Rovellasca em Janeiro de 1582 no negócio do imposto da mercadoria de Milão, cf. DE LUCA, *Commercio del denaro*, cit., p. 96, n.º 4.

¹⁸ Matteo Zane na carta ao Senado de Veneza enviada de Madrid a 17 de Janeiro 1582 escreve: «Sua M.à ha di novo affittate le Doane del regno di Portogallo alla compagnia di Rovelaschi mercanti milanesi per 262 m. scudi, che è con qualche argomento, rispetto alli anni passati: li medesimi mercanti hanno anco concluso col Re il partito della spiciaria d'Italia, et levata le gabella delli negri, che vengono dall'isola di S. Thomè, che sono tutte imprese grandi, et maneggi molto importanti», in MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes Documentais de Veneza referentes a Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1999 cit., p. 306.

¹⁹ DUARTE GOMES, *Discursos sobre los comercios de las dos Indias* (Org.), Moses Bensabat Amzalak, Lisboa 1943, p. 174.

²⁰ EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, vol. II, Typographia Universal, Lisboa 1887, p. 366n.

²¹ FILIPPO SASSETTI, *Lettere da vari paesi 1570-1588*, a cura di VANNI BRAMANTI, Longanesi, Milano 1970, p. 285.

preço com os açúcares da Madeira e do Brasil: 600 rs. contra os 1400 rs. do Brasil e os 2400 rs. da Madeira²². Em 1587, Giovanni Battista Rovellasca tinha comprado 6.000 arrobas deste açúcar a 530 rs cada arroba²³. Nos *Rendimentos da casa da Índia, Mina, Brasil, Ilha de S. Thome, Cabo Verde, Angola*, de 1588, lê-se que Giovanni Battista Rovellasca participava com 3 contos e 180.000 rs. no negócio «da novidade dos açúcares da ilha de Sam Thome e do Príncipe, orçada em seis mill arrobas cadano pagas quinhentos trinta rs. a roba»²⁴. Tendo conhecimento de que, em Maio de 1584, um navio do mercador milanês chegava de São Tomé com um carregamento de açúcar que seria vendido a 700rs cada arroba²⁵ e, tendo em atenção que os contratos costumavam ter uma duração de cinco anos, podemos concluir que o acordo tinha sido finalmente celebrado por volta de 1583-84.

Ainda em 1584, Giovanni Battista Rovellasca tinha investido 4 contos e 400.000 rs. no contrato dos escravos que vigorava até 1589²⁶. Extremamente rentável, este comércio conheceu um importante crescimento no último quartel de Quinhentos e, como refere o padre Garcia Simões numa carta ao padre Luis Perpinhão, escrita de Angola a 7 de Novembro de 1575, «são tantos os escravos que saem daqui cada ano comprados e vendidos, que ordinariamente são 12 mil peças e êste ano passado, com 4 mil que morreram, foram 14 mil.»²⁷. Os escravos adquiridos nas costas africanas e transportados para São Tomé, não pagavam qualquer taxa aduaneira²⁸. Contudo os escravos provenientes das ilhas de Cabo Verde pagavam direitos aduaneiros de 10%. Por isso, Giovanni Battista Rovellasca envolveu-se no comércio dos escravos de São Tomé, pedindo, em 1588, «desconto por causa das provisões paradas pera não yrem de Samthome a resgatar a Angola nem a Amboino»²⁹. Como se depreende destas páginas, o envolvimento de Giovanni Battista Rovellasca nos negócios portugueses era muito abrangente, ficando, no entanto, ainda disponível o contrato da Mina e Achém. Através do *Rendimento da casa da Índia, Mina, Brasil, Ilha de S. Thome, Cabo Verde, Angola* de 1588, sabe-se que a Mina «ha dous anos não hee beneficiada né ate ora hee contratada»³⁰. O vazio deste contrato foi preenchido pelo irmão mais novo de Giovanni Battista Rovellasca, Francesco Rovellasca, cuja data exacta da sua chegada a Lisboa desconhecemos mas que deve ter ocorrido por volta de 1586-87, visto que em 1585 ainda residia em Milão³¹ e em Abril de 1589 tinha contratado, por nove anos, o comércio das fortalezas da Mina e Achém com a concessão de «hum mes pera poder gastar as mercadorias que tivesse nas ditas fortalezas»³². Rovellasca morava numa belíssima quinta situada em Lisboa, na zona ribeirinha entre Alcântara e o mosteiro de Belém, ao lado do Convento das Flamengas³³, possuindo mais casas

²² Cf. FRÉDÉRIC MAURO, *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670*, Editorial Estampa, Lisboa 1997, pp. 251-252.

²³ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, LISBOA (BNP), *Fundo Geral*, 637, fl. 16.

²⁴ BNP, *Fundo Geral*, 637, fl. 16.

²⁵ Cf. *Informazione di Giovanni dall'Olmo, console veneto in Lisbona sul commercio dei veneziani in Portogallo e sui mezzi più adatti a ristorarlo*, 1584, publicado por Cecchetti Nozze, Venezia 1869, p. 13.

²⁶ BNP, *Fundo Geral* 637, fl. 15.

²⁷ GASTÃO SOUSA DIAS, *Relações de Angola*, Imprensa Nacional, Coimbra 1934, p.74.

²⁸ *Informazione di Giovanni dall'Olmo*, cit., p. 24.

²⁹ BNP, *Fundo Geral* cód. 637, fl. 16v.

³⁰ BNP, *Fundo Geral*, cód. 637, fl. 16.

³¹ H. KELLENBENZ, *I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi*, in *San Carlo e il suo tempo. Atti del Convegno Internazionale nel IV centenario della morte*, Edizioni di Storia e Letteratura, Roma 1986, p. 825.

³² BNP, *Pombalina*, n. 644, fl. 18.

³³ Apesar de não primar pela arquitectura, a quinta de Rovellasca tinha belos chafarizes e jardins com canas de açúcar. Estava cercada por um muro e ruas de parreiras. Uma parte da quinta estava repleta

no Corpo Santo junto da Cruz de Cata-que-Farás com lojas, onde viviam e trabalhavam vendendo vinho e comida o irlandês João Daniel e a sua esposa³⁴, e dois casais «no reguengo de algés de que pagava quarto a fazenda de sua mag.de»³⁵. Os irmãos Rovellasca faziam parte da confraria da igreja de Nossa Senhora do Loreto, igreja da Nação Italiana, onde tiveram o cargo de provedor, Giovanni Battista em 1587 e 1601 e Francesco em 1589.

O incumprimento das normas dos contratos da *trazida* da pimenta e da Mina será, como veremos, razão da falência do mercador milanês, ao qual lhe será tirada também a sua quinta em Alcântara em 1602. A bancarrota de Rovellasca já se prenunciava na carta de Marco Nunez Peres enviada de Lisboa a Simón Ruiz a 3 de Março de 1591 na qual era assinalado o incumprimento por parte de Rovellasca da entrega da pimenta³⁶. Assim, depois de um percurso durante o qual Rovellasca tinha entrado no circuito dos abastados homens de negócio, chegou «a tanta pobreza que se não sustenta se não de esmolas»³⁷.

3. A família Ximenes de Aragão, entre a Europa e o Império Português

Família de origem cristã-nova, os Ximenes de Aragão pertenciam, em meados do século XVI, à elite urbana que António Borges Coelho cunhou com a expressão «homens de catedral»³⁸, nos quais se encontravam figuras como António Gomes de Elvas, o importante contratador António Fernandes de Elvas e Tomás Ximenes. Na linha de outras famílias da elite mercantil de Lisboa, os Ximenes de Aragão começaram a ter um período de clara hegemonia económica a partir de meados do século XVI. Os seus interesses comerciais abrangiam várias áreas do globo e eram responsáveis pela chegada à Europa de inúmeros produtos. Uma vez que pertenciam a uma família alargada, vários membros da família encabeçavam as suas actividades em diversas praças europeias. Devemos destacar, pela importância do fluxo das transacções, Lisboa, Antuérpia, Florença e Madrid. Os seus interesses na rota do Cabo fizeram deslocar alguns membros desta família para a Ásia e, por essa razão, verificamos a presença de alguns deles em Goa, nos finais do século XVI.

Os parceiros comerciais dos Ximenes de Aragão eram muito numerosos e se, por um lado, faziam parte de outras famílias da elite mercantil cristã-nova, como os Rodrigues de Évora, Elvas, Mendes de Brito, Jorge, para citar apenas alguns; por outro cobriam uma esfera muito mais ampla, contando-se entre eles alguns castelhanos, alemães e italianos. Deste modo, a nível europeu, os Ximenes de Aragão comerciavam com várias famílias que se constituíam como verdadeiras redes

de árvores de frutos e no jardim havia um grande tanque. Em 1589 a moradia de Rovellasca foi assaltada pelos ingleses que, entre outras coisas, roubaram 5000 sacos que o mercador tinha para recolher a pimenta das naus da Índia. Em 1602 a quinta entrou a fazer parte da fazenda real por problemas que Rovellasca teve com o contrato da Mina e nos reinados de Filipe II (1593-1621) e de Filipe III (1621-1640) foram efectuadas muitas obras para melhorar quer a quinta quer o palácio. Durante o reinado de D. João IV (1640-1656), a família real habitou o paço em várias ocasiões e foi o mesmo rei que anexou, em 1645, diversas terras que formavam a quinta da Ninfa e o casal do Rio Seco, anexados ao paço de Alcântara. Cf. NUNZIATELLA ALESSANDRINI, *Palácio Real de Alcântara*, ficha descritiva do website do projecto *Lisbon in Tiles before 1755 Earthquake* - PTDC/EAT-EAT/099160/2008

³⁴ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 2028.

³⁵ BNP, *Pombalina*, n. 644, fl. 108v.

³⁶ ARQUIVO RUIZ, Marcos Nunez Perez a Simón Ruiz, Lisboa, 3 de Março de 1591, c. 152, n. 130. Apud BENEDETTA CRIVELLI, *Pepper and silver between Milan and Lisbon in the second half of sixteenth century*, in ANDREA CARACAUSI, CRISTOPH JEGGLE (Orgs.), *Commercial networks and European cities, 1400-1800*, Pickering an Chatto, London 2014, pp. 198-199.

³⁷ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), São Tomé e Príncipe, Caixa 1, doc. 15 - 17 de Março 1610.

³⁸ *Quadros para uma viagem a Portugal no séc. XVI*, Caminho, Lisboa 1986, pp. 87-134.

comerciais. É o caso dos Ruiz, de Medina del Campo, os Bonvisi, estabelecidos em Lyon, e os Capponi de Florença. Ao nível do espaço imperial português estas parcerias fizeram-se sentir sobretudo nos contratos de especiarias asiáticas, mormente da pimenta.

Nos finais do século XVI, a família Ximenes detinha vários contratos régios, muitos deles associados ao comércio ultramarino. Entre as mercadorias do comércio asiático encontramos também o anil, cujo monopólio régio, em 1591, tinha sido conferido a André e Duarte Ximenes, sendo que esta família detinha 9 das 10 partes do contrato e a restante estava na posse de Filipe Jorge e do seu irmão³⁹. Para além da distribuição da pimenta asiática que era importada para Antuérpia e aí redistribuída para Hamburgo, Veneza (através dos Bonvisi) ou Livorno (através dos Capponi), os Ximenes associavam-se a outros negócios de larga escala. Detinham um privilégio para não pagarem impostos sobre o cravo que importavam para a Flandres. A este propósito, escrevem Fernão Ximenes e Rui Nunes a Simón Ruiz, numa carta datada de 13 de Setembro de 1580: «Tanbien esperan los nuestros otras haziendas de la India, y particularmente cierta cantidad de clauo, de que tienen licencia del Rey don Henrique para lo traer y residir franco sin pagar tributo alguno, de lo que será necesario procurar la cobrança»⁴⁰. Na mesma carta refere-se, inclusivamente, uma ligação próxima a Rovellasca no tocante a este negócio: «Y de todas estas cosas se podrá tomar información del señor Juan Bautista Reuelasco, que es parcerero y sabrá lo que viene delhas »⁴¹. Outros produtos centrais nos negócios da família Ximenes eram o açúcar da Madeira, de São Tomé e Príncipe e do Brasil⁴², para além de pérolas e de pedras preciosas. E ainda participavam no comércio de escravos entre Angola e os mercados americanos como Cartagena, Santo Domingo e Buenos Aires⁴³. Os empréstimos à coroa e a particulares, bem como o aprovisionamento das praças africanas parece ter sido também uma das linhas de actuação desta multifacetada família⁴⁴.

O grupo familiar era muito numeroso⁴⁵, mas podemos destacar alguns dos indivíduos mais notórios, sobretudo nas praças de Antuérpia e de Lisboa, os dois locais basilares para as actividades comerciais dos Ximenes⁴⁶. A casa comercial central em Antuérpia era constituída pela firma «Fernão Ximenes e Rui Nunes», já existente em 1572⁴⁷. Após a morte de Rui Nunes, em Outubro de 1581, e uma vez que Fernão não tinha descendentes, a firma passou a ser conhecida como «Fernão Ximenes e herdeiros de Rui Nunes»⁴⁸. Por volta de 1591, Fernão Ximenes estabeleceu-se em Florença. A sua

³⁹ Veja-se VALENTIN VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome I, S.E.V.P.E.N., Paris [s.d.], p. 100.

⁴⁰ Carta de Fernando Ximenes a Simão Ruiz, 13 de Setembro de 1580, publicada em VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome III, cit., pp. 30-31: 31.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Sobre a presença de alguns elementos da família no Brasil, neste caso em Pernambuco, cf. ANTT, *Chancelaria de D. Filipe II, Privilégios*, Liv.1, fl. 140r.

⁴³ VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome I, cit., p. 207.

⁴⁴ J. GENTIL DA SILVA, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres Marchandes des Rodrigues d'Evora et Veiga*, Librairie Armand Colin, Paris 1956, p. 372.

⁴⁵ Para um exemplo de reconstituição genealógica sumária desta família, cf. ASF, *Sebregondi*, 5518, "Ximenes d'Aragona".

⁴⁶ Cf. HERMAN KELLENBENZ, *I Mendes, i Rodrigues d'Evora e i Ximenes nei loro rapporti commerciali con Venezia*, in G. COZZI (ed.), *Gli Ebrei e Venezia. Secoli XIV-XVIII*, Edizioni di Comunità, Milano 1987, pp. 143-161

⁴⁷ VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome I, cit., p. 204.

⁴⁸ Sobre a mudança de nome, cf. a carta de 25 de Setembro e 19 de Outubro de 1581, publicada em VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome III, cit., pp. 78-79.

entrada na ordem militar de Santo Stefano esteve na génese do ramo toscano da família, exemplo claro de promoção social dentro da elite cidadina local. A chegada da família à cidade do Arno será marcada pela obtenção de numerosos privilégios, entre os quais um palácio em Pisa para o que os beneficiados requerem que se passe um documento comprovativo deste benefício: «Fernando Ximenes e eredi d'Ruy Nunez e Thomaso Ximenes e serenissimo Duarte e Andrea Ximenes, tutti humilissimi servi di V.A. Serenissima, li espongono che essendosi degnata di farli grazia di donarli il palazzo vecchio d' Pisa, a loro e sua posteri sia servita fargneme passare la patente, com le clausule che si Richiedono per fermezza e stabilita del tutto»⁴⁹. No final do mesmo ano, serão concedidos à família outros privilégios⁵⁰. O ramo florentino da família irá aliar as suas estratégias de promoção social, nomeadamente através de alianças matrimoniais com importantes famílias do patriciado florentino, com a chamada *via della mercatura* e nunca deixará os negócios.

Antes ainda da criação do ramo florentino, os negócios em Lisboa conheceram um significativo incremento. No mesmo ano da morte de Rui Nunes em Antuérpia, André Ximenes dirige-se para Lisboa para aí trabalhar nos negócios da família. A 15 de Julho de 1581, ainda em Antuérpia, escreve uma carta ao importante mercador de Medina del Campo, Simón Ruiz, onde lhe avisa que está a caminho de Lisboa e que pensa fazer o trajecto por terra e visitá-lo: «Yo pensé poder bezar a v.m. la manos muy em breue, porque estoi de camino pera Lixbona y por gozar de las merçedes de v.m. y otros señores amigos y del mucho contento que con su conocimiento receuería, pensaua tomar el camiño de tierra»⁵¹. Em Lisboa já se encontrava o outro dos irmãos Ximenes, Tomás, que dirigia uma parte significativa dos interesses familiares, com o auxílio dos seus dois filhos, Duarte e António Fernandes Ximenes. Muitos outros elementos da família compunham os negócios e, por essa razão, encontramos diversas pequenas firmas comerciais a operar em concomitância⁵².

Como veremos de seguida, o acesso à pimenta asiática conferia aos Ximenes prerrogativas importantes na sua distribuição pelas praças europeias. De facto, nos anos 80 (por volta de 1581 a 1585) procuram-se soluções para converter Florença numa importante praça de distribuição da pimenta portuguesa⁵³. O agente e homem de confiança da casa comercial de Simón Ruiz na cidade toscana, Baltasar Suárez, vê neste momento a possibilidade de se introduzir neste importante circuito de distribuição. Pede a Ruiz para interceder por ele junto dos Ximenes⁵⁴. E, efectivamente, algumas palavras do mercador de Medina del Campo mostram que ele procurou favorecimento junto dos Ximenes: «En lo del negocio de Lisboa no tiene v.m. para qué darme gracias. Y es negocio que a los de Lisboa entiendo les está mejor que a v.m., como les tengo escrito. Plegue a Dios que todo suceda como yo

⁴⁹ ARCHIVIO DI STATO DI FIRENZE (ASF), *Auditore poi Segretario delle Riformagioni*, 18, fl. 635.

⁵⁰ ASF, *Auditore poi Segretario delle Riformagioni*, 19, n. 66: “per la famiglia di Ximenes ampliacionem di Privilegio”, datado de 13 de Dezembro de 1591.

⁵¹ Publicada em VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome III, cit., p. 68.

⁵² Para uma síntese geral SOBRE os negócios principais e sobre os elementos fundamentais desta família, cf. VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome I, cit., pp. 204-207; Ximenes, *Fernão (Ximenes, Fernando)* e Ximenes, *Jerónimo Duarte*, in *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato*, (Direcção científica de A.A. Marques de Almeida), Campo da Comunicação, Lisboa 2009, pp. 736-737 e 738-739; e JOÃO FIGUEIRÔA-REGO, *Ximenes, família*, in *Dicionário do Judaísmo Português*, (Coord. LÚCIA LIBA MUCZNIK, JOSÉ ALBERTO RODRIGUES TAVIM, ESTHER MUCZNIK e ELVIRA DE AZEVEDO MEA), Editorial Presença, Lisboa 2009, pp. 547-548.

⁵³ FELIPE RUIZ MARTÍN, *Lettres marchandes échangées entre Florence et Medina del Campo*, S.E.V.P.E.N., Paris 1965, p. CXXIX.

⁵⁴ Cf. Carta de Baltasar Suárez a Simón Ruiz de Florença, 26 de Julho de 1582. Publicada em RUIZ MARTÍN, *Lettres marchandes*, cit., pp. 183-184.

deseo»⁵⁵. No entanto os portugueses vão preferir a parceria da família florentina dos Capponi - constituída pelos irmãos Luigi⁵⁶ e Alessandro - com os quais, aliás, viriam a desenvolver laços muito estreitos de proximidade⁵⁷. Suárez manteve o interesse e, anos mais tarde, em 1585, ao receber a notícia de que Tomás Ximenes estava prestes a enviar-lhe pimenta de Lisboa, não esconde o seu contentamento e refere a Ruiz: «An m'escrito de Lisboa que Tomas Ximénez tenía en propósito de embiarme alguna pimienta; suplico a v.m. si se comunica con él le anime a ello, haciéndome la merced que siempre. Esta mercadería está en grandísimo preço en todas partes, y aquí vale medio escudo la libra de 12 onzas pero en Lisboa vale tanto que no se ganaría. Quando vale de buen precio es negocio de útil»⁵⁸. A documentação comercial da casa de Simón Ruiz não deixa de mostrar as incertezas da redistribuição da pimenta e os medos da concorrência, pois a pimenta chegava à Europa por outras vias. Ainda sobre o seu envio de Lisboa para Florença, Simón Ruiz analisa da seguinte forma as reticências dos Ximenes em enviar o produto a Baltasar Suárez: «Es jente limitada y de muchas mudanzas, que antes de agora se lo avía pedido. Entiendo que tienen cantidad de pimienta, y que de buena gana enviarían ay cantidad si entendiessen que se avía de gastar; pero témense que por vía de Alexandria se espera cantidad en Ytalia, y por esto no se atreben a cargar mayor suma»⁵⁹.

Estas famílias tinham bastante claro a importância de ter uma parte da sua casa comercial estabelecida em Lisboa para a operacionalidade dos seus negócios. As grandes companhias mercantis da época eram sensíveis à importância da praça portuguesa. Henri Lapeyre refere que: «Lisbonne, qui reconnut Philippe II comme souverain en 1580, attirait de plus en plus Simon Ruiz. C'était le grand marché des épices et des produits de teinture»⁶⁰. Os negócios eram realizados em conjunto com ramos da família estabelecidos em outras praças europeias mas onde se destacava o peso da praça de Lisboa. Os irmãos Rui Nunes e Fernão Ximenes começaram por fundar uma casa comercial em Antuérpia, à semelhança do que antes haviam feito outras famílias de cristãos-novos como os já referidos Mendes⁶¹. Em Antuérpia, ganharam projecção não só mercantil, mas também chegaram a ser membros da *nação* com prestigiantes cargos directivos⁶². Paralelamente, as suas actividades em Lisboa e, mais tarde, em locais como Florença e Madrid são reveladores do peso social desta família. Para além da *via della mercatura*, os Ximenes de Aragão nunca deixaram de procurar um caminho de promoção social que os fizesse atingir estratos da sociedade que lhes estavam vetados à partida devido à sua origem judaica. Muitos

⁵⁵ Carta de Simón Ruiz a Baltasar Suárez datada de Valladolid, 11 de Julho de 1582. Publicada em RUIZ MARTÍN, *Lettres marchandes*, cit., pp. 181-182: 181.

⁵⁶ Cf. FRANCO ANGIOLINI, *Capponi, Luigi*, in *Dizionario Biografico degli italiani*, vol. 19, 1976, consultado online em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/luigi-capponi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/luigi-capponi_(Dizionario-Biografico)/) (Consultado em 30 de Novembro de 2015).

⁵⁷ SUSANA BASTOS MATEUS, *Son diventati miei sudditi. Cristãos-novos portugueses entre Lisboa e Florença: o caso da família Ximenes de Aragão (sécs. XVI-XVII)*, in ALESSANDRINI, BASTOS MATEUS, RUSSO, SABATINI (Eds.), *Con gran mare e fortuna. Circulação de mercadorias*, cit.

⁵⁸ Carta de Baltasar Suárez a Simón Ruiz, datada de Florença, 7 de Novembro de 1585. Publicada em RUIZ MARTÍN, *Lettres marchandes*, cit., pp. 420-422: 422.

⁵⁹ Carta de Simón Ruiz a Baltasar Suárez, datada de Medina del Campo, 16 de Dezembro de 1585. Publicada em RUIZ MARTÍN, *Lettres marchandes*, cit., pp. 431-432: 432.

⁶⁰ HENRI LAPEYRE, *Une famille de marchands: Les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II*, Armand Colin, Paris 1955, p. 71.

⁶¹ Cf. A.A. MARQUES DE ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de geofinança*, Edições Cosmos, Lisboa 1993.

⁶² Veja-se as considerações de HANS POHL, *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648). Zur Geschichte einer Minderheit*, Franz Steiner Verlag, Wiesbaden 1977, *passim*.

membros da família apresentaram vários serviços aos monarcas que lhes valeram numerosas mercês como forma de recompensa⁶³. Podemos referir os hábitos da ordem de Cristo conferidos a António e André Ximenes, respectivamente, por serviços de socorro ao monarca e à cidade de Lisboa, ou o foro de fidalguia concedido aos irmãos Tomás, André e Jerónimo Duarte, pelo socorro de 100.000 ducados dados ao monarca⁶⁴.

No entanto, numa Península Ibérica onde se sentia com intensidade o peso da perseguição inquisitorial aos cristãos-novos e a imposição dos estatutos de limpeza de sangue, estas famílias - ainda que bem sucedidas nos negócios e na promoção social - podiam sempre ser vítimas do tribunal da fé. Os Ximenes de Aragão parecem não ter sido excepção. Em 1593, António Fernandes Ximenes, representante da família em Goa, foi alvo de um processo por judaísmo no Santo Ofício dessa cidade. Dispomos de escassa informação sobre este caso uma vez que o cartório da Inquisição de Goa foi praticamente destruído na totalidade. Sabemos, no entanto, que diligências posteriores junto dos inquisidores portugueses para saber se haveria algum penitenciado da família Ximenes não mencionaram este caso ocorrido na Índia⁶⁵. Várias podem ser as razões para que a informação sobre o processo goês de António Fernandes Ximenes não tenha sido mencionada: uma delas poderia dever-se à desorganização do cartório de Goa, situação só resolvida durante o tempo em que João Delgado Figueira serviu como promotor da Inquisição de Goa (1617-1624)⁶⁶. É precisamente no seu famoso *Reportorio* que encontramos o nome de António Fernandes Ximenes, referindo-se que saiu num auto da fé privado, conforme parece indiciar a anotação “capela”, acusado de judaísmo, tendo tido como pena abjuração de levi e o pagamento de 2.000 réis. Sobre o réu afirma-se ainda que era cristão-

⁶³ Sobre a cultura política em torno deste mecanismo de recompensa dos serviços prestados, cf. FERNANDA OLIVAL, *La economía de la merced en la cultura política del Portugal Moderno*, in FRANCISCO JOSÉ ARANDA PÉREZ e JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES (Eds.), *De Re Publica Hispaniae: una vindicación de la cultura política en los Reinos Ibéricos en la primera Modernidad*, Sílex, Madrid 2008, pp. 389-407.

⁶⁴ Sobre estas mercês específicas, veja-se IGNACIO PULIDO SERRANO, *Enoblecimiento de cristianos nuevos portugueses en el siglo XVII*, in JOSÉ ALBERTO R. SILVA TAVIM, MARIA FILOMENA LOPES DE BARROS and LÚCIA LIBA MUCZNIK (Edited by), *In the Iberian Peninsula and Beyond. A History of Jews and Muslims (15th-17th Centuries)*, vol. 1, Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne 2015, pp. 228-249: 236-237.

⁶⁵ Cf. ANTT, *Inquisição de Évora*, liv. 631, f.21: «E porque sua magestade quer saber se nas Inquisições deste reino foi em algum tempo procesa, ou penitenciada alguma pessoa ou pessoas da familia e geração dos Ximenes, em que tempo e que penas se lhe derão e se sairão em auto publico, e em que auto, e se abiurarão e em que forma, como se chamavão donde erão naturaes e moradores que officios tinhão, cujos filhos, com quem casados, e com todas as maes confrontações que se acharem encomendo a v.m. que com a brevidade possivel mandem fazer dilligencia no secreto dessa Inquisição e do que se achar mandem passar certidão na forma sobreditta em modo que faça fee, e ma enviem guarde deus nosso senhor a v.m. Trata-se de uma carta do Inquisidor-geral, escrita para os inquisidores de Évora a 15 de Dezembro de 1617. Apesar destas diligências, as informações parecem ter sido negativas».

⁶⁶ Cf. Para o espírito que presidiu à elaboração do *Reportorio* refere MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO, «Valioso para o estudo da actuação da Inquisição de Goa na primeira meia centúria da sua existência, o volumoso manuscrito procede da orgânica própria da instituição, visando otimizar a gestão da sua actividade processual e as suas possibilidades de intervenção», *O Comissariado do Santo Ofício em Macau (c. 1582-c.1644). A Cidade do Nome de Deus na China e a articulação da periferia no distrito da Inquisição de Goa*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, Lisboa 2007. Texto policopiado, p. 26 e sobre o estado do cartório antes da intervenção de Delgado Figueira veja-se pp. 312-313. Veja-se também as considerações feitas por BRUNO FEITLER, *João Delgado Figueira e o Reportorio da Inquisição de Goa: uma base de dados. Problemas metodológicos*, in «Anais de História de Além-Mar» (Lisboa), n° XIII, 2012, pp. 531-537.

novo, natural do bairro de S. Cristóvão em Lisboa, contratador na Índia e filho de Tomás Ximenes e de Teresa Vaz⁶⁷.

Apesar destes sobressaltos provocados pelo medo constante da perseguição inquisitorial ou pelos entraves provocados pelos impedimentos do sistema de limpeza de sangue, a família conseguiu manter um considerável sucesso mercantil, bem como uma ampla promoção social. O caso do ramo florentino é paradigmático, sendo que, inclusivamente, em meados do século XVIII conseguem atingir a pertença à aristocracia daquela cidade através do «regolamento della nobiltà e cittadinanza»⁶⁸. Na Península Ibérica, apesar de algumas dificuldades pontuais, a família gozava de um prestígio importante que se espelhava, como vimos, na concessão de diversas mercês. Da mesma forma, a documentação comercial de finais do século XVI e primeira metade do século XVII espelha bem a vitalidade mercantil desta família e os seus múltiplos interesses e áreas de influência.

4. «Venne la conclusione di quel benedetto contratto»: o consórcio da Pimenta

Giovan Battista Rovellasca chega a Lisboa com Deifebo Rocchi em Janeiro de 1577 para discutir com Jacome de' Bardi a situação da dívida de 15 cts. que o rei português tinha com Gerolamo Litta desde o ano de 1560 (esta dívida tinha sido encabeçada pelos Affaitati)⁶⁹. O filho de Gerolamo Litta, Giovan Battista Litta, tinha constituído uma companhia comercial em Milão em 1571 juntamente com Geronimo Tavola e Rovellasca era o agente que tratava dos negócios em Espanha⁷⁰. Por isso, Giovan Battista Litta decidiu deixar que a questão da dívida fosse tratada pelo recém-chegado G. Battista Rovellasca. Nesta altura, a elevada necessidade de fundos para a expedição africana motivou D. Sebastião a reorganizar as modalidades dos contratos das especiarias. Fernando de Morales alude, na carta enviada a Medina del Campo a 4 de Abril 1577, à dívida que o rei D. Sebastião tinha com os Affaitati e ao negócio que o rei pensava contrair com os seus credores: se eles adiantassem o valor correspondente à dívida que o rei tinha, este obrigava-se a restituir o montante no prazo de um ano, «en el contrato de la pimenta, sobre Nataniel (Jung) y Jacome

⁶⁷ «Antonio Fernandez Ximenes cristão novo natural de Lisboa do bairro de S. cristovão contratador nestas partes, filho de Thomas Ximenes, e de Thereza Vaz, por culpas de judeismo, abjuração de levi; E condenado a dous mil xerafins, Inquisidores Ruy Sodrinho, frej Thomas Pinto». Cf. *Reportorio Geral de tres mil oitocentos processos, que sam todos os despachados neste Sancto Officio de Goa, & mais partes da India do anno Mil & quinhentos & secenta & hum, que começou o dito Sancto Officio ate o anno de Mil & seiscentos & vinte & tres, com a lista dos Inquisidores que tem sido nelle, & dos autos publicos da Fee, que se tem celebrado na dita Cidade de Goa. Feito pello Licenciado loão Delgado Figueyra do Dezembargo de Sua Magestade, Promotor & Deputado do dito Sancto Officio, de 1623, BNP, Códice 203, fl. 120r.*

⁶⁸ Cf. MARCELLA AGLIETTI, *Circolazione delle Élites tra Portogallo e Toscana nel secolo XVIII: modelli a confronto*, in ALESSANDRINI, BASTOS MATEUS, RUSSO, SABATINI (Eds.), *Con gran mare e fortuna*, cit. Veja-se também, com um vasto elenco dos cargos citadinos que a família desempenhou, ASF, *Deputazione sopra la nobiltà e cittadinanza*, XVII, n. 19, "Ximenes Aragona Marchese Prior Tommaso, decreto di 21 Giugno 1751".

⁶⁹ J. GENTIL DA SILVA, *Marchandises et Finances. Lettres de Lisbonne 1563-1578*, S.E.V.P.E.N., Paris 1961, p. 106. Carta de Fernando de Morales de Lisboa a 11 de Fevereiro de 1577. Uma carta de 12 de Março de 1560 enviada de Toledo à Sereníssima pelo Embaixador Paolo Tiepolo informa que o rei português tinha dívidas enormes com os genoveses e que «saranno di certo pagati del tratto del pevere, che in grandissima quantità deve giunger com la flotta che di giorno in giorno si aspetta», in JULIETA TEIXEIRA MARQUES DE OLIVEIRA, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 2000, p. 268.

⁷⁰ Agradeço o envio do texto inédito, aceite para publicação, de BENEDETTA CRIVELLI, *Conflicts in the global trade: the tale of a Milanese firm in the monopolistic business of the Iberian Monarchies (1570-1610)*.

de Bardi, en cuja cabeza esta ell contrato»⁷¹. A companhia do florentino Jacome de' Bardi e dos alemães detinha, portanto, o contrato da *trazida* da pimenta com, respectivamente, 62,5% e 37,5%⁷². A notícia tinha-se espalhado também em Florença e o grão-duque tinha enviado um agente à corte de Madrid, em 1576, Antonio Vecchietti, para se tentar associar ao negócio. Este, encontrando-se em Madrid com o embaixador de Florença, Landino, e o seu secretário, Liverotto, decidiu apresentar-se ao embaixador de Portugal em Madrid que, «se ne dette ogni buona speranza di poter conseguir l'intento nostro, se bene li pareva si fussi indugiato troppo già che il suo re haveva fatto partito com quegli alamanni per 4 anni com condizione di non poter fare con altri partiti di pepi in detto tempo»⁷³. Rovellasca integrou o contrato da *trazida* da pimenta em 1578 e, juntamente com Giovan Battista Litta e o florentino Jacome de' Bardi possuíam 3.5 quotas num total de 12. O maior accionista era Konrad Rott com 5 partes, sendo que António Fernandes d'Elvas, Tomás Ximenes de Aragão e Luís Gomes d'Elvas fruíam das restantes 3.5⁷⁴. Os termos do contrato previam que os contratadores enviassem todos os anos para a Índia o dinheiro para a compra de trinta mil quintais de pimenta: 15 mil quintais pertenciam aos contratadores e podiam ser vendidos livremente por eles e 15 mil cabiam ao rei que os vendia aos contratadores pela quantia de 32 cruzados por quintal. Estas condições eram particularmente favoráveis aos contratadores, pelo que, após a tragédia de Alcácer Quibir, a coroa não continuou na mesma linha. Por esta razão, o contrato foi suspenso momentaneamente, sendo reactivado a partir de 1579 e até 1584⁷⁵. Sabemos, através da *Informazione* de Giovanni dall'Olmo⁷⁶, que a exploração dos contratos vigorava a partir do mês de Janeiro do ano imediatamente seguinte à celebração do contrato. Por isso, o contrato em questão celebrado com o rei D. Henrique a 7 de Outubro 1578, só teria entrado em vigor em Janeiro de 1579⁷⁷. Na mesma altura, a 8 de Janeiro de 1579, foi assinado o contrato da *trazida* de outras especiarias com Fernão Lopes e Diogo de Barreira. As cláusulas deste contrato obrigavam os contratadores a trazer anualmente da Índia para o reino de Portugal 1.100 quintais de gengibre e 400 quintais de noz-moscada, pagando de direitos e licenças na Casa da Índia 18\$00 reis por quintal de noz e 7\$000 reis por quintal de gengibre. Todas as despesas de fretes, seguros e obras pias eram por conta dos

⁷¹ EAD., *Conflicts in the global trade*, cit., p. 121. Deve-se assinalar que Jacome de' Bardi ficou como responsável, no que diz respeito à praça de Lisboa, da sociedade da casa Affaitati. Cf. ALESSANDRINI, *Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680*, cit., p. 174.

⁷² MAXIMILIAM KALUS, *Pfeffer-Kupfer-Nachrichten. Kaufmannsnetzwerke und Handelsstrukturen im europäisch-asiatischen Handel am Ende des 16. Jahrhunderts*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Jena, Julho de 2009, texto policopiado, p. 62.

⁷³ ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 683. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque enviada de Madrid a 30 de Março 1576.

⁷⁴ JAMES C. BOYAJIAN, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London 2008, p. 20 e p. 265 n. 2.

⁷⁵ Escreve o rei a 26 de Março de 1585 a Dom Duarte de Meneses, vice-rei na Índia, a propósito do precedente contrato «comesarão ho anno de blxxx e acabarão por vimda das não que vierão ho anno passado de blxxxiiij», publicado em J. H. DA CUNHA RIVARA, *Archivo Portuguez Oriental*, fascículo 3, Asian Educational Services, New Dehli, rep. 1992 [1861], p. 52.

⁷⁶ Giovanni dall'Olmo, mercador veneziano, foi durante 40 anos cônsul dos venezianos em Lisboa, cf. NUNZIATELLA ALESSANDRINI, *Giovanni Dall'Olmo um veneziano em Lisboa: comercio e diplomacia (1541-1588)*, in «Ammentu, Bollettino Storico, Archivistico e Consolare del Mediterraneo», n.º 3, 2013, pp. 155-175, consultado online em: <www.centrostudisea.it/documenti/ammentu_n3_2013/abstracts/22_focus_3_alessandrini.pdf> (Consultado em 15 de Novembro 2015)

⁷⁷ Giovanni dall'Olmo, erroneamente, atribui a ratificação deste contrato ao rei D. Sebastião na altura já falecido em Alcácer-Quibir. Cf. *Informazione di Giovanni dall'Olmo*, cit., p. 26.

contratadores que, para além disso, eram obrigados a ter sempre dinheiro na Índia para a compra das drogas. Nos dois tipos de contratos, o rei tinha garantido o comércio das especiarias sem adiantar nem investir qualquer dinheiro uma vez que todas as despesas estavam ao cargo dos contratadores⁷⁸. Deste modo, o rei português podia canalizar os seus recursos para as prioridades do governo. De facto, as preocupações principais do governo do Cardeal Dom Henrique, como relata Matteo Zane na sua relação de 1579, orientavam-se em três direcções: o problema da sucessão da Coroa de Portugal era, evidentemente, de primeira ordem, seguida pela questão do resgate dos presos da jornada de África e, finalmente, a preocupação em defender o reino dos corsários ingleses e franceses que infestavam as águas portuguesas⁷⁹. Nesta escala de preocupações deve ser entendida, muito provavelmente, a reposição em vigor do contrato de Rovellasca e associados, assim como a assinatura do contrato da *trazida* de outras especiarias. É de salientar que em Setembro de 1579 tinha sido constituída uma sociedade entre Giovan Battista Litta, Cesare Negrolo e Giovan Battista Rovellasca em nome do primeiro, para negócios em Madrid, Lisboa e nas Índias Orientais, sendo o capital inicial de 200.000 *scudi*. Em Novembro do mesmo ano, Giovan Battista Litta entrega a Rovellasca amplas manobras no que dizia respeito à condução dos negócios em Madrid e Lisboa⁸⁰.

O ano de 1580 parece ter sido conturbado para os contratadores, uma vez que a instabilidade política em torno da sucessão de Portugal fazia temer pela segurança e pelo bom andamento dos negócios. Numa carta a Simón Ruiz, datada de 13 de Setembro desse ano, Fernão Ximenes e Rui Nunes dão conta das suas preocupações ao mercador de Medina del Campo, referindo que «Aunque esperamos en Dios que las cosas de Portugal estarán ya asentadas de manera que los negocios corran con seguridad y realidad, porque puede suseder al contrario y que viniendo las naues da India a poder de S.M. esté Lixboa por el señor don Antonio y de manera cerada, que non puedan los hombres venir ny inbiar a cobrar sus haziendas»⁸¹. Ainda na mesma missiva, os irmãos Ximenes relembram a Ruiz os termos do contrato da pimenta que havia sido celebrado com o falecido rei D. Henrique e mencionam os nomes dos contratadores: «Conrado Rot de doze partes das cinco y Juan Bauttista Lita y Juan Bauttista Revelasco 3 1/2 y los señores Antonio Fernández d'Eluas, Tomas Ximénez y Luis Gómez outras 3 1/2 partes, siendo todos tres parceros, empero cada uno obligado por su parte solamente, el Rot por la suya Reuelasco por la suya y los nuestros por la suya»⁸².

Após a entrada efectiva de Portugal na Monarquia Hispânica, Filipe II não interveio nos contratos já assinados, visto que em 1581, na nau S. Pedro, os contratadores da pimenta, entre os quais Giovan Battista Rovellasca, continuam a enviar o *cabedal* previsto pelo contrato para a compra da pimenta⁸³. Após a declaração de falência de Konrad Rott em 1582, Filipe II deixou que o mercador milanês incorporasse as 5 quotas do mercador alemão⁸⁴. Rovellasca obrigava-se assim a pagar «250.000

⁷⁸ Cf. JOSÉ GENTIL DA SILVA, *Contratos de trazida de drogas no século XVI*, In «Revista da Faculdade de Letras» (Lisboa), 1949, pp. 5-28. Nas pp. 16-21 encontra-se a transcrição dos termos do contrato.

⁷⁹ Cf. *Relatione del Clarissimo Matteo Zane dell'ambasceria di Portogallo*, in MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes Documentais de Veneza*, cit., pp. 332-334.

⁸⁰ CRIVELLI, *Conflicts in the global trade*, cit.

⁸¹ Carta publicada em VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome III, cit., pp. 30-31: 30.

⁸² *Ivi*, p. 31.

⁸³ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), *Relação das nãos e galeões que forão em direitura para Malaca*, ms. n. 143.

⁸⁴ AHU, *Índia*, caixa 323.

cruzados en três pagamentos a saber 83.333 y un terzo al final del año 1584, 83.333 y un terzo al final del año del 1585 y 83.333 y un terzo al final del 1586»⁸⁵. O mercador florentino Filippo Sassetti foi o feitor de Rovellasca em Cochim e Goa. Chegou à Península Ibérica em 1578 ao serviço dos Capponi que, como já vimos anteriormente, viriam a ser importantes elementos no circuito de distribuição da pimenta asiática em Florença, através dos Ximenes de Aragão em Lisboa e em Antuérpia. O negócio previsto, contudo, não teve os êxitos esperados e Sassetti resolveu escrever a Lisboa «a certi amici, che sempre che e' mi avessero trovato un partito ragionevole non che buono, che io mi sarei risoluto a pigliarlo per andare lá»⁸⁶. O «partito ragionevole» apresentou-se na figura de Giovanni Battista Rovellasca que - informa Sassetti - «aveva tanta necessità de' casi mia, stando le cose in Índia nel termine che elle stanno, che io non so chi se lo avesse potuto più soddisfare di quello che dovrei poterlo soddisfare io»⁸⁷. Em Fevereiro de 1582, Sassetti muda-se de Sevilha para Lisboa tendo tido notícia que tinha sido fechado o negócio do contrato da pimenta entre o rei e os contratadores, um dos quais era Giovanni Battista Rovellasca e, «conforme alle pratiche che io avevo fatto avanti al partire mio col signor Giovan Batista Rovellasco»⁸⁸, começa a sua parceria com o mercador milanês «al quale oggi si aspettano i 17/24 di questo negozio, che importa di primo capitale in tutto dugentoventiquattromila ducati»⁸⁹. O acordo entre Sassetti e Rovellasca previa que aquele se deslocasse para a Índia com a sua companhia (os florentinos Orazio Neretti e Giovanni Buondelmonti) e lá superintendesse à compra da pimenta da parte do mercador milanês que, por sua vez, pagava a viagem, a casa e um ordenado de 1000 ducados cada ano⁹⁰. Filippo Sassetti parte para a Índia na armada de 8 de Abril de 1583.

Na altura em que foi celebrado o contrato entre Sassetti e Rovellasca, este tinha-se tornado no maior accionista do contrato, ocupando um papel predominante na gestão do comércio da pimenta da Ásia e da Europa. De facto, para além de ter incorporado as quotas de Konrad Rott, Rovellasca, a seguir ao falecimento em Lisboa de Giovan Battista Litta e do irmão Agostino, respectivamente a 26 de Dezembro de 1582 e em Janeiro 1583, tomou posse também das suas quotas. Na verdade, o filho de Agostinho Litta, de seu nome Pompeo, resolveu vender a Giovan Battista Rovellasca as quotas do seu pai e do tio pela quantia de 87.500 cruzados e, anos mais tarde, Rovellasca comprou todas as companhias dos irmãos Litta por um valor de 519.000 ducados a pagar ao longo do ano de 1587, sendo que em 1593 ainda este valor não tinha sido pago⁹¹.

É evidente que só havia tanto dinheiro disponível graças ao apoio do círculo dos homens de finanças de Milão. Como bem salienta G. de Luca, «non si trattava dell'affermazione di una forza finanziaria personale, (...) era piuttosto la vittoria di un circuito finanziario al culmine della sua potenza»⁹². De resto, bem conhecidos eram os projectos de Giovan Battista Rovellasca no meio da comunidade italiana em Lisboa. Sinteticamente resumido por Frà Mariano Azzaro numa carta de 1586 enviada

⁸⁵ Cf. DE LUCA, *Commercio del denaro*, cit., p. 94, n. 3.

⁸⁶ SASSETTI, *Lettere*, cit., p. 286.

⁸⁷ Carta de Filippo Sassetti a Francesco Valori de Lisboa, Março 1582, in SASSETTI, *Lettere*, cit., p. 309.

⁸⁸ Carta de Filippo Sassetti a Francesco Valori de Lisboa, Março 1582, in SASSETTI, *Lettere*, cit., p. 309.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ Cf. DE LUCA, *Commercio del denaro*, cit., pp. 94-95, n. 5. Sobre as companhias dos Litta, veja-se BENEDETTA CRIVELLI, *Le compagnie mercantili dei Litta in Spagna nella seconda metà del XVI secolo. Forme di finanziamento e relazione tra i soci*, in «Studi Storici Luigi Simeoni», 62, 2013, pp. 63-74.

⁹² DE LUCA, *Commercio del denaro*, cit., p. 95.

de Madrid a Antonio Maria Ragona, o projecto visava «ponere un capitale in Malacca per farsi signore assoluto del commercio in Levante»⁹³.

Em 1584, ano em que o contrato da pimenta caducava, começaram as negociações para a confirmação do novo contrato. Filipe II não estava satisfeito com a actuação dos contratadores que «non hanno compíti gli obblighi a che erano tenuti della quantità, che è riuscita minore»⁹⁴. A aquisição de uma quantidade de especiaria inferior à estipulada no contrato condicionava, de facto, o andamento dos preços que subitamente encareciam quando a quantidade era modesta.

Na carta de 10 de Março de 1584 foram entregues, pelo senado veneziano, instruções ao seu embaixador em Madrid, Vincenzo Gradenigo, para que indagasse «se le cose di quei paesi, rispetto alla mercantia, et alle altre circostantie a quella pertinenti, si ritrovano a questi tempi in stato tale, che vi sai opportuna occasione di mandar l'anno venturo le dette nostre galee grosse»⁹⁵. Tal interesse mostrava o desejo de Veneza no reatar, embora prudente, das ligações comerciais com Portugal. A 18 de Abril Gradenigo responde que estava a tratar da questão e que estava à espera de uma informação de Giovanni dall'Olmo. A 18 de Maio de 1584, o cônsul dos venezianos em Lisboa, Giovanni dall'Olmo, redige a conhecida *Informazione* comercial sobre o reino de Portugal, extremamente detalhada no que diz respeito aos preços das mercadorias⁹⁶.

A 1 de Junho de 1584 Vincenzo Gradenigo notifica, de Madrid, que tinha sido celebrado um acordo entre Rovellasca e o monarca. A notícia tinha chegado a esta cidade através das cartas de Giovanni dall'Olmo e do mercador veneziano Luigi Vezzato⁹⁷. Tal acordo, no entanto, não estava referido na já mencionada *Informazione* de Giovanni dall'Olmo datada de 25 de Maio de 1584, pelo que podemos considerar que este acordo não se encontrava ainda em fase de conclusão, sendo susceptível de alterações por parte do rei de Portugal. Além do mais, para se decidirem os termos do contrato estava-se à espera dos navios vindos do Oriente, os quais chegaram em Julho do mesmo ano carregados de especiarias e de mercadorias num valor calculado em cinco milhões de ouro⁹⁸.

O manancial de informações sobre as vicissitudes da celebração deste contrato evidencia a importância deste negócio em que, no entanto, «Rovellaschi è quello che al presente ha il partito di sollicitar la rinovatione, et (...) ha la compagnia con il gran duca di Toscana»⁹⁹. A partir deste momento, foram sendo encetadas, de 1584 até 1588, extenuantes negociações entre o Senado veneziano e Filipe II. Este, após a inclusão de Portugal na Monarquia Hispânica, considerava fulcral incentivar o comércio das especiarias, tentando atrair na sua órbita a cidade de Veneza a quem queria entregar o contrato da distribuição da pimenta. Deste modo, assim como

⁹³ ARCHIVIO DI STATO DI VENEZIA (ASV), *Archivio Proprio Contarini*, Registro 9, folio 54, in MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes Documentais*, cit., p. 724.

⁹⁴ *Parere de' clarissimi Antonio Bragadino e Jacopo Foscarini procuratori di San Marco e Savi del Consiglio intorno al trattato fra Venezia e Spagna sul traffico del pepe e delle spezierie dell'Indie Orientali (1585)*, Tipografia del Commercio di Marco Visentini, Venezia 1870, p. 10.

⁹⁵ ASV, *Senato Secreta, Deliberazioni*, Registro 84, c.81, in INNOCENZO CERVELLI, *Intorno alla decadenza di Venezia-Un episodio di storia economica, ovvero un affare mancato*, in «Nuova Rivista Storica», 1966, p. 600.

⁹⁶ Destacamos que o mercador veneziano residente em Lisboa, Alvise Vezzato, apresentava, numa carta 5 de Maio de 1584, uma lista de mercadorias, preços e quantidades que corroboram a *Informazione* de dall'Olmo. Cf. MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes Documentais*, cit., pp. 706-712.

⁹⁷ Cf. Ivi, p. 482.

⁹⁸ Cf. Ivi, p. 483.

⁹⁹ Vincenzo Gradenigo ao Senado de Veneza de Madrid a 25 de Agosto 1584, in Ivi, p. 485.

escrevia Antonio Maria Ragona, podia crescer «una indissolubile amicizia di utile, di honore, e di sicurezza» entre Espanha e a Sereníssima¹⁰⁰, cuja reputação e experiência comercial eram bem conhecidas, ao ponto de levar a cidade lagunar à hegemonia económica no Adriático. Com a entrada da Sereníssima no contrato da pimenta, o rei propunha-se a cumprir o objectivo de tornar Lisboa na única sede de distribuição dos produtos orientais, em prejuízo da rota do Levante.

No entanto, a hesitação que marcou a resposta de Veneza face à proposta do monarca era perfeitamente compreensível, uma vez que a presença veneziana na península Ibérica era, nesta altura, exígua, quando comparada com a presença que os mercadores venezianos mantinham no Cairo, Alexandria e Damasco¹⁰¹. Deve-se também ter em atenção a postura divergente do Senado veneziano com a dos mercadores e diplomatas residentes na Península Ibérica que, pelo contrário, se mostravam favoráveis à retoma de uma ligação comercial com a praça de Lisboa.

A habilidade com que o Senado veneziano conduziu as negociações optando por uma estratégia que visava a evolução do processo negocial sem dar resposta às solicitações propostas, revela uma cuidadosa e astuta estratégia diplomática. Sabia, Veneza, que uma recusa ostensiva podia ofender Filipe II, e conduzir a consequências pesadas e nefastas. Era necessário, por isso, «stancare l'interlocutore, sottoponendolo ad una attesa sempre piú pesante ed inconcludente, scoraggiandolo progressivamente, senza ricorrere a dinieghi ufficiali e categorici»¹⁰², de modo a que o monarca fosse obrigado a escolher outra solução sem, no entanto, ter recebido qualquer recusa por parte de Veneza. O padre Mariano Azzaro, interlocutor no negócio das especiarias entre o rei católico e o senado veneziano, justificava a demora das negociações devido à importância do negócio.

A 11 de Janeiro de 1585, Azzaro deslocava-se a Madrid para explicar a situação ao embaixador veneziano Gradenigo no intuito de o encorajar a envolver-se no negócio. Para convencer o senado relativamente à excelente oportunidade e aos ganhos importantes que o negócio oferecia, Mariano Azzaro apresenta números e contas, referindo que os contratadores eram obrigados a comprar, com o seu próprio dinheiro, a pimenta da Índia ao preço de cinco ou seis cruzados aos quais eram de acrescentar os custos do seguro, dois cruzados, e os custos do aluguer dos navios, quatro cruzados. O preço final de cada quintal de pimenta somava, assim, 12 cruzados. Seguidamente, o rei, a quem era destinada a totalidade da pimenta, pagava aos contratadores 16 cruzados por cada quintal, de modo a que o lucro sobre 30 mil quintais fosse relevante. Por sua vez, Gradenigo, no relato apresentado ao Senado veneziano, junta a carta de Mariano Azzaro datada de 11 de Janeiro de 1585 em que o padre, para desenhar o estado actual do comércio das especiarias, traça uma breve história deste comércio desde D. Manuel¹⁰³.

Em 1584, o rei precisava de celebrar um contrato para a distribuição da pimenta pelas praças europeias. Segundo Mariano Azzaro, o rei tinha pensado na república de Veneza pois reconhecia-lhe uma grande experiência no comércio das especiarias. Além disso, Veneza dispunha de navios bem apetrechados para este objectivo. No entanto, a firmeza do Senado veneziano em deixar que os acontecimentos se desenrolassem naturalmente, contrastava com a atitude dos diplomatas e mercadores venezianos que se esforçavam em convencer o governo da Sereníssima a aceitar as propostas de Filipe II.

¹⁰⁰ CERVELLI, *Intorno alla decadenza*, cit., p. 607.

¹⁰¹ Cf., MARQUES DE OLIVEIRA, *Veneza e Portugal*, cit., p. 146.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ Cf. MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes Documentais*, cit., pp. 500-504.

O contrato definitivo foi, então, celebrado com Giovan Battista Rovellasca a 15 de Fevereiro de 1586¹⁰⁴ e em Abril associaram-se ao mesmo os Welser. A totalidade dos contratadores desse ano seria composta por Korand Rott, Welser e Függer (com 12 partes), Rovellasca e Giraldo Paris (com 4 partes), Francisco e Pedro Malvenda (com 4 partes) e André e Tomás Ximenes (com 11 partes)¹⁰⁵. Entretanto, a morte do sogro de Rovellasca, Cesare Negrolo, ocorrida em 1586, privou a companhia que disponibilizava dinheiro a Rovellasca de «un anello strategico importante»¹⁰⁶. Todavia, o rei continuava a manter viva a esperança de que os venezianos decidissem entrar no negócio. Desta maneira Filipe II teria conseguido manter sob a sua supervisão um inimigo comercial que reputava de perigoso e, por outro lado, ter-se-ia livrado de mercadores cujo trabalho não apreciava. O senado veneziano é informado, em Setembro de 1586, pelo embaixador Hieronimo Lippomanno, que desde Julho do mesmo ano tinha substituído Vincenzo Gradenigo em Madrid, da ida do Padre Azzaro à corte madrilena no intuito de conhecer a resposta do senado veneziano. Mais, o embaixador refere que Filipe II dava aos venezianos um termo de quatro meses para pensarem na sua proposta, após o qual «Et perche, non gli manca diversi che lo solecitano»¹⁰⁷ se concluiria o negócio com quem melhor lhe parecesse. De facto, era conhecida a intenção de Giraldo Paris, «compagno de Belzeri e Rovelasco»¹⁰⁸ de participar, juntamente com os sócios, no contrato da distribuição da pimenta «negotio di grandissima utilità (...) per la terza parte con honesti conditioni», eventualmente em sociedade com os venezianos¹⁰⁹. No entanto, passados os 4 meses, nem os venezianos tinham dado a resposta positiva, nem os negócios tinham chegado a qualquer ponto de encontro¹¹⁰, apesar das confirmações de privilégios outorgados por Filipe II aos navios venezianos¹¹¹. Face à impenetrabilidade do silêncio da República de Veneza relativamente a esta questão, o monarca viu-se obrigado a assinar o contrato com outros contratadores. Assim, nos primeiros meses de 1589, foi celebrado o contrato em Madrid entre Giraldo Paris e D. Cristóvão de Moura, onde se estabelecia que a pimenta se havia de vender ao preço que o rei ordenasse. Giraldo Paris remeteu a ratificação do contrato aos seus companheiros em Lisboa e Filipe II enviou uma carta, datada de 26 de Março de 1589, a João Gomes da Silva para que este interpelasse os contratadores sobre a aceitação do contrato. Rovellasca e os Welser acharam inaceitável venderem a pimenta ao preço estabelecido pelo rei «pello tempo que era passado despois que se isto tratava, por terem com muita perda sua provido os cabedais pera a pimenta e pera os seus alvitres»¹¹². O senado veneziano era informado via Madrid sobre a situação do negocio das especiarias que «si va concertando com li Revelaschi»¹¹³. No entanto, a

¹⁰⁴ Filippo Sassetti, feitor de Rovellasca em Cochim, estava à espera do desenvolvimento da situação para poder decidir da sua vida: se Rovellasca tivesse mantido o contrato, Sassetti teria ficado na Índia; caso contrário teria regressado a casa até porque uma série de novas disposições tornavam inviáveis os pequenos negócios particulares que, até então, tinham produzido lucros razoáveis. Carta a Francesco Valori de 20 de Janeiro de 1586, in SASSETTI, *Lettere*, cit., p. 485.

¹⁰⁵ Cf. VAZQUEZ DE PRADA, *Lettres Marchandes d'Anvers*, Tome I, cit., pp. 90-91.

¹⁰⁶ DE LUCA, *Commercio del denaro*, cit., p. 99.

¹⁰⁷ Carta de Hieronimo Lippomanno de Madrid a 10 de Setembro de 1586, in MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes Documentais*, cit., p. 519.

¹⁰⁸ Carta de Hieronimo Lippomanno de 15 de Dezembro de 1586, in Ivi, p. 525.

¹⁰⁹ Carta di Giraldo Paris ao embaixador Lippomanno de 15 de Janeiro 1587, in Ivi, p. 528.

¹¹⁰ Carta de Hieronimo Lippomanno de Madrid a 23 de Janeiro de 1587, in Ivi, pp. 527-528.

¹¹¹ Cf. MARQUES DE OLIVEIRA, *Veneza e Portugal*, cit., p. 331.

¹¹² BNP, *Colecção Pombalina*, 644, fls. 106-107.

¹¹³ MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes Documentais*, cit., p. 601. Carta de Tomaso Contarini de Madrid a 11 de Abril de 1590.

disponibilidade financeira de Giovan Battista Rovellasca, faltando a injeção dos capitais da sua terra de origem, já não tinha condições para sustentar o contrato da distribuição da pimenta. Em 1591, os Ximenes e Rovellasca, em conjunto com Malvenda, Függer, Welser, Paris ainda participaram num contrato¹¹⁴. Em Julho de 1593 apresentou-se a ocasião de Giovan Battista Rovellasca poder também adquirir a quota de António Fernandes d'Elvas que, enquanto sócio, possuía 3.5 do contrato. No entanto, por motivos de saúde, Rovellasca não conseguiu concretizar este intento. Em sociedade com Giraldo Paris, Giovan Battista Rovellasca possuía apenas 4 das 32 quotas e em 1593 declara falência¹¹⁵. Perspectiva-se o final de uma época. Durante pouco tempo os mercadores cristãos-novos ainda asseguram o contrato mas, com o final do contrato em 1597 e sem aparecerem novos interessados, a Coroa retomou as compras da pimenta¹¹⁶. Em Abril de 1593, apesar dos vários constrangimentos que os cristãos-novos sofriam para poderem estar no espaço asiático, o monarca emite um alvará para que pudessem permanecer na Índia «os feitores dos contratadores da trazida da pimenta, em quanto durar o seu contrato». Numa apostilha ao mesmo alvará explicita-se os seus nomes: «Os homens que nomeamos para administração da pimenta nas partes da India, são os seguintes. - Em Goa, Antonio Fernandes Xemenes, Duarte Gomes Solis, Francisco Lopes d'Elvas, Graviel Dias de Brito, Gaspar Diniz, Domingos Duarte. Em Cochim, Simão Gracia, João Nunes Agoa [?], Joane Mendes, Pero Bernaldez»¹¹⁷.

5. Conclusão

O incremento do comércio europeu e o seu alargamento à escala global, levou a uma maior complexificação dos próprios laços e relações que compunham as densas redes comerciais que cobriam os quatro cantos do mundo. Deste modo, os mercadores sentiram a necessidade de se adaptar às conjunturas e de criar estruturas mais amplas, forçosamente compostas por uma maior diversidade tanto cultural, como religiosa¹¹⁸. O Portugal da primeira modernidade foi palco de diversas dessas experiências comerciais que promoveram a convergência de mercadores de proveniências distintas. Se, nos inícios do século XVI, assistimos à criação de parcerias ou de redes comerciais com indivíduos e capitais de diferentes nacionalidades, nos finais do século a dimensão dos negócios exigia uma concentração de capitais de tal forma significativa que estas parcerias se tornaram inevitáveis. Ao analisarmos os contratos da *trazida* da pimenta, torna-se evidente que as conexões comerciais entre mercadores cristãos-novos e italianos não só se mantiveram ao longo do século como, inclusivamente, se intensificaram. Seguimos os percursos de Rovellasca e da família Ximenes de Aragão que nos mostram não apenas as estreitas ligações comerciais que detinham entre si, mas também as várias

¹¹⁴ HERMANN KELLENBENZ, *Autour de 1600: le commerce du poivre des Fugger et le marché international du poivre*, in «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations», 11e année, n° 1, 1956, pp. 1-28.

¹¹⁵ Cf. DE LUCA, *Commercio del denaro*, cit., p. 101.

¹¹⁶ Cf. BOYAJIAN, *Portuguese Trade*, cit., pp. 6-8; JOÃO MANUEL DE ALMEIDA TELES E CUNHA, *Economia de um império. Economia política do Estado da Índia em torno do mar Árábico e golfo Pérsico. Elementos conjunturais: 1595-1635*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, séculos XV-XVIII, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 1995, pp. 415-428.

¹¹⁷ Publicado em J. H. DA CUNHA RIVARA, *Archivo Portuguez Oriental*, fascículo 5, parte 3, Asian Educational Services, New Dehli, rep. 1992 [1866], pp. 1312-1315.

¹¹⁸ Nesse sentido cf. FRANCESCA TRIVELLATO, *Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne et Hindus de Goa. Réseaux marchands et échanges culturels à l'époque moderne*, in «Annales, Histoire, Sciences Sociales», 3 (2003), pp. 581-603.

ligações a outras importantes firmas das cidades italianas e da elite mercantil cristã-nova, bem como a importantes casas comerciais alemãs ou espanholas. Para além dos laços familiares, que não podem ser descurados em famílias alargadas como a dos Ximenes de Aragão, a união entre estas casas comerciais fazia-se segundo as garantias que podiam oferecer e, em muitos casos, em virtude das garantias que eram oferecidas por outros mercadores de prestígio. Para além de tudo, os riscos deste comércio eram muito avultados e nem todos os mercadores conseguiram resistir. Os custos e as incertezas que o comércio da pimenta acarretavam obrigavam à concentração de grandes capitais, tal como vemos nos consórcios “transnacionais” de finais do século XVI. Por outro lado, as condições bastante restritas impostas pela Coroa, não facilitavam a permanência estável destes contratos, pois obrigavam a uma constante renegociação das condições para se tentar cumprir com as metas estipuladas. Assim, para muitos destes mercadores, o saldo final da sua participação nos contratos de *trazida* e de distribuição das especiarias. Disso são exemplos claros os dois casos que destacámos, em que Rovellasca é forçado a declarar falência, ao passo que os Ximenes de Aragão ainda conheceriam várias décadas de pujança económica.

Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII

European printers and booksellers in sixteenth and seventeenth centuries Lisbon

Jorge FONSECA

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

Abstract

Professionals from other european countries always took part in printing and book distribution in Portugal, mainly in Lisbon. The royal crown supported these activities, due to its importance for printer and bookselling increasement and cultural development of Portugal. This article, based on notarial documents, concerns some aspects of foreigners involvement, especially book imports from Spain, Italy and France, paper imports from Italy, and its exports to India, and print of books in Lisbon through Portuguese and Spanish booksellers.

Keywords

Books, Booksellers, Paper, Print, Lisbon

Resumo

A impressão e a distribuição de livros em Portugal, sobretudo em Lisboa, contaram sempre com a intervenção de profissionais de outros países europeus. Essa participação foi apoiada pela coroa, consciente da importância dos mesmos para o incremento da produção e comércio livreiro e, desse modo, para o desenvolvimento cultural do país. O artigo aborda, com recurso a fontes notariais, vários aspetos da intervenção de estrangeiros, nomeadamente na importação de livros de Espanha, Itália e França, de papel proveniente de Itália, assim como na exportação de livros e de papel para a Índia e na impressão de textos, em Lisboa, por conta de livreiros portugueses e espanhóis.

Palavras chaves

Livros, Livreiros, Papel, Imprensa, Lisboa

A produção de livros e a sua comercialização em Portugal contaram, desde o início da imprensa no país, com a decisiva participação de técnicos e mercadores de vários países europeus, sobretudo daqueles em que a indústria e o comércio livreiro estavam mais desenvolvidos. O local em que essa realidade ocorreu de uma forma mais clara foi Lisboa, a urbe mais rica e populosa, que, pela sua situação geográfica, dinamismo e importância política e cultural oferecia melhores perspetivas de negócios.

A cidade, sede e motor da expansão marítima lusitana, constituía um dos principais elos de ligação da Europa ao resto do mundo. Por isso, além de um mercado livreiro significativo era também uma porta para a exportação para o Oriente e para a América.

Desde cedo são referenciados impressores e livreiros estrangeiros na cidade, cuja atividade era apoiada pela Coroa, ciente do papel que podiam desempenhar no desenvolvimento das técnicas de impressão e, através delas, no progresso do país.

É prova disso a isenção do pagamento de sisa concedida por D. Afonso V, em 1481, a Guilherme e Francisco de Momtrete, irmãos, e a Guido, francês, ao tempo residentes em Lisboa, de todos os livros impressos que importassem e vendessem no país, durante três anos. A justificação para essa regalia era o reconhecimento pelo

soberano da vantagem de em seus reinos «haver muitos livros»¹. Outra demonstração do interesse da Coroa em atrair agentes europeus que pudessem desenvolver a indústria tipográfica foi a concessão por D. Manuel I, em 1508, ao alemão radicado em Sevilha² Jacob Cromberger, assim como a todos os impressores de livros em atividade no reino, dos privilégios de que gozavam os cavaleiros da sua casa. E a razão invocada foi a necessidade no país da «nobre arte da impressão» para que os funcionários régios melhor pudessem conhecer e aplicar as leis e os sacerdotes administrar os sacramentos³. O monarca, empenhado, através de uma ampla reforma legislativa e administrativa, em lançar as bases do que hoje chamamos o Estado Moderno, reconhecia a utilidade do livro impresso quer para a Coroa quer para a Igreja mais eficazmente cumprirem os seus fins.

Um expressivo exemplo do recurso à tipografia para o cumprimento dos objetivos da Coroa é o das relações desta com Valentim Fernandes da Morávia, originário dessa região da Europa Central, que entrou no país nos finais de Quatrocentos. Homem de cultura interessado pelos Descobrimentos portugueses e conhecedor da mercancia, mereceu a confiança da rainha D. Leonor, de quem foi escudeiro, e de D. Manuel. Depois de imprimir a *Vita Christi*, de sociedade com o alemão Nicolau de Saxónia, além de outras obras, foi encarregado pelo rei da publicação das *Ordenações*, em cinco volumes, resultado da reforma legislativa promovida por este, trabalho a que associou o italiano João Pedro de Cremona⁴.

Outra forma de apoiar o trabalho destes profissionais especializados cujo contributo para o país se revelava tão valioso era o de lhes atribuir privilégios de exclusividade para a publicação de certos livros ou de os isentar de algumas obrigações, como a atribuição em 1539 ao francês Germão Galharde, fixado em Lisboa entre 1519 e 1560, do privilégio da impressão do *Reportório dos tempos*, manual astronómico e astrológico do castelhano André de Li, traduzido por Valentim Fernandes, e das cartilhas de ensinar do bispo de Viseu D. Diogo Ortiz, assim como das regalias dos seus oficiais mecânicos, o que implicava a dispensa de lhe serem tomadas a moradia e a oficina para alojar quem quer que fosse⁵.

A atividade livreira contava, nesses primeiros tempos da imprensa, com a participação de vários tipos de intervenientes, impressores, encadernadores, editores e mercadores de livros, de grande e de pequena dimensão. As funções destes profissionais sobrepunham-se frequentemente nos mesmos indivíduos, que as exerciam em simultâneo. Era vulgar os impressores venderem parte dos livros que produziam, assim como mercadores de livros tomarem a iniciativa e suportarem os custos de uma edição, e os encadernadores serem, ao mesmo tempo, vendedores dos livros que importavam em folha, para diminuírem o seu peso e volume, e depois encadernavam e vendiam. Em todas essas etapas da produção e comércio livreiro se encontravam estrangeiros.

¹ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, LISBOA (doravante, ANTT), *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 26, f. 147, documento publicado por FERNANDO GUEDES, *Os livreiros em Portugal*, Verbo, Braga 2005, p. 163.

² ARTUR ANSELMO, *História da edição em Portugal. I. Das origens até 1536*, Lello e Irmão, Porto 1991, p. 223.

³ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. V, f. 6 v., documento publicado por GUEDES, *Os livreiros*, cit., p. 166.

⁴ ANSELMO, *Origens da imprensa em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1981, pp. 146-198.

⁵ VENÂNCIO DESLANDES, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1988, pp. 14-17.

Exemplo dessa realidade foi o francês João de Borgonha, fornecedor de encadernações de luxo a D. João III e D. Catarina de Áustria⁶, assim como dos livros em branco a serem usados pela Real Fazenda e Casas da Índia e Mina⁷. Integrada na primeira função esteve a encomenda da soberana de lhe encadernar, em 1550, treze livros, dourados e lavrados e com fitas de seda verde⁸. Estabelecido na rua Nova, aí vendia livros importados, tendo pago a edição de obras de natureza religiosa em Lisboa e Lyon. Vivia com a mulher numa quinta na Pampulha e servia-se de pelo menos um escravo⁹. Em 1547 denunciou à Inquisição o gramático e escritor Fernando Oliveira, autor da *Arte da guerra do Mar* - onde se manifestou contra a forma abusiva como se praticava o tráfico de escravos - e de outras importantes obras, por afirmações heréticas proferidas durante uma discussão que teve com ele sobre Henrique VIII de Inglaterra, o que levou à prisão do intelectual durante vários anos¹⁰. Teve como empregado o castelhano Miguel de Arenas ou Arena, futuro livreiro-editor de sociedade com João de Molina¹¹. Livreiro flamengo era Geraldo de Frisa (provavelmente da Frísia), com loja na rua Nova em 1565¹².

Alguns desses impressores e mercadores estrangeiros, vindos de países atingidos pela Reforma protestante, acabaram por ser alvo da suspeita de heresias. Um deles foi o francês Estêvão, impressor de Luís Rodrigues, acusado em 1549, por um serralheiro seu compatriota, de possuir uma Bíblia em francês e de falar contra as imagens, dizendo que estas eram de madeira¹³. O mesmo serralheiro viria também a denunciar, dez anos depois, Mateus, igualmente impressor francês¹⁴. Essas acusações poderiam ser, em certos casos, motivadas por receio de concorrência dentro da mesma atividade, como quando o impressor Pedro Alberto, de Antuérpia, participou ao Santo Ofício de Cornélio, também impressor flamengo, empregado da viúva de Germão Galhardo, simplesmente por ele lhe ter dito que já tinha estado preso¹⁵. Em 1573 foi o castelhano Fernando de Medelin que delatou àquele tribunal Alonso de Leon, aragonês e livreiro, por ocultar dois livros que falavam contra o Ofício divino e a Missa, provenientes da Flandres ou de França¹⁶.

O objetivo desta intervenção, porém, não é o de resumir factos já conhecidos da história do livro em Portugal, mas o de referir aspetos que julgo inéditos, porque baseados em fontes de arquivo que não têm sido exploradas. Refiro-me sobretudo ao fundo notarial de Lisboa da Torre do Tombo. Apesar das graves limitações que atualmente dificultam a sua consulta, pois cerca de metade dos livros de notas quinhentistas e seiscentistas respeitantes a Lisboa não são acessíveis devido ao seu estado de conservação, é possível, mesmo assim, encontrar dados inéditos referentes a impressores e livreiros, nomeadamente contratos para impressão e venda de livros, pagamentos devidos pela importação destes produtos, informações de natureza

⁶ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte 1, Maço 84, nº 142 e Maço 93, nº 124.

⁷ ANTÓNIO BAIÃO, *O livreiro quinhentista João de Borgonha*, em «Boletim da Academia das Ciências de Lisboa», XXX, 1958, p. 175.

⁸ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte 1, Maço 84, nº 142.

⁹ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 15, Cx. 26, Liv. 123, f. 91 - 15.11.1599.

¹⁰ FERNANDO OLIVEIRA, *Arte da guerra do mar*, Edições 70, Lisboa 2008, p. XI; BAIÃO, *A Inquisição em Portugal e no Brasil*, em «Arquivo Historico Portuguez», VI, 1908, p. 181.

¹¹ GOMES DE BRITO, *Notícia de livreiros e impressores em Lisboa na 2ª. metade do Século XVI*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa 1911, pp. 9-10.

¹² *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei nosso senhor o ano de 1565*, vol. I, Câmara Municipal, Lisboa 1947, p. 213.

¹³ BAIÃO, *A Inquisição*, cit., VI, pp. 183-184.

¹⁴ BAIÃO, *A Inquisição*, cit., VII, p. 15.

¹⁵ *Ivi*, p. 151.

¹⁶ *Ivi*, p. 153.

familiar sobre livreiros e impressores e outros. Com interesse também para o conhecimento destas matérias e ainda não completamente explorado é o fundo paroquial da cidade. Vejamos, então, alguns desses dados, no que diz respeito a agentes europeus.

Uma das vertentes em que a intervenção destes se verificava era a importação de livros provenientes dos grandes centros de produção europeus, como a França, nomeadamente Lyon, a Flandres, sobretudo Antuérpia, a Itália, em que Veneza ocupava posição de destaque, e a Alemanha. Essas importações podiam fazer-se diretamente dos locais de origem para Lisboa, em grande parte do percurso por via fluvial e marítima. Mas podiam também chegar por terra, a partir do território castelhano, de onde eram reexpedidos depois de entrar neste país. Alguns destes entrepostos eram cidades como Salamanca, importante centro universitário, assim como de produção e comércio livreiro, onde residiam e operavam profissionais provenientes de vários países, e Medina del Campo, em que se realizavam as célebres feiras, dinâmico centro internacional de compra e venda de livros.

Um dos casos que encontrei refere-se à apreensão, na vila fronteiriça de Arronches, de livros e dinheiro pertencentes a João de Molina, também conhecido por João de Espanha, importante mercador da praça de Lisboa, e a Lucas de Junta, livreiro florentino estabelecido em Salamanca. A causa da apreensão foi a falta de pagamento dos direitos de importação dos livros. Após reclamação dos donos da mercadoria, com base na isenção de dízima e sisa concedida por D. Manuel I à entrada de livros no país, um alvará régio de 1571 ordenou o seu desbloqueamento e entrega aos donos. O valor em causa era de 24.000 reais, 22.000 dos quais pertenciam a Lucas de Junta e os restantes 2.000 a João de Molina. Mas em 1578 os dois mercadores ainda se encontraram em Lisboa para tratarem de cobrar o que lhes era devido¹⁷. O interveniente estabelecido em Salamanca era membro de uma importante família de impressores e livreiros italianos, os Giunta, estabelecidos desde o século XV em Florença, Veneza e Lyon e, mais tarde, também em Génova, Burgos, Salamanca e Madrid¹⁸. Era provavelmente o fornecedor de João de Molina e os livros deviam vir de Salamanca e ter entrado no reino por Arronches. Mas já em 1565 este último enfrentara um problema semelhante na vila, igualmente raiana, do Sabugal, tendo beneficiado de solução idêntica¹⁹. João de Molina ou de Espanha, próspero editor e livreiro da rua Nova dos Ferros, recebia livros de Christophe Plantin, o célebre impressor flamengo, a quem também encarregou de imprimir por sua conta²⁰. Teve uma escrava, Catarina de Espanha²¹.

Em 1609 Francisco de la Corona, referido como «mercador veneziano», morador em Lisboa junto à ermida de N^a. S^a. da Vitória, contratou com a filha de Pero de Lagos, livreiro de Lisboa já falecido, e com o respetivo genro, Belchior Pereira, também livreiro, o pagamento faseado de 60.000 reis que aquele lhe ficara a dever pela venda de «livros de Leão e Veneza»²². E em 1612 Nicolau de Carvalho, impressor da

¹⁷ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cartório 1, Cx. 2, Liv. 8, ff. 12 v.-13.

¹⁸ LUCIEN FEBVRE, HENRI-JEAN MARTIN, *O aparecimento do livro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2000, pp. 171-172; GÉRARD MORISSE, *L'activité en Espagne d'un libraire lyonnais du XVI.e siècle d'après les dossiers de la Chancellerie de Castille*, em «Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição», Ano IV, n^o 8, 2001, pp. 75-79.

¹⁹ DESLANDES, *Documentos*, cit., pp. 79-81.

²⁰ *Ibidem*; EDDY STOLS, *Livros, gravuras e mapas flamengos nas rotas portuguesas da primeira mundialização*, em WERNER THOMAS, EDDY STOLS (sob orientação de), *Un mundo sobre papel*, Acco, Lovaina 2009, p. 117.

²¹ ANTT, *Fundo Paroquial, Lisboa, S. Pedro de Alfama*, Liv. 1 de Batismos, f. 69.

²² ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 2, Cx. 16, Liv. 78, f. 78 v. - 11.4.1609.

Universidade de Coimbra, declarou-se devedor do mesmo mercador em 135.500 reis, que ainda estavam em falta, a propósito do fornecimento de nove balas (fardos) de livros de Lyon, prometendo pagar-lhos em várias prestações²³.

Lyon e Veneza eram dos principais centros produtores e exportadores de livros da Europa. A primeira cidade, junto ao Ródano, sede de importantes feiras, além de grande centro impressor, recebia e redistribuía para muitos locais livros de vários países, nomeadamente de Itália. É, pois, possível que os livros venezianos vendidos em Portugal por Francisco de la Corona lhe tenham chegado por intermédio da cidade francesa e que todos tenham vindo, a partir daí, primeiro por via fluvial e depois por mar.

É de assinalar que o mercador não negociava apenas em livros. Em 1612 comprou grandes quantidades de lã proveniente da vila alentejana de Serpa²⁴, que certamente destinava à exportação. E já em 1604 tinha fretado ao mestre de uma caravela a ida deste de Lisboa à ilha de São Tomé, com mercadorias suas e de Bastião Bacal, daí regressando à cidade, sem ser indicado o tipo de carga que seria transportada nem à ida nem à vinda²⁵. Poderia tratar-se de exportação de lã e importação de açúcar ou escravos. Isto mostra que, sem se dedicarem exclusivamente ao comércio livreiro, alguns ou muitos dos mercadores de livros, sobretudo quando operavam nos circuitos internacionais, tratavam em variados produtos, por razões de maior rentabilidade. Em 1609 nomeou um procurador para ir à Baía de Todos os Santos, no Brasil, cobrar dívidas a que lhe estavam obrigados vários indivíduos²⁶. Entre esses devedores poderia haver compradores de livros. Como a tipografia só surgiu no Brasil nos meados do século XVIII, os seus habitantes, até aí, estiveram dependentes do reino para obterem esse tipo de mercadoria²⁷.

Embora na Índia a situação fosse diferente, porquanto desde o século XVI que a imprensa aí existiu, nomeadamente por meio do alemão João Endem, que exerceu a sua arte em Goa de 1561 a 1573²⁸, era no entanto corrente a venda de livros para o Estado da Índia por livreiros de Lisboa. Tal sucedia pelo envio direto a clientes interessados, como ocorreu na terceira década de Seiscentos com o secretário da Inquisição de Goa, Francisco da Costa, que recebeu livros de Manuel Fernandes, livreiro de Lisboa, por meio do padre jesuíta António Ferreira²⁹, mas igualmente através de livreiros estabelecidos no território que, por sua vez, eram clientes de fornecedores de Lisboa. Foi o que se passou com Diogo de Lepe, provavelmente castelhano, proveniente da vila andaluza desse nome, que viveu e trabalhou na urbe do Tejo, tendo-se inscrito na confraria dos livreiros³⁰ e foi depois para Goa exercer o seu ofício. Antes de sair do reino deixou uma filha bastarda, Inês, ao cuidado de Simão Lopes, mercador de livros da cidade. Ao falecer na Índia, destinou 200 pardaus para o casamento da filha, ficando o tutor encarregado de os mandar levantar e aplicar ao referido fim. Este, então, em 1587 nomeou outro livreiro de Goa, Bastião Fernandes, para arrecadar essa importância e lha enviar³¹. Daqui se poderá concluir

²³ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 8, Liv. 30, f. 15 v. - 23.2.1612.

²⁴ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 8, Liv. 30, ff. 11 e 12 v. - 22 e 23.2.1612.

²⁵ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 7, Ofício A, Cx. 5, Liv. 20, f. 108 - 28.4.1604.

²⁶ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 2, Cx. 16, Liv. 78, f. 78 v. - 11.4.1609.

²⁷ JORGE PEIXOTO, *Notas sobre a expansão da tipografia portuguesa*, em DOUGLAS C. MCMURTRIE (sob orientação de), *O livro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1982, pp. 471-472.

²⁸ Ivi, pp. 469-470.

²⁹ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 31, Liv. 107, f. 10 v. - 15.4.1628.

³⁰ MARIA BRAK-LAMY BARJONA DE FREITAS, *Os livreiros da Lisboa quinhentista*, em «Revista Municipal» (Lisboa), nº 54, 3º Trimestre, 1952, pp. 16-17.

³¹ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 2, Cx. 4, Liv. 18, f. 3 v. - 27.2.1587.

que Diogo de Lepe, quando foi para Goa confiava a tal ponto no livreiro de Lisboa que deixou a filha sob a sua tutela, certamente porque esperava continuar em contacto com ele, provavelmente como seu cliente na Índia. E o mesmo se deverá ter passado com o procurador Bastião Fernandes, talvez também seu cliente na compra de livros para revenda na cidade.

Era frequente editores de uns países procurarem, por razões de maior qualidade, de preço mais vantajoso ou outras, países estrangeiros para neles mandarem imprimir os livros que queriam produzir e vender. Por isso surgem livros impressos em Portugal, sob responsabilidade de editores e livreiros de outros países e em línguas diferentes da portuguesa, que claramente não se destinavam ao mercado interno. O mesmo se passava com livros portugueses, ou mandados imprimir por editores residentes em Portugal, impressos fora do país. São prova daquela vulgar ocorrência três contratos firmados em Lisboa entre livreiros castelhanos na segunda década de Seiscentos.

Num deles, de 1615, Miguel de Sande, morador em Madrid, e Jerónimo de Yepes, de Valladolid, receberam 600 resmas de papel de Luís de Ruter - morador em Lisboa mas, pelo que sugere o apelido, de origem estrangeira - «para imprimirem um livro», pagando-lhe os 180.000 reis que o papel valia só ao fim de seis meses, comprometendo-se a não tirar os livros «do poder do imprimidor» até terem pago o papel³².

Noutro, do ano anterior, o mesmo mercador de livros Jerónimo de Yepes, referido como estante numa estalagem de Lisboa, à Porta do Mar, juntamente com o seu sócio Miguel de Sande, de quem tinha procuração e constante também da escritura anteriormente referida, contratou com dois livreiros seus compatriotas, Filipe João, de Sevilha, e Gabriel de Loaiza, de Alcalá de Henares, vender-lhes 1.500 exemplares de um livro em língua castelhana chamado *Instituição de sacerdotes*, em papel somente (portanto, não encadernados), pelo preço total de 7.500 reales castelhanos. Esse número de exemplares constituía toda a tiragem do livro e a venda era feita aos dois livreiros em partes iguais. Dessa quantia os vendedores receberam logo 4.000 reales, devendo o restante ser-lhes pago em Sevilha no prazo de oito meses. Testemunhou o negócio Damião Rodrigues, livreiro de Madrid e alojado na mesma estalagem³³. Tratou-se, num caso e noutro, da impressão em Lisboa de livros destinados ao mercado castelhano. Para tal, quer para a compra do papel quer para a impressão, livreiros castelhanos estabelecidos em diferentes cidades do seu país associaram-se para a impressão dessas obras e para a sua venda em várias urbes de Castela, portanto quer na condição de editores quer na de livreiros, deslocando-se para esse efeito temporariamente a Lisboa.

O que terá levado estes espanhóis a mandarem imprimir os seus livros em Lisboa? A compra nesta cidade do papel necessário a uma dessas obras sugere que a explicação está precisamente aí. A qualidade do papel produzido em Espanha no século XVII era baixa e frequentemente os editores optavam por importar papel melhor de Itália e outros países³⁴. Essa importação devia fazer-se muitas vezes através do porto de Lisboa, como se verifica na primeira escritura analisada. Ora, estando o papel nesta cidade, os editores, sobretudo se eram provenientes de várias localidades do território castelhano, deviam pensar que era mais fácil e económico imprimir os livros logo em Lisboa, levando-os depois para as suas terras já sob a forma de

³² ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 13, Liv. 45, f. 7 v. - 10.6.1615.

³³ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 11, Liv. 40, f. 59 - 21.4.1614.

³⁴ JAIME MOLL, *La edición española en el Siglo de Oro*, em *Livres et libraires en Espagne et au Portugal (XVI.e-XX.e siècles)*. Actes du Colloque International de Bordeaux (25-27 avril 1986), Éditions du CNRS, Paris 1989, p. 18.

produto final, do que transportar primeiro o papel para um desses locais, imprimir nele os livros e deslocá-los depois para as cidades de destino. Talvez os livros, se bem acondicionados e em pequenas quantidades, se deteriorassem menos nas viagens por terra que centenas de resmas de papel.

Que Lisboa importava papel, por via marítima, e o reexportava é facto comprovado e também que nesse comércio intervinham estrangeiros. Em 1616 Fourtanier de Bruix, mercador francês, nomeou vários procuradores para cobrarem em Goa o valor de 23 resmas de papel que lhe tinha enviado em 1609³⁵. Em 1610 o livreiro de Lisboa Sebastião Rodrigues embarcou para o estado da Índia 10.000 reis em livros e duas resmas de papel de Veneza³⁶.

Noutro contrato, este de 1617, o referido Filipe João, livreiro de Sevilha e estante em Lisboa, comprometeu-se a pagar 28.720 reis a António Mendes, mercador lisboeta, «de certos livros que na dita cidade de Sevilha lhe entregou Manuel Gomes por ordem dele António Mendes»³⁷. Também aqui estamos provavelmente em presença de livros impressos em Lisboa, em castelhano ou latim, com mercado no país vizinho. Também se podia tratar, noutra hipótese, de obras importadas da Flandres, por mar, que eram depois encaminhadas para livreiros de Castela. Lisboa era porta de entrada na Península Ibérica de cargas de livros enviadas de portos nórdicos como Roterdão, mas cujo destino era, por exemplo, Medina del Campo, grande centro de redistribuição livreira³⁸.

Outro caso encontrado foi o contrato, aparentemente não concluído, que juntou em abril de 1621 o livreiro da rua Nova Belchior Pereira e o impressor Pedro Craesbeeck, flamengo de Antuérpia e antigo aprendiz e oficial da oficina Plantin, estabelecido em Lisboa como impressor na última década do século XVI³⁹. No momento do contrato morava junto à igreja da Madalena. O objetivo do acordo era que este último imprimissem ao primeiro 1.525 exemplares de um livro «da explicação da bula da Santa Cruzada», cujos direitos de edição eram do desembargador Francisco Gomes Loureiro, que os tinha trespassado ao livreiro. O tempo previsto para a impressão era de sete meses, no fim dos quais Pedro Craesbeeck devia entregar os exemplares combinados e receber 2.000 reis por cada folha, de papel e impressão. O livreiro e editor ficava obrigado a dar 100 exemplares encadernados a D. António Mascarenhas, Comissário Geral da Bula da Santa Cruzada em Portugal, que lhe tinha emprestado 400 cruzados para a realização do trabalho, dos quais seria descontado o custo da impressão e encadernação desses exemplares. A escritura, no entanto, foi interrompida antes da indicação das testemunhas presentes, não tendo sido também assinada⁴⁰. Isso pode ter sucedido por divergências entretanto surgidas, por falta de algum dos outorgantes ou por outro motivo. Não encontrei uma escritura posterior em substituição desta, mas isso dever-se-á provavelmente a ter-se perdido ou a constar dos livros atualmente sem acesso. O que é facto, no entanto, é que nesse ano de 1621 foi impressa em Lisboa por Pedro Craesbeeck uma brochura de 14 fólios com o título: *Sermão feito na Sé desta cidade de Lisboa na publicação solene da Santa Bula da Cruzada a 7 de fevereiro de 1621 quando o mui ilustre senhor D.*

³⁵ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 13, Liv. 48, f. 19 v. - 21.3.1616.

³⁶ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 8, Liv. 30, f. 82 v. - 26.3.1612.

³⁷ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, CCx. 15, Liv. 53, f. 80 - 19.5.1617.

³⁸ DIRK IMHOF, *Las ediciones españolas de oficina plantiniana*, em THOMAS, STOLS (sob orientação de), *Un mundo*, cit., p. 66.

³⁹ JOÃO JOSÉ ALVES DIAS, *Craesbeeck, uma dinastia de impressores em Portugal*, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, Lisboa 1996, pp. IX-XII.

⁴⁰ ANTT, *Fundo Notarial, Lisboa*, Cart. 1 A, Cx. 22, Liv. 76, f. 21 v. - 7.5.1621.

António Mascarenhas, daião da capela real de Sua Majestade, entrou por Comissário Geral. O sermão é da autoria do padre Frei Pedro Calvo, pregador do rei⁴¹. Deve tratar-se da edição contratada.

Pedro Craesbeeck foi, como se sabe, o iniciador de uma famosa firma de impressores e editores que duraria até 1690⁴².

Muitos outros exemplos poderiam ser dados de estrangeiros que laboraram em Portugal como impressores, livreiros e editores. Mas vou só referir-me a mais um, pelo facto de a sua existência ter sido posta em dúvida por Gomes de Brito, um dos primeiros historiadores do livro em Portugal. Trata-se de um profissional referenciado no Livro do lançamento do imposto especial lançado sobre a cidade por D. Sebastião, em 1565. No beco de Gaspar das Naus os lançadores encontraram «Clodio Colon, imprimidor» em casas alugadas e vivendo com mais seis moradores no mesmo prédio⁴³. Gomes de Brito estranhou o nome do impressor e defendeu que o escrivão do recenseamento teria desfigurado, por engano, o de João Blávio de Colónia, conhecido impressor quinhentista de Lisboa⁴⁴. Ora acontece que o registo paroquial de batismos da paróquia de S. Pedro de Alfama de 1565, precisamente o ano do imposto, informa de que a 11 de março foi aí batizado Luís, filho de Nicolau francês e de Catarina de Macedo, mulher que não era casada, tendo sido compadre, ou seja, padrinho, «Claude Colonia, emprimidor», morador em S. Gião. A madrinha foi Inês de Paiva, mulher de Remõ (Raymon?) de Brise, mercador e morador a S. Nicolau⁴⁵. Como se vê, afinal sempre existiu um impressor, provavelmente francês (tendo em conta os membros da comunidade francesa com que se relacionava) de origem alemã (atendendo ao apelido de natureza toponímica), conhecido talvez como Claude de Colónia, certamente de condição modesta, a avaliar pelo montante do imposto que lhe foi atribuído, 21 reis, e pela casa em que morava. Não consegui mais rasto dele. Pode ter falecido pouco tempo depois, quem sabe se ainda jovem, mas a ressurreição deste certamente honesto e esperançoso artista do livro já em parte me compensa do trabalho inglório de ter procurado muitos outros que nunca encontrei.

⁴¹ BIBLIOTECA NACIONAL, LISBOA, *Reservados*, Cód. 4306.

⁴² DIAS, *Craesbeeck*, cit., p. 1.

⁴³ *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor o ano de 1565*, vol. 1, Câmara Municipal, Lisboa 1947, p. 299.

⁴⁴ BRITO, *Notícia de livreiros*, cit., p. 16.

⁴⁵ ANTT, *Fundo Paroquial, Lisboa, S. Pedro de Alfama*, Liv. 1 de Batismos, MF 940, f. 42 v. - 11.3.1565.

Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais

Lisbon's Flemish and Dutch Community (15th to 18th Century): some notes on their history and wealth

Rui Manuel MESQUITA MENDES*

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, FL, Universidade de Lisboa
CDIRF - Centro de Documentação das Instituições Religiosas e da Família

Abstract

Lisbon city was the common homeland of many nations in the Early Modern period. This paper studies the signs of the Flemish / Dutch presence in the Portuguese capital, between the fifteenth and eighteenth centuries, a presence with important contributions to Portuguese civil and military technology, cultural life and specially with an active role in the Trade between Portugal and northern Europe of Overseas products (initially sugar, chilli, pastel, and afterwards «Pau-Brasil», tobacco and diamonds), as well as more traditional products, such as wine and salt. It was a community that despite the periods of diplomatic and military contingency in the sixteenth and seventeenth century (after the closure of the Portuguese factory in Antwerp and the religious wars), maintained a continuous presence in Lisbon, becoming noticed either by their wealth, marked by important urban noble houses and countryside manor houses in the outskirts, the direct exploitation of marine salt, their social organization around Lisbon's Flemish fraternity and the 2nd generation connection with some of the wealthiest local families thus replicating the Portuguese social patterns.

Keywords

Early Modern Age (15th to 18th Century), Trade, Flanders, Holland (Netherlands), Lisbon (Portugal), Society

Resumo

Uma das características da Lisboa do início da Idade Moderna era ser a pátria comum de muitas nações. No presente texto vamos analisar os sinais da presença na capital portuguesa de uma dessas nações, a Flamenga / Holandesa, que entre os séculos XV e XVIII, além das suas importantes contribuições para a tecnologia civil e militar e para cultura, teve um papel activo no comércio de Portugal para o Norte da Europa, não só de produtos do Espaço Ultramarino (numa fase inicial, no açúcar, malagueta, pastel; e depois no pau-brasil, tabaco e pedras preciosas), como também de matérias mais tradicionais, como o Vinho e o Sal. Foi uma comunidade que apesar dos períodos de contingência diplomática e militar, manteve uma presença contínua em Lisboa com maior incidência no século XVII (depois do fecho da feitoria portuguesa de Antuérpia e das guerras religiosas), destacando-se quer pela sua riqueza, assinalada por importantes palácios citadinos e quintas nobres nos arredores, a exploração directa das marinhas de sal, a sua organização social em torno da confraria dos Flamengos, pela ligação da 2.^a geração a famílias locais mais ricas e pela integração nos padrões sociais da época.

Palavras chaves

Idade Moderna (séculos XV a XVIII), Comércio, Flandres, Holanda, Lisboa (Portugal), Sociedade

«Verdadeiramente a Cidade de Lisboa he a Patria commua de todos os Estrangeyros (...) porque os que entraõ nella, se esquecem tanto das suas, que a ella elegem por sua perpetua habitaçaõ. Nella ajuntaõ muytas riquezas, nella casão, quando naõ vem casados & nella morrem. Como isto assim seja, he pela bondade de seu clima».

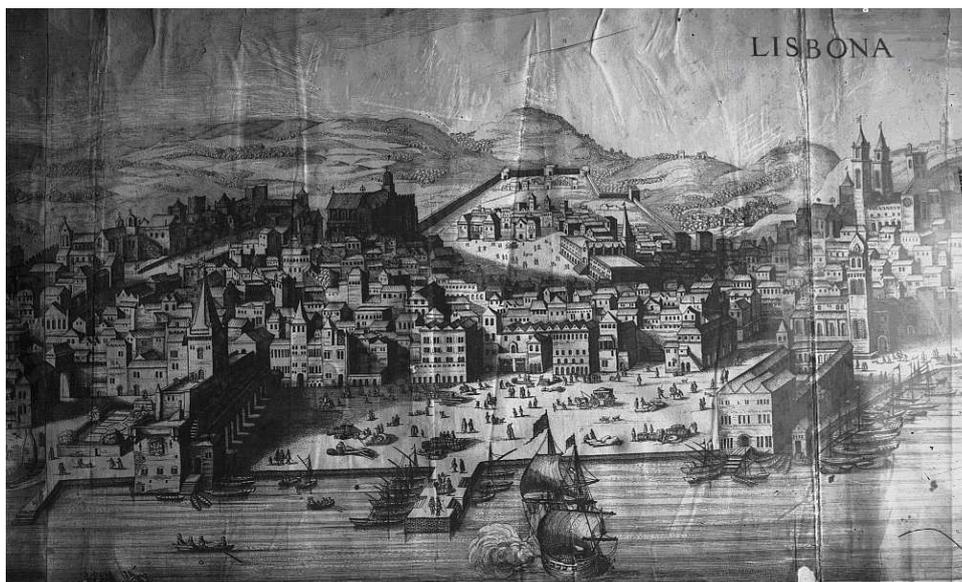


Fig. 1: O Terreiro do Paço no princípio do século XVII, trabalho flamengo¹

1. Introdução, enquadramento do tema e objetivos do estudo

A frase inicial deste trabalho foi escrita por Frei Agostinho de Santa Maria² a propósito da profusão de estrangeiros em Lisboa no século XVII e início do XVIII, uma cidade (e seus arredores) onde então vivia e trabalhava gente de muitas nações atraída pela riqueza do seu comércio alicerçado nas ligações aos territórios da Expansão Marítima começada no século XV (ver Fig. 1).

Uma das nações estrangeiras cuja presença mais se notou na história portuguesa foi a nação flamenga e holandesa, que aqui teve nos séculos XV e XVI uma importante actividade mercantil, como demonstram os estudos pioneiros de Jean Denucé, Vítor Ribeiro, Anselmo Braamcamp Freire, Luís Chaves, Houwens Post, mas sobretudo de Oliveira Marques e Virgínia Rau³, e que além desta actividade mercantil teve ainda

* Desejo deixar aqui um agradecimento ao apoio dado na investigação para este trabalho por parte de Ricardo Aniceto e Teresa Ponces (Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa), Paula Costa (Arquivo Histórico da Misericórdia de Almada), Idalina Nunes (recolha de bibliografia disponível em Bruxelas), Gonçalo Nemésio, Nuno Gonçalo Borrego, Luísa Vilarinho e Joana Balsa Pinho (pela partilha dos seus estudos); e finalmente a Nunziatella Alessandrini, do CHAM, que me endereçou o convite para estudar este tema tão fascinante da presença de mercadores estrangeiros e pela paciência e colaboração nesta investigação.

¹ LISBOA, ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (doravante AMSLB), PT/AMLSB/BAR/000985

² FREI AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuário mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora* [...], Tomo VII, Lisboa Occidental, of. António Pedrozo Galram, 1721, p. 33, disponível em <<https://archive.org/details/santuariomariano07sant>>, (Consultado em 20 de Novembro de 2015).

³ JEAN DENUCÉ, *Privilèges commerciaux accordés par le rois de Portugal aux Flammands e aux Allemands (XVe et XVIe Sècles)*, in «Arquivo Histórico Português», Vols. VII, 1909, pp. 310-319 e 377-392; VÍTOR RIBEIRO, *Privilégios de estrangeiros em Portugal: (ingleses, franceses, alemães, flamengos e italianos): memória apresentada à Academia das Ciências de Lisboa*, in *Histórias e memórias da Academia das Ciências de Lisboa Série 2, sciências morais, políticas e belas letras*, Imprensa da Universidade, Coimbra 1917; ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Notícias da Feitoria de Flandres*, in «Arquivo Histórico Português», 1920 (1ª ed. 1908); LUÍS CHAVES, *Portugal e Flandres. Paralelos e Relações*, in «Arqueologia e História», Volumes 7-8, 1930, pp. 8-25; HOUWENS POST, *As relações marítimas entre Portugueses e Holandeses na Idade Média*, in *Olisipo*, vol. 23, Lisboa 1960, pp. 103-114; ANTÓNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres no século XV*, in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2.ª Ed., Vega, Lisboa 1980 (1ª Ed. 1964), pp. 159-193; e VIRGÍNIA RAU, *Privilégios e*

um significativo papel na colonização e desenvolvimento económico das Ilhas Atlânticas⁴.

Trabalhos mais recentes, como os de Virgínia Rau, Ann-Sophie Menschaert e Eddy Stols⁵, evidenciaram também que foi sobretudo a partir da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII que a presença flamenga e holandesa em Lisboa e no seu entorno territorial se tornou mais significativa, quer com a chegada de um número cada vez mais crescente de mercadores ligados ao comércio dos produtos da Carreira da Índia e do Brasil, quer sobretudo com a exportação do sal das marinhas do Tejo e do Sado, comércio que conheceu um aumento assinalável a partir dos séculos XVI e XVII, época em que se sabe que a Europa do Norte teve largos períodos de baixas temperaturas, o que terá afetado não só a produção de sal na Flandres como também a sua procura no exterior⁶.

A sua presença não foi notada só em Lisboa, também nos seus arredores, nas vilas e concelhos limítrofes da grande cidade, aparecem nessa época propriedades de algumas figuras flamengas ou de origem flamenga, como são os casos, em Almada, da «Quinta de São João do Telhal ou Flamenga no sítio junto à Vila Nova» (actual Quinta do Chaves), propriedade D. Ana du Bois, viúva de Jean Lemercier, comerciante originário da Flandres, sogra do conhecido Dr. António de Sousa de Macedo, ou ainda as casas nobres da Boca do Vento, propriedade de Gervásio Vanduro, mercador «frameguo alemão, morador na cidade de Lisboa, casado na vila de Almada», e sua mulher almadense, Maria Dias, que aqui faleceu em 1658 e foi sepultado na sua cova da Igreja da Misericórdia de Almada.

Se a presença flamenga em Lisboa nos séculos XV e XVI teve reflexos tão significativos que vão desde as matérias primas importadas, como os «panos de flandres», até à produção artística, em especial na escultura e na pintura, o aumento

legislação portuguesa referente a mercadores estrangeiros, séculos XV e XVI, in *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa 1984, pp. 201-225.

⁴ ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA, *Os flamengos na Ilha do Faial: a família Utra (Hurtere)*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa 1929; MARTIM DA SILVEIRA, *Da Contribuição flamenga nos Açores*, in «Insulana» (Ponta Delgada), Vol. XXII, 1966, pp. 32-36; JOÃO JOSÉ ABREU DE SOUSA, *O Arquipélago da Madeira - O Povoamento: Modelo, método e estímulos*, in JOEL SERRÃO, A.H. DE OLIVEIRA MARQUES ARTUR TEODORO DE MATOS (Coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. III, *A Colonização Atlântica*, Tomo I, Editorial Estampa, Lisboa 2005, pp. 61-77; JOÃO JOSÉ ABREU DE SOUSA, *O Arquipélago da Madeira - A Sociedade: Tentativa de caracterização*, in Ivi, pp. 138-174; AVELINO DE FREITAS DE MENEZES, *O Arquipélago dos Açores - O Povoamento*, in Ivi, pp. 209-306, pp. 287-298.

⁵ VIRGÍNIA RAU, *Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século XVII*, in «Revista Portuguesa de História», T. IV (Separata), 1950; ANN-SOPHIE MENSCHAERT, *De Vlaamse handelaar te Lissabon in woelige tijden: de handelsfamilie Clarisse (1568-1631)*, Masterscriptie academiejaar 2011-2012, disponível em <<http://lib.ugent.be/catalog/rug01:001891449>>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015); EDDY STOLS, de *Spaanse Brabanders of the Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld: 1598-1648*, 2 Vols., Paleis der Academien, Brussel 1971; Id., *Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas*, Separata de «Anais de História» (Assis, Brasil?), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, nº 5, 1973; Id., *De Vlaamse natie in Lissabon*, in EVERAERT Y STOLS, *Portugal en Vlaanderen*, Op de golfslag van twee culturen, Amberes 1991, pp. 119-14; EDDY STOLS, J. EVERAERT (dir.), *Flandres e Portugal: na confluência de duas culturas*, INAPA, [Lisboa] 1999; EDDY STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, in JORGE FONSECA (coord.), *Lisboa em 1514. O Relato de Jan Taccoen Van Zillebeke*, Húmus, Lisboa 2014. Em particular importa destacar o último texto de Eddy Stols, que apesar de publicado ainda em 2014, só chegou ao nosso conhecimento já depois da nossa comunicação de 21 de Janeiro de 2015, contudo fizemos ainda assim reflectir no presente trabalho algumas das notas aí contidas bem como novos apontamentos por nós desconhecidos à data, nomeadamente sobre Jean Le Mercier, Jean du Bois, João Hals, Lourenço de Anvers, João Inácio de Groot e Daniel Rademaker, assim como sobre o estabelecimento do Cemitério das Feitorias Inglesa e Holandesa.

⁶ <https://en.wikipedia.org/wiki/Little_Ice_Age>, (Consultado em 9 de Novembro de 2015).

da sua influência é ainda mais notável nos séculos seguintes com a progressiva introdução de uma série de novos nomes próprios, que eram mais comuns na sua pátria, mas menos comuns ao léxico que se ouvia por cá:

- Cornélio; - Guilherme; - Anselmo; - Arnaldo; - Rolando;
- Hermano; - Gervásio; - Geraldo; - Maurício.

A novidade não foi só nos nomes próprios, aqui a adaptação foi relativamente simples, foi também nos novos nomes de família, pois muitos, ainda que mantendo ligações à pátria natal, passaram a constituir família em Portugal, onde deixaram geração. Estes nomes de família de origem flamenga e holandesa quando aportuguesados refletiam sempre uma grande variabilidade, o que torna difícil confrontar as várias fontes consultadas, por exemplo o original Hustaert aparece em Portugal como Hustart, Hustard, Ustard ou até mesmo numa tradução livre Cortezinho ou Cortezimos. O apelido Salinas, derivado da cidade de Mechelen (em francês, Malines) aparece em Portugal quer como «Salinas», quer como «Bem Salinas», o que seria o equivalente a «van Mechelen».

A presença flamenga na região de Lisboa, entre os séculos XV e XVIII, destaca-se em várias áreas que vão muito para além das estritamente económicas, sendo de referir os contributos das relações luso-flamengas para a cultura portuguesa, quer ao nível da pintura, da arquitetura, da impressão livreira ou até mesmo da indústria e técnica, como as conhecidas inovações tecnológicas introduzidas em Portugal, por exemplo, nas técnicas de moagem com moinhos de vento, moinhos que ainda se encontram presentes na paisagem da região. Importa além disso destacar a diversidade e o modo como os seus naturais e descendentes se inseriram em redes familiares e confraternais próprias da sua nação, mas também como se integravam nas sociedades locais, constituindo famílias e seguindo os cânones das elites portuguesas, quer na aquisição de propriedades e constituição de patrimónios e morgados, quer até na fundação ou patrocínio de casas religiosas.

Quanto às relações económicas, o conhecimento completo das suas implicações certamente só será possível através da análise exaustiva de cada um dos mercadores flamengos que estiveram em Lisboa, o que não cabe no âmbito do presente estudo.

O que aqui mais procurámos destacar foram os contributos da presença flamenga nas famílias, no património e na toponímia da região de Lisboa. Em suma, o objetivo deste estudo é analisar o contributo da comunidade flamenga e holandesa para a história, memória e identidade da região de Lisboa, através das marcas familiares e patrimoniais da sua presença.

2. Origens da comunidade flamenga de Lisboa

As ligações de Portugal ao Norte de Europa sempre foram muito fortes, quer pela maior segurança na navegação, quer pelo interesse económico na troca de produtos com aquela região, de lá vinham cereais, madeiras preciosas, produtos manufaturados (sobretudo panos, joias, couros lavrados, etc.) (veja-se Fig. 2) e até mesmo pintura; de Portugal ia sobretudo o sal, vinho, frutos secos e, a partir da segunda metade do século XV, os produtos insulares (açúcar da Madeira, pastel dos Açores - planta tintureira).

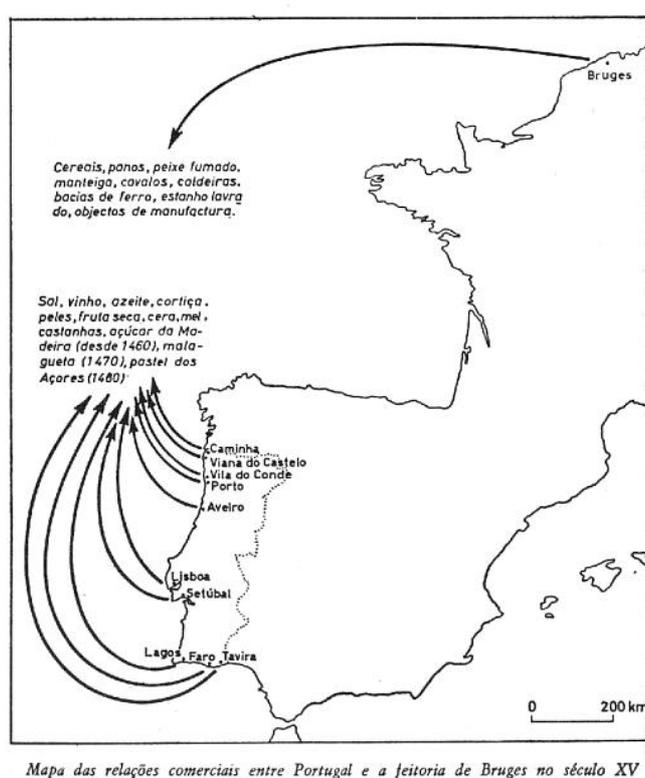


Fig. 2: Relações comerciais entre Portugal e a feitoria de Bruges, no século XV⁷

A passagem e estabelecimento de comerciantes alemães, flamengos e borgonheses em Portugal é quase tão antiga como a nacionalidade e já no fim do século XII, em 1192, se faz referência à figura do mercador João de Rochela, que no seu testamento deixou vários bens ao Mosteiro de Alcobaça, Sé de Coimbra e Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra⁸. Havia já então nos arredores de Lisboa várias localidades, como Atouguia da Baleia, Lourinhã, Azambuja, Vila Verde dos Francos, Vila Franca de Xira e Sesimbra, fundadas ou povoadas por ingleses e francos a quem D. Afonso Henriques e seus sucessores deram cartas de foral e privilégios, na sequência aliás da sua contribuição militar no processo da Reconquista, bem como na relação privilegiada pelo casamento de filhos de D. Afonso I e D. Sancho I com os dos Condes de Flandres. A estes factores já referidos devemos associar ainda a proximidade de Portugal aos caminhos e rotas de peregrinação, sobretudo marítimas, aos lugares santos da cristandade como Santiago de Compostela, Roma e a Terra Santa⁹.

Se por um lado a existência de uma feitoria portuguesa em Bruges é certa desde o século XIV (e possivelmente até do século XIII), por outro em Lisboa, a notícia de uma comunidade de mercadores e mesteres alemães e flamengos vem já pelo menos desde o reinado de D. Dinis (1279-1325), quando se fundou a Capela de São

⁷ JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. 2, *Portugal no mundo, a formação do Estado Moderno, 1415-1495*, 9ª ed., Ed. Verbo, Lisboa 2003 (1ª Ed. 1978), p. 302.

⁸ PEDRO GOMES BARBOSA, *Notas sobre o comércio marítimo português com a Europa Cristã (do séc. XIII a inícios do XV)*, in *Portugaliae Historica*, 2ª S., Vol. 1, *Portugal no mundo*, FLUL, Lisboa 1991, pp. 15-27, p. 22.

⁹ JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*. Vol. 1 *As origens de Portugal, Estado, Pátria e Nação, 1080-1415*, Ed. Verbo, Lisboa 1978; GOMES BARBOSA, *Notas sobre o comércio*, cit..

Bartolomeu na Igreja de São Julião¹⁰, cuja confraria irá agregar estas duas nações até ao século XV, época em que os flamengos se constituem como uma confraria autónoma, como adiante referiremos, mantendo-se na Confraria de São Bartolomeu dos Alemães os muitos bombardeiros dessa nação que viviam em Portugal, sobretudo desde o reinado de D. Manuel I¹¹.

Uma outra nota da presença alemã (e eventualmente flamenga) em Lisboa, no período da primeira dinastia, vem da acção de um dos percursores da empresa dos Descobrimentos e 2º Almirante de Portugal, o genovês Micer Manuel Pessanha¹², e dos alemães e outros estrangeiros peregrinos (?) que com ele vieram a Portugal. De facto, segundo apontamentos provenientes dos arquivos da Província dos Ermitões da Serra de Ossa, Manuel Pessanha terá fundado, já no tempo de D. Afonso IV (1325-1357), uma albergaria em Lisboa para nela estarem recolhidos «os Alemães que viessem com elle, e com Enrique Alemão, e outros», tratava-se de uma Albergaria ou Hospital «da Emvocação de Nossa Senhora e São Miguel, o qual fidalgo deixou renda para ella»¹³, sendo possível que este Enrique Alemão pudesse estar ligado à construção naval e mesmo à artilharia naval¹⁴. Tratava-se de um hospital que,

¹⁰ ANTÓNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MARQUES, *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, in *Portugal Quinhentista*, Quetzal, Lisboa 1986 (1.ª Ed. 1960), pp. 9-32, p. 11.

¹¹ JÜRGEN POHLE, *O estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Lisboa no início do século XVI*, Comunicação proferida no âmbito do Colóquio Internacional “Portugal na Confluência das Rotas Comerciais Ultramarinas (3./4.12.2010)”, Universidade Nova/ FCSH, Lisboa, disponível em <<http://repositorio-cientifico.uatlantica.pt/jspui/handle/10884/615>>, (Consultado em 24 de Novembro de 2015).

¹² Sobre Micer Manuel Pessanha vejam-se os estudos mais antigos de: JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA PESSANHA, *Os almirantes Pessanhas e sua descendência*, Imprensa Portuguesa, Lisboa 1923; ANTÓNIO VASCONCELOS DE SALDANHA, *O Almirante de Portugal: estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, Vol. XXXIV, (Universidade de Coimbra, Coimbra 1988), disponível em <<https://books.google.pt/books?id=rzOdjjzm6AQC>>. Vejam-se ainda os trabalhos recentes de GIULIA ROSSI VAIRO, *O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rei D. Dinis*, in «*Medievalista*» [Em linha], nº 13, (Janeiro - Junho 2013), disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>> (Consultado em 24 de Novembro de 2015); e *La Lisbona di Manuel Pessanha*, in NUNZIATELLA ALESSANDRINI, PEDRO FLOR, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI (orgs.), *Le nove son tanto e tante buone che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: Arte e História (sécs. XIV-XVIII)*, Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013, pp. 19-37, disponível em <https://www.academia.edu/8134637/La_Lisbona_di_Manuel_Pessanha> (Consultado em 24 de Novembro de 2015).

¹³ LISBOA, ARQUIVO NACIONAL / TORRE DO TOMBO (doravante ANTT), *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, mç. 4, nº 18.

¹⁴ Micer Pessanha parece haver destinado a mesma albergaria inicialmente para o acolhimento de pobres da Alemanha, segundo se refere mais tardiamente em documento de doação desta casa aos Eremitas da Serra de Ossa em 23 de Julho de 1425, documento que se encontra em: BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA (BPE), *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 31, cf. JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES, *Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra se Ossa: Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*, Tese de Doutoramento em História apresentada na FCHS-UNL, 2012, pp. 94, 243-244, 416, 457, 641-642 (agradecemos desde já ao autor a disponibilização do texto da sua tese). Não é claro se albergaria seria destinada exclusivamente a pobres, a peregrinos ou a mesteres originários da Alemanha, sendo certo que a tecnologia de artilharia naval seria recente na primeira metade do século XV e que implicaria conhecimentos de fundição só disponíveis no norte da Europa. Consta mesmo que a primeira batalha naval em que está registado o recurso de artilharia naval a bordo terá sido a batalha de *Arnemuiden*, na Costa da Flandres, em 23 de Setembro de 1338, no início da Guerra dos 100 Anos entre França e Inglaterra, em que o navio inglês *Christofer* estava armado com três canhões («*pots de fer*»), cf. JEAN-CLAUDE CASTEX, *Dictionnaire des batailles navales franco-anglaises*, Presses de l'Université Laval, 2004, pp. 18-21, disponível em <https://archive.org/details/DictionnaireDesBataillesNavalesFranco-anglaises_957>, veja-se ainda <https://en.wikipedia.org/wiki/Naval_artillery>, (Consultado em 12 de Novembro de 2015).

segundo os mesmos documentos, se situaria abaixo do Postigo da Trindade, no Bairro do Almirante, onde parecem ter residido vários homens «sabedores de mar» provenientes da Génova¹⁵ e cujas casas foram dadas aos pobres ermitões da Serra de Ossa em 23 de Julho de 1425 por D. Micer Carlos Pessanha, com o argumento de a elas já «não virem Alemães e estrangeiros peregrinos»¹⁶.

No reinado de D. João I, em 1414, os flamengos estabelecem a sua própria confraria na Capela da Vera Cruz da Igreja do Convento de São Domingos de Lisboa, a Confraria de Santo André¹⁷. Ainda assim as fontes falam com mais frequência em mercadores portugueses que se deslocam ao Norte da Europa do que em mercadores flamengos em Lisboa, como comprova o primeiro salvo-conduto que os Condes da Flandres concederam em 1387 aos «comerciantes e mestres das naus portuguesas que acorriam aos portos de Bruges, Gand e Ypres, com muitos barcos e mercadorias»¹⁸.

A existência de uma feitoria portuguesa em Bruges, na Flandres, pelo menos desde 1386 e seguramente já em 1445, permite aquilatar da importância que o comércio com esta região já então tinha (ver Fig. 2). Será na viragem de quatrocentos que a presença de comerciantes estrangeiros se torna mais notada, como se refere por exemplo, em 1401, uma representação do Concelho e homens-bons de nas cortes em Guimarães, na qual se queixavam dos «prazentins, genoveses, ingleses, flamengos e outros estrangeiros residentes em Lisboa» de não contribuírem devidamente nos encargos da guerra e do reino como os vizinhos da cidade¹⁹. Em 1433, Afonso Bernaldes é confirmado como procurador dos mercadores flamengos e alemães, residentes em Lisboa, como já o era por carta de D. João I, o que prova a proximidade, até por razões de semelhança linguística e não só, destas duas colónias em Lisboa²⁰.

¹⁵ ROSSI VAIRO, *La Lisbona di Manuel Pessanha*, in ALESSANDRINI, FLOR, RUSSO, SABATINI (Orgs.), *Le nove son tanto e tante buone*, cit., pp. 19-37.

¹⁶ Segundo os documentos aqui citados, os frades da Trindade tiveram depois demanda com os ermitões da Serra de Ossa que ali vinham pousar e assistir às mesmas casas, porque não queriam que ali se fizesse Mosteiro, pelo que os ditos ermitões tiveram de se mudar para junto do Postigo do Arcebispo, no Bairro de Alfama, à Cruz de Santa Helena, no Beco dos Beguinos, nas casas que no fim do século XVII foram de Ascenço Siqueira [talvez actual Largo do Sequeira], mudança que ocorreu no tempo de D. João III, dizendo os referidos documentos que as casas da Trindade se venderam ao Secretário [António Carneiro, ou o seu filho D. Pero de Alcáçova Carneiro] por Ordem de El Rei que mandou que as vendessem e dizem que estas casas foram as que no fim do século XVII pertenceram a Gonçalo da Costa de Menezes († 1695), Mestre de Campo e Capitão Geral do Reino de Angola, sucessor do Morgado dos Alcáçovas, cf. ANTT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, mc. 4, nº 18. Quanto à casas do recolhimento dos ermitões em Alfama, junto a S. Vicente de Fora, por causa da sua muita vizinhança, foram vendidas, com licença régia de 18 de Setembro 1592, para se comprarem outras «aos Cardais fora da Porta de Santa Catarina com Oratório a Cruz de Pao», junto de outras em que depois se fundou o Mosteiro do Santíssimo Sacramento dos Paulistas (actual Igreja Paroquial de Santa Catarina) com licença régia de 18 de Outubro de 1647, cf. lvi, mc. 2, nºs 2, 3 e 8; mc. 3, nºs 17 e 22; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* [1706], T. II, 1972, pp. 111-117.

¹⁷ Também conhecida por Confraria da Capela de Santa Cruz e Santo André ou dos Flamengos, cf. ANTT, *São Domingos de Lisboa*, liv. 37, fls. 113-114.

¹⁸ RODRIGO DA COSTA DOMINGUEZ, *Mercadores-banqueiros e Cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2006, nota 86, disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14673/2/tesemestmercadoresbanqueiros000075162.pdf>>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015). ANTÓNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres no século XV*, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2ª Ed., Vega, Lisboa 1980 (1ª Ed. 1964), pp. 159-193, p. 171.

¹⁹ DA COSTA DOMINGUEZ, *Mercadores-banqueiros*, cit., p. 18.

²⁰ ARDIAN MUHAJ, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: Impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de Portugal (Séculos XIV-XV)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, FLUL,

Em 1436 regista-se o aforamento em Lisboa de umas casas a um Joham Streuez [sic] «framengo tenoeiro (...) na cidade de lixboa na Rua da ferraria»²¹. Progressivamente alguns destes estrangeiros, mesteres e mercadores, ganham alguma importância, sobretudo, como acontecia com os italianos, porque trazem os capitais e conhecimentos necessários para a grande empresa de navegação e comércio que os portugueses começaram no século XV.

Por outro lado é conhecida a importância de Jacome de Bruges e de flamengos, como os Leme, Urta, Brum e Esmeraldo, no povoamento e desbravamento das ilhas atlânticas. É particularmente interessante o papel de Martim Leme, mercador flamengo estabelecido em Lisboa em meados do século XV, cuja descendência portuguesa, aliada à burguesia e nobreza do reino, com ela se confunde, participando ativamente nos empreendimentos ultramarinos. Significativamente é neste período, em 1452, que D. Afonso V privilegia «todollos framcezes, bretomes, alemaees, framemguos que ueerem morar a nossos regnos»²².

Na época e na sequência da colonização das ilhas atlânticas, começa a entrar nas rotas comerciais com a Flandres um novo produto: o açúcar da Madeira, comércio que um documento de 1468 mostra já ter uma apreciável regularidade²³, não sendo por isso de estranhar a presença e mesmo fixação a partir da década de 1480 de mercadores estrangeiros na Ilha da Madeira, como João Esmeraldo, o Velho, rico mercador flamengo que aqui fundará uma importante propriedade açucareira, cabeça desde 1527 de um morgadio instituído com o objetivo de garantir a estabilidade económica e social da sua linhagem e conservação do seu apelido, num processo em tudo idêntico ao que mais tarde vamos encontrar em algumas famílias de mercadores flamengos estabelecidos em Lisboa²⁴.

Lisboa 2013, pp. 130, 167, disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10663/1/ulsd067668_td_tese.pdf>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015).

²¹ DA COSTA DOMINGUEZ, *Mercadores-banqueiros*, cit., p. 191.

²² Trata-se de uma carta de privilégio dada Victor Vicente, «framemguo, pintor, morador em a nossa mui nobre e leal cidade de Lixboa», que era «huu das ditas naçomees, que assy priuiligiados teemos», que «pedio por mercee que lhe mamdasemos dar noso priuilegio, e visto seu requerimento, e queremolhe fazer graça e mercee teemos por bem e priuilegiamolo e queremos que daqui em diante nom seja costramgido pêra auer de pagar em nenhuus nossos pedidos, peitas, fimtas, talhas emprestidos nem em seruiços nem em outros nenhuus emcarreguos que per Nos nem per os comcelhos som ou forem lamçados», cf. SOUSA VITERBO, *Noticia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte [...]*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa 1903, pp. 175-176, disponível em <<https://archive.org/details/noticiadealgunsp00viteuoft>>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015).

²³ DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa [...]*, cit., p. 183.

²⁴ João Esmeraldo, o Velho, nasceu por volta de 1450 no condado de Artois, cerca 1479 ou 1480 fixou-se em Bruges, trabalhando na firma Despars, tendo vindo como agente da filial a Lisboa, principal entreposto do açúcar e conservas que seguiam para a Flandres. Entre 1484 e 1487 ficou na Madeira como representante da mesma firma, comprando açúcar. A partir de 1487 adoptou o nome de João em vez de Jeanin e Esmeraldo em vez de Esmenaut, tornando-se um mercador independente em 1490 e começando a sua própria produção numa das lombadas da ilha que lhe foi aforada por Rui Gonçalves da Câmara, filho de Gonçalo Zarco, a qual passa a ser conhecida por Lombada dos Esmeraldos. João Esmeraldo obtém o foro de fidalgo em 1511, brasão em 1520, tendo casado duas vezes com filhas de nobres madeirenses, uma delas com uma neta de Zarco. Na sua grande propriedade funda em 1527 dois morgados para cada um dos seus filhos que se juntaram num só nos segundos administradores dos mesmos. O texto da sua fundação é bem explícito nos seus objectivos: «porque se viram muitos homens de muito grandes fazendas e rendas por deixarem muitos filhos e suas fazendas serem por eles repartidas os ditos seus filhos ficarem pobres e fenece a memória dos ditos defuntos e de seus herdeiros com eles», cf. JOÃO JOSÉ ABREU DE SOUSA, *O Arquipélago da Madeira - A Sociedade: Tentativa de*

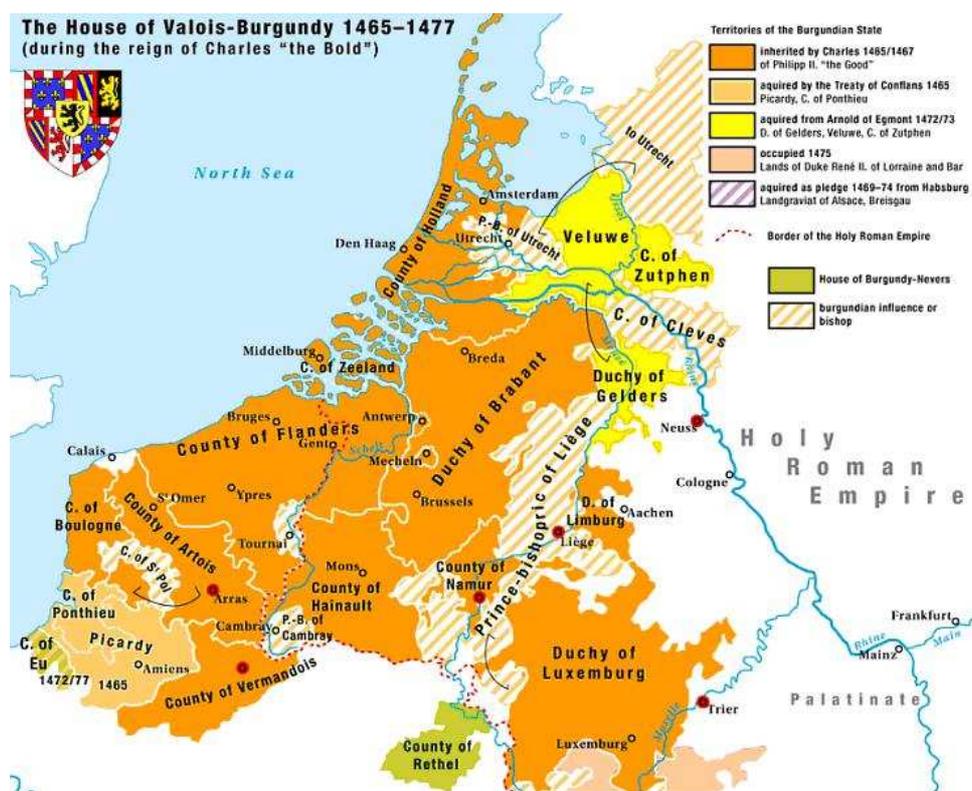


Fig. 3: Flandres, 1465-77²⁵

Já no final do século XV a bolsa de Bruges, no centro do condado da Flandres (Fig. 3), contava com um correspondente em Lisboa. Em 1472, os mercadores flamengos passaram a reconhecer as letras de câmbio, bem como os estatutos e os regulamentos do compromisso da Irmandade dos Flamengos estabelecida na Igreja de São Domingos de Lisboa. Assim, todo o mercador flamengo que tomasse ou oferecesse letras de câmbio teria que pagar um percentual de valores que ficava para um fundo que cobrisse os riscos da navegação²⁶. Em 1483 é concedido um privilégio aos mestres mercadores flamengos residentes na cidade de Lisboa para poderem transportar as suas mercadorias por todo o reino, pagando a dízima nas alfândegas²⁷.

Entretanto, já no fim do século XV, Antuérpia (Anvers) vai progressivamente substituindo Bruges como o principal centro comercial da região o que fará deslocar parte do comércio português para esta cidade²⁸, que se mantém como a mais

caracterização, in SERRÃO, DE OLIVEIRA MARQUES, DE MATOS (Coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, cit., pp. 138-174, p. 151.

²⁵ Col. Wikipedia.

²⁶ SAULO SANTIAGO BOHRER, *Mercado de Seguros Luso Brasileiro: A Casa de Seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831)*, Tese de Doutorado, Niterói 2012, p. 28.

²⁷ ANTT, *Chancelaria Régia*, D. Manuel I, liv. 16, fl. 56.

²⁸ Esta alteração resultou da revolta das cidades flamengas contra Maximiliano de Habsburgo e dos agravos recebidos pelos mercadores portugueses nas cidades de Bruges e Gand, o que levou D. João II a proibir momentaneamente o comércio com estas cidades em 1484 e à suspensão dos privilégios dos flamengos em Lisboa durante algum tempo. A partir dessa época verificar-se-á um decréscimo da importância da feitoria de Bruges, cujo o último feitor, Afonso Martins, ocupou o lugar até 1498, sendo a mesma feitoria transferida para Antuérpia em 1499, na sequência da pressão do Imperador Maximiliano, que confere incentivos às comunidades comerciais tendentes ao abandono de Bruges, sua

importante até ao seu declínio a partir das guerras da segunda metade do século XVI. A importância do comércio com Antuérpia regista-se por exemplo na actividade de Duarte Brandão, feitor português naquela cidade em 1491²⁹, e pai do conhecido João Brandão de Buarcos, um dos maiores comerciantes na Lisboa quinhentista que foi proprietário no Porto do Brandão.

Na continuação desta actividade e como forma de incentivo, D. Manuel concede, em 1509, uma Carta de privilégio aos «flamengos mestres e mercadores de Flandres e da Holanda e Solanda (sic) e naturais das terras e sítios do Duque da Borgonha, moradores em Lisboa ou quaisquer outros que dela e a estes reinos vierem com mercadorias»³⁰. No entanto, ainda que a presença flamenga em Lisboa fosse conhecida, como referido, desde tempos antigos, muito provavelmente será só a partir do encerramento da feitoria de Antuérpia, em 1548, que esta aumentará, baseada já não só nos produtos tradicionais atrás mencionados, como também nos novos produtos que desde o primeiro quartel de 1500 passam a chegar à Europa vindos na Carreira da Índia e do Brasil via Lisboa, como o pau-brasil, a pimenta, a malagueta e outras especiarias³¹ ou ainda na segunda metade de quinhentos, do açúcar de São Tomé e do Brasil.

3. Relações diplomáticas e comerciais com a Holanda (1580-1703)

As guerras religiosas e de independência das Províncias Unidas (1568-1648) e a instabilidade que estas causaram, sobretudo para os comerciantes flamengos católicos, mas não só, contribuíram para o aumento da sua colónia em Lisboa, em especial no período da União Ibérica (1580-1640), uma vez que a sua maioria era súbdito de Filipe I (ver Fig. 4). O início do século XVII foi um período particularmente conturbado para os comerciantes das Províncias Unidas, nome pela qual passou a ser conhecida a união dos vários condados e ducados que se separaram do domínio Habsburgo, o principal dos quais a Holanda, cuja principal cidade, Amesterdão, irá dominar uma parte significativa do comércio mundial neste século.

Foi a partir da entrada da Coroa de Portugal no espaço de influência dos Habsburgo que se criam vários obstáculos à presença de mercadores flamengos em Lisboa, bastando referir que logo em 1585 se proíbe o comércio com a Holanda. A intervenção holandesa em diversas áreas de interesse português, de que são exemplo a tentativa holandesa de conquista de S. Jorge da Mina (1595), o ataque dos holandeses à Fortaleza de Moçambique (1604) e a ocupação de várias zonas no Oriente a partir de 1598, incluindo a submissão completa das ilhas de Banda (1599), a conquista holandesa da ilha de Amboína e a instalação da Companhia Holandesa das Índias Orientais nas ilhas de Maluco (1605), a primeira invasão do Ceilão (1609) e o estabelecimento de um feitoria holandesa no Japão (1609), vai contribuir ainda mais para essa deterioração das relações entre Portugal e a Holanda³².

inimiga tradicional, cf. DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa [...]*, cit., p. 175 e 178; DE FREITAS DE MENESES, *O Arquipélago dos Açores - O Povoamento*, cit., pp. 209-306, p. 290.

²⁹ ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Notícias da Feitoria de Flandres*, in *Arquivo Histórico Português*, 1920 (1ª ed. 1908).

³⁰ ANTT, *Chancelaria Régia*, D. Manuel I, liv. 36, fl. 36v.

³¹ JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. 3, *Portugal no mundo, O século de Ouro, 1495-1580*, 3ª ed., Ed. Verbo, Lisboa 2001 (1ª Ed. 1978), pp. 329-332.

³² ANTÓNIO SIMÕES RODRIGUES (Coord.), *História de Portugal em datas*, 4ª ed., Temas e Debates, Lisboa 2007.

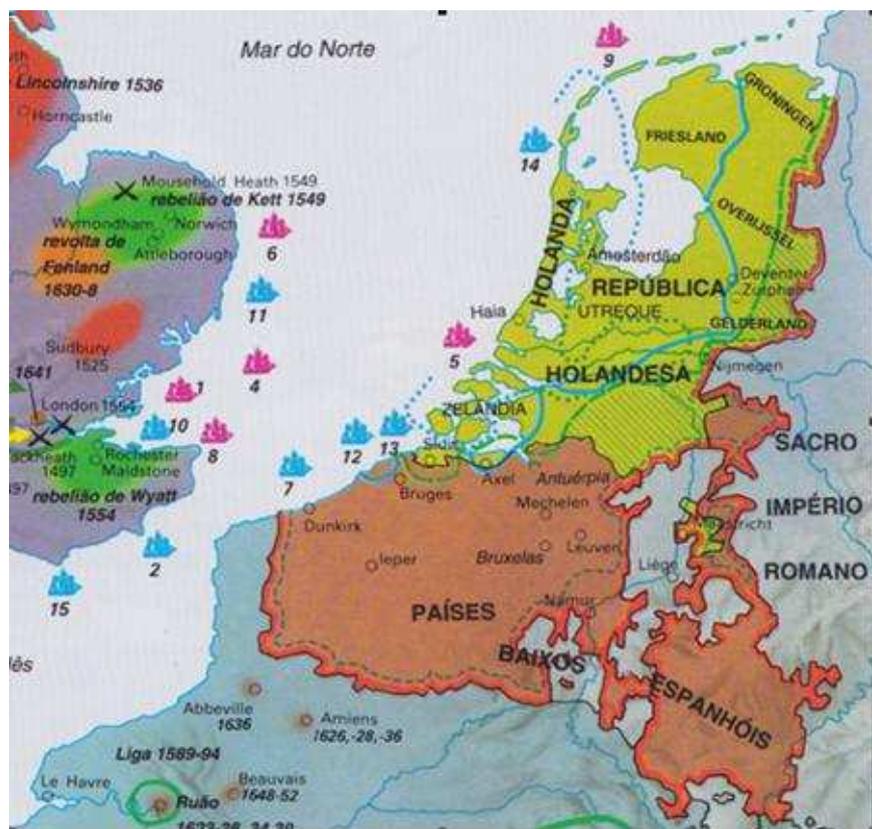


Fig. 4: Países Baixos no início do século XVII³³

Esta ocupação holandesa de áreas do espaço ultramarino português verifica-se sem que se notasse uma resistência significativa por parte da Coroa dual, após a qual se estabelece entre 1609 e 1622 a chamada «Trégua dos Doze Anos», entre a Espanha e a Holanda, sendo então retomado o comércio aberto com a Holanda, que até aí se realizava por intermédio dos agentes flamengos em Lisboa e outros portos do reino, como o Porto ou Viana. Contudo mesmo nesse período algumas das antigas posições portuguesas continuam a ser ocupadas pelos holandeses, como aconteceu por exemplo em 1617 com a expulsão dos portugueses do Japão.

Com o fim da trégua com a Holanda e a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais há uma perigosa «inflexão» no Atlântico português, cujo primeiro sinal será a conquista de Salvador da Bahia pelos holandeses em 1624. Começa então a verificar-se, pela primeira vez, uma séria preocupação da Coroa com a presença de mercadores holandeses em território português, como demonstra uma carta de Filipe II, de 17 de Janeiro de 1625, encomendando ao vice-rei «que vos informeis se há nessa cidade (de Lisboa) alguns olandeses presos que se possam trocar com outros Vassallos meus prisioneiros que estão em Olanda quaes são e de lugares e me envieis de todos relação com brevidade»³⁴. Contudo com a grande «penúria» de prata e de cobre no mercado ibérico, em vários portos portugueses «trata-se e contrata-se» (descobertamente) com os holandeses, como refere em 14 de Outubro de 1625 uma outra carta de Filipe II sobre «os estrangeiros e naturais moradores em Viana que tem

³³ Col. Atlas da História Mundial.

³⁴ ANTT, *Desembargo do Paço*, liv. 10, fl. 10.

comercio com a Olanda (...) para fazer averiguação de todos os (...) que comunicão com os rebeldes (...) para que depois se proceda contra os culpados»³⁵.

Nos mais diversos lugares do reino, as dificuldades sentidas pela ausência de mercadores flamengos e ingleses conduzem a situações de insatisfação das populações locais que se vêm assim diminuídas dos seus rendimentos e alimentos, quer pela baixa da exploração salinera, quer pela falta de cereais, dando inclusive azo a motins como o que aconteceu em Julho de 1630 em Setúbal, localidade então fortemente dependente do comércio de sal³⁶. Sente-se pois, a partir dessa data, a necessidade de reabrir os portos portugueses aos mercadores holandeses, como se verifica por exemplo logo em 1631 com Juan Hals, mercador flamengo que solicita à Coroa que determine que os navios que trazem trigo para abastecer a cidade de Lisboa, no regresso possam levar sal, pagando os mesmos direitos que os navios holandeses que sem trazerem qualquer mercadoria vinham buscar sal³⁷, de igual modo a Câmara de Lisboa solicita em 1635 ao rei que declare que navios de todas as nacionalidades, e não somente holandeses, possam trazer trigo para abastecer a cidade³⁸.

Apesar deste atenuar das dificuldades no comércio com a Holanda no continente, no Ultramar português a realidade é bem diferente com o incremento da guerra no Brasil contra os holandeses, sobretudo depois da chegada do conde João Maurício de Nassau-Siegen ao Recife em 1637, então nomeado para governar a colónia que vai dar corpo a um Brasil holandês (1637-1644).

No espaço ultramarino, depois da Restauração de 1640, continua a guerra contra os holandeses, mas no espaço continental procura-se estabelecer um tratado de «aliança» com os Estados Gerais das Províncias Unidas. Os holandeses aceitam então suspender as hostilidades por dez anos, mas exigem liberdade de comércio, prosseguindo a consolidação de posições holandesas com várias conquistas de territórios do Império português até que, na sequência da Paz de Vestefália que põe termo à Guerra dos Trinta Anos, se estabelece em 1648 um Tratado de ajuste luso-holandês sobre as dissidências relativas ao Brasil. Contudo, apesar do Tratado de capitulação dos holandeses residentes no Brasil em 1654, ainda se verificará em 1657 um recrudescimento do estado de guerra entre Portugal e a Holanda, com 40 navios holandeses a manterem o Tejo bloqueado durante três meses. Será apenas em 1661, com a «Paz luso-holandesa», que determina a conservação das conquistas holandesas feitas no Oriente e que os seus mercadores gozem de liberdade de comércio em todo o Império e dos mesmos privilégios dos ingleses, que se verificará a paz definitiva entre os dois países, confirmada em Junho de 1669 com o Novo Tratado de «aliança e comércio» com a Holanda.

O século XVIII será marcado, nas relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e Holanda, pelo Tratado de aliança defensiva e ofensiva com a Inglaterra e a Holanda e pelo Tratado de Methuen, que concede inicialmente aos panos de lã e mais fábricas de lanifícios de Inglaterra serem livremente admitidos, para sempre, em Portugal, e aos vinhos portugueses com destino à Inglaterra pagarem menos um terço dos direitos para igual quantidade ou medida de vinho de França, regalias que em 1705 são concedidas de forma idêntica aos panos holandeses.

É um período de primazia dos mercadores ingleses, como relatam várias notícias da *Gazeta de Lisboa Occidental*, referindo esta que em 1725, no porto de Lisboa, deram

³⁵ ANTT, *Desembargo do Paço*, liv. 10, fl. 331.

³⁶ RODRIGUES (Coord.), *História de Portugal*, cit.

³⁷ AMLSB, PT/AMLSB/CMSB/CHR/0061/0022.

³⁸ AMLSB, PT/AMLSB/CMSB/CHR/0062/0017.

entrada ao longo de todo o ano: 391 navios ingleses, 66 holandeses, 15 suecos e 149 portugueses. São vários os registos sobre o comércio de cereais e barris de manteiga provenientes de navios ingleses e holandeses, contudo, como no passado, o comércio de sal continua a ter uma preponderância significativa³⁹. No século XVIII, alguns dos comerciantes holandeses e de origem holandesa serão mesmo arrendatários de várias salinas no estuário do Tejo e Sado.

4. Formas de organização e sociabilidade da comunidade flamenga de Lisboa

Os mercadores originários da região da Flandres assistentes em Lisboa estavam vinculados desde o fim do século XIII à Confraria de São Bartolomeu dos mercadores alemães, fundada na Igreja de São Julião⁴⁰. Entretanto no início do século XV, a comunidade flamenga e holandesa organiza-se em torno de uma nova confraria, a Confraria dos Flamengos ou de Santo André, estabelecida na Capela de Santo André e Santa Cruz, antiga Capela dos Apóstolos, que os Frades do Convento de São Domingos de Lisboa doaram aos mercadores flamengos em 1414⁴¹, talvez em reciprocidade com os frades de S. Domingos de Bruges, que haviam feito idêntica mercê ao doarem quatro anos antes (1410) a sua Capela de Santa Cruz aos mercadores da «nação portuguesa» ali estabelecidos⁴².

Para esta Confraria e Capela contribuía os mercadores súbditos do duque da Borgonha com «hum por milhar de tudo o que val a fazenda que lhes entra nas maons, e todas suas naos pagão por tonelada hum vintem, que como são muitas, e a terra de Frandes não tem outro genero de vida nem trato, senão mercadejar, he hum, e outro rendimento taõ importante, que huns annos por outros passa de dous mil, e quinhentos cruzados quando o comercio não està cerrado»⁴³. O usufruto dos privilégios dos mercadores flamengos em Lisboa obrigava que estes fossem irmãos desta confraria. Era esta que os representava nas procissões mais importantes como a do *Corpus Christi* ou nas entradas monumentais em Lisboa, como as organizadas no período filipino⁴⁴. Por outro lado esta confraria servia para apoiar os flamengos que eventualmente caíssem em desgraça, ajudando os pobres desta nação e suas órfãs com dotes. Esta preocupação vê-se por exemplo nas doações que alguns beneméritos lhe fazem em seus testamentos, de que adiante faremos menção.

A Capela era uma das colaterais, a maior da parte da epistola, e em 7 de Fevereiro de 1514 os frades do Convento de S. Domingos celebram um novo contrato com os flamengos para ampliarem a sua capela com um terreno para sepulturas e uma sacristia, estando presentes neste acto os seguintes irmãos: Diogo Anes e Ambrósio

³⁹ Por exemplo na Gazeta de Lisboa Ocidental noticia-se a entrada em 19 de Março de 1721 de mais de 40 embarcações holandesas no porto de Setúbal só para carregar sal.

⁴⁰ DE OLIVEIRA MARQUES, *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, cit., p. 11.

⁴¹ A Capela dos flamengos é já referida em 1 de Junho de 1414, no contrato dos Padres de São Domingos de Lisboa com Pedro de Oliveira e sua mulher sobre uma Capela que então se fez entre o altar mor e a Capela dita «dos Flamengos», cf. ANTT, *São Domingos de Lisboa*, mç. 1, doc. n.º 7. Veja-se também no mesmo fundo liv. 37, fls. 113-114.

⁴² ANTT, *Casa da Feitoria Portuguesa em Antuérpia*, 1º F, fl. 70v, apud DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres no século XV*, cit., p. 171, n. 51.

⁴³ MARGARIDA ORTIGÃO RAMOS PAES LEME, *Os Lemes - um percurso familiar de Bruges a Malaca*, in «*Sapiens: História, Património e Arqueologia*», [Em linha], n.º 0 (Dezembro 2008), pp. 51-83, disponível em <<http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/oslemes.pdf>>; (Consultado em 7 de Novembro de 2015).

⁴⁴ JOÃO BAPTISTA LAVANHA, THOMAS IUNTI (grav.), *Viagem da catholica real magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade*, 1622.

Rope, mordomos, e João Breu, Gil Bacar, Contim Malham, Contim Poço (?), João Poluler, Anrique Vayesta e Utra del Rio⁴⁵.

Com a reforma protestante por um lado e com a expulsão dos judeus e posterior acção da Inquisição por outro, a posição dos mercadores e naturais da região da Flandres ficou algo debilitada perante a sociedade portuguesa, até pelo conhecimento que havia de muitos judeus portugueses se terem estabelecido e continuado os seus negócios em Amesterdão e em outras cidades da Holanda, Zelândia, Flandres e Brabante. Não é por isso de estranhar que a partir da segunda metade do século XVI, se relatem algumas manifestações de desconfiança da condição destes flamengos, como por exemplo numa denúncia perante a Inquisição, quando um português qualificou um flamengo desrespeitoso com o seguinte dizer «parece que sois flamengo e judeu»⁴⁶, ou do cuidado que Ana Dias Copim teve no seu testamento, feito em 1575, de dizer que nos seus bens só deveriam suceder «Catholicos leais a Coroa»⁴⁷.

De facto, a Comunidade Holandesa Luterana só será verdadeiramente tolerada a partir da Paz de Vestefália, que reconhece a prerrogativa de estes professarem a sua religião, ainda que de forma limitada, fora do território holandês, sendo que é a partir desta época que os mercadores holandeses luteranos se começam a organizar na dependência do seu Cônsul. Contudo, será apenas no século XVIII que se estabelecem como uma comunidade religiosa autónoma, ainda que partilhando estruturas com a comunidade de mercadores ingleses anglicanos, financiando por exemplo a construção em Lisboa em 1729 do primeiro cemitério não católico da cidade (Fig. 5), situado na zona da Estrela, onde mais tarde se construirá a Igreja Anglicana de São Jorge⁴⁸.

⁴⁵ ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA, *Os flamengos na Ilha do Faial: a família Utra (Hurtere)*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa 1929, p. 19.

⁴⁶ STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 62.

⁴⁷ ANTT, *Hospital de São José* (doravante HSJ), liv. 8, fls. 241v e sgs.

⁴⁸ Em 13 de Julho de 1729, o Tabelião António da Silva Freire lavra uma Escritura de Ajuste e Obrigação entre os homens de negócio da nação britânica e holandesa e os frades do Colégio de Nossa Senhora da Estrela, em que tendo aqueles comprado a Gonçalo de Almeida e Sousa um pedaço de terreno à travessa dos Ladrões, defronte do dito colégio, se concertaram para poder murar tal propriedade para que servisse de sepultura aos mesmos, afirmando expressamente que não pretendem nela edificar casas. Assina esta escritura Carlos Compton, Cônsul de Inglaterra, e Abram Huisterman, Cônsul Geral da Nação Holandesa, bem como João Baptista de Barros, arquitecto da Mesa da Consciência, morador no Terreirinho do Ximenes, que fez a medição e demarcação do terreno, cf. ANTT, 3.º *Cartório Notarial de Lisboa* (doravante CNL), Livros de Notas, cx. 113, liv. 488, fl. 75v. Alguns autores referem que o cemitério inglês de Lisboa dataria de 1725 ou mesmo de 1717 e que fora a Feitoria Inglesa a comprar o sítio onde foi construído, que «deveria ser rodeado de árvores, de modo a ficar escondido dos olhares dos bons católicos». Só alguns anos depois, a Feitoria Holandesa adquiriu um terreno adjacente para o mesmo fim e, por consentimento mútuo, as duas parcelas foram unidas e cercadas por um mesmo muro. Por esta escritura não fica claro se de facto já existia um espaço prévio adquirido pelos ingleses, o certo é que a partir de 1729 a mesma passa a ser partilhada com os holandeses. Em 1822, os negociantes ingleses edificam no cemitério um templo dedicado a São Jorge e em Janeiro do ano seguinte, numa reunião de comerciantes e de membros da Feitoria é decidido que, mediante uma autorização dos cônsules britânico e holandês, os protestantes de outras nacionalidades podiam também ser enterrados no velho cemitério, com os serviços fúnebres a serem oficiados por eclesiásticos protestantes ingleses, holandeses ou alemães, cf. JORGE MARTINS RIBEIRO, *O anglicanismo em Portugal do século XVII ao XIX*, in LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS et al. (Orgs.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Faculdade de Letras, Porto 2001, pp. 339-353, pp. 346, 348, 349.



Fig. 5: Portal do Cemitério Inglês de Lisboa ⁴⁹

5. A presença flamenga nos conventos de Lisboa

Duas das fontes primárias mais importantes para seguir o «rasto» da presença de mercadores flamengos em Lisboa e sobretudo das suas relações familiares e património, são sem dúvida os fundos conventuais e os dos morgados e capelas, nos quais é possível encontrar os seus testamentos, legados e inventários patrimoniais.

Pela presença da já referida Capela e Confraria dos Flamengos, torna-se particularmente importante investigar o fundo do Convento de São Domingos de Lisboa, onde vamos encontrar elementos sobre vínculos e dotações pias fundados por flamengos na Capela de Santa Cruz do Mosteiro de São Domingos, entre os séculos XVI e XVII, como o de Ana Dias Copim, viúva de Henrique D'Orta e moradora junto a Nossa Senhora da Graça, que instituiu em 26 de Fevereiro de 1575 uma capela de duas missas semanais «onde jazem mãe, tias e marido» pelo rendimento de umas casas e quinta⁵⁰. Vários mercadores flamengos deixaram igualmente bens à mesma capela e irmandade, como Jerónimo Goosens, que deixou uma renda de 5:000 Cruzados para uma missa quotidiana e dotes de duas órfãs (1647)⁵¹, Lambert Ustarte que deixou bens para 100 missas anuais (1621)⁵², Sebastião Gens, deixou um conto de reis para que no seu rendimento se dotasse uma órfã pobre filha de flamengo ou pais estrangeiros naturais da cidade de Anvers (Antuérpia) ou na falta, de outro lugar⁵³ e já no século XVIII, Jacome Van Praet, outro mercador flamengo natural de Antuérpia, que em 1717 deixou bens para se dizerem missas por sua alma também na Capela dos Flamengos⁵⁴, além de vários legados a parentes residentes em Anvers⁵⁵.

⁴⁹ Col. lisboasos.blogspot.pt.

⁵⁰ Ana Copim determina no seu testamento ser acompanhada à sepultura pela Irmandade de Nossa Senhora da Vitória, a quem deixa de esmola 5\$000, deixa forro um moço preto chamado Roque pelo muito amor que lhe tinha e nomeava-o em segunda vida a umas casas que ela tem na Rua da Salema, foreiras em 700 rs; e as casas onde vive, foreiras à Capela que administra Estêvão da Maia na See de Lx.^a em 204 rs cada ano, determina que se vendam para comprar uma propriedade forra e isenta a qual se deixará a Nossa Senhora da Graça para missas; e outra propriedade de casas nas Fangas das Farinhas, que são forras e isentas e logeadas, ficarão a S. Domingos por lha deixar sua irmã Catarina Copim; e outras na Ferraria, foreiras a Santa Clara em 300 rs, determina que se vendam para comprar uma propriedade que fique com encargo destas missas em S. Domingos, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 8, fls. 241v e sgs.

⁵¹ ANTT, *HSJ*, liv. 11, fls. 286 e sgs.

⁵² ANTT, *HSJ*, liv. 12, fls. 207 e sgs; ver ainda no mesmo fundo, Escrivão Botelho, mç. 121, nº 13, cx. 795.

⁵³ ANTT, *HSJ*, liv. 12, fls. 403 e sgs.

⁵⁴ ANTT, *HSJ*, escrivão Botelho, mç. 133, nº 13, cx. 824. Não consultado.

Mas não foi só na sua capela em São Domingos que os flamengos de Lisboa deixaram legados, também em outros conventos e igrejas da cidade se encontravam algumas obrigações e jazigos-perpétuos de membros desta comunidade, como no Convento de São Francisco da Cidade, onde Pero Francisco tinha uma capela ou jazigo em que se mandou sepultar o seu sobrinho, Jerónimo Rozém, administrador da mesma em 1631⁵⁶. No mesmo convento encontrávamos ainda o jazigo de João Hals, que deixou dotes de 20\$000 réis a pobres ou quando não os houver, a uma órfã para casar, os quais seriam administrados pela Irmandade de Santo André de São Domingos com 400\$000 réis que lhes deixou para empregarem em rendimento de casas (1647)⁵⁷.

No Convento de São Bento-o-Novo tinha jazigo Jacques Jacques, mercador flamengo privilegiado (1626)⁵⁸, e em Nossa Senhora dos Mártires, Henrique Costes (1632), que prescreveu no seu testamento ser sepultado em hábito franciscano, debaixo de uma campa com suas armas e letreiro, acompanhado pelos frades franciscanos e pelas duas confrarias a de São Bartolomeu dos Alemães⁵⁹ e a de Santo André dos Flamengos de que fora mordomo em 1631⁶⁰.

Além destas igrejas e das capelas particulares das suas quintas e casas nobres, referidas ao longo deste estudo, encontramos a comunidade flamenga de Lisboa associada a outras casas religiosas, quer no patrocínio de capelas no interior das mesmas, quer na doação de propriedades para a sua fábrica, quer mesmo na fundação e padroado de uma delas, o Mosteiro das Recoletas da Santíssima Trindade ao Mocambo.

Um dos conventos mais beneficiados foi naturalmente o Convento das Flamengas em Alcântara, ao Calvário, dedicado a Nossa Senhora da Quietação e fundado em 1586 por D. Filipe II de Espanha, I de Portugal, com o intuito expresso de acolher religiosas flamengas católicas expulsas pelas guerras de então. Neste convento vamos encontrar capelas fundadas por Simão Granaet ou Granate (1682), pelo Desembargador João Van Veçem (1699) e por Pedro da Silva Rodarte⁶¹.

Quanto à doação de bens e padroado de casas religiosas refira-se o caso de Lourenço Lombardo (act. 1583-1613), homem de negócios flamengo natural de Anvers, que à falta de sucessores acabou por doar todos os seus bens a uma ordem religiosa que teve importante missão na Contra-Reforma católica holandesa, os Padres Jesuítas, que com eles concluiu as obras da sua Casa do Noviciado na Cotovia⁶². Igual devoção teve o casal Cornélio Vandely e D. Marta de Boz, que fundaram uma casa feminina da Ordem da Santíssima Trindade, o Mosteiro das Trinas do Mocambo em Lisboa, no ano de 1657, obra concluída em 1661⁶³.

⁵⁵ ANTT, *Registo Geral de Testamentos (doravante RGT)*, liv. 151, fls. 1 e sgs.

⁵⁶ ANTT, *RGT*, liv. 7, n. 49, fls. 106-111, apud STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

⁵⁷ ANTT, *HSJ*, liv. 11, fls. 303 e sgs; ver ainda Escrivão Botelho, mç. 118, n.º 8, cx. 786.

⁵⁸ ANTT, *RGT*, liv. 16, n. 3, fl. 5.

⁵⁹ ANTT, *RGT*, liv. 7, fls. 49v-51, apud STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., , p. 60.

⁶⁰ ANTT, *HSJ*, liv. 12, fl. 207.

⁶¹ ANTT, *HSJ*, livs. 61 e 250.

⁶² *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* [1706], T. II, 1972, pp. 48-51.

⁶³ D. Marta, sendo já viúva, alcançou a respectiva licença do ordinário em 17 de Junho de 1659 «para edificar um Convento de Recoletas Descalças da Ordem SS.^a Trindade», cf. ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa* (doravante CEL), mç. 1810, n.111. Foi a obra concluída em 1661 e logo ali entrou «no Mosteiro em qualidade de Fundadoras as RR Madres Soror Catharina de Santo Antonio, sobrinha da Padroeira Martha de Boz, Soror Anna de S. Francisco e a Religiosa de veo branco, Soror Maria da Nactividade, providas do Convento do Calvario da Ordem Serafica» (*Galeria das ordens religiosas e militares, desde a mais remota antiguidade*, pp. 175-176; JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *Mappa de Portugal*, T. VII, 1763, p.

6. Notas históricas e patrimoniais sobre a comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII)

6.1. Os flamengos em Portugal e Lisboa nos séculos XV e XVI

De entre os primeiros mercadores flamengos mais notáveis no comércio com Portugal no século XV encontramos, como já referido anteriormente, os Leme, cujo patriarca foi Martim Leme, o Velho (1452-), mercador flamengo estabelecido em Lisboa em meados do século XV, onde está como «facteur et compaignon de marchandise» de Zegher Parmentier, negociante com casa comercial em Bruges. Ao chegar a Lisboa, traz também procuração de Rombout de Wachtere, também ele comerciante flamengo, para lhe resolver um assunto que aqui se encontrava pendente, relacionado com a venda de joias. Em 7 de Junho de 1456 estabelece com o rei D. Afonso V um contrato para exportação de cortiça para a Flandres tendo como sócio Pero Dinis, «estante em Bruges». Em 1457 aparece como procurador dos mercadores flamengos, holandeses e zelandeses, o documento, datado de 8 de Agosto, apresenta as reclamações dos mercadores súbditos do duque de Borgonha acerca de certos abusos de que eram vítimas por parte das autoridades portuguesas, que os prejudicavam nas suas transações. Em 1464, Martim Leme é designado de “escudeiro” e pouco depois de 1467 está de volta à sua pátria, onde eventualmente exercerá em Bruges o importante cargo de burgomestre da Comuna. Em Portugal, ficará Martim Leme “o Moço” que em 1477 é um dos sócios de Fernão Gomes da Mina, seu cunhado, na arrematação das rendas da Ilha da Madeira. Em 1478, aquando do empréstimo lançado por D. Afonso V para «acorrer às despesas da guerra e defesa do reino», Martim Leme, filho de Martim Leme, empresta 40.000 reais à Coroa⁶⁴. Esta família deixará depois descendência quer na Madeira quer no Continente.

Já no século XVI importa referir Jany Bicudo (1514/19), mercador flamengo morador em Lisboa, dono de uma nau e que comerciava o açúcar da Madeira⁶⁵. Era à época considerado, com Jany Revelo, também flamengo, Jerónimo Alemão e Jorge Emcurya alemão, entre os flamengos e alemães, «aqueles que mayores casas e ffazemdas them e fazem nesta cidade»⁶⁶. Desconhece-se mais detalhes da sua biografia, além da referência de que em 1514 era morador na Rua Nova.

428; JOÃO MIGUEL SIMÕES, *O Convento das Flamengas ao Calvário, monografia histórico-artística*. Policopiado apresentado à Cadeira de Seminário do Curso de História, variante em História de Arte, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (30 de Junho de 1998, corrigido em 6 de Maio de 2003), Disponível em <<http://www.academia.edu/1785299/>>. Vandely era também mercador flamengo, sobrinho do primeiro Bispo de Gandavo, D. Cornélio Jansenio, e entre as suas várias propriedades tinha uma quinta em Povos, umas casas onde viviam sitas defronte da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, e uma outra quinta a Mocambo, junto da cidade, em cujas casas, jardim e ermida se fabricou este convento da invocação da Santíssima Trindade e Nossa Senhora da Soledade. A escritura de doação data de 29 de Janeiro 1659 e no testamento feito em 31 de Dezembro de 1658 diz-se que «querendo ela (testadora) viver fora do dito (mosteiro), reserva as casas místicas e caindo em pobreza as mesmas lhe darão razão e será ela administradora das ditas religiosas», ele testador mandou ser sepultado no jazigo da mulher em S. Francisco até que seja acabada e sagrada a ermida que faz nas ditas casas a Mocambo «onde se porá os ossos defronte do altar, manda se acompanhe a sua Irmandade da Nação flamenga e no dito convento se chamará Soror Catarina de Santo António sobrinha da mulher que esta no Calvário». Dizem ainda no seu testamento que devem muito dinheiro a pessoas na Flandres e que se cobrará de sua herdeira, cf. ANTT, *HSJ*, livs. 26, fls. 3v e sg. Na cerca deste convento existia mesmo uma capela dedicada a Santa Marta e a São Benedito, possivelmente em memória da fundadora, D. Marta de Boz, que ainda voltaria a casar com o Dr. António Ferreira, médico e fidalgo.

⁶⁴ ORTIGÃO RAMOS PAES LEME, *Os Lemes - um percurso familiar de Bruges a Malaca*, cit..

⁶⁵ FERNANDO JASMINS PEREIRA, JOSÉ PEREIRA DA COSTA, *Livros de Contas da Ilha da Madeira 1504-1537*, BGUC, Coimbra 1985, p. 163.

⁶⁶ «Revista de história» (Lisboa), vol. 1, 1921, p. 247.

Outros mercadores flamengos houve que se estabeleceram em Lisboa no século XVI e que aqui adquiriram importantes propriedades, fruto da sua actividade mercantil, foram os casos de Abraham Bachillier proprietário de uma quinta nas Laranjeiras⁶⁷, Pedro de Salinas dono de uma quinta junto a São Sebastião da Pedreira (1586)⁶⁸, ou Jean Le Mercier que ainda em 1621 vivia ao Cais da Rocha e tinha uma quinta junto à calçada do Congro⁶⁹.

Além de mercadores, o século XVI português foi, no campo artístico e cultural, particularmente marcado por muitas outras figuras de origem flamenga, cujo estudo e biografia não cabe neste trabalho, sendo de citar em particular os livreiros (como Pedro de Craesbeque), entalhadores e escultores (como Arnao de Carvalho e João de Utreque), pintores (como Francisco de Campos, Frei Carlos, Francisco Henriques, Cristóvão de Utreque e Jacques de Lerbo) e iluminadores (como António de Olanda), todos eles originários da região da Flandres e da Holanda que passaram ou ficaram por Lisboa. Um dos herdeiros do legado flamengo foi precisamente o filho de António de Olanda, o conhecido humanista Francisco de Olanda (1517- † 1585) que foi, com Damião de Góis, uma das figuras maiores do Renascimento em Portugal⁷⁰.

⁶⁷ Abraham BACHILLIER ou Bacaler de Baqueler (act. 1570 † 1610), proprietário de uma Quinta nas Laranjeiras, estabeleceu-se em Lisboa como lapidário de diamantes e mais tarde como comerciante de diamantes e livros, teve vários filhos, entre eles, Sebastião, mercador, que faliu em 1610, e Abraão, que foi jesuíta, cf. EDDY STOLS, *De Spaanse Brabanders of the Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld: 1598-1648*, vol. 2, Paleis der Academien, Brussel 1971, p. 4, n. 21.

⁶⁸ Pedro de Salinas (Haarlem, 1551 † 1626) vivia já em Lisboa c. 1586, onde tinha uma quinta junto a São Sebastião da Pedreira, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 59, n. 474.

⁶⁹ Jean LeMercier (Hyon ou Mons, 1570, act. 1593 † 1625), natural da Flandres, ficou sem mãe quando tinha apenas dez anos. Instigado por um dos seus familiares, talvez o mercador de Antuérpia Julien de le Court, comerciante, exportador e importador, Jean decidiu tentar a sua sorte na Península Ibérica, então inteiramente nas mãos de Filipe II, rei de Espanha e Portugal. Em 1593, ele estava em Lisboa, como comerciante associado a outro comerciante originário dos Países Baixos, Jehan de Bois ou du Bois. Em 12 de Novembro de 1593 Jean Lemerrier é testemunha da compra por Jean de Bois de uma casa na Rua do Cais da Rocha por 370\$000 réis, que sua filha, Mariana Lamerrier, sobrinha de Du Bois, herdaria. Casado desde 1602 com Anne de Bois, filha de Jacques van Reden ou van Rode, mercador alemão, e sua mulher D. Ana Wandenhovel, foi uma época em que se começou a explorar os valiosos depósitos minerais da América Espanhola o que atraiu muitos mercadores do norte da Europa aos vários portos do reino espanhol e portugueses. Em 1621, Jean Le Mercier vivia no Cais da Rocha, uma das principais zonas de negócios do «grande porto e centro comercial» de Lisboa, ocupava então uma casa, provavelmente de Jean de Bois, de que pagava uma renda de 3\$000 réis, cf. FRANÇOIS DE CACAMP, JACQUES LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, in *Genealogicum Belgicum*, nº 8, *Une vielle famille athenoise - Six siècles d'histoire de la famille LEMERCIER (autrefois le Merchier dit la Bosquillon) 1370-1970*, Genealogicum Belgicum, Bruxelles 1970, pp. 230-236; FRANÇOIS DE CACAMP, JACQUES LEMERCIER, *Mariana Le Mercier, épouse d'António de Sousa de Macedo*, in *Genealogicum Belgicum*, nº 8, cit., pp. 237-242.

⁷⁰ Francisco de Olanda, quando em 1570 deu procuração para tomar posse de umas casas em Almeirim, dadas pela rainha sua patrona, era dado como Fidalgo da Casa Real e morador com a sua mulher, Luísa da Cunha Sequeira, em Lisboa, no Campo de Santa Clara, cf. *Index (...)*, T. IV, 1949, p. 212. Retirando-se já no fim da vida para o seu Monte ou Quinta no lugar de Camarões (Almargem do Bispo), onde fundou a Ermida de Nossa Senhora dos Enfermos em 1576 e onde ainda vivia em 1583. A licença de erecção do altar da ermida data de 3 de Abril de 1576 (LISBOA, ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO [doravante AHPL], ms. 702, fl. 27, apud JOANA BALSAL PINHO, *A capela do Monte de Francisco de Holanda em Camarões (Almargem do Bispo): novos elementos*, in «Revista Artis», 9/10, 2011, pp. 225-240) e em 17 de Fevereiro de 1583 é registada a carta de mantimento da ermitoa, Maria Pereira, por apresentação de Francisco de Olanda e da mulher, (Ivi, ms. 702, fl. 71). Vítor Serrão admite que a capela-mor desta Ermida tenha sido o local da última morada de Olanda, cf. VÍTOR SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Renascimento e O Maneirismo (1500-1620)*, Editorial Presença, Lisboa 2001, pp. 172-176; veja-se SILVIE DESWARTE-ROSA, *Ideias e Imagens em Portugal na época dos descobrimentos: Francisco de Holanda e a teoria da arte*, Difel, Lisboa 1992, p. 156, fig. 107a - (Fragmento de transcrição VIRGINE QVASI AVRORA

6.2. Os flamengos e holandeses e as suas propriedades lisboetas do século XVII

O século XVII será de facto, como dissemos anteriormente, o período de maior preponderância em Lisboa da comunidade de mercadores flamengos / holandeses, adotando estas duas estratégias para obviar aos períodos de contingência bélica entre as Províncias Unidas e as Coroas ibéricas, a do comércio através de portos menos vigiados, como Viana, ou o recurso a sócios das cidades católicas da Flandres, sob domínio dos Habsburgo, ou mesmo das cidades alemãs como Hamburgo, que sempre mantiveram os seus privilégios mercantis em Portugal. Situações houve, como no caso de Gervásio Vanduren⁷¹, Baltasar Vandunen⁷², Giraldo Burmester⁷³ ou Pedro Hasse⁷⁴, em que estes mercadores flamengos ou holandeses se declaravam de nação alemã, certamente para fugir às implicações decorrentes das Guerras com a Holanda. Na Outra Banda do Tejo vamos encontrar no século XVII várias quintas de mercadores estrangeiros, sobretudo do norte da Europa, como são os casos das quintas de João Bornete, mercador inglês (?), no lugar da Lagoa, junto a Almada, ou de Jacques

DEDICATUM, gravada por Francisco de Holanda, a qual ornamentava a Capela de Nossa Senhora dos Enfermos no seu «monte» perto de Sintra, em Camarões, Almargem do Bispo), vid. tb pp. 40, 293.

⁷¹ Gervásio Vanduren (act. 1625 † 1658), que também usou o apelido Bandur, VanDum, VanDuro, VanDurem ou VanDune, era um comerciante holandês, ou melhor flamengo de nação alemã, que viveu em Lisboa e na freguesia do Castelo de Almada, na rua de Passa Rego, com a sua mulher Maria Dias, pelo menos desde 1625, como se refere num aforamento municipal desse ano, em que se diz que «Gervaz Vandune frameguo alemão, casado nesta vila de Almada, morador na cidade de Lisboa (...) mandou derrubar umas paredes de umas casas suas que ele possuía por título de compra e que no dito chão havia uma azinhaga do concelho que ele não sabia que era e fez a dita obra por ser homem estrangeiro e não saber das leis da terra e está a dita azinhaga dentro em um seu quintal avia muitos anos» (SETÚBAL, ARQUIVO DISTRIAL (doravante ADSTB), *Câmara Municipal de Almada*, Bens de Raiz, cx. 4388, liv. 27, fl. 158). Gervásio Bandur e sua mulher Maria Dias ordenaram o seu testamento em 10 de Janeiro de 1658, onde além deixarem as várias propriedades que possuíam em Almada ao seu herdeiro e sobrinho, Manuel do Vale, e a outros herdeiros, determinam que no Convento de S. Paulo de Almada lhe dissessem uma missa rezada todos os sábados no altar de Nossa Senhora do Rosário (ANTT, *São Paulo de Almada*, liv. 3) e que na Igreja da Misericórdia de Almada lhe dissessem uma missa quotidiana sobre a sua sepultura (Falecida Maria Dias, a 12 de Janeiro, e «Jervazio Bandur», a 16 de Janeiro de 1658, cf. ADSTB, *Registos Paroquiais*, Santa do Maria do Castelo de Almada, Óbitos, liv. 2, fl. 13) a qual foi identificada em recentes explorações arqueológicas através da inscrição (ver abaixo) e das ossadas com trajes e elementos ornamentais distintos. O seu testamento existe ainda no ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA, *Livro de papéis vários*, Tomo IX, fls. 88-97v, transc. Paula Costa, in *Treslado do Testamento de Gervásio Van Durem e sua mulher Maria Dias, aprovação e termo de abertura (3-2-1658)*, in «Boletim Histórico SCMA», n.º 2, 2014, disponível em <<http://www.scma.pt/documents/10184/14393/Boletim+n.%C2%BA+2+-+Fevereiro+2014/Ofd5ac10-caf5-4de3-a6c1-15a780c2ba51>>, (Consultado em 3 de Novembro de 2015).

⁷² Baltasar Vandum ou Bandunen (act 1648-1673), que supomos ser familiar do anteriormente referido Gervásio Vanduren, era um comerciante alemão, mas nascido em Bruges de família católica, que traficava escravos entre Angola e o Brasil. Fixou-se em Luanda na segunda metade do século XVII, após a reconquista desta aos holandeses por Salvador Correia de Sá, em 1648. Em 1658 teve provisão de residência em Angola, derrogando a Lei que mandava sair da Província todos os estrangeiros (ANTÓNIO BRÁSIO, *Monumenta missionaria africana: 1656-1665*, p. 158). Além das filhas e filhos legítimos, teve um filho com uma nativa de nome Gonçalo VanDunen que deu origem a uma conhecida família angolana e é retratado por Pepetela no romance de 1997 “A Gloriosa Família”. O Capitão Baltasar Bandunen tomou depois o hábito de Cavaleiro Professo da Ordem de Santiago em 14 de Março de 1672 na Igreja de Santo António de Luanda, por comissão dada em 23 de Maio de 1671 ao Reverendo padre prefeito dos Capuchinhos «Fr. Crisóstomo de Génova, Pregador e Prefeito da Apostólica Miçam dos Reinos de Angola», cf. ANTT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, mç. 21, doc. 1556. Em 1673 teve licença para ir de Angola para o Brasil, cf. ANTT, *Registo Geral de Mercês*, D. Afonso VI, liv. 28, fl. 10v, desconhecendo-se o seu paradeiro a partir daí.

⁷³ Em 1655 encontramos em Lisboa, Giraldo Burmester, mercador alemão, cf. ANTT, 1.º CNL, Of.º 1B, cx. 7, liv. 359, fl. 70. Temos igualmente notícia de um Pedro Burmester, mercador flamengo.

⁷⁴ Pedro Hasse (act. 1623 † 1674), dado como «mercador flamengo» em 1623 e como «mercador Alemão», pai de André Hasse, da rua direita de S. Paulo, em 1674, cf. *Index*, IV, 1949, p. 23 e 80.

Godefroy, mercador de La Rochelle, dono das quintas da Arrábida e dos Espadeiros, também junto de Almada. Quanto a proprietários e propriedades ligadas a flamengos, a sul do Tejo, merecem destaque a propriedade de D. Ana de Bois, a já mencionada Quinta da Flamenga ou de São João do Telhal (em Caparica, Almada), designação que tinha pela proprietária ali ter edificado uma ermida da mesma invocação, talvez em memória do defunto marido, João Lemercier, ou do tio João de Bois, de que também foi herdeira. Outra propriedade, mais importante, era a grande Quinta do Esteiro Furado (em Sarilhos Pequenos, Moita), que andou durante muito tempo na posse do mercador holandês Giraldo Hujgens, que aqui fez várias benfeitorias, quer recuperando as casas da quinta, onde edificou em 1629 uma capela dedicada à Santíssima Trindade e São Geraldo⁷⁵ em que depois foi sepultado, quer comprando aos herdeiros de Lamberto Ustard uma velha marinha de sal e vários foros no termo de Alhos Vedros, marinha que fez de novo⁷⁶. Um filho de Giraldo, Manuel Huguens foi casado com Ana Maria Manem, filha do comerciante francês Anselmo Manem e de sua mulher Leonor Dias, de quem herdou a sua Quinta de Almada, no sítio do Alfeite (Quinta do Antelmo ou da Penha)⁷⁷. Ainda na Outra Banda, no século XVII, encontramos também o já citado Gervásio Vanduren, que viveu em Lisboa e em Almada, com sua mulher, pelo menos desde 1625 e até 1658, deixando várias propriedades a um sobrinho da esposa almadense⁷⁸.

Na realidade na região de Lisboa, era na chamada «Borda de água» que alguns dos mercadores flamengos tinham as suas principais propriedades, algumas mesmo com marinhas de sal e moinhos de maré (como era o caso do Esteiro Furado). Entre essas zonas, além da Outra Banda, a mais referida era junto da antiga vila de Povos (Vila Franca de Xira), com duas quintas cujos limites iam até junto do Rio Tejo: a Quinta dos Anjos, no fim da rua Direita de Povos, propriedade de João du Bois, onde este

⁷⁵ O Arcebispo de Lisboa concedeu licença de erecção da ermida em 19 de Agosto de 1629 a Giraldes Varges, mercador flamengo, com licença de missa dada em 26 de Outubro de 1629, cf. ANTT, *CEL*, mc. 1839, s/n. A Ordem de Santiago deu também a sua autorização à ermida de São Geraldo, por provisão de 13 de Agosto de 1630, licença concedida a Giraldo Eugénio, cf. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Chancelaria da Ordem de Santiago, liv. 13 (mf. 1914), fl. 353. A escolha da invocação da Santíssima Trindade talvez não fosse totalmente inocente, uma vez que sendo esta uma das principais discórdias entre luteranos e católicos, o seu culto por parte de flamengos holandeses seria certamente visto como um sinal claro de fidelidade a Roma.

⁷⁶ Giraldo Hujgens (Zevenbergen, act. 1627 † 1657), mercador natural do norte da província do Brabante, próximo de Breda, esteve activo em Lisboa desde 1626, morando na *Rua da Palmeirinha*, freguesia de São Julião, aqui casando com Inês Velosa, de quem teve três filhos, António, João e Manuel. Em 12 de Fevereiro de 1649, renovou o arrendamento da Quinta de Sarilhos de Diogo Coutinho Dossem. Na escritura diz-se que a quinta «está da banda de além no lugar de Sarilhos Pequeno, termo da vila de Alhos Vedros, com casa, chão de casas, terras maninhas, vinhas, pinhais, e outras pertenças, a qual ele Giraldo Hujgens trás de arrendamento há muitos anos e que lhe fora arrendada pela primeira vez pelos pais do actual senhorio», cf. ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 337, fl. 52. Comprou aos herdeiros de Lamberto Ustard uma velha marinha de sal e vários foros, igualmente no termo de Alhos Vedros, marinha que fez de novo, subrogando em 1631 o foro de 31\$250, a que ela estava obrigada na Capela da «Irmandade de Santo André dos Framenguos», por outros foros no mesmo lugar (Escritura de nova obrigação e declaração feita em Lisboa, a 31 de Abril de 1631, junto à Igreja de São Julião, nas casas de João Filter, estando presentes João (sic) Hujgens e Ighes Veloza sua mulher, moradores nas ditas casas, de uma parte e da outra, João Lau, Henrique Costodio e João Vangniz, moradores nesta cidade, Juiz e mordomos da Confraria de Santo André, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 12, fl. 207.

⁷⁷ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 4765; *Habilitações do Santo Ofício*, M 1 D 1 e M 1 D 5; *RGT*, liv. 3, fls. 73-74, e liv. 16, fls. 249-252, apud STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 38, n. 294. O filho de Manuel Huguens e Ana Maria Manem, Giraldo Huguens Masseem (1662-?), foi homem da governança da vila de Almada, Escrivão da Câmara e Familiar do Santo Ofício (ANTT, *CEL* (*doravante CEL*), mc. 1226, doc. s/n).

⁷⁸ Ver nota anterior sobre este mercador.

mandou edificar uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Anjos em 1633⁷⁹, e a Quinta do Cabo, fundada em 1610 por Carlos Hustaert, um mercador flamengo de Antuérpia, que depois a deixou ao filho João Ustarte, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão de Cavalaria, que aqui edificou em 1678 uma capela com obrigação de missa quotidiana, dedicada ao Santíssimo Nome de Jesus, e do Santo Cristo⁸⁰. Uma outra

⁷⁹ João ou Jean du Bois (Bolduc, act. 1590 † 1632), assim chamado em Portugal, por causa do nome da cidade de que era originário, «Bolduc» ou «Boldouck», i.e. Bois-le-Duc, actual Den Bosch ou 's-Hertogenbosch. Jean era na verdade um Vanden Heuvel, irmão de Anne vanden Heuvel, a qual havia se casado com um «mercador alemão» de nome Jacques van Roden e que também viveu em Lisboa, mãe de uma menina chamada Anne de Bois e que se tornou a esposa de Jean Le Mercier. João de Bois vivia em 1590 perto de Nossa Senhora de Vitória, tendo então adquirido, por 300\$000 réis, um conjunto de duas casas com os seus jardins na Calçada do Combro, pertencentes ao comerciante francês Estêvão Castanheiro (sic). Du Bois dedicou-se durante muitos anos às grandes rotas marítimas e comerciais, que então faziam a prosperidade de Lisboa, e é citado como tal na correspondência comercial de Rodrigues d'Évora, cf. J. GENTIL DA SILVA, *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres marchandes de Rodrigues d'Évora et Veiga*, Paris 1956, p. 249, apud DE CACAMP, LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, cit., in *Genealogicum Belgicum*, n.º 8, *Une vieille famille athenaise - Six siècles d'histoire de la famille LEMERCIER (autrefois le Merchier dit la Bosquillon) 1370-1970*, cit., pp. 230-236, nota 1. Em 1596 adquiriu à Fazenda Real 2.500 quintais de pimenta e em 1598 é nomeado como Tesoureiro das receitas gerais das imposições do estado (alcavalas reais) em Sevilha, efectuando com o seu sócio Julien del Court um contrato ao abrigo do qual se comprometeu a fornecer os armazéns e arsenais do Rei de matérias-primas no montante de 47.935.525 réis, incluindo 4.000 quintais de ferro da Alemanha, 3.000 quintais de cobre e 500 quintais de pólvora. Assegurou durante vários anos o contrato do «Pau Brasil» e foi rendeiro do comércio com a África em 1615. Du Bois adquiriu também umas propriedades no Cais da Rocha e em 1597 outras casas na Calçada do Congro, antes do Poço Novo, que foram então avaliadas no valor de 3.000 cruzados. Teve duas filhas freiras no Convento das Flamengas em Alcântara, e nomeou como herdeira, não a sua irmã, ainda viva, nem a sua sobrinha Ana, esposa de Jean Le Mercier, mas uma irmã desta, Joana de Bois, que morreu jovem e sem testamento. Também teve um filho natural, Manuel de Bois, legitimado em 1614, que ainda vivia em 1658, como herdeiro de seu pai e credor do rei da Espanha de uma soma de 2.626.741 réis, cf. DE CACAMP, LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, cit., pp. 230-236, nota 1; STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 9, n. 61; bens que depois reverteram para a casa de D. Mariana Lemerrier, neta de sua irmã, e seu marido o Dr. António de Sousa de Macedo, os quais já não incluíam a quinta que Du Bois teve em Povos e onde mandou edificar uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Anjos em 1633, cf. AHPL, ms. UI. 305, fl. 99, a Quinta dos Anjos, no fim da rua Direita de Povos, a mesma quinta em que talvez tenha sucedido D. Marta de Boz e seu marido Cornélio Vandaly. D. Marta e o marido doaram os seus bens, incluindo uma quinta em Povos, ao Mosteiro das Trinas do Mocambo, que em 1757 fez um emprazamento a João Soares Aguirre de uma Quinta no fim da Rua Direita da Vila de Povos com o foro de 50\$000 réis e de pitaça 500 laranjas boas e laudémio de dezena, cf. ANTT, *Cartório do Distribuidor de Lisboa (doravante CDL)*, cx. 37, liv. 118, fl. 137, *Notas António da Silva Freire de Julho de 1757*.

⁸⁰ Carlos Hustaert ou Ustarte ou Hustard (Antuérpia, 1575, act. 1597 † 1627) era um mercador flamengo que tinha em Lisboa umas casas na rua da Esperança e chamava-se Hustaerdt, apelido flamengo adulterado cá em Hustarte e Estarte. O seu irmão, Lamberto Ustarte (act. 1597 † 1625), residiu em Lisboa nas Fangas da Farinha. Carlos casou com Catarina de Linde, neta de Luís Vander Linden, outro importante comerciante flamengo de Lisboa no século XVI. Os dois filhos de Carlos, inicialmente, continuaram como mercadores, Carlos Ustarte, o moço desde 1638 em Goa, onde reuniu uma grande fortuna, e João Ustarte, em Lisboa, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., pp. 38-39, n. 298. João foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão de Cavalaria, tendo edificado em 1678 uma capela com obrigação de missa quotidiana dedicada ao Santíssimo Nome de Jesus, e do Santo Cristo na Quinta do Cabo junto a Povos, que fora fundada pelo pai em 1610. O vínculo aqui instituído passou depois a Carlos Pery de Linde, Chantre da Sé, falecido em 1720, sucedendo-lhe o sobrinho, António Pery Linde, Escrivão da Mesa Geral da Alfândega de Lisboa, que com a sua mulher e os seus filhos o Monsenhor Francisco Pery Linde, o Desembargador Carlos Pery Linde e o Cônego João Hustarte Severino, aqui estabeleceram o seu morgado em Abril de 1749, cf. ANTT, *CDL*, cx. 33, liv. 40, fl. 78, *Notas de Manuel António de Brito de Abril de 1749*; ANTT, *HSJ*, liv. 2721, sendo a quinta então constituída por casas nobres, ermida, lagar de azeite, olival, vinha, laranjais e pomares, bem como outras terras de olival e pinhal nos termos de Povos e Castanheira, bens a que Monsenhor Pery Linde acrescentou a Quinta Grande, no fim da vila de Povos, comprada por este em 1768, cf. ANTT, *CDL*, cx. 43, liv. 169, fl. 164, *Notas de António da Silva Freire de Agosto de 1768*; e Carlos Pery de Linde anexou uma outra quinta em Povos, junto da Fonte Nova, foreira

quinta em Povos, que também pertenceu a um mercador flamengo, foi a quinta de Belchior Rubim⁸¹, mas cuja localização não foi possível precisar, podendo ser uma das referidas anteriormente. Já um pouco mais sul, a caminho da foz do rio Tejo, nos arredores de Alverca, o mercador João Hals⁸² adquiriu em 1645, por 7.500 cruzados, duas quintas, a Quinta que fora de Afonso Bocarro e a Quinta do Pinheiro, antiga Quinta dos Reis (por ali haver uma ermida da mesma invocação)⁸³, propriedade que depois da sua morte em 1648 veio a pertencer aos Padres Paulistas de Lisboa⁸⁴.

A aquisição e beneficiação de propriedades rústicas nos arredores de Lisboa por parte de mercadores flamengos está, como vemos, bem documentada no século XVII. Neste período encontramos, além dos casos atrás referidos, outros casos de mercadores a seguir a mesma estratégia, quer por razões de comodidade e prestígio, quer de exploração económica, quer ainda, nos casos dos mercadores que já não regressam à sua pátria e estabelecem vínculos familiares em Lisboa, pela necessidade de constituir um património legável aos seus herdeiros, em alguns casos na forma de padroado, morgadio ou capela, garantindo assim a perenidade de parte dos capitais resultantes dos rendimentos alcançados com a actividade mercantil, que por esta via ficavam melhor defendidos de seus credores.

É neste contexto que se pode compreender o percurso de alguns destes mercadores e das propriedades por si adquiridas nas cercanias de Lisboa, como é o caso da Quinta da Palma de Cima, ao Campo Grande, de «João Hermão flamemgo» (1611)⁸⁵; da Quinta de Sete Rios de Justo Benique⁸⁶ que nela fundou em 1618 uma ermida⁸⁷ dedicada, segundo a *Corografia Portuguesa*, a São Jacinto; a Quinta de Mocambo, depois mosteiro, do já citado Cornélio Vandaly (1657); ou ainda os casos de João Baptista Jacobs que tinha uma Quinta ao Chafariz de Arroios com uma ermida⁸⁸; de Luís de Bem Salinas, o Moço, que tinha uma Quinta em Alcântara, ao Livramento (1683); de Pedro Ferreira Belém, falecido em 16 de Outubro de 1687 na sua Quinta

ao Conde de Vila Nova. Veja-se ainda GRAÇA SOARES NUNES, *Vila Franca de Xira: Economia e Sociedade na Instalação do Liberalismo, 1820-1850*, Ed. Colibri / CMVFX, Lisboa 2006, pp. 116-117.

⁸¹ STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

⁸² João Hals (act. 1619 † 1648) flamengo de nação e homem de negócios, um dos principais comerciantes de cereais em Lisboa, foi primeiro casado com Maria Loos, prima de André TOMAS, Juiz do ver do pezo, ofício que comprou, e segunda vez com Maria Estroegoa, de quem lhe ficaram dois filhos, Teodósio Hals e Catarina Hals, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 34, n. 263. No seu testamento de 17 de Julho de 1647 nomeava «o sobrinho a Jacob Cornélio Hals que estava em Flandres o mandasse sepultar em S. Francisco da Cidade na sua sepultura a entrada do Cruzeiro e declara ter varias propriedades, estar cego e que fez seus testamenteiros a seu companheiro Francisco de Almeyda Soarez e Guilherme Rozen e Francisco Pery», cf. BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, *Index de Notas de vários tabeliães de Lisboa, entre os anos de 1580 e 1747*, T. III, Biblioteca Nacional, Lisboa 1944, pp. 248-249).

⁸³ LISBOA, BIBLIOTECA NACIONAL (doravante BNP), *Reservados*, Cód. 226, fl. 56, apud STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60, n. 215.

⁸⁴ ANTT, HSJ, liv. 48, fl. 395.

⁸⁵ João Hermans e sua mulher D. Maria de Borgonha eram flamengos nobilíssimos que no principio do século XVII vieram estabelecer-se em Lisboa, onde instituíram um morgado na Quinta da Palma de Cima, a que depois sucedeu Pedro Sanches Farinha e a família Sanches Baena, que ali edificou a Capela de “Nossa Senhora da Nazaré”, cf. VISCONDE DE SANCHES BAENA, ALBANO DA SILVEIRA PINTO, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, Tomo II, Francisco Artur da Silva, Lisboa 1890, p. 189, disponível em <<https://archive.org/details/resenhadasfamili02silvuoft>>, (Consultado em 3 de Novembro de 2015).

⁸⁶ Justo Benique (act. 1604 † 1631), mercador flamengo, casado com Joana Baquelar, cunhado de Luís CADO, relacionado com os Bachilliers, lapidários, actua em Lisboa, antes de 1604 e até sua morte em 1631, onde foi juiz e mordomo na Irmandade dos Flamengos, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 7; STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 59.

⁸⁷ ANTT, CDL, cx. 5, liv. 25, fl. 94v.

⁸⁸ STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

do sítio da Mouras, ao Lumiar⁸⁹; de João Hierónimo Balieque proprietário da Quinta da Penha de França, chamada Quinta do Rol, foreira a Religião de Malta (1694)⁹⁰; de Francisco Faciel (1694)⁹¹; e de João Bocol (1700) que provavelmente deu nome à Quinta do Bocol, nos Olivais⁹². Caminhando para norte, além da periferia da cidade, conhecem-se nesta época ainda alguns casos de quintas de flamengos mais distantes de Lisboa, ainda que na sua área de influência, como é o caso da Quinta das Barras de Baixo, no termo de Torres Vedras, que em 1677 pertencia a D. Maria Coimans, viúva de João Vaendaris⁹³.

Durante o século XVII, além da Borda de Água, a sul e norte de Lisboa, e da periferia da cidade, atrás referidas, vamos também encontrar «propriedades de flamengos» a poente da cidade, quer junto à costa Atlântica, quer a caminho de Sintra, como são os casos da Quinta de Nossa Senhora da Conceição dos Sinel de Cordes, em Barcarena (Oeiras) onde viveu João Baptista De Cordes (1648)⁹⁴, que se fixou em Lisboa no início do séc. XVII onde exerceu o cargo de tesoureiro do Fisco Real⁹⁵; da Quinta de Meleças de João Blau, em Belas (Sintra), onde a viúva, D. Brígida Antunes, pediu licença em 1635 para haver culto na sua quinta, em uma ermida dedicada a São João Baptista e Santa Brígida, dotando-a de 3\$600 réis anuais para a fábrica⁹⁶; a Quinta do Vinagre,

⁸⁹ ANTT, RGT, liv. 55, liv. 55.

⁹⁰ João Hierónimo Balieque (Cambraya, † 1694) foi homem de negócios de nação flamenga, filho de Nicolau Balieque, e morador na rua dos Ourives dos Ouro, freguesia de São Nicolau. Fez testamento em 26 de Setembro de 1694, aberto em 28, deixando a Francisco Pery de Linde, Escrivão da Mesa Grande da Alfândega, seu testamenteiro, a sua Quinta da Penha de França, chamada Quinta do Rol, foreira a Religião de Malta, com três olivais foreiros anexos, cf. ANTT, RGT, liv. 72, n. 60, fl. 94v.

⁹¹ Em 1694 um *Francisco Faciel*, talvez descendente do mercador flamengo Pedro Fasiel, fundou uma ermida numa propriedade sua, cuja localização não foi possível identificar, cf. ANTT, CDL, cx. 17, liv. 69, fl. 173v.

⁹² João Bocol († 1700), casado com Helena Soares de Macedo, morador na Rua do Lagar do Sebo, mandou sepultar-se em S. Francisco, pelo seu testamento de 3 de Dezembro 1688, aberto em 9 de Março de 1699, cf. ANTT, RGT, liv. 90, n. 48, fls. 81-82.

⁹³ ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 19, liv. 416, fl. 139.

⁹⁴ ANTT, CDL, cx. 10, liv. 45, fl. 105v, *Notas de Francisco Tavares de Maio de 1648*.

⁹⁵ O interior deste “solar” é ornamentado com belos e raros painéis de azulejo do século XVII e a capela, dedicada a São João Baptista, tem um altar com embutidos de mármore florentino policromo, obra do famoso arquitecto João Antunes. As paredes da quinta e da capela são revestidas a azulejos assinados por Gabriel del Barco e datados de 1697, época em que a propriedade foi mandada reformar pelo Desembargador João Van Vessem, cunhado de Baltasar Peles Sinel e tio do proprietário António Sinel de Cordes, benfeitorias que lhe legou em Morgado em 1699. Nesta propriedade viveu Baltasar Pelles Sinel de Cordes (1731) e o seu descendente, o benemérito José Sinel de Cordes, que aqui residiu no início do século XX nos últimos anos de sua vida, famoso e considerado homem de Barcarena, constituiu o celeiro da terra por tudo ali se criar. A riqueza das benfeitorias deixadas em morgado pelo Desembargador João Van Veçem ao seu sobrinho pode ser apreciada no extenso rol da vistoria feita em Agosto de 1708 nas Casas da Travessa de Brás da Costa, freguesia do Alecrim; terrenos ao diante da Pampulha; sacristia das Flamengas (onde Van Vessem foi sepultado); terras no limite de Barcarena e na Quinta de António Luís de Cordes, na Ermida e casas da mesma quinta, e em outros bens aí juntos, em Barcarena e Leceia, cf. ANTT, HSJ, liv. 61, fls. 282 e sgs. Veja-se também ANTT, RGT, liv.103, fls. 138v a 141. Existe um original do testamento no arquivo da família Sinel de Cordes que foi referenciado por JOSÉ JOAQUIM GOMES DE BRITO, *O Convento das Flamengas em Alcântara. A Sacristia*, in «Revista Archeológica», vol. III, pp. 56 a 61, e um exemplar no *Registo Geral de Testamentos* da Torre do Tombo foi transcrito por SIMÕES, *O Convento das Flamengas ao Calvário*, cit., 1998, apud Id., *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II: ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*, Tese de Mestrado de História da Arte na Faculdade de Letras de Lisboa, 2002, disponível em <<http://www.academia.edu/1784812/>>, contudo nenhum refere a mencionada vistoria.

⁹⁶ *Index* (...), T. III, 1944, p. 59. Pertenceu depois a Henrique Jansen Moller e em 1793 era descrita do seguinte modo «finda a rua que vai do Arco para a parte do sul tem hum grande Pateo com cazas por tres lados delle; a saber no lado do nascente tem huma Ermida com sua Sachristia, e a poente desta para a parte do Norte tem coxeira, cavalharice e Palheiro e por sima hum pavimento de sobrado com

de Lisboa»¹⁰⁰, tendo vendido nesse ano as suas máquinas de impressão a Paulo Craesbeque¹⁰¹, seu sócio e primo ?, filho de Pedro, adquirindo depois a Pedro João, Capitão de Artilharia do Forte de São Gião, várias terras com oliveiras no Reguengo de a Par de Oeiras¹⁰² que mais tarde servirão de património à fábrica da Ermida de Nossa Senhora da Conceição e São João Baptista (Figs. 6-A e 6-B) que Lourenço e a sua mulher, Maria de Anvers, mandaram edificar em 1653 na sua Quinta do Arneiro (Cascais) (Fig. 6-C), propriedade hoje conhecida como a Quinta de Santa Maria¹⁰³. Lourenço de Anvers, já Escrivão da Junta do Comércio de Lisboa, fez o seu testamento em 14 de Novembro de 1676, aberto em 8 de Julho de 1677, mandando sepultar-se em S. Francisco ou na Santíssima Trindade¹⁰⁴.

Esta propensão dos comerciantes estrangeiros mais ricos para adquirem boas propriedades nas cercanias de Lisboa, como nota Eddy Stols, já fora referida por um flamengo visitante de Lisboa em 1539, Juan de Mayere, quando apresentou à venda uma quinta em Colares ao seu correspondente Crisóstomo van Immerseel em Sevilha:

por aqui viven los estranxeros en sus haziendas en el campo lo más a tres leguas de aqui donde tienen sus viñas, olivares, frutales, y otros muchos deleytes de rios y arroyos como en nuestra soberana patria, pero con mucho más llaneza que en ella, holgaram que vm lo viera y la quinta de un amigo mio, una legua de Sintra que la une por un lado un rio bien alegre y umbroso con todo lo que arriba digo y mucha tierra calma donde se puede apacentar libremente ganado vacuño, ovejuõ y cabruño y aun de cerda si auizieren y ei dicho amigo la arrendaria con harta comodidad a alguno que tubiesse caudal y se quiziesse retirar a vida angélica¹⁰⁵.

¹⁰⁰ Embora a Casa dos Bicos fosse propriedade do morgado de Brás Afonso de Albuquerque, na primeira metade do século XVII andava arrendada, em 1630 a Gaspar Gonçalves (*Index de Notas [...]*, Vol. IV, 1949, p. 132) e em 1648 a Lourenço de Anvers e sua mulher.

¹⁰¹ ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 336, fl. 128.

¹⁰² ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 333, fl. 112, doc. de 7-4-1648.

¹⁰³ Nos livros de registo do Arcebispado de Lisboa encontra-se uma «Provisão para se dizer missa em hua Hermida de Lourenço de Anvers» dada em 17 de Junho de 1653, junto da qual se transcreveu também, além da petição ao Cabido da Sé de Lisboa, o Instrumento de Dote e Obrigação lavrado pelo tabelião António Henriques em 11 de Junho de 1653, na cidade de Lisboa, ao Lagar do Sebo, nos aposentos de Lourenço de Anvers, estando ele aí presente com sua mulher Maria de Anvers, no qual este afirma que tinha «hua quinta no lugar de Arneiro, freguezia da Igreja de Sam Domingos de Rana, termo da villa de Chasquais (sic), em a qual tem hua Hermida de Nossa Senhora da Conceipção e São Joaõ Baptista com porta para a estrada publica e a tem muito bem ornada com todos os paramentos nesseçarios pera se poder dizer missa nella e que tem seu sino» e que para esse fim eles a dotaram de renda para fábrica de 3\$000 reis cada ano do foro de 4\$000 reis e 5 galinhas que lhe pagavam Vicente Dias, lavrador, e sua mulher Jerónima Luís, moradores na Quinta do Couto, do Reguengo de par de Oeiras, por umas «propriedades de casas e vinha as quaes casas que estão na Rua direita de Oeiras, termo desta cidade e que partem pella banda do Norte com cazas de Pedro daella (?) e da banda do Sul com Rua direita (...) e da banda do Poente com cazas de Marquos Domingues e da banda do Nascente com quintaes das dittas cazas do ditto Pero daella e a vinha esta onde chamaõ o Bairro (?) limite do ditto Reguengo (...) que parte da banda do Norte com vinha do ditto Pero daella e da banda do Sul com vinha de João Pereira (?) (...) e da quinta de Diogo de Castro dos Rios», cf. AHPL, ms. 660/UI. 317, fls. 98v-100v. Curiosamente duas das quintas referidas na escritura de dote foram integradas no século XVIII nos domínios da grande Quinta do Marquês em Oeiras - a Quinta de Diogo de Castro do Rio, depois Quinta do Visconde de Barbacena; e a Quinta do Couto, que deve corresponder à Quinta de Mateus do Couto (arquitecto) em frente da qual existia em 1635 um passadouro do Rio de Oeiras (LUÍSA VILARINHO, *De Lisboa a Cascais: Rostos, Liberdade e Medicina*, DisLivro, Lisboa 2008, p. 126, n. 210), mas que em 1681 já é dada como situada defronte da Ponte Nova do Reguengo do Marquês de Cascais, na freguesia da Igreja de Oeiras, cf. ANTT, RGT, liv. 37, fl. 93-94v, n. 69.

¹⁰⁴ ANTT, RGT, liv. 28, n. 122, fl. 130.

¹⁰⁵ STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 373.

Na realidade, como refere Eddy Stols, as «quintas tornaram-se quase obrigatórias para um Flamengo bem sucedido»¹⁰⁶.

6.3. Os holandeses em Lisboa no século XVIII

Durante o século XVIII, além dos vários comerciantes estrangeiros que mantiveram as antigas rotas comerciais entre a região de Lisboa (incluindo o importante porto de Setúbal) e o Norte da Europa, em especial as ligadas ao comércio do sal, vamos ainda encontrar outras figuras de origem holandesa que prestaram grandes serviços à Coroa, quer por via da sua ação diplomática, militar e política, quer por via da sua intervenção no domínio industrial, como é o interessante caso do mestre carpinteiro de engenhos e moinhos, Cornelle Vanodeje (1739), holandês que pode ter contribuído para a difusão de moinhos de vento na região de Lisboa¹⁰⁷. Outros aparecem na documentação sem se precisar a sua ocupação, como é o caso de Guilherme Perat Bonlink, que fundou em 1773 uma capela dedicada a São Guilherme na sua Quinta da Barroca (Castanheira do Ribatejo)¹⁰⁸, pouco mais se sabendo desta figura que se supõe também holandesa.

De entres estas várias figuras holandesas e flamengas, algumas destacaram-se também pela importância do seu legado familiar e patrimonial na região de Lisboa, como foram os casos de Hermano José Bramcaamp (Amesterdão, 1709 † Lisboa, 1775), de que descendem os Condes de Sobral, e que foi Cônsul da Holanda e Ministro residente da Prússia (1751), tendo participado no contrato dos diamantes do Brasil, o que lhe deu os cabedais suficientes para ter uma quinta na Estrada da Luz (Carnide). Com um extensa prole em Portugal encontramos também D. Luís Pedro, Barão de Brederode (Vianen, Holanda, 1684 † Lisboa, 1739), «Cavalleiro Hollandez da illustre casa deste apellido, Capitam de mar e guerra no serviço delRey nosso Senhor a quem servio por tempo de 22 annos com grande satisfação»¹⁰⁹. Igualmente no século XVIII temos o Licenciado Bartolomeu Quifel Barbarino, filho de Guilherme de Quiffelt, ou Quifel Barbarino, natural de Anvers, e sua mulher D. Isabel Fette Barberino, e neto de Bartolomeu Quifel, Governador de Anvers e Catarina de Mayala Barberino, natural de Florença¹¹⁰. O Licenciado Bartolomeu foi casado com D. Maria Teresa de Figueiredo e edificou na sua grande Quinta do Molha Pão, em Belas, cabeça de um

¹⁰⁶ *Ib.*, *Lisboa : Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

¹⁰⁷ A moagem eólica era já conhecida em Lisboa e no reino antes do século XVIII, embora muito menos frequente que o recurso a azenhas, atafonas e moinhos de maré. Será a partir deste século e sobretudo da década de 1740 que iremos encontrar na região de Lisboa um conjunto significativo de novos moinhos de ventos, conforme se poderá depreender pela análise das escrituras de aforamento e licenças para a sua construção. Uma possível causa para esta difusão poderá de facto estar relacionada com novas tecnologias construtivas, até aí não disponíveis, como as que nos refere esta provisão de D. João V, datada de 11 de Setembro de 1734, que diz «D. João [etc.] Faço saber que Cornelle Vanodeje mestre carpinteiro de Engenhos e moinhos olandez de nação me representou por uma sua petição que ele viera dos Estados da Olanda por ordem minha e actualmente andava trabalhando no meu Arcenal e para melhor poder passar com sua mulher e filhos no meu serviço utilidade do povo e grandeza do Reyno queria fazer hum moinho no cítio de Alcântara o que não pode fazer sem que eu lhe concedesse previllégio para que outra pessoa não pudesse fazer outro semelhante por tempo de 20 anos atendendo que esta mesma graça fora eu concedido servir a Nicolau Maurício Amburguês de Nação a qual não tivera efeito por se ausentar há quazi dous annos sem se aproveitar della por dívidas que tinha contraído [...] Hey por bem fazer mercê ao suplicante de lhe conceder o privilégio de que faz menção pelo de dez annos [etc.] com declaração que no mesmo tempo o poderão fazer outras pessoas fora da Corte e cinco legoas ao redor participando-lhes o suplicante o segredo e que a sua custa comprara a terra em que assentar o dito moyinho», ANTT, *Chancelaria Régia*, D. João V, liv. 86, fls. 325-326.

¹⁰⁸ AHPL, ms. 298, fl. 65

¹⁰⁹ «Gazeta de Lisboa Occidental» de 1 de Dezembro de 1719.

¹¹⁰ Informações fornecidas pelo Dr. Gonçalo Nemésio.

morgado em que vão suceder as Casas de Anadia e Alverca¹¹¹, uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Rosário em 1717¹¹². Outra família lisboeta do século XVIII descendente de flamengos foi a família Vadre, proprietários de uma quinta do mesmo nome em Benfica que pertenceu a Vicente Rebelo do Vadre¹¹³.

Além do Barão de Brederode, no campo militar e técnico destacou-se também António Cremer (Oostmarsen, act. 1702 † 1745), Comissário geral dos almirantados das Províncias Unidas que veio, pela Guerra da Sucessão, de Espanha para Portugal, onde depois foi Provedor das Fábricas da Pólvora de 1725 até à sua morte, responsável pela instalação e melhoramento das Fábricas da pólvora de Alcântara (1727) e Barcarena (1729), respectivamente. Agraciado com ordens militares pelos serviços prestado à Coroa, a riqueza de Cremer era significativa, como mostram as suas duas quintas próximas da Serra da Arrábida, a Quinta da Conceição, em Azeitão (1715), e a Quinta do Peru, em Sesimbra (1725)¹¹⁴.

Contudo no século XVIII, como nos séculos anteriores, onde a presença holandesa se nota de forma mais significativa é no comércio, quer de metais e pedras preciosas originárias do Brasil, quer sobretudo do comércio do sal.

Lisboa era, no século XVIII, e em especial na primeira metade, uma cidade onde actuavam comerciantes e sociedades comerciais das mais diversas origens, sobretudo ingleses e franceses, mas também italianos, espanhóis, alemães, suecos, dinamarqueses e holandeses. Percorrendo as notas biográficas de alguns destes comerciantes holandeses, muitos dos quais com casas familiares portuguesas, alguns parecem destacar-se não só pela sua riqueza e prosperidade vista pelo número de vezes que são citados em contratos comerciais¹¹⁵, como também pelos bens adquiridos e mercês com que são agraciados.

O paradigma social destes grandes comerciantes em regra geral é muito similar ao que já havíamos notado nos séculos anteriores, ou seja uma grande proximidade a outras famílias da mesma proveniência, a constituição de núcleos patrimoniais sob a

¹¹¹ <<http://www.casaanadia.pt/pt/historia>>, (Consultado em 30 de Novembro de 2015).

¹¹² ANTT, CEL, mc. 1807, doc. s/n.

¹¹³ Descendente de Jerónimo de Vadder ou do Vadre, (Bruxelas, 1568, act. 1590-1623), filho Guillermo de Vadder, tesoureiro da cidade Bruxelas, e que estava em Lisboa em 1590 como morador à Sombreira, na rua dos Escudeiros, cidade onde ainda estava activo em 1623. Foi casado com Maria Baelè e em Portugal foi Capitão dos Familiares, aqui deixando descendência (STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 66, n. 539). Numa petição ao Paço de 7 de Julho de 1623 fala-se das diligencias que El Rei mandou fazer sobre as encomendas que o ano anterior vieram da Índia na Nau Nossa Senhora do Paraíso para ministros e oficiais da Casa Real e mais coisas que Fernão do Cron mandou para outras pessoas que estão embargadas na Casa da Índia e assim de uma petição de João Vel, Yronimo do Vadre e Emrique Vensomezem, mercadores framengos, acerca dos «bisalhos de diamantes e boiois de almíscar que se lhe vierão na dita nao enviados pelo dito Fernão do Cron», cf. ANTT, *Desembargo do Paço*, liv. 8, fl. 115, 7-7-1623.

¹¹⁴ Provedor das Fábricas da Pólvora pela arrematação, em 1725, do fabrico da pólvora para o exército, para a marinha e fornecimento geral do país, estabelecendo então oficinas junto a Lisboa, em Alcântara em 1727 (A Capela foi aberta ao culto em Fevereiro de 1727, cf. AHPL, ms. 832, fl. 182), e em 1729 em Barcarena com motor hidráulico, tudo obra de Cremer. Fez provanças na Ordem de Cristo em 1706 e com sua grande fortuna adquiriu duas quintas próximas da Serra da Arrábida, a Quinta da Conceição, em Azeitão, onde mandou edificar uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição (1715), e a Quinta do Peru, em Sesimbra, em 1725, propriedades onde chegou a receber o próprio rei, cf. JOAQUIM RASTEIRO, *Notícias archeologicas da Peninsula da Arrábida (1893-94)*, in *O Archeologo Portugues*, Imprensa Nacional, Lisboa 1897, pp. 3-48, pp. 31-32.

¹¹⁵ Não tendo feito um estudo exaustivo sobre a actividade mercantil em Lisboa do século XVIII, não posso deixar de referir que alguns dos nomes aqui mencionados, além da sua riqueza patrimonial, mercês e bens de raiz, aparecem na época com bastante frequência nos livros de distribuição notarial lisboeta (ANTT, *Cartório do Distribuidor de Lisboa*, cxs. 18 a 44), fruto da sua participação em várias sociedades de comerciantes.

forma de morgado e capela e uma ascensão social alicerçada quer nos serviços prestados e na proximidade à Coroa, quer no exercício de ofícios jurídicos (nobreza de toga).

De entre os que mais se destacaram no século XVIII encontramos António Van Praet (Lisboa, 1693 † 1749), negociante na Praça de Lisboa, filho de Jacome Van Praet, o Velho (Antuérpia, 1648 † Lisboa, 1748), e que as Genealogias dizem que foi «o mais rico particular de Lisboa no seu tempo», tendo nesta cidade um grande palácio. Mereceu grande estimação do rei D. João V e serviu o Tribunal do Santo Ofício no cargo de familiar, foi ainda dono da Quinta da Várzea, na Sobreda (Almada), e da Quinta da Granja da Paradela, na Póvoa de Santo Adrião (Odivelas)¹¹⁶.

Paulo Cloots (Amsterdão act. 1726 † ?), outro importante e nobre holandês, irmão do Barão de Cloots, possuía uma grande casa em Portugal, onde era Contratador ou Administrador do Contrato Real do Tabaco, sendo casado com D. Luísa Maria Vanzeller. A sua filha, D. Maria Catarina Cloots, foi casada com Ambrósio Tomás Curraud, natural de Marselha, homem de grande negócio e muita riqueza, que depois do terramoto de 1755 passou a viver na Quinta da Torre do Fato, junto à Luz¹¹⁷.

André Emaús (Lisboa, 1700 † 1764), homem de negócios, filho do homem de negócios holandês católico Nicolau Emaús, andou ligado à exploração de salinas sendo proprietário de várias em Sarilhos, Aldeia Galega e Alcochete. Em Lisboa vivia em casas ao Bairro Alto, tinha o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e fundou um morgado dos seus bens. Tinha ainda ma quinta em Loures chamada Quinta do Mato, com casas nobres e ermida pública (1764), deixando por herdeiro o seu filho legitimado, o Desembargador José Joaquim Emaús¹¹⁸.

¹¹⁶ ANTT, CEL, mç. 1809, n. 40; AHPL, ms. 328, fl. 202. Veja-se: <http://geneall.net/fr/name/593813/antonio-van-praet/>; <http://geneall.net/pt/nome/49590/jacome-jacques-van-praet/>; http://genealogias.info/1/upload/salgados_de_redondela.pdf (Consultado em 29 de Novembro de 2015).

¹¹⁷ LUIZ DE MELLO VAZ DE SAMPAYO, *Uma Linhagem Cosmopolita do Porto*, in *Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heráldica*, Vol. 3, Ediciones Hidalguía, Madrid 1983, pp. 91-127, p. 114.

¹¹⁸ Quando era morador ao Beco da Ferosinha, André, então com 16 anos, foi acusado de protestantismo, sendo condenado a abjuração em forma e instruído na fé católica com penas e penitências espirituais, cf. ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Lisboa, proc. 10687. No seu testamento, feito em 1766, são referidas várias marinhas, como a Marinha chamada do Alviela, no termo de Sarilhos, foreira as Freiras de Santa Clara; a Marinha das Freyras no Rio de Aldeia Galega, prazo do Mosteiro do Salvador; a Marinha das Canas junto ao lugar do Samouco; a Marinha chamada a Raposeiro; e outra Marinha chamada das Ortas que tem encargo de 50 missas de censo a memoria de Mariana Urbim, todas no Rio de Alcochete; assim como um prazo na Aigualva, termo de Sintra e acções da Companhia do Pernambuco e Paraíba, cf. ANTT, *HSJ*, Escrivão Botelho, mç. 10, nº 4, cx. 531. Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1730, cf. ANTT, *RGM*, D. João V, liv. 21, fl. 489. A partir de 1760, residiu na Rua do Olival (zona na Lapa), cf. ANTT, 9º *CNL*, Livros de Notas, cx. 2, liv. 8, fl. 93, doc. 13-8-1760; onde vivia à data da sua morte em 1766, propriedade que ficava por detrás do Convento de São Francisco de Paula, onde foi sepultado. Fundou em 1762 um vínculo com a mulher, D. Dionísia Maria Emaús, pela escritura de dote do seu filho natural e herdeiro, o Desembargador da Relação do Porto, José Joaquim Emaús, Fidalgo (1778) e Cavaleiro da Ordem de Cristo (1767, 1772) que foi Auditor Geral da Corte (1757), Corregedor do Crime da Corte, Desembargador da Casa da Suplicação (1768) (ANTT, *RGM*, D. José I, liv. 6, fl. 372) e Conselheiro da Fazenda Real (1782), casado com D. Maria Violante Quintela, irmã de Inácio Pedro Quintela, Vice Provedor da Junta do Comercio, os quais foram pais de António Luís Inácio Quintela Emaús, que teve foro de Fidalgo Cavaleiro em 1780, cf. ANTT, *RGM*, D. Maria I, liv. 8, fl. 246. A propriedade de André Emaús em Loures, nas Sete Casas, chamada Quinta dos Arneiros ou do Mato, foi lhe aforada por Pedro Cristóvão Coutinho Barriga em 1745, cf. ANTT, *CDL*, cx. 31, liv. 106, fl. 23v; e nela tinha casas nobres e oratório aprovado por breve apostólica, que em 1764 dotou e transformou em ermida pública com a invocação de Nossa Senhora da Graça, cf. AHPL, ms. 378, fl. 399; ANTT, *CEL*, mç. 1809, n. 50; quinta que em Maio de 1767 foi vendida à Condessa da Ribeira Grande pelo Desembargador José Joaquim Emaús, cf. ANTT, *CDL*, cx. 42, liv. 128, *Notas de António da Silva Freire*, fl. 147.

Daniel Gildemeester (Utrecht, 1714 † Lisboa, 1793), filho do comerciante luterano Johannes Gildemeester (1677 † 1738), veio para Lisboa, onde em 1736 já tinha uma companhia comercial. Sucedeu ao seu irmão Jan Gildemeester sr. (1705 † 1779) como Cônsul da nação holandesa em Portugal em 1759 e foi graças ao Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras, que nos anos 1760-1771 obteve o monopólio da exportação de diamantes brasileiros, tornando-se num dos homens mais ricos de Portugal. Em Lisboa, vivia no Palácio Pombal, às Janelas Verdes, sendo casado com Jane Garron, inglesa natural de Londres (1734-1826), e em 1783 mandou edificar o Palácio de Seteais em Sintra, cuja arquitetura é inspirada nas casas de campo paladianas de Inglaterra. O filho, Daniel Gildemeester Jr. sucedeu ao seu pai como Cônsul holandês em Lisboa de 1780 até à sua morte em 1814, negociando então várias mercadorias, a principal das quais o sal, existindo inclusive uma marinha de sal em Alcochete chamada a Marinha do Gil de Mestre, que mais tarde pertenceu ao Conde de Farrobo¹¹⁹.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Gildemeester Jr.', with a decorative flourish at the end.

João Inácio de Groot, o Moço (Lisboa, 1707, act. 1746-1769), homem de negócios filho de João Inácio de Groot, o Velho, mercador holandês, natural de Roterdão, e de sua mulher Juliana Francisca Maria. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo (1745) e morou em Lisboa no Largo de S. Paulo, exportando sal a partir das salinas de Setúbal e sobretudo de Alcochete, concelho onde a família de Groot tinha várias propriedades no sítio da «Grotta», como um forno de cozer telha e tijolo que Alexandre de Groot vendeu em 1762 a Daniel Rademaker. João Inácio viveu na Quinta do Painel do Anjo, na Palma de Cima (Campo Grande, Lisboa) (1756), onde fez várias obras de beneficiação, talvez a mesma propriedade que no inventário da esposa, Ana Maria Caetana, é referida como uma quinta junto a Telheiras, com a frente para o poente da estrada que vai de Telheiras para S. Sebastião da Pedreira, quinta cujas casas tinham casa de oratório com sua sacristia, possuindo ainda uma quinta no Gradil (Mafra). Em 1769 andava a reconstruir as casas na Rua Nova do Almada, junto à Igreja da Boa Hora, que pertenciam ao seu morgado fundado em 21 de Fevereiro de 1749, junto com uma propriedade de casas na Rua de S. Paulo, defronte da Igreja do mesmo Santo, avaliadas em 5:500\$000¹²⁰.

¹¹⁹ GIUSEPPE GORANI, *Portugal: A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, Círculo de Leitores, Lisboa 1992, pp. 82-83; RICHARD HARMANNI, *Jurriann Andriessen (1742-1819): behangselchilder*, Doctoral thesis, Leiden University, Part 2, Supplements, Leiden 2006, pp. 329, 387, disponível em <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/5429>>, (Consultado em 5 de Novembro de 2015).

¹²⁰ ANTT, CDL, cx. 40, liv. 124, fl. 271v, *Notas de Manuel Inácio da Silva Pimenta, de Setembro de 1763*; ANTT, CDL, cx. 40, liv. 123, *Notas de Roberto Soares da Silva*, fl. 49; ANTT, CDL, cx. 37, liv. 117, fl. 199, *Notas de Setembro de 1756*; ANTT, *Feitos Findos*, Inventários post mortem, Letra A, mc. 157, nº 12, cx. 244; ANTT, *HSJ*, cx. 504, liv. 9, nº 414. Um neto seu vai herdar a Quinta de Buxos, na Trafaria (Almada) que tinha pertencido a Marçal dos Santos de Abreu e D.^a Joaquina de Abreu, pais de D. Maria Bárbara de Abreu, mulher de José Inácio de Groot, a quem a quinta pertence em 1828, sucedendo-lhe depois D. Maria José Groot Pombo, moradora em Lisboa na Rua do Loreto (1871), cf. RUI MENDES, *Quintas na História da Trafaria*, Comunicação no Auditório da J.F. da Trafaria, 12.3.2014; ANTT, *Ministério das Finanças*, liv. 1355, fl. 64; ADSTB, *Cartório Notarial de Almada*, Livros de Notas, cx. 4421, liv. 286, fl. 31.

Arnaldo Vanzeller (Antuérpia, c. 1665 † Lisboa, 1734), homem de negócio, ministro residente do Rei da Prússia em Lisboa, pai de João Vanzeller, natural de Amesterdão, falecido em Lisboa em 1734, que foi casado com D. Francisca Maria Piper de Moura, natural do Porto, foi pai de entre outros de Arnaldo Vanzeller (Lisboa, 1692 † Lisboa, 1766); D. Catarina Sofia Vanzeller (Porto, 1695 † Lisboa, 1763), mulher do já referido António Cremer; D. Luísa Maria Vanzeller, mulher do já referido Paulo Cloots; e D. Margarida Úrsula Vanzeller (Lisboa, 1710 † 1732), mulher do já referido Barão de Brederode¹²¹.

Lourenço Rudolfo ou Rolando Vanzeller (Nimeguen, act. 1702-1746), nobre holandês casado com Joana Maria Vanpraet, filha de Jacome Vanpraet de Brabante, veio para Portugal em 1702 onde foi ministro residente do Rei da Prússia em Lisboa, com sua carta de brasão recebida em Espanha e confirmada por D. Pedro II e D. João V. João Batista Van Zeller, filho de Lourenço Rudolfo, depois de casar com sua prima D. Teresa Crisóstoma Van Praet em 1716, instituiu vínculo de morgado nos Olivais e aí edificou a sua casa de família, na Quinta chamada “do Contador”, a qual ostenta um pedra de armas com o brasão de seu filho, João Rodolfo Van Zeller, que foi último Contador-Mor da Casa do Contos de El-Rei, morgado que se compunha da Quinta chamada do Castelo Picão, junto a São Cornélio, foreira ao Convento da Conceição de Lisboa, e dos olivais da Quinta da Galharda aí junto, foreiro a São Bento de Loios¹²².



Daniel Rademaker (act. 1754-1759), homem de negócios, Cônsul da nação holandesa, comerciava sal e explorava salinas como as da marinha da Casa de Pancas, no termo de Samora (1754). Outro Daniel Rademaker (act. 1768-1795), seu herdeiro, morava em Lisboa e comprou em 1768 uma «marinha com 13 talhos, um fuzil, sua cabeceiras, dobras e uma cabeceira pequena no sitio da Marinha Velha da Praya do sitio de Alcochete », concelho onde comprou um forno de cozer telha e tijolo em 1762. Este Daniel Rademaker Jr., que foi Juiz da Balança da Alfândega, vivia com a sua mulher D. Mariana Antónia Correia da Silva na sua Quinta da Palma de Cima em 1795, onde então erigiu uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, que veio dar nome à propriedade. Sucedeu-lhe José Basílio Rademaker, pai do conhecido Padre Carlos João Rademaker (1828-1885), que com os bens da família fundou o Colégio de Campolide, que restaurou a Companhia de Jesus em Portugal na segunda metade do século XIX¹²³.

¹²¹ LUIZ DE MELLO VAZ DE SAMPAYO, *Uma Linhagem Cosmopolita do Porto*, in *Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heráldica*, Vol. 3, Ediciones Hidalguía, Madrid 1983, pp. 91-127, pp. 123-124.

¹²² VISCONDE DE SANCHES BAENA, et al., *Memorias historico-genealogicas dos duques portugueses do seculo XIX*, Academia Real das Sciencias, Lisboa 1883, p. 477; ANTT, CDL, cx. 42, liv. 128, *Notas de Inácio Correia de Sousa*, fl. 218.

¹²³ As salinas de Samora foram arrendadas a Rademaker Sr. em 1754, cf. ANTT, *Ministério do Reino*, Consultas do Desembargo do Paço, mç. 333, doc. s/n, e as de Alcochete foram vendidas a Rademaker Jr. em 1768 pelo preço de 480\$000 réis, cf. ANTT, 14º CNL, Livros de Notas, cx. 9, liv. 42, fl. 11v. No mesmo concelho comprou um forno de cozer telha e tijolo a Alexandre de Groot em 1762, cf. ANTT, CDL, cx. 40, liv. 123, *Notas de Roberto Soares da Silva*, fl. 49. Veja-se ainda a Licença da capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo dada em 1795 (AHPL, ms. 298, fl. 201), e o processo de sucessão de

Joaquim José Vermuele ou Vermuellens, Cavaleiro da Ordem de Cristo (1736) e Escudeiro Fidalgo (1751), era filho de Sebastião José Vermuelle, natural da Cidade de Amesterdão, Holanda, morador em São Paulo, Lisboa (filho de Domingos Vermeulens e Ana Perreloon), e de Josefa Maria de Jesus, casados em 1706 na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa. Outro Joaquim José Vermuelle (Jr.) foi Escrivão do Registo das Mercês da Real Casa de Bragança e casou com Joaquina Rosa Clara, morando na freguesia da Encarnação, Lisboa, primeiro na Rua da Rosa (1781), e depois na Travessa do Guarda-Mor (1798)¹²⁴. Esta família exerceu em Portugal uma actividade ligada ao fornecimento de chapas de cobre para moedas à Casa da Moeda, a quem Joaquim José Vermuele arrematou diversos contratos a partir de 1741¹²⁵, ano em que mandou abrir ao culto uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Graça na sua Quinta dos Olivais, no sítio dos Moinhos de Dona Garcia¹²⁶.

Por esta significativa lista de famílias holandesas e de origem holandesa activas em Lisboa no século XVIII, podemos dizer que esta comunidade holandesa foi constituída por grandes mercadores, sobretudo de sal, mas também de metais e pedras preciosas, assim como também por importantes figuras no campo industrial, militar, diplomático e de serviço régio. A sua presença foi notada pela rápida ascensão social dos seus elementos de segunda geração que muitas vezes aparecem ligados a outras famílias ricas, em especial no período Pombalino.

7. A toponímia da região de Lisboa e o curioso legado da presença flamenga e holandesa

O uso da expressão «Flamenga» em muitos locais da região de Lisboa, em regra associado a quintas, derivará do qualificativo de suas antigas proprietárias, originárias ou casadas com naturais da Flandres. Contudo, é preciso atender que a expressão poderá ter tido no passado uma significação mais ampla, talvez associada a uma «alcunha».

É curiosa a expressão usada pelo Padre António Carvalho da Costa, que relatando o episódio da escolha da invocação do Mosteiro que a Rainha D. Leonor fundou em 1508 junto do seu Paço de Xabregas, diz que «estando presente a Rainha fundadora, a qual andando cuidadosa da invocação, que lhe poria, vieraõ aos seus Paços dous mancebos, que no traje, & fermosura pareciaõ Flamengos»¹²⁷. O mesmo autor relata que uma das Capelas do Convento de Santo dos Capuchos em Lisboa, fora fundada no século XVI por «Guilherme de Colonia Alemao, & sua mulher Maria Carvalha, chamada a Flamenga»¹²⁸, o que nos dá bem a noção de como estas alcunhas nem sempre se aplicavam a uma origem estritamente flamenga.

Uma das referências mais antigas que temos a uma Quinta da Flamenga vem precisamente da Outra Banda do Rio Tejo, na freguesia de Arrentela, no antigo termo de Almada e hoje pertencente ao concelho do Seixal, trata-se de um assento de óbito de 1621 que refere um «Jordão Fernandes de Figueiró, morador na Quinta

José Caetano da Rocha Correia da Silva, seu sogro, filho de Luís José Correia da Silva, juiz da balança da Alfândega Grande da Corte, falecido em 1770 e senhor de um vínculo a que pertencia a quinta, cf. ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, Letra D, mç. 358 n.º 1.

¹²⁴ Informação gentilmente cedida pelo Dr. Gonçalo Nemésio, a quem muito agradecemos.

¹²⁵ A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, T. II, Imprensa Nacional, Lisboa 1877, pp. 92-93, 104, disponível em <<https://archive.org/details/descripogera02araguoft>>, (Consultado em 7 de Novembro de 2015).

¹²⁶ ANTT, *CEL*, mç. 1809, n.º 209, licença para se dizer missa de 12 de Agosto de 1741; AHPL, ms. 360, fl. 51, licença para se benzer pelo Beneficiado Clemente Luis Lobo de 20 de Junho de 1753.

¹²⁷ P. ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia portugueza [...]*, 1869 (1.ª Ed. 1712), p. 261.

¹²⁸ Ivi, p. 289.

da Framenga», designação que poderá ser originária de uma Madalena de Pina, mulher de Tobias Pedro flamengo, falecida em 1630 e que morava então numa quinta junto a Cosena, na mesma freguesia¹²⁹.

Igualmente na Outra Banda, mas na freguesia de Caparica, junto ao Alto dos Capuchos, houve uma Quinta da Flamenga ou de São João do Telhal, assim já conhecida em 1631, quando pertencia a D. Ana Wandenhovel que a deixou à sua filha D. Ana du Bois, mulher do mercador flamengo Jean Lemer cier¹³⁰.



Figs. 7-A, 7-B e 7-C: Quinta da Flamenga, concelho de Vila Franca de Xira¹³¹

A Quinta da Flamenga mais importante é sem dúvida a da freguesia de Vialonga¹³² (Figs. 7-A, 7-B), já assim referida em 1658, quando pertencia a Francisco Correia da Silva¹³³, passando depois à posse de D. António de Mendonça, filho do 1º Conde de

¹²⁹ ADSTB, *Registos Paroquiais*, Arrentela, Óbitos, liv. 2, fls. 11v e 25.

¹³⁰ D. Ana du Bois teve esta quinta por herança de Ana Vandenhovel, mulher do mercador flamengo «alemão» Jacques van Roden e irmã do mercador flamengo Jean du Bois. Ana Wandenhovel indica no seu testamento, lavrado em 4 de Junho de 1617, que tinha uma quinta em Caparica, termo de Almada, no limite do Funchal, que comprara a Maria Rebela de Vargas, em preço de 550\$000 réis, e que nela tinha feito benfeitorias no valor de um conto de reis, deixando-a a sua filha, D. Ana de Bois, mulher de João Lemer cier, com a obrigação de duas missas no Convento de Jesus, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 86, fl. 32. Já depois da morte de João Lemer cier, a propriedade já então designada por Quinta de São João, passou à posse da filha de D. Ana de Bois, D. Mariana Lemer cier e do seu marido, o Dr. António de Sousa de Macedo, como dote de casamento, por uma escritura de 27 de Novembro de 1631, cf. DE CACAMP, LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, cit., in *Genealogicum Belgicum*, nº 8, *Une vielle famille aithoise* cit., pp. 230-236; DE CACAMP, LEMERCIER, *Mariana Le Mercier, épouse d'António de Sousa de Macedo*, in *Ivi*, pp. 237-242). A Quinta de Caparica, foreira em 5\$000 reis ao Convento da Rosa da Caparica, foi em 1676 subrogada por D. Mariana e o Dr. António de Sousa de Macedo por uma propriedade livre, a Quinta da Bouça, junto do rio que então dividia os termos de Cascais e Lisboa (ribeira da Lage), que assim ficou vinculada às obrigações deixadas por D. Ana Vandenhovel, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 86, fl. 33. A Capela da Quinta de São João ou de Funchal, em Caparica, no termo da vila de Almada, foi mais tarde dedicada a Santo António, estando já em ruína na primeira metade do século XVIII, cf. ANTT, *HSJ*, Extratos de Capelas, *Escrivão Pontes*, nº 342; ANTT, *Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, liv. 4, fl. 35; ADSTB, *Cartórios Notariais de Almada*, Livros de notas, cx. 4414, liv. 193, fl. 49.

¹³¹ Col. João Vieira Caldas.

¹³² Que serviu já no século XX de Sanatório e Hospital.

¹³³ ANTT, *HSJ*, liv. 68, fls. 17 e sgs. Francisco Correia da Silva, Tesoureiro-mor da Casa da Índia, pai de António Correia da Silva que serviu na guerra a Rainha D. Luísa, e avô de outro Francisco do mesmo nome, Fidalgo que segundo o Pe. António Carvalho da Costa foi também padroeiro da Ermida da Ascensão de Cristo, em Lisboa e senhor das Quintas da Ponte de Lousa (com casas nobres e capela

Vale de Reis e Arcebispo de Lisboa de 1670 até à data da sua morte em 1675, que aqui funda um morgado tendo por cabeça a Capela da quinta dedicada a Santo António (Fig. 7-C)¹³⁴. Ainda a norte de Lisboa encontramos à saída da Póvoa de Santo Adrião, na freguesia de Loures, a povoação da Flamenga, que provavelmente derivará a sua designação de antigos proprietários da Quinta da Flamenga, assim referida apenas no século XVIII quando pertencia a António Jacques de Magalhães (1758)¹³⁵, podendo ser uma deles um Ayque Culman (talvez flamengo?), que edificou em 1661 uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, Santo António e São Guilherme¹³⁶ na sua Quinta junto à Ponte de Frielas.

Permanecem também incógnitas as origens da designação da Quinta da Flamenga no Alto da Bela Vista aos Olivais, no perímetro actual da cidade de Lisboa, dando nome a um dos bairros da actual freguesia de Marvila¹³⁷; da Quinta da Flamenga em Bucelas¹³⁸ e de uma Quinta da Holandesa na azinhaga da Fonte do Louro na antiga freguesia dos Olivais.

8. Conclusões

Portugal tem mantido desde pelo menos o século XIV uma posição de charneira no comércio entre os dois espaços mais dinâmicos da economia europeia, a Flandres e o Norte de Itália. A partir dessa época e sobretudo do século XV estabeleceram-se em Lisboa diversas comunidades nacionais ligadas sobretudo ao comércio, mas também aos ofícios, artes e serviço régio. No caso das regiões da Flandres e da Holanda, existe uma confraria de mercadores em Lisboa desde 1414, mas a fixação dos seus nacionais como mercadores importantes só parece ser mais intensa a partir do encerramento da feitoria de Antuérpia em 1548. Na sequência das Guerras Religiosas dos séculos XVI/XVII, estabelece-se em Lisboa uma comunidade flamenga significativa de mercadores ligados ao comércio de cereais, sal e outros bens provenientes dos espaços insulares e ultramarinos.

Apesar dos períodos conturbados da guerra dos 80 anos, do fecho do comércio com a Holanda e da beligerância na Ásia e no Brasil, a comunidade flamenga e holandesa continuou em Portugal ao longo da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII a ser reforçada primeiro pelo presumível aumento do comércio do sal com a Europa do Norte, numa época em que sabe que esta região foi particularmente afetada por largos períodos de baixas temperaturas, e na segunda metade do século XVII e início do XVIII pela importância holandesa na Guerra da Restauração (1641-1668) e na Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714) (a Holanda era o principal

dedicada a Santa Luzia) e do Bodel, São João da Talha (com capela dedicada a Santa Catarina), cf. *Index (...)*, T. II, 1937, p. 189; P. CARVALHO DA COSTA, *Corografia portuguesa [...]*, cit., pp. 509-510, 596, 615.

¹³⁴ D. António deixou-a em morgado ao seu irmão mais velho, D. Nuno de Mendonça, 2º Conde de Vale de Reis, e mais tarde Deputado da Junta dos Três Estados, que aqui realiza importantes obras de beneficiação e ampliação em 1690, passando no fim do século XVIII à posse dos seus descendentes, os Marqueses e depois Duques de Loulé, cf. AHPL, *Expediente*, 1840, cx. 1, doc. 2-1-1840.

¹³⁵ ANTT, CDL, cx. 38, liv. 119, *Notas de António Gomes de Carvalho*, fl. 311.

¹³⁶ ANTT, CDL, cx. 12, liv. 51, fl. 37, *Notas de António Henriques, de Agosto de 1661*; AHPL, ms. 439, fl. 200.

¹³⁷ Sabe-se que era obrigada a um censo de missas no Convento de São Bento de Xabregas e cabeça de um vínculo fundado em 31 de Janeiro de 1759 por Manuel Alves de Castro na capela da mesma quinta, dedicada a Nossa Senhora da Purificação, capela que foi extinta pela rainha D. Maria I em 1780 a pedido de Filipe Rosa de Sousa, cf. ANTT, *São Bento de Xabregas*, liv. 15; HJSJ, *Extratos de Capelas, Escrivão Pontes*, nº 867; RGM, D. Maria I, liv. 8, fl. 342.

¹³⁸ Vendida em 1768 por José Pacheco de Sampayo Valadares a Francisco José Colaço Lobo pelo preço 1:240\$000. ANTT, CDL, cx. 43, liv. 129, fl. 32.

fornecedor de armas de Portugal), quer ainda pelas ligações familiares que entretanto se tinham cá estabelecido, aparecendo como proprietários de boas quintas e fundadores de morgados, capelas e conventos.

A aquisição de propriedade pode ter sido uma estratégia inicial de reinvestimento dos lucros da actividade mercantil, muito sujeita a prejuízos inesperados e credores impacientes, mas depressa se tornou um meio de garantir, através de morgados, a perpetuação do património familiar assim vinculado definitivamente à sua nova «pátria»: Portugal!

Depois do Tratado de Methuen a actividade mercantil holandesa prosseguiu, embora em menor escala do que a inglesa e francesa, ainda assim, continuaremos a ver esta comunidade associada ao comércio (e mesmo exploração) salineira (Groot, Vampraet e Emaús) e sobretudo ao contrato de Diamantes onde se destacaram Herman Brancaamp e Daniel Gildemeester.

Alguma da memória do legado desta comunidade permanece ainda hoje, quer na toponímia e no património construído, quer também nos nomes de algumas das famílias portuguesas delas descendentes!

La situación de los comerciantes españoles en Lisboa desde la perspectiva de los diplomáticos de la monarquía hispánica destinados en Portugal en el Setecientos

The situation of Spanish merchants in Lisbon from the perspective of the diplomats of the Spanish monarchy in Portugal in the eighteenth century

Mar GARCÍA ARENAS*

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

Abstract

From the correspondence of the ambassadors and consuls of the Hispanic monarchy stationed in Portugal during the 18th century, our study focuses on political and economic factors between the Iberian monarchies that influenced the situation of Spanish merchants based in Lisbon.

Keywords

Diplomatic relations, Iberian monarchies, Spanish merchants, Lisbon, 18th century

Resumen

A partir de la correspondencia de los embajadores y cónsules de la monarquía hispánica destinados en Portugal durante el siglo XVIII, nuestro estudio se centra en analizar los factores políticos y económicos entre las monarquías ibéricas que condicionaron la situación de los comerciantes españoles radicados en Lisboa.

Palabras clave

Relaciones diplomáticas, monarquías ibéricas, comerciantes españoles, Lisboa, siglo XVIII

A través de las informaciones suministradas por cónsules y embajadores destinados en la Corte portuguesa¹ a lo largo del siglo XVIII, nuestra intención es analizar las razones por las cuales no se consolidó una “nación”² de comerciantes españoles

* Este trabajo se inscribe en el marco del desarrollo del proyecto postdoctoral, “As relações diplomáticas hispano-portuguesas: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso (1750-1777)” financiado por la FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia del Ministerio de Educação e Ciência de Portugal, con referencia SFRH/BPD/96353/2013.

¹ En este sentido agradecemos las indicaciones del profesor Jesús Pradells Nadal, pionero en los estudios sobre la institución consular en la monarquía hispánica durante el siglo XVIII, cuya monografía, *Diplomacia y Comercio. La expansión consular española en el siglo XVIII*, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, Alicante 1992, ha sido la referencia básica para la elaboración de este trabajo. Siguiendo la línea de los estudios sobre la actividad consular, destacamos las aportaciones más recientes: FRANCISCO ZAMORA RODRIGUEZ, *La “Pupilla dell’ Occhio della Toscana” y la posición hispánica en el Mediterráneo Occidental (1677-1717)*, Fundación Española de Historia Moderna, Madrid 2013 y el monográfico coordinado por MARCELLA AGLIETTI, MANUEL HERRERO SÁNCHEZ Y FRANCISCO ZAMORA RODRIGUEZ, *Los cónsules de extranjeros en la Edad Moderna y a principios de la Edad Contemporánea*, Ediciones Doce Calles, Madrid 2013.

² Nos referimos al término entendido como la descripción de grupos autónomos más nutridos tales como gremios u otras corporaciones que necesitan distinguirse de otros con los que coexisten: de ahí las “naciones” como sinónimo de extranjero, como en español, las “naciones” de comerciantes extranjeros («comunidades extranjeras, especialmente de comerciantes, que viven en una ciudad y en ella gozan de privilegios»). ERIC HOBBSBAWM, *Naciones y nacionalismos desde 1780*, Crítica, Barcelona 1998, p. 25. En los últimos años ha habido un importante impulso a las investigaciones sobre las comunidades de comerciantes y a las redes mercantiles, entre la amplia bibliografía existente, señalaremos algunas obras colectivas más recientes: ANA CRESPO SOLANA (coord.), *Comunidades transnacionales. Colonias de mercaderes extranjeros en el mundo atlántico (1500-1830)*, Ediciones Doce Calles, Madrid 2010. BERNARDO J. GARCÍA Y ÓSCAR RECIO MORALES (eds.), *Las corporaciones de nación en la Monarquía Hispánica (1580-1750). Identidad, patronazgo y redes de sociabilidad*, Fundación Carlos de Amberes, Madrid 2014.

reglamentado en Lisboa durante el Setecientos. La colonia de hombres de negocios en la capital lusa carece de estudios que aborden su trayectoria global y sistemática, quizás por su escasa entidad, pues en la enumeración de las colonias mercantiles extranjeras más significativas de la Lisboa del Setecientos, recopilada por Jorge Miguel Pedreira, no se hace mención a los procedentes de la monarquía hispánica³. Por otro lado, las relaciones comerciales hispano-portuguesas durante el siglo XVIII fueron escasamente estudiadas, como puso de relieve Luís Ferrand de Almeida⁴ a principios de los años ochenta del siglo pasado, aunque han aparecido con posterioridad algunos trabajos que paulatinamente van arrojando resultados para ir reconstruyendo los aspectos económicos entre las monarquías ibéricas⁵. En este sentido, hay que señalar que los factores políticos, en especial las respectivas alianzas internacionales suscritas por ambas monarquías, y las políticas mercantilistas y proteccionistas implementadas tanto en Madrid como en Lisboa, condicionaron las relaciones económicas entre ambos reinos. Además, la similitud de los géneros exportados por España y Portugal no sólo significó una limitación importante para las posibilidades del comercio bilateral, sino que motivó también una fuerte competencia en los mercados europeos. Por último, hay que tener en cuenta el volumen considerable y difícil de cuantificar que suponía el contrabando, una intensa y lucrativa actividad ilegal indisoluble a las relaciones mercantiles y

ANDREA CARACUASI Y CHRISTOF JEGGLE, *Commercial Networks and European Cities, 1400-1800*, Pickering and Chatto, London 2014.

³ En primer lugar aparecen los comerciantes ingleses, seguidos de franceses, holandeses, alemanes, suizos e italianos. JORGE MIGUEL PEDREIRA, *Tratos e contratos: actividades, intereses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)*, en «Análise Social», vol. XXXI, 136-137, 1996, pp. 355-379, p. 370. Los estudios que han analizado las trayectorias de algunas de estas comunidades en Lisboa para el siglo XVIII: H.E.S FISHER, *The Portugal Trade: A Study of Anglo-Portuguese Commerce, 1700-1770*, Methuen, Londres 1971 y *Lisbon, its english merchant community and the Mediterranean in the 18th century*, en P. L. COLTRELL Y D. H. ALDCROFT (eds.), *Shipping, Trade and Commerce. Essays in memory of Ralph Davis*, Leicester University Press, Leicester 1981, pp. 23-44. JEAN-FRANÇOIS LABOURDETTE, *La nation française à Lisbonne de 1669 à 1790. Entre colbertisme et libéralisme*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris 1988. NUNZIATELLA ALESSANDRINI Y ANTONELLA VIOLA, *Genovesi e Fiorentini in Portogallo: reti commerciali e strategie politico diplomatiche (1650-1700)*, en «Mediterranea-Ricerche Storiche», 28, 2013, pp. 295-322. NUNZIATELLA ALESSANDRINI, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI, ANTONELLA VIOLA (orgs.), *Di Buon affetto e commercio Relações luso-italianas na Idade Moderna*, CHAM, Lisboa 2012. NUNZIATELLA ALESSANDRINI, PEDRO FLOR, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI (eds.), *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Lisboa 2013.

⁴ LUIS FERRAND DE ALMEIDA, *Problemas do Comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII*, en «Revista de História Económica e Social», vol. 8, julho-decembro de 1981, pp. 95-131, p. 95.

⁵ ANTONIO MEJIDE PARDO, *Aspectos del comercio gallego de exportación a Portugal en el siglo XVIII*, en *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, vol. III, Santiago de Compostela 1975, pp. 803-823. JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES, *O Algarve Económico (1600-1773)*, Editorial Estampa, Lisboa 1988. MANUEL BURGOS MADROÑERO, *El comercio marítimo de la España de Carlos III con el puerto de Lisboa*, en Vv.AA, *Actas del Congreso Internacional Carlos III y la Ilustración*, Ministerio de Cultura, Madrid 1989, pp. 425-464. AGUSTÍN GONZÁLEZ ENCISO, *Portugal y la Economía española en el siglo XVIII*, en Vv.AA, *El Tratado de Tordesillas y su época*, vol. III, Junta de Castilla y León, 1995, pp. 1.895-1.906. MIGUEL ÁNGEL MELÓN JIMÉNEZ, *Hacienda, comercio y contrabando en la frontera de Portugal (siglos XVI-XVIII)*, Ed. Ficón, Cáceres 1999. JOÃO COSME, *A solidariedade e a conflitualidade na fronteira portuguesa do Alentejo (Séculos XIII-XVIII)*, en *Actas do I Encontro Internacional. Relaciones Portugal-España. Cooperación e identidade*, Porto 2000, pp. 83-100; *As relações económicas entre Portugal e Espanha (1756-1759). O movimento dos Portos Secos de Castelo de Vide e de Campo Maior*, en *Actas do II Encontro Internacional. Relações Portugal-Espanha. Uma História Paralela, um Destino Comum?*, Porto 2002, pp. 179-201 y *As relações económicas entre Portugal e Espanha (1756-1763). O movimento dos Portos Secos de Mourão e de Terena*, en «Revista Portuguesa de História», Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo XXXVI, vol. I, 2002-2003, pp. 565-588.

diplomáticas entre las coronas ibéricas, con territorios fronterizos tanto en la península como en América⁶.

Para una mejor comprensión de la situación de los hombres de negocios españoles en la capital lusa a lo largo del siglo XVIII, es necesaria una retrospectiva a las consecuencias de la Restauração de 1640⁷, que supuso la segregación de Portugal de la monarquía hispánica, a la que le siguió un largo conflicto que afectó profundamente a los contactos mercantiles. En el Tratado de Paz de Lisboa de 1668 se procuró restablecer «toda a boa correspondencia e amizade» entre los vasallos de las dos monarquías, pues se les permitía «usar e exercitar comercio com toda a segurança». A partir de esa fecha se restablecieron, más o menos de forma regular, las corrientes de tráfico entre Portugal y España, tanto por vía marítima como terrestre. En la barra de Oporto se volvió a desembarcar el hierro, la brea y la lana que salían de los puertos de Bilbao y San Sebastián, así como los cereales y pescados procedentes de Galicia. Esta navegación se prolongaba muchas veces hasta Figueira da Foz y en contadas ocasiones hasta Lisboa, mientras que las mercancías portuguesas que se exportaban eran porcelanas, maderas, mosto y sal. Los puertos del sur, (Lisboa, Setúbal y Faro), comerciaban sobre todo con Andalucía, Murcia, Valencia y Cataluña. Los productos portugueses que se exportaban eran el azúcar, tabaco, esclavos, pescado, especias y cacao del Maranhão, mientras que los españoles introducían lanas, sedas y otros tejidos, cereales, esparto y plantas tintoreras. En este sentido, hay que remarcar que estos intercambios comerciales no sólo se llevaban a cabo por embarcaciones portuguesas o españolas, sino que también participaban, en mayor o menor escala, barcos bajo pabellón inglés, holandés, francés y genovés. Por otra parte, muchos de estos géneros se intercambiaban por la

⁶ Sobre esta cuestión remitimos a los trabajos de MIGUEL ÁNGEL MELÓN JIMÉNEZ, *Hacienda, comercio y contrabando*, cit.; *Contrabando y negocios en el límite de dos imperios: la frontera de España y Portugal en la Edad Moderna*, en «Andalucía en la Historia», n° 27, 2010, pp. 12-17; *Las fronteras de España en el siglo XVIII. Algunas consideraciones*, en «Obradoiro de Historia Moderna», n° 19, 2010, pp. 161-186; *Una cuestión de Estado: la persecución del contrabando durante los reinados de Carlos III y Carlos IV*, en «Melanges de la Casa de Velázquez», n° 39, 2, 2009, pp. 83-103 y *La frontera entre rejas de papel: listas para perseguir el contrabando en España (1733-1800)*, en «Melanges de la Casa de Velázquez», n° 44, 2, 2014, pp. 139-160. En cuanto a los territorios americanos, el foco más importante del contrabando en el Setecientos era la colonia de Sacramento, que entre la amplia bibliografía señalaremos algunas obras como JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES, *O Império Territorial*, Parte III, en JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA (COORD.), JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES e PEDRO AIRES OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, A Esfera dos Livros, Lisboa 2014, pp. 201-339; MARIA FERNANDA BAPTISTA BICALHO, *A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina*, en *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, 2005, pp. 1-10, <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf> (20 de enero de 2015). FABRÍCIO PEREIRA PRADO, *A colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*, Porto Alegre 2002. PAULO CESAR POSSEMAI, *Colônia del Sacramento: vida cotidiana durante la ocupación portuguesa*, 1. Ed, Torre del Vigía, Montevideo 2014. FERNANDO JUMAR, *Le commerce atlantique au Río de la Plata, 1680-1778*, Tesis doctoral, École des Hautes Études en Sciences Sociales, especialidad Historia y Civilizaciones 2000, disponible en <<http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.364/te.364.pdf>> (2 de marzo de 2015); SANDRA OLIVERO, *El comercio ilícito en el Río de la Plata: el pago de la Costa en el siglo XVIII*, en «Temas Americanistas», n° 18, 2005, pp. 56-69. FERNANDO JUMAR e ISABEL PAREDES, *El comercio intrarregional en el complejo portuario rioplatense: el contrabando visto a través de los comisos, 1693-1777*, en «América Latina en la Historia Económica», n° 29, 2008, p. 31-96, <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4016/pr.4016.pdf> (1 de marzo de 2015).

⁷ JUAN MARCHENA FERNÁNDEZ, «*De Espanha nem bom vento nem bom casamento*». *La guerra como determinante de las difíciles relaciones entre las dos coronas ibéricas en la Península y en América. 1640-1808*, en «Anais de História de Além-Mar», vol. X, 2009, pp. 29-111.

frontera terrestre, los llamados “puertos secos”, bien a través de la vía legal o por el contrabando.

No obstante, pronto comenzaron las dificultades en el último tercio del siglo XVII que entorpecerían y lastrarían las relaciones comerciales ibéricas como fue la cuestión de la entrada de los vinos españoles en Portugal. Durante el reinado de Carlos II, se difundió la viticultura en diversas regiones, en especial en el sur de Andalucía y Cataluña, donde la abundante producción obligaba a la búsqueda de mercados externos para el vino y los aguardientes, siendo los puertos de Cádiz y Lisboa los más atractivos por su conexión directa con la América española y portuguesa. La prohibición de la introducción de vinos extranjeros, en especial los de Castilla, en Portugal apareció por primera vez en 1676, ratificada en 1683, donde sólo se hacía mención a los que fueran de procedencia castellana o catalana, sin referencia a otros caldos foráneos. Las quejas diplomáticas por parte española no se hicieron esperar, pues se alegaba que se estaba incumpliendo la libertad de comercio establecida en los acuerdos de la paz de 1668. Portugal argumentaba que la prohibición de introducir vinos extranjeros era una medida antigua y que la libertad de comercio no era vulnerada porque se podía impedir la entrada de aquellos géneros perjudiciales a la producción autóctona. La tensión se apaciguó pues, en 1685, D. Pedro II confirmó la prohibición pero extendiéndola a todos los vinos extranjeros⁸. Esta medida fue parte de la política mercantilista diseñada por la facción política más influyente de la Corte, liderada por el Marquês de Fronteira y el tercer Conde da Ericeira, que procuraba «aplicar um corretivo a economia portuguesa e ao gênero de vida nacional, que continuava a assentar com demasia sobre a produção agrícola, vinícola e açucareira, com base no comércio marítimo»⁹.

Sumada a esta política proteccionista, la coyuntura internacional también favoreció la producción vitivinícola portuguesa, que amplió su presencia en el mercado europeo, pues la liga de Augsburgo contra Francia (1688-1697) se tradujo en la sustitución del vino francés por caldos ibéricos en el mercado inglés y holandés. De hecho, entre 1697 y 1703, los vinos peninsulares dominaban el mercado inglés, representando el 90%, aunque los vinos portugueses suplantaron a los españoles a principios de siglo XVIII y monopolizaron el consumo británico durante la segunda mitad¹⁰. Por tanto, en este sentido, el Tratado de Methuen se limitó a consagrar y reglamentar una situación ya existente. Esta expansión en el mercado internacional favoreció una mayor permisividad en relación a la entrada de vinos foráneos en Lisboa, principalmente franceses y españoles, de hecho, para evadir la prohibición, se instauró la figura de la baldeação, que suponía la venta y el trasbordo del vino prohibido a otra embarcación, que lo transportaría a otros destinos del Imperio portugués¹¹. Esta práctica negociada en el puerto de Lisboa durante 1702 y 1703

⁸ ALMEIDA, *Problemas do Comércio luso-espanhol*, cit., pp. 96-98.

⁹ JAIME CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, tomo I, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro 1952, p. 70. Citado por GABRIEL ALMEIDA ANTUNES ROSSINI, *Notas acerca das políticas fabril-manufatureira e monetária portuguesas implementadas em fins do século XVII*, en XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, p. 5, <http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_6f/gabriel_rossini_paper.pdf> (8 de septiembre de 2015).

¹⁰ CONCEIÇÃO ANDRADE MARTINS, *O Tratado de Methuen e o crescimento do comércio vinícola português na primeira metade de Setecentos*, en LEONOR FREIRE COSTA, JOSÉ LUÍS CARDOSO Y NUNO GONÇALO MONTEIRO (eds.), *O Tratado de Methuen (1703). Diplomacia, Guerra, Política e Economia*, Livros Horizonte, Lisboa 2003, pp. 111-130, p. 124-125.

¹¹ Esta práctica se permitía en los puertos de Portugal donde en el caso de los vinos españoles transferidos a barcos extranjeros, se gravaba por entonces con un derecho del 4%. Según el relato del

alertó al Conselho de Fazenda, que elevó un informe donde señalaba el perjuicio que suponía para la producción y venta de los caldos portugueses, y a la postre, se prohibió también la baldeação. La política proteccionista portuguesa fue evaluada por el Consejo de Estado, cuyo dictamen fue aconsejar a Felipe V que, en represalia, se prohibiese la entrada de azúcar y tabaco de Portugal. No obstante, el primer Borbón desestimó tal medida en vistas de la situación internacional derivada de la cuestión sucesoria al trono español¹². Aunque Portugal había firmado un tratado de alianza con los Borbones en julio de 1701, viró hacia una postura neutral un año después, hasta que, finalmente, en 1703, formó parte de la alianza antiborbónica formada por Inglaterra, las Provincias Unidas y el Imperio para apoyar al candidato Austracista, el archiduque Carlos, comenzando las hostilidades en 1704. Como ha indicado David Martín Marcos, en este “baile de alianzas” de Portugal, el comercio fue la razón que prevaleció sobre las demás, y, en este aspecto, la alianza con la dinastía francesa era la más perjudicial, pues ponía en peligro tanto las exportaciones de productos portugueses a los mercados de los aliados, como también los ingresos derivados de los gravámenes aduaneros a las mercancías procedentes de Inglaterra y las Provincias Unidas¹³. Con la adscripción a la Gran Alianza, Portugal ratificaba su vinculación con Inglaterra con la firma de los Tratados de Menthuen, que condicionaría también sus relaciones comerciales con España, pues a partir de entonces los dominios portugueses se convirtieron en un puerto franco para los productos ingleses, sobre todo textiles, creando una base para la introducción ilegal de mercancías en España y América, así como la venta de vinos portugueses al mercado inglés también perjudicó a los caldos españoles¹⁴.

Durante la Guerra de Sucesión española, la adscripción de los reinos de la Corona de Aragón al bando austracista posibilitó la continuación de los intercambios comerciales de catalanes, valencianos, aragoneses y mallorquines con Portugal. Pero la falta de aguardientes franceses en el mercado portugués por la guerra, favoreció la producción, expansión y consumo de los licores portugueses, en especial en Brasil. Por tanto, muchos mercaderes portugueses invirtieron en la importación de grandes cantidades de aguardientes catalanes y mallorquines que provocó la reacción de los grupos sociales portugueses poseedores de tierras dedicadas a la vid y la comercialización de sus derivados, especialmente de la alta nobleza como el duque de Cadaval y marqués de Alegrete, que influyeron sobre D. João V para que en 1710 sancionase la prohibición de la introducción de vinos, aguardientes, aceites, cervezas y otras bebidas de origen foráneo. Entre 1711 y 1714, las malas cosechas en el olivar obligaron a revocar la prohibición relativa a la importación de aceite, pero la prohibición al resto de productos se mantuvo en vigor¹⁵. Una vez acabada la guerra y las negociaciones de paz en Utrecht, España y Portugal firmaron el 6 de febrero de 1715 el Tratado de Paz y Amistad. El artículo XVII contemplaba que:

El comercio será generalmente abierto entre los súbditos de las dos Magestades, con la misma libertad y seguridad que lo estaba antes de la presente guerra; y en muestra de la sincera

marqués de Almodóvar, embajador en Lisboa entre 1765 y 1778, en ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, VALLADOLID, Sección Estado, (en adelante AGS, Estado), Leg. 7.359. *Informe del marqués de Almodóvar, embajador de España en Portugal, sobre el actual estado de la monarquía portuguesa relativamente al comercio [...]*, Lisboa, 6 de diciembre de 1777.

¹² ALMEIDA, *Problemas do Comércio luso-espanhol*, cit., pp. 99.

¹³ DAVID MARTÍN MARCOS, *Península de recelos. Portugal y España, 1668-1715*, Instituto Universitario de Simancas-Marcial Pons, Madrid 2014, p. 158.

¹⁴ GONZÁLEZ, *Portugal y la Economía española*, cit., p. 1.896 y nota 3.

¹⁵ ALMEIDA, *Problemas do Comércio luso-espanhol*, cit., p. 99-100.

amistad que desean, no solamente restablecer, sino aumentar entre los súbditos de las dos Coronas. S. M. Católica concede a la Nación portuguesa, y S. M. Portuguesa a la española, todas las ventajas del comercio, y todos los privilegios, libertades y exenciones que han concedido hasta ahora y concederán en adelante, a la Nación más favorecida y más privilegiada de todas las que trafican en las tierras de los dominios de España y Portugal; lo cual, no obstante, no debe entenderse sino por lo que mira a las tierras situadas en Europa, respecto de que el comercio y la navegación de las Indias están únicamente reservados a las dos solas naciones en las tierras de sus respectivos dominios en América, excepto lo que ha sido estipulado últimamente en el contrato del Asiento de Negros concluido entre S. M. Católica y S. M. Británica¹⁶.

Pese a estas buenas intenciones, consagradas legalmente, no se pudo evitar que al poco tiempo comenzasen las dificultades en las relaciones comerciales, que además volverían a estar condicionadas por la situación política entre ambas monarquías, pues la paz de Utrecht no supuso el fin de las diferencias, que radicaban en la diametral interpretación de las cláusulas de la paz, sobre todo lo referido a la cesión de Felipe V del territorio y la Colonia de Sacramento, bastión del contrabando en los confines americanos. Un año después de la firma de la paz, el embajador portugués en Madrid, Pedro de Vasconcelos, se quejaba de que se imponían a los géneros portugueses nuevas tasas inexistentes antes de la guerra¹⁷.

Por parte española, en los informes remitidos en 1716 por el embajador en Lisboa, Domenico Capecelatro, se hacía eco del escaso tráfico marítimo del comercio español en Lisboa: «de ocho meses a esta parte me consta que no han entrado en este puerto sino algunas saetías catalanas y gallegas, las más sin carga para llevarla de sardinas»¹⁸. Por otro lado, los comerciantes españoles se quejaban ante el cónsul español, Pedro Acuña, por la prohibición de las importaciones de vinos y aguardientes en Portugal. Por lo que tanto el cónsul como el embajador aunaron esfuerzos para solicitar la revocación de la prohibición ante el gobierno portugués. La argumentación española consideraba que era una ley del tiempo de la guerra, pero que el tratado de paz había restablecido la libertad de comercio, por lo que no podía ser alterada unilateralmente. La réplica portuguesa se basaba en que prohibir la admisión de cualquier género foráneo que abundaba en Portugal no contrariaba la libertad comercial y tampoco alteraba los intercambios comerciales que habían sido pactados. Por último, el gobierno portugués aludía que sólo habría motivo de queja en el caso de que los comerciantes españoles fueran los únicos perjudicados, lo que no sucedía, porque era una prohibición general para todos los licores extranjeros. En Madrid no aceptaron las explicaciones portuguesas y tras la celebración de un Consejo de Estado que evaluó la cuestión, Felipe V decidió imponer, en 1717, la prohibición de la entrada en sus dominios de azúcar, dulces y cacao de Maranhão procedentes de Portugal. Comenzaba así la llamada «recíproca guerra de aduanas»¹⁹ que afectó y condicionó a las relaciones comerciales ibéricas a lo largo de la

¹⁶ Tratado de Paz y amistad ajustado entre la corona de España y la de Portugal, concluido en el Congreso de Utrecht en 6 de febrero del año 1715 y ratificado por su Majestad Católica en Buen Retiro a 2 de marzo del mismo año, en JOSÉ ANDRÉS-GALLEGO (comp.), *Tratados internacionales de España, 1700-1902*, Fundación Mapfre, Madrid 2000, CD-Rom, pp. 400-421, p. 408.

¹⁷ ALMEIDA, *Problemas do Comércio luso-espanhol*, cit., p. 100.

¹⁸ ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL, MADRID, (en adelante AHN), Estado, Leg. 3.438, *Domenico Capecelatro a Juan de Elizondo*, Lisboa, 1 de diciembre de 1716. Citado en PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., p. 349 y 396.

¹⁹ AGS, Estado, Leg. 7.359. *Informe del marqués de Almodóvar, embajador de España en Portugal, sobre el actual estado de la monarquía portuguesa relativamente al comercio [...]*, Lisboa, 6 de diciembre de 1777.

centuria. En Lisboa, D. João V ante esta decisión llegó a pensar en prohibir la importación de cualquier género español, pero prefirió que la decisión se tramitase a través del Conselho de Fazenda. Las negociaciones continuaron sin tener visos de solución hasta que, en 1725, la coyuntura política internacional atisbó la llegada de un acuerdo²⁰.

En cuanto a la monarquía hispánica, se produjo una ruptura de relaciones con Francia, al ser rechazada la infanta española, María Ana Victoria, como esposa de Luis XV. Se inició entonces un acercamiento hacia el Imperio con el fin de resolver la cuestión de las aspiraciones españolas sobre Italia, una aproximación que se cimentaría con el enlace de los infantes españoles, frutos del segundo matrimonio de Felipe V con Isabel de Farnesio, con archiduquesas²¹. Para este fin, a la reina española le interesaba un acercamiento a Portugal, pues D. João V era cuñado del emperador Carlos VI y por lo tanto sería un buen intermediario²². En consecuencia, la “paz perpetua” entre las monarquías ibéricas se intentó por ambas partes en un proyectado doble enlace entre el príncipe del Brasil, el futuro D. José I, con la infanta española María Ana Victoria; mientras que María Bárbara de Braganza se uniría al príncipe de Asturias, el futuro Fernando VI. Además, este intercambio de princesas, formalizado en una ceremonia en Caya, el 19 de enero de 1729, sostendría un proyecto de alianza política entre ambas naciones. Sin embargo, la diplomacia portuguesa rechazó el acuerdo ofensivo y defensivo propuesto por Felipe V²³, por lo que tampoco se pudo negociar el cese de las prohibiciones comerciales recíprocas.

De tal forma que el cónsul español, Jorge de Macazaga, denunciaba que mientras en Portugal se aplicaba con rigurosidad la prohibición de introducir vinos y aguardientes españoles; en España las medidas restrictivas a la importación de azúcar y cacao portugueses se aplicaban con más permisividad, al tiempo que el volumen del contrabando aumentaba. Además, el cónsul informaba del «limitado comercio que hacen los españoles», sobre todo desde la entrada en vigor de las restricciones al azúcar y cacao de Portugal de 1717, que era el principal foco de negocios de los comerciantes españoles, lo que se había traducido que, en la década de 1730, la colonia de negociantes españoles en Lisboa estuviera muy debilitada. El informe que el cónsul remitió a Madrid era muy ilustrativo: «todas las naciones que residen en esta ciudad [Lisboa] forman su cuerpo, a excepción de los españoles, que se reducen únicamente a dos hombres de negocios, el uno catalán y el otro valenciano. Los demás van y vienen y no se detienen»²⁴.

Durante el transcurso de la Guerra de Sucesión Polaca (1733-1738), que coaligó a la casa de Borbón en el I Pacto de Familia contra el Imperio, Portugal mantuvo una postura neutral, si bien proporcionaba a Viena información sobre los planes de guerra de España a través de la amistad del embajador portugués, Pedro Álvares Cabral, con los príncipes de Asturias. En 1733, se recrudeció el asunto comercial entre las monarquías ibéricas con la confiscación de algunas naves españolas en Portugal. Al año siguiente, en noviembre de 1734, el Secretario de Estado, José Patiño, tras apartar al embajador portugués de la camarilla de los príncipes de Asturias, comenzó

²⁰ ALMEIDA, *Problemas do Comércio luso-espanhol*, cit., p. 100-101.

²¹ CONCEPCIÓN DE CASTRO, *A la sombra de Felipe V. José Grimaldo, ministro responsable (1703-1726)*, Marcial Pons Historia, Madrid 2004, p. 372.

²² JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *Historia de Portugal. O despotismo iluminado (1750-1807)*, vol. VI, Editorial Verbo, Lisboa 1982, p. 254.

²³ PEDRO SOARES MARTÍNEZ, *História Diplomática de Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa 1986, p. 188.

²⁴ AGS, Estado, Leg. 7.156, *Memorial de Jorge de Macazaga*, Lisboa, 10 de enero de 1731. Citado en PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., pp. 353-254 y 398.

a planear una futura acción contra Sacramento. Mientras que en Portugal, aumentaron las visitas del enviado imperial en la Corte brigantina para que D. João V abandonase la neutralidad e interviniese militarmente junto al Imperio. Felipe V, en respuesta, reiteró el veto al azúcar, dulces y cacao de Portugal. La indignación lusa fue tal que D. João V decidió finalmente prohibir la importación de sedas españolas e italianas introducidas por comerciantes españoles. En los meses de abril a junio de 1734, tanto en España como en Portugal comenzaron a tomarse medidas militares que hacían sospechar un inminente conflicto, que al final no llegó a consumarse. También ayudó a disipar el fantasma de un enfrentamiento armado cuando la diplomacia francesa consiguió una promesa formal de D. João V de mantener la neutralidad en el conflicto sucesorio polaco.

En consecuencia, los ánimos en ambas cortes estaban exaltados y un nimio incidente provocó una ruptura diplomática de dos años que a punto estuvo de concluir en un conflicto armado. El detonante tuvo lugar el 20 de febrero de 1735 cuando unos criados de la embajada portuguesa en Madrid atacaron a un destacamento militar que custodiaba a un reo acusado de homicidio. Sin embargo, la pugna hispano-portuguesa se materializó en los confines americanos. La orden de Patiño de atacar la Colonia de Sacramento fue expedida en abril de 1735 y las autoridades coloniales emprendieron el sitio a Sacramento, que se alargó durante 22 meses. La respuesta portuguesa fue fortificar Río Grande de San Pedro. Tras dos años de ruptura diplomática entre Madrid y Lisboa, con la firma de la convención de París de 1737, se produjo un nuevo proyecto de alianza política y comercial entre ambas monarquías que volvió a fracasar, esta vez por la oposición al acuerdo por parte de Felipe V²⁵. Una situación que volvía a explicar la falta de comerciantes españoles en Lisboa, de la que se hacía eco el cónsul Macazaga en 1738, y en el informe que remitió tres años después volvía a reiterar la escasa entidad y presencia de comerciantes españoles en Lisboa:

porque a excepción de media docena de catalanes, bordadores y de otros oficios, que están establecidos; tres o cuatro andaluces que comercian por modum transeuntis, no hay otros españoles conocidos que hagan cuerpo de nación en esta ciudad, como los portugueses en Sevilla, que pasan de diez mil²⁶.

Por tanto, se mantenían las divergencias comerciales cuando ascendió al trono español Fernando VI en 1746. En este reinado se consolidó un acercamiento con Portugal, gracias a la influencia de la reina Católica, Bárbara de Braganza. Ambos reinos estaban dispuestos a poner fin a las disputas seculares fronterizas y comerciales. Si bien la delimitación de las fronteras se contempló en el ambicioso pero ineficaz Tratado de Madrid de 1750, las negociaciones para un acuerdo comercial, iniciadas en Madrid en 1747 por el Secretario de Estado, José de Carvajal y Lancaster, fracasaron tres años después, en febrero de 1751, en gran medida por la oposición de Sebastião Carvalho e Melo, futuro conde de Oeiras y marqués de

²⁵ ANTONIO BÉTHENCOURT MASSIEU, *La ruptura hispano-lusitana de 1735 y la Convención de París de 1737*, en «Hispania», nº 97, 1965, pp. 56-108.

²⁶ AGS. Estado, Leg. 7.188, *Jorge de Macazaga a Juan Villarías*, citado en PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., p. 355 y 398. Esta cifra era una exageración del diplomático, si bien es cierto que la comunidad lusa era la más numerosa de las afincadas en Sevilla durante el Setecientos, agradecemos esta indicación a JOSÉ MANUEL DÍAZ BLANCO, *Entre la tolerancia y la integración. La población extranjera en la Sevilla del XVIII*, en DAVID GONZÁLEZ CRUZ (ed.), *Represión, tolerancia e integración en España y América. Extranjeros, esclavos, indígenas y mestizos durante el siglo XVIII*, Editorial Doce Calles, Madrid 2014, pp. 199-227, p. 204.

Pombal, como Secretario dos Negócios Estrangeiros e da Guerra del nuevo rey portugués, D. José I²⁷.

Pese a este rechazo, la prioridad durante el reinado de Fernando VI era mantener las buenas relaciones con el reino vecino. Así, en las instrucciones entregadas en 1753 al nuevo embajador español en Lisboa, Don Bernardo de Rocabertí, conde de Perelada, se hacía mención a la situación comercial. Aunque se aconsejaba al embajador que debía trabajar en todo lo posible por llegar a un entendimiento mutuo que acabaría con los conflictos que afectaban a los comerciantes de ambas monarquías, en el caso de que el gabinete lisboeta no fuera proclive a un acuerdo, se recomendaba a Rocabertí que no tomase parte en las reivindicaciones de los mercaderes españoles «y que se entiendan los comerciantes a su modo»²⁸. Con esta decisión, los intereses de los negociantes españoles quedaban desprotegidos por la corona, otro factor más que explicaría su escasa entidad en Lisboa. Otra decisión regia que perjudicó a los comerciantes fue la supresión del Real Giro en 1754, una entidad con sucursal en Lisboa, creada por el marqués de Ensenada en 1749, con el propósito de garantizar los pagos y créditos, públicos y privados, en el exterior²⁹. Esta decisión perjudicó especialmente a aquellos negociantes que «vienen con géneros que dejan depositados para su despacho; pues como esta plaza [Lisboa] tiene corto giro directo con las Españas, les tornan crecidos intereses los cambistas: la Casa de Gildemester y otras³⁰ están logrando considerables ganancias»³¹.

Por tanto, las discrepancias comerciales se mantuvieron hasta que de nuevo la coyuntura política de la Guerra de los Siete y las alianzas políticas de cada monarquía, Inglaterra con Portugal y Francia con España por el III pacto de Familia, desembocaron en un enfrentamiento armado entre las coronas ibéricas en la campaña de 1762. El conflicto fue de escasa duración, pero la Paz de París de 1763 tampoco sirvió para solucionar las controversias entre Lisboa y Madrid a causa de la Colonia de Sacramento, pues de nuevo cada parte tenía una interpretación distinta de los artículos de la Paz. Acabado el conflicto, el siguiente paso era el restablecimiento de las relaciones diplomáticas entre Lisboa y Madrid, con la designación de los nuevos embajadores. El conde de Oeiras retrasó la llegada de Aires de Sá e Melo hasta el otoño de 1764 y la llegada a Lisboa del embajador español, marqués de Almodóvar, se demoró hasta abril de 1765 por motivos de índole familiar. Entre sus instrucciones no se hacía ninguna referencia a la situación comercial. No obstante, el control del comercio español estaba a cargo del cónsul, Agustín Sánchez Cabello, que se hizo cargo interinamente de la dirección de la embajada hasta la llegada de Almodóvar.

²⁷ Los detalles de esta frustrada negociación fueron analizados por ALMEIDA, *Problemas do Comércio luso-espanhol*, cit., pp. 104-110, e incluye la transcripción del parecer de Sebastião Carvalho e Melo sobre un proyecto de Tratado de Comércio com a Espanha, pp. 111-131.

²⁸ AGS, Estado, Leg. 7.239, *Instrucciones de José de Carvajal y Lancaster al conde de Perelada*, Buen Retiro, 30 de marzo de 1753.

²⁹ CARLOS E. CORONA BARATECH y JOSÉ ANTONIO ARMILLAS VICENTE (coords.), *Historia General de España y América*, Tomo X-2, Editorial Rialp, Madrid 1984, p. 374.

³⁰ Aparte de Gildemeester & Cía, las otras compañías de seguros, o bonança, en Lisboa durante la segunda mitad del XVIII eran: Bom Conceito, Ferreira, Rossi, Freire, Dias & Cía, Pontes, Prego, Fortunato & Cía, Caldas, Machado. En PEDREIRA, *Tratos e contratos*, cit., p. 363.

³¹ AGS, Estado, Leg. 7.359, *Informe del marqués de Almodóvar, embajador de España en Portugal, sobre el actual estado de la monarquía portuguesa relativamente al comercio [...]*, Lisboa, 6 de diciembre de 1777.

La designación de Sánchez Cabello como cónsul en Lisboa, a mediados de 1762, se debió tanto a su origen extremeño como a la atención que había dispensado a los asuntos del comercio con Portugal durante su consulado en la ciudad francesa de El Havre. Sánchez Cabello se destacó por fomentar el comercio español en varios proyectos, durante su estancia francesa había constatado el incremento del comercio francés con Portugal, que casi se había duplicado desde el terremoto de Lisboa de 1755. Así, para aprovechar las posibilidades españolas en el comercio con Portugal consideraba conveniente fundar en el reino vecino casas comisionadas de Cádiz o Sevilla, para que actuasen en combinación con las pocas compañías españolas establecidas en Normandía y Bretaña y «extender nuevo ramo de comercio utilísimo con Portugal». La intención era la de sustituir el comercio practicado por portugueses de productos agrícolas y de sal y sustituirlos por los procedentes de la costa mediterránea española. El cónsul Sánchez Cabello también retomó la vieja aspiración de formar un cuerpo de comercio español en Portugal, que, sin embargo, no prosperó.

El proyecto comenzó en Lisboa y en mayo de 1765 convocó a los negociantes españoles y se convino en el nombramiento de diputados, cargos que recayeron en Antonio de Herrería, director de la Real Compañía de Sedas de Toledo³², y en el comerciante sedero burgalés Juan de Arriza³³. Estos dos comerciantes se dedicaban al comercio de la seda, que gozaba de gran vitalidad en Portugal, por lo que Sánchez Cabello proponía al Secretario de Hacienda, marqués de Esquilache, que desde las plazas sederas de Madrid, Toledo, Talavera, Zaragoza, Valencia, Córdoba, Murcia, Granada y Sevilla, se enviasen representantes para establecer casas en Lisboa y Oporto, pues en la capital lusa había «tres casas solamente de Comercio, dos son factorías de la Compañía de Sedas de Toledo y la otra la tiene don Juan de Arriza»³⁴. En este testimonio volvemos a comprobar la escasa relevancia de la comunidad mercantil española en Lisboa, que según estimaciones de Jorge Miguel Pedreira en la segunda mitad del XVIII había unas ciento cincuenta casas de negocios extranjeras en Lisboa, aunque muchas de ellas acabaron formando parte del tejido comercial portugués por procesos de sucesión y naturalización³⁵.

No obstante, los desvelos del cónsul no prosperaron por sus disputas con el embajador, marqués de Almodóvar, y el secretario de la embajada, Francisco de Lardizábal, que concluyeron con la salida de Sánchez Cabello del consulado lisboeta en octubre de 1767. A partir de esa fecha, se hizo cargo de los asuntos consulares de forma interina el secretario José del Castillo. Sin embargo pronto se desató una pugna por la titularidad de la institución, pues Sánchez Cabello apoyaba desde Madrid a su secretario, pero en Lisboa el embajador influyó sobre los diputados de la Nación, encabezados por Andrés Herrera, quien desplazó a Castillo y ejerció las funciones de cónsul hasta 1771 en que José del Río llegó a Lisboa para hacerse cargo del consulado³⁶. De la actividad de Andrés Herrera como cónsul en funciones y hombre de confianza del embajador, tenemos algunas referencias. Cuando en 1767

³² Sobre la actividad de esta compañía privilegiada se puede consultar la monografía de ÁNGEL SANTOS VAQUERO, *La industria textil sedera de Toledo*, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca 2010.

³³ PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., p. 360-361.

³⁴ AGS, Estado, Leg. 7.275, *Agustín Sánchez Cabello al marqués de Grimaldi*, Lisboa, 11 de diciembre de 1764. Citado en PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., p. 364 y 399.

³⁵ JORGE MIGUEL PEDREIRA, *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padroes de recrutamento e percursos sociais*, en «Análise Social», vol. XXVIII, 116-117, 1992, 2ª-3ª, pp. 407-440, p. 418.

³⁶ PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., p. 374.

Carlos III imitó el precedente portugués de 1759 de expulsar a los jesuitas de sus dominios, se inició una fructífera colaboración diplomática entre Lisboa y Madrid, y uno de esos frutos fue la expulsión de los jesuitas de las misiones de Maynas por territorio brasileño y su traslado hasta Lisboa. Una vez instalados los jesuitas en la cárcel de Azeitão, la embajada española dispuso de los preparativos para embarcar a los misioneros con destino a El Puerto de Santa María³⁷. El Secretario de la embajada, Lardizábal, acordó con el capitán inglés, Guillermo Ashenhurts, el flete para el traslado de los sacerdotes, en un documento suscrito por ambas partes ante el escribano portugués Narciso José da Luz e Sousa. Los testigos fueron el comerciante inglés Juan Iturla, como el intérprete del capitán, y D. Andrés Herrera³⁸.

Esta mención a la cuestión jesuita no es trivial, pues supuso el inicio de unas negociaciones para formalizar una alianza política entre las monarquías ibéricas, en mayo de 1767, que suponía el distanciamiento de Portugal con Inglaterra y su adscripción a la Casa de Borbón. En el proyecto de alianza diseñado por el Secretario de Estado español, marqués de Grimaldi, se contemplaba iniciar las negociaciones para consolidar las bases de una política comercial para «establecer un mutuo tráfico por tierra y por mar en la península con aranceles y reglamentos que faciliten la introducción de los géneros y mercaderías que unos vasallos necesitan de los otros»³⁹. No obstante, estas negociaciones también fracasaron en mayo de 1768⁴⁰ y la política comercial ibérica no varió, además de quedar condicionada por la política proteccionista de Pombal⁴¹ que desarrolló una serie de medidas arancelarias y prohibicionistas destinadas a la protección de las fábricas portuguesas de sedas, lanas, algodones, sombreros, cuchillería, lozas y barnices que, en conjunto, constituían los géneros con los que básicamente traficaban los españoles⁴². Además, la coyuntura política entre ambas monarquías se fue deteriorando hasta desembocar en un conflicto armado en los confines americanos en 1776.

La situación política se normalizó con la muerte de D. José I y la caída de Pombal, en febrero de 1777, pues con el ascenso de D. María I se llegó al acuerdo político plasmado en el Tratado de San Ildefonso, por el que se zanjaron las disputas fronterizas en América, con la cesión portuguesa de la Colonia de Sacramento, entre otras disposiciones. El acuerdo se inscribía en el contexto internacional de la sublevación de las Trece Colonias contra Inglaterra, donde la prioridad de la monarquía portuguesa era mantener una postura de equilibrio ante las presiones inglesas y francesas de involucrarse en la contienda. En el pensamiento del Secretario de Estado de Carlos III, conde de Floridablanca, el tratado suponía contar con la neutralidad portuguesa y cimentar las bases para resucitar la vieja aspiración de la “unidad peninsular” a través de una política de enlaces matrimoniales, que

³⁷ MAR GARCÍA ARENAS, *Las gestiones diplomáticas hispano-portuguesas en la expulsión de los jesuitas de Maynas (1767-1769)*, en JOSÉ QUINTERO GONZÁLEZ (coord.), *El nacimiento de la libertad en la Península Ibérica y Latinoamérica. Actas del XVI Congreso internacional de AHILA*, AHILA y Exmo. Ayuntamiento de San Fernando, San Fernando 2014, pp. 781-792.

³⁸ AHN, Estado, Leg. 4.532, *Francisco de Lardizábal al marqués de Grimaldi*, Lisboa, 8 de julio de 1769.

³⁹ *Tratado de Unión y Defensa recíproca*, en AGS, Estado, Leg. 7.290 y AHN, Estado, Leg. 4.536.

⁴⁰ MAR GARCÍA ARENAS, *Portugal y España contra los jesuitas. Las monarquías ibéricas y la Compañía de Jesús (1755-1773)*, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid 2014, pp. 328-354.

⁴¹ Una síntesis y recopilación de la bibliografía sobre el tema se puede consultar en LEONOR FREIRE COSTA, PEDRO LAINS y SUSANA MÜNCH MIRANDA, *História económica de Portugal (1143-2010)*, Esfera dos Livros, Lisboa 2011, pp. 264-276.

⁴² PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., p. 375-376.

también estuvo condenada al fracaso⁴³. Al año siguiente, en 1778, las monarquías ibéricas firmaban el Tratado de Amistad, Garantía y Comercio. En su contenido, ambos reinos se concedían el tratamiento de nación más favorecida y se fijaba la vuelta a los aranceles reconocidos en el Tratado de Lisboa de 1668; también se establecía la neutralidad comercial recíproca en caso de conflictos con terceras potencias. Por último, Carlos III se comprometía a la adquisición de tabaco de Brasil durante cuatro años.

Sin embargo, las estipulaciones nunca se llevaron a la práctica y los informes de los cónsules españoles destinados en Lisboa, Oporto y Algarve señalaban la aniquilación efectiva del comercio hispano-portugués. Además, pese al acuerdo comercial, los aranceles portugueses continuaron al alza: en 1763 la media de los derechos de Aduana se gravaba en torno al 10%, en 1777 sobre el 24%. En 1782, el cónsul en Lisboa, José del Río, informaba de la intención del gobierno portugués de un nuevo aumento arancelario del 10% para todos los géneros importados y exportados, y reconocía «la total ruina del comercio español». Las cláusulas del acuerdo comercial se hallaban en suspenso desde la entrada de España en la guerra, junto a Francia, apoyando a la causa independentista contra Inglaterra. Ni tan siquiera la adhesión francesa al Tratado de Amistad, Garantía y Comercio, firmada el 18 de julio de 1783, sirvió de revulsivo. Para el cónsul, el principal problema radicaba en la falta de concreción de las estipulaciones del Tratado comercial de 1778, que tuvieron escasas repercusiones prácticas, hasta el punto que en un informe de junio de 1800, el diplomático aseguraba que «no han llegado aún a tener efecto»⁴⁴.

En el trasfondo del fracaso de las relaciones comerciales ibéricas del último tercio del siglo XVIII, estaba de nuevo la situación política internacional, pues la casa de Borbón entró de nuevo en guerra con Inglaterra en la sublevación de las Trece Colonias americanas (1775-1783). Con los acontecimientos derivados de la Revolución francesa, hubo un paréntesis en la alianza franco-española, la Guerra de Convención (1793-1795), pero un año después se volvía a hacer efectiva la unión transpirenaica con la declaración de guerra de España a Inglaterra. Portugal mantuvo una postura neutral, pero favoreciendo a su aliada Inglaterra con el abrigo de sus puertos, excepto en la Guerra de la Convención en que las tropas lusas se unieron a las españolas contra la República francesa. La vinculación de Portugal a Inglaterra explicaría la ofensiva francesa, que con la anuencia de Manuel Godoy, se tradujo en la fulgurante Guerra de las Naranjas, entre España y Portugal de 1801 y por la posterior invasión napoleónica de Portugal en 1807, que desencadenó al año siguiente la Guerra de Independencia española en 1808.

Por tanto, la ausencia de una nación comercial española estable y regulada en Lisboa está íntimamente relacionada no sólo con la situación política entre ambas monarquías, sino también por el contexto europeo y por el hecho de que ambos reinos producían géneros muy similares, que no propiciaban los intercambios bilaterales. Pues a los celos seculares entre Lisboa y Madrid surgidos a raíz de la Restauração portuguesa de 1640, se unieron las secuelas de la Guerra de Sucesión

⁴³ JUAN HERNÁNDEZ FRANCO, *La gestión política y el pensamiento reformista del conde de Floridablanca*, Universidad de Murcia, Murcia 1984, p. 215 y ADRIÁN VAN DER MULLER, *Política portuguesa de Floridablanca*, en «Revista de la Universidad de Madrid», XVII, nº 65-68, 1968, pp. 64-69.

⁴⁴ PRADELLS, *Diplomacia y Comercio*, cit., pp. 374-383. Sobre la situación del comercio bilateral entre España y Portugal en los años finales del siglo XVIII, se puede consultar el trabajo de Maria Cristina Moreira, *La importancia del mercado español en el comercio exterior portugués (1796-1831)*, Separata de «Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea», nº 6, (2006), 26 pp. <<http://hispanianova.rediris.es/6/articulos/6a006.pdf>>, (14 de enero de 2015).

Española, que determinó que cada reino estuviera adscrito en distintos brazos de la balanza del equilibrio de poderes entre las potencias europeas, España con Francia enfrentadas a Inglaterra, aliada de Portugal. A lo largo del siglo hubo algunos intentos de que Portugal formase parte de la alianza borbónica o de acuerdos entre las monarquías ibéricas, y todos ellos o bien fracasaron o no llegaron a tener efectos prácticos, por lo que las divergencias comerciales no se resolvieron y las medidas proteccionistas se recrudecían o apaciguaban según la coyuntura, que además fomentaba indirectamente un activo contrabando recíproco.

Ourives franceses, lapidários e engastadores de pedraria na Lisboa do século XVIII Seu contributo na arte e na evolução das mentalidades

Goldsmiths, stonecutters and setters of precious stones in Lisbon of the XVIII Century - their contribution in art and in mentality evolution

Luísa VILLARINHO PEREIRA

Investigadora, Secção de História de Medicina / Sociedade de Geografia de Lisboa

Abstract

On the earliest decades of the XVIII century, some goldsmiths, lapidaries and setter of precious stones, pressured to leave France by the restrictions of religion liberty, was attracted by the plenty of gold and precious stones arrived from Brasil to King's John V kingdom. They came to work in Lisbon, bringing inside their souls the light of the new ideas wish grew in Europe. Some Mouton/Vandrevelde/Thirion and Mallet, who got roots in the city, between them developed family ties, and left in noble metal an artistic proof of hope in mentality reforms.

Keywords

Art, Religion, Liberty, Evolution

Resumo

Nas primeiras décadas do século XVIII, alguns ourives, lapidários e engastadores, pressionados a sair de França pelas restrições impostas à liberdade de culto e motivados pela abundância de ouro e pedrarias que do Brasil chegavam à Corte de D. João V, vieram trabalhar em Lisboa trazendo consigo as luzes que despontavam na Europa. O núcleo familiar Mouton/Vandrevelde/Thirion/Mallet, integrado no viver lisboeta, criou laços familiares e deixou em metal nobre o testemunho da sua esperança na reforma das mentalidades.

Palavras-chave

Arte, Religião, Liberdade, Evolução

No início do século XVIII, o intenso movimento do porto de Lisboa, na rota do comércio internacional, evidenciava o prestígio do Magnânimo Rei de Portugal. A aliança firmada com a Casa dos Habsburgo, pelo casamento de D. João V (1689-1750) com a filha de Leopoldo I, Dona Maria Ana d'Austria (1683-1754) fazia prever um auspicioso reinado.



Fig. 1. Lisboa, Paço da Ribeira 1752, in «Ilustração Portuguesa» nº 381, p. 726, 18.06.1913

Subindo a colina, no cimo da Rua direita das Portas de Santa Catarina, existia ainda a volumosa Torre central que condicionava a entrada da urbe a ocidente. As defesas laterais tinham sido demolidas, a do Norte em 1573 para ampliação da Igreja do Loreto, e a do lado Sul em 1702 para construção da Igreja da Encarnação, que veio a abrir portas no ano de 1708. Na baixa lisboeta, a antiga Rua Nova era então o centro dos negócios e do bulício citadino. Mas a par do regosijo pela chegada da nova Rainha o coração da cidade estava ainda ensombrado pela sinistra Inquisição.

A Reforma da Igreja iniciada na Alemanha por Martinho Lutero (1483-1546) que em 1517 nas 95 teses que afixara em Vittenberg, defendera a leitura e interpretação pessoal do Evangelho, tardava a chegar a Portugal.



**Fig. 2. “As Theses de Lutero Affixadas em Vittenberg”,
Quadro de Lessing, grav.ª de J.L. Raab (coleção particular)**

Em França a Reforma protestante de João Calvino (1509-1564) severo Humanista, fundador da Academia de Genebra que aliou o conhecimento intelectual às novas ideologias religiosas, dera seguimento à rotura da unidade Cristã proclamada na Alemanha. Na evolução das mentalidades, as guerras entre religiões que assolaram a França causando as trágicas carnificinas dos huguenotes em Vissy e Paris no século XVI, tinham abrandado a beligerância após a promulgação em 1598 do Édito de Nantes. A Paz foi restaurada em França por Henrique IV, que definiu direitos aos protestantes calvinistas franceses, concedendo-lhes plena liberdade de consciência e do culto privado e atribuindo subsídios às escolas protestantes. Na costa atlântica, La Rochelle era então um reduto fortificado da Igreja Reformada, recebendo por mar auxílio da Inglaterra, situação que levou ao cerco de 1627/1628, ordenado por Louis XIII, até à capitulação dos huguenotes e da consequente perda dos seus direitos políticos, militares e territoriais, sendo-lhes concedido apenas o direito de culto. Em 1715, as decisões de Luís XIV, proclamadas no Édito de Fontainebleau, vieram revogar todas as liberdades concedidas pelo anterior Édito de Nantes, sendo ordenado o fecho das Igrejas e escolas protestantes. Esta decisão causou uma intensa

migração das elites económicas e técnicas dos franceses, nomeadamente no ramo do fabrico do vidro e da seda, cerâmica e outras manufacturas. Por iniciativa própria o tecelão francês Robert Godin em 1727 veio fundar em Lisboa a Fábrica das Sedas, que entrou em laboração em 1734, no Bairro da Cotovia.

Em Portugal, desde o último quartel do século XVII que o recrutamento de técnicos e artistas estrangeiros vinha favorecendo o progresso da indústria nacional e minando os interesses da França. Artífices e comerciantes que chegavam a Lisboa na sua maioria sem fundos, logo que conseguiam obter os primeiros lucros casavam com mulheres portuguesas desligando-se dos objetivos comerciais do seu país natal. A *Confraria do Bem-Aventurado St. Louis Rei de França*, cujo Compromisso remonta a 1577, já um século antes obtivera privilégios do Rei D. Afonso V. Instalada numa capela independente da Igreja de São Julião, passou depois pela Ermida da Oliveira e pela Igreja de Santa Catarina, de onde foi desalojada pelo terramoto de 1557. Posteriormente esteve sediada na Igreja da Vitória e finalmente comprou um chão extra-muros, junto às Portas de Santo Antão. Neste período de investimento mereceu apoio do Embaixador da França em Lisboa, sendo instituído o *Direito de S. Louis*, uma taxa fixa sobre todos os navios franceses surtos no Tejo. A Igreja só ficou concluída em 1622, constituindo local de encontro e amparo da comunidade dos pequenos comerciantes e membros da Feitoria. Pelo grande Terramoto de 1755 veio a sofrer pesados danos sendo reconstruída durante a gestão do Abade Garnier, a expensas da Corte de Versailles.



Fig. 3. Lisboa, 01.11.1755, in *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas (coleção particular)

Tornou-se então uma Fundação Real, designada por S. Luis do Rei de França, incluindo no piso superior instalações hospitalares para marinheiros e comerciantes pobres.

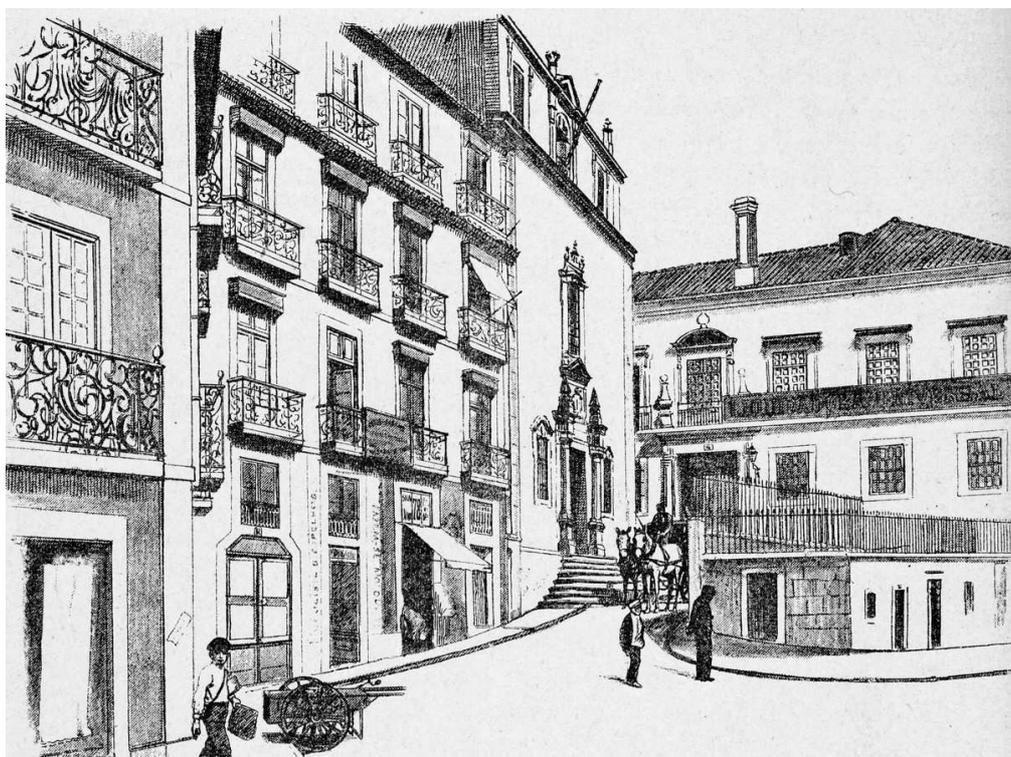


Fig. 4. Igreja de St. Louis, Rei de França, grav. de J. Novaes, in Lisboa de Alfredo Mesquita, 1903 (coleção particular)

No decorrer do século XVIII, os representantes consulares da Nação Francesa lutaram arduamente mas em vão contra o êxodo da mão obra especializada, que reduzia no mercado internacional a competitividade dos produtos franceses. Mediante restrições legislativas a França tentou manter os seus interesses, restringindo qualquer vantagem pessoal aos comerciantes que casavam com mulheres de outra nacionalidade. O Decreto de 21.12.1716 tinha retirado os direitos de cidadania e privilégios aos filhos dos franceses casados com mulher estrangeira nos portos e cidades de Itália, Espanha e Portugal, reduzindo assim drasticamente o número de comerciantes que mantinham fidelidade ao *Corp de La Nacion* ou seja aos interesses de França. Muitos dos protestantes estabelecidos em Portugal aderiram ao catolicismo para poder exercer o seu negócio, outros buscaram protecção junto dos britânicos e holandêses, solidários com os huguenotes e sua liberdade de consciência. A norte da cidade, no austero Palácio do Tribunal do Santo Ofício, próximo ao Hospital Real de Todos-os-Santos, em 1743-1744 foram detidos três lapidários que ousaram debater ideias na Corte de D. João V.

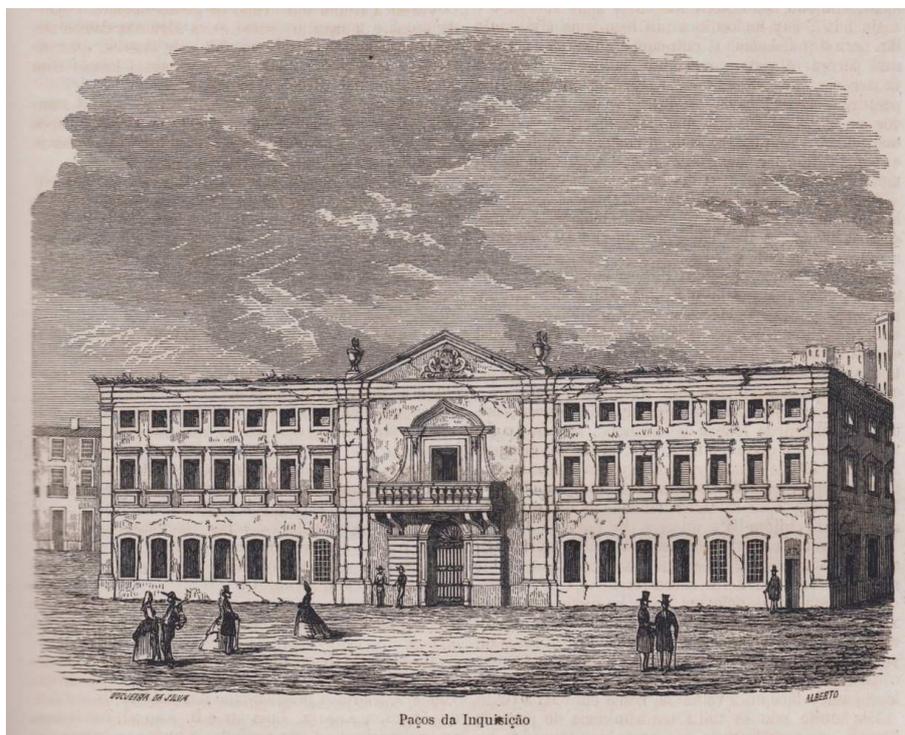


Fig. 5. Paço da Inquisição, desenho e gravura de Nogueira da Silva / Alberto, in «Archivo Pittoresco», VI, n° 5, p. 37, 1863

O suíço John Coustos (1703-1746), natural do Cantão de Basileia com ascendência francesa e anos de vivência em Londres, foi acusado de hereje protestante, torturado e sentenciado a quatro anos nas Galés por introduzir e praticar em Portugal a *Seita dos Pedreiros Livres*, condenada pela Sé Apostólica. Lapidário de Diamantes, filho e neto de huguenotes exilados, obtivera a nacionalidade britânica e percorrera o mundo tendo assimilado as novas luzes da época¹. Em Inglaterra, nos primórdios do século XVIII, a população mais humilde descontente com a corrupção existente no seio da Igreja reunia-se procurando uma aliança fraterna que regenerasse a sua religião. Ao tempo Sir Isaac Newton (1642-1727), cientista que marcou a História da Ciência com as suas múltiplas teorias e acreditava na existência de um só Deus, era uma figura inspiradora.

John Coustos, filho do médico Isaac Coustos e casado com senhora inglesa era Venerável de Loja maçónica em Londres e trazia consigo uma mensagem aliciante de fraternidade. Em Portugal veio morar na Rua Nova, a mais concorrida artéria do burgo lisboeta (que hoje podemos rever por uma fiel aguarela de Roque Gameiro).

¹ ROBERT FREKE GOULD, *The History of Freemasonry [...]*, vol. III, London 1887, p. 369.



Fig. 6. Rua Nova, sec. XVIII (aguarela de Roque Gameiro)

Tendo integrado a primeira Loja francesa instalada em Lisboa que, a curto prazo, foi perseguida pela Inquisição, levando à prisão e tortura três lapidários, o mencionado Coustos, Jean Thomas Bruslé, nascido em Paris (1699) e o 2.º Vigilante, Alexandre Jacques Mouton (1704-1746)². Este que fora baptizado em St. Barthelemy de Paris e casara com Marguerite Lefèvre, irmã do *diamantaire* Louis Lefèvre consorciado em Lisboa com a portuguesa Francisca Ferreira, foi igualmente torturado pela Inquisição, tendo sido condenado a quatro anos fora do Patriarcado, por seguir a *Seita dos Pedreiros Livres*. Denunciado por informação colhida através do confessorário, Alexandre Mouton fora arditosamente atraído a uma ourivesaria com promessas de trabalho, tendo sido preso e lançado nos calabouços da Inquisição. Assim como seus companheiros, os três desfilaram no Auto de Fé ocorrido em 21.06.1744, frente à Igreja do Convento de São Domingos. Pelas diligências de Lord Compton, Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa, que intercedera por Coustos, Mouton conseguiu vir a embarcar no *Damieta*, vaso de guerra holandês surto no Tejo, que largou de Lisboa para Londres em 13.11.1744³.

² JOÃO CUSTON (COUSTOS), ALEXANDRE JACQUES MOTON (MOUTON) E JOÃO THOMAZ BRUSLÉ - L.T.V.I.L.R.D.M., *Procedures Curieuses de L'Inquition de Portugal contre Les Francs-Malçons. Dans La Vallé de Josaphat, L'An de la fondation du Temple de Salomon, MM.DCCC.III.* (Digitized by Google), pp. VII e VIII (digs. 8, 14 e 15).

³ GRAÇA E J. S. DA SILVA DIAS, vol. II, tomo I, nota 1, pp. 229-230. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, LISBOA (doravante ANTT), *Inquisição de Lisboa*, Proc. 257.

Os inquéritos e punições exercidos em Portugal pelo “Tribunal do Santo Offício” muito antes tinham atingido significativas figuras nacionais, como o Padre António Vieira preso de 1663 a 1667; as primeiras denúncias aos que defendiam a Fé contra a heresia, através da jurisdição eclesiástica determinada por Roma para todos os países onde existisse religião católica, tinham ocorrido primeiro na cidade de Évora em 1537 e, três anos depois, na Ribeira de Lisboa foram realizados os primeiros Autos-de-Fé. Os procedimentos da Inquisição em Portugal durante quase três séculos até à sua extinção em 05.04.1821, deixaram rasto de infames e repetidos crimes.

Não obstante esta opressão sobre os estrangeiros radicados em Lisboa, o brilho da Corte do Reinado de D. João V, que viu equiparada a Coroa Portuguesa às potências católicas ditas de primeira grandeza, chamou a Portugal os melhores artistas bem como eruditos vultos das Letras e da Medicina que contribuíram para a posterior reforma do Ensino em Portugal. As redes familiares que interligavam diferentes origens tiveram forte expressão no ramo da ourivesaria como nos recorda a figura do Ourives e Arquitecto João Frederico Ludovice (1673-1752), autor do traçado do Palácio e Basílica de Mafra e responsável pela “Escola do Risco” junto da emblemática obra em construção. Já viúvo de Clara Morelli, veio a casar de novo em 1720 com Ana Maria Verney, filha do boticário de Lyon Dionízio Verney casado com Maria da Conceição Darnaut [de Arnaut] e estabelecido na Rua Nova do Almada⁴. Dois dos seus cunhados estavam integrados no viver citadino, Henrique Verney como Administrador da Casa da Índia e Luiz António Verney (1713-1792) que estudara no Colégio de Santo Antão de Lisboa e no da Madre de Deus em Évora vindo a concluir Teologia e Jurisprudência em Roma, contribuiu significativamente para a reforma do Ensino. O seu *Verdadeiro Methodo de Estudar para ser útil à Republica, e à Igreja, proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal* (1746), escrito numa linguagem pouco académica, realçou a vantagem do método romano sobre o ensinado pelos Jesuítas. Contemporâneo do português António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), que igualmente favoreceu a evolução do conhecimento com o seu *Methodo para aprender e estudar medicina, ilustrado com os apontamentos para estabelecer-se uma Universidade real na qual deviam aprender-se as ciências humanas de que necessita o estado político e civil*, Luiz Verney defendia a simplificação do Ensino demasiado teórico através de exemplos práticos, pago a expensas do Estado e para ambos os sexos.⁵

Ainda na área da Medicina, em 1749, a convite de Sebastião José de Carvalho e Mello, veio exercer em Lisboa o antigo Cirurgião-mor do Hospital Militar de Viena, Pierre Jazede Dufaut (1713-1806). Natural de St. Germain de Conches, foi nomeado Lente de Anatomia do Hospital Real de Todos-os-Santos em 01.03.1750, tendo feito imprimir durante a sua regência três obras: o *Tratado de Osteologia*, a *Breve e compendiosa dissertação da antomia pelo que respeita aos ossos do corpo humano* e a *Exposição da anatomia pelo que respeita á Osteologia e á Sarcologia*. A par deste erudito contributo não descurou porém os negócios, tendo mandado vir de França os primos Casalong para dirigir a casa comercial “Casalong, Dufau & Cie”, fundada na capital do Reino. Agraciado com a Ordem de Cristo em 14.06.1753, já no período da reconstrução de Lisboa veio a ser Jubilado em 1764 e, no ano imediato, ocupou o

⁴ Maria da Conceição Arnaut, nascida em Penela, bispado de Coimbra, filha do negociante de Drogas de Botica, Diogo Arnaut. LUÍS MIGUEL QUEIROZ, *O Homem que Ensinou Portugal a Ensinar*, in «Jornal Público», 23.07.2013; *G.E.P.B.*, vol. 34, p. 712.

⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa - Rio de Janeiro, vol. XXXIV, pp. 712 a 716, e vol. XXV, pp. 627 a 630.

cargo de Cirurgião do Real Colégio dos Nobres, regressando mais tarde ao seu país natal⁶.

Nas redes familiares entre estrangeiros radicados em Portugal, outra das irmãs de Luis António Verney, Luisa Thereza, foi casada com Pierre Joseph Chevalier, filho de Jean Baptiste Chevalier negociante por grosso de galões de ouro e prata. Em França, na cidade de Bonny, no Vale do Loire, igualmente os ourives Mallet, também negociantes de tecidos e galões em Paris e Lisboa, através do matrimónio criaram laços com os Chevalier e os La Roche, estes últimos que em Lisboa estavam ligados aos Jorge, Armadores e Negociantes italianos, moradores na Junqueira.

Ainda antes do grande Terramoto de Lisboa, tragédia que despertou a ironia de Voltaire (1694-1778), o Rei D. João V em 20.10.1747 nomeara Engastador de pedraria da Casa Real o ourives francês Louis Mallet de Vignielle (1720-1774) nascido nas margens do Loire⁷. Bonny, o seu torrão natal, era um antigo senhorio episcopal do Bispado de Auxerre rodeado por muralha defensiva com nove torres e quatro portas, que ganhara incremento na encruzilhada da Estrada de Lyon-Paris. Durante a guerra entre religiões, no período de 1562 a 1689 fora reduto dos huguenotes, mas manteve de pé a sua centenária Igreja de Saint Aignan, onde viriam a ser abençoados dois futuros ourives, Claude Noel e Paul Victor, sobrinhos do citado Louis Mallet, que vieram para Lisboa nos anos setenta do século XVIII. O primeiro, Cláudio Natal Mallet (1760-1805), já com seu nome ajustado à língua portuguesa, teve loja de ourives do ouro e cravador de diamantes, na Rua direita das Portas de Santa Catarina, frente à Tv. de São Francisco (actual rua Ivens). Em 1781 casou na Igreja de Santa Justa com Margarida Angélica Thirion, filha do engastador de pedraria e pérolas Louis Thirion e de Madalena Vandrevelde, sobrinha de Alexandre Jacques Mouton, cuja memória do sofrimento havido nos calabouços da Inquisição terá por certo inspirado seu irmão Paul Mallet (1762-1844) na marcante obra de ourivesaria que veio a realizar.

Entre os franceses radicados em Portugal que mantiveram fidelidade ao “Corp de La Nation” e ao seu regresso a França, destacaram-se alguns outros membros da citada “Loja dos Pedreiros Livres”, entre os quais Louis Palyart, negociante de tecidos com uma das mais importantes casas de negócio de Lisboa, e o comerciante Jacome Ratton (1736-1822) que marcou pela inovação nas manufacturas portuguesas, tendo fundado diversas fábricas e introduzido inéditos mecanismos na indústria. A par das manufacturas, a sua produção agrícola na Barca d’Alva forneceu 3000 amoreiras para a manutenção do fabrico da Seda e foi responsável pela arborização do “Passeio Publico”, em 1764, desenhado pelo Arq. Reinaldo dos Santos (1731-1791). Já no exílio em Londres a publicação das suas *Recordações* legou à memória portuguesa um inegalável e valioso testemunho do período pós terramoto. No ramo dos Livreiros, os Bertrand, os Rey e os Borel, oriundos de Monestier e Briançon, dominavam o mercado de Lisboa.

Em 1762, para exercer em Portugal os estrangeiros foram obrigados à naturalização portuguesa, medida legislativa que reforçou a sua integração na sociedade e os laços familiares criados pelo matrimónio com portuguesas. Estes artistas e comerciantes radicados em solo português jamais iriam regressar a França, não obstante as nefastas perseguições da Inquisição e o excessivo zelo do Intendente Pina Manique. Os ecos da Revolução Francesa de 1789 vieram ampliar as preocupações da

⁶ JEAN-FRANÇOIS LABOURDETTE, *La Nation Française à Lisbonne de 1669 a 1790, Entre Colbertisme et Liberalisme*, FCG-CCP, Paris 1988, pp. 255-256, 475, 536, 580 e 608; *G.E.P.B.*, vol. 9, p. 337.

⁷ ANTT, *Registo Geral de Mercês, D. João V, Lv. 37, fl. 436v*; ANDRÉ LA GARDE E LAURENT MICHARD, *Voltaire / L'Autodafé*, em *XVIIIe Siècle les Grands Auteurs Français du Programme*, Les Éditions Bordau a Paris, IV, p. 166.

Intendência Geral da Polícia, no último quartel do século XVIII. Diversos artigos vindos de França, leques, caixas de rapé, imagens e impressos proibidos, difundiam a moda e os cânticos revolucionários que assustavam os responsáveis pela ordem pública. Nas ruas de Lisboa, grupos de marinheiros dos navios franceses surtos no Tejo, percorriam a capital entoando cânticos de Liberdade.

Neste fim de século de angustiantes receios, os citados irmãos Claudio Natal Mallet e Paul Mallet, ambos ourives do ouro com laços familiares ao sentenciado Alexandre Jacques Mouton e bem assim ao Engastador de pedraria da Casa Real, Louis Mallet de Vignielle, vieram a ser presos; o primeiro por suspeita de reuniões subversivas na própria loja e seu irmão mais novo (posteriormente detido na Cidadela de Cascais em 1809), tinha aberto Fábrica de Ourivesaria e Esmaltes, na Rua Áurea, vindo a ser Autor da magnífica Custódia ainda hoje existente no Museu de Arte Sacra do Funchal, considerada uma peça marcante da Ourivesaria neoclássica portuguesa.



*Fig. 7. Custódia - MASF 238 / Autor: Paul Mallet (1762-1844) -
Ouro cinzelado relevado e vazado com crisoberilos / 1799 - Museu de Arte Sacra do Funchal.
(fot. João José Edward Clode, 2014)*

Nesta obra de 1799, nas duas simbologias facciosamente mutiladas, o autor terá pretendido expressar a sua mensagem de esperança na renovação da Igreja, quiçá com a miniatura da Arca de Noé salvando do Dilúvio os escolhidos por Ordem Divina, quiçá pela evocação da mítica Fénix renascendo das cinzas.

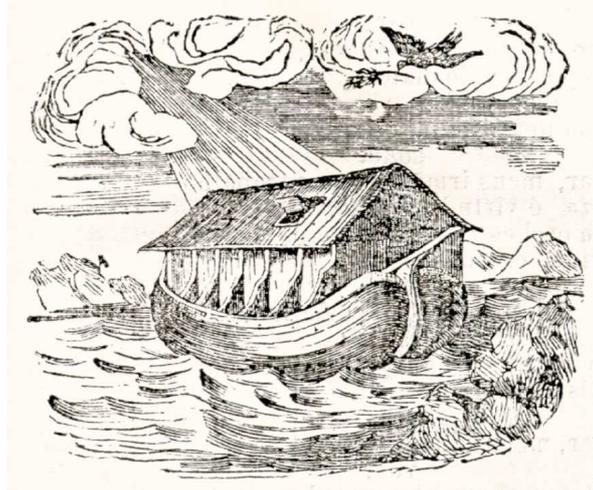


Fig. 8-9. Custódia - MASF 238 / pormenor da base, mutilada (desenho de Luís Pamplona segundo fotografia de Pedro Clode) iluminura "Arca de Noé"

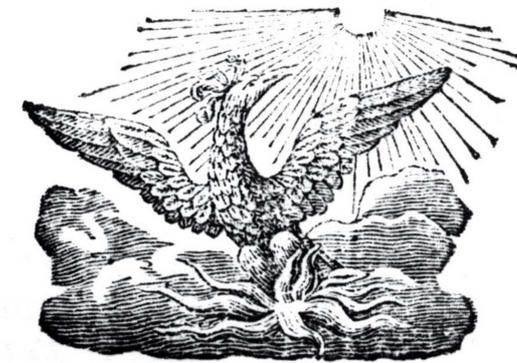


Fig. 10-11. Custódia - MASF 238 / pormenor da base, mutilada (desenho de Luís Pamplona segundo fotografia de Pedro Clode) iluminura "Fénix"

A memória do sofrimento infligido a Alexandre Jacques Mouton, tio-avô da cunhada do autor, terá por certo contribuído para esta significativa afirmação artística, que evidencia ainda hoje em metal nobre o empenho dos ourives franceses na tão desejada mudança de mentalidades.

Mercadores ingleses em Lisboa e Judeus portugueses em Londres: agentes, redes e trocas mercantis na primeira metade do século XVIII

The English Nation of Lisbon and the Portuguese Jews of London: agents, networks and business in the first half of the eighteenth century

Carla VIEIRA*

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste

Abstract

As consequence of the consolidation of the Anglo-Portuguese alliance after the Methuen Treaty and the War of the Spanish Succession, the English Nation settled in Lisbon grew in importance, status and number. The cosmopolitanism of the city contrasted with a strong inquisitorial repression felt over the first decades of the eighteenth century, which undermined Lisbon's commercial elite. Fleeing the threat of the Inquisition, many New Christian merchants left Portugal and moved to England. However, their links with Portugal were not broken, particularly their trade connections. Then, several English commercial firms settled in Lisbon worked as agents of Portuguese Jewish traders living in London. In this paper we will analyse two case-studies: the English businessmen William Buller and Arthur Stern and their role as agents of Portuguese Jews settled in London, as Gabriel Lopes Pinheiro, José da Costa Vila Real or the families Mendes da Costa and Lopes Pereira/Aguilar. Our challenge is to rethink the trade relations between communities culturally, ethnically and socially different, revealing how porous these boundaries could be, inclusively in high risk enterprises which required high trust.

Keywords

English Nation, Inquisition, Trade, William Buller, Arthur Stert

Resumo

Na sequência da consolidação da aliança luso-britânica após o Tratado de Methuen e a Guerra da Sucessão Espanhola, a nação inglesa estabelecida em Lisboa emerge em importância durante primeira metade do século XVIII. O cosmopolitismo da cidade contrastava com uma acérrima repressão inquisitorial que, durante as primeiras décadas de Setecentos, abalou a elite comercial lisboeta. Em fuga de uma possível prisão, muitos mercadores cristãos-novos abandonam então Portugal com destino a Inglaterra. Os vínculos com a terra natal não são completamente quebrados, em particular os de natureza comercial. São várias as casas comerciais inglesas que, a partir da capital portuguesa, representam então os interesses de grandes mercadores judeus de origem portuguesa sediados em Londres. Neste artigo analisamos, em particular, dois estudos de caso: os mercadores William Buller e Arthur Stern e o seu papel de agentes de judeus portugueses estabelecidos Londres como Gabriel Lopes Pinheiro, José da Costa Vila Real ou as famílias Mendes da Costa e Lopes Pereira/Aguilar. O desafio é repensar as relações de comércio e sociabilidade entre comunidades cultural e socialmente distintas e a permeabilidade de tais fronteiras, inclusivamente em actividades de risco e cuja exigência de confiança é imperativa.

Palavras-chave

Nação Inglesa, Inquisição, Comércio, William Buller, Arthur Stert

1. Introdução

Quando as distâncias entre a origem e o destino da mercadoria são longas e repletas de riscos, quando o crédito é o sistema corrente na troca, quando o retorno do que se remete não é certo, em quem confiar? Ou melhor, a quem delegar a responsabilidade sobre a mercadoria e a sua transacção? Com quem cooperar?

Consideremos o caso da diáspora sefardita, que encontra par noutras diásporas mercantis (*trade diasporas*, usando o conceito do antropólogo Abner Cohen, adoptado por Philip D. Curtin¹) durante a Idade Moderna. Se, por um lado, é evidente o papel-chave desempenhado pelos laços de parentesco e pela identidade etno-religiosa na construção de redes sócio-económicas através das quais circulavam mercadorias e capitais, em particular no comércio de longa distância, por outro lado, a historiografia recente tem proposto uma releitura dessa ideia (quase feita) e questionado a linearidade dessa equação que identifica os vínculos familiares, sociais, religiosos e étnicos com a confiança e a diminuição do risco. Veja-se o enfoque colocado por autores como Jonathan Israel ou Francesca Trivellato nas relações comerciais entre diferentes grupos, no comércio transcultural e numa cooperação mercantil que ultrapassa as fronteiras étnicas, religiosas, sociais e nacionais².

No presente artigo, iremos analisar a construção de vínculos sociais e económicos entre dois grupos distintos - a nação inglesa de Lisboa e os cristãos-novos/judeus portugueses - no contexto do comércio atlântico na primeira metade do século XVIII e dos fluxos migratórios entre Portugal e Inglaterra. A cooperação entre estes dois grupos inicia-se ainda em Portugal e cruza-se com a resistência à perseguição religiosa, prolongando-se na diáspora e sustentando (ou mesmo possibilitando) a continuidade da estrutura comercial - as redes, as trocas, as mercadorias - numa conjuntura de ruptura gerada pela mobilidade geográfica.

2. A nação inglesa de Lisboa

Lisboa é uma cidade de grande comércio e o dos ingleses é muito importante porque goza de privilégios que o de nenhuma outra nação beneficia. Computa-se que num ano entram no Tejo mais barcos ingleses que portugueses e das outras nações em conjunto. Cerca de trinta ou quarenta famílias inglesas estão aqui estabelecidas por causa dos seus negócios. Estive por duas ou três vezes na capela do ministro de Inglaterra e de todas elas contei cento e cinquenta a duzentas pessoas. Um dos mais importantes negócios dos ingleses neste país é o de emprestarem dinheiro ao rei. Como ele faz avultadas despesas, acontece frequentemente faltar-lhe o dinheiro e então recorre aos comerciantes ingleses. Raros são os anos em que eles não emprestem somas consideráveis a juro avultado sob a condição e garantia de serem reembolsados logo que chegue a frota do Brasil, ordinariamente carregada de grandes riquezas que, na sua maior parte, pertencem ao rei. Até aqui tem-se cumprido a palavra, de maneira que eles fazem um comércio muito agradável, pois que realizam honestos lucros sem correr nenhum risco³.

* Bolseira de Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

1 PHILIP D. CURTIN, *Cross-cultural trade in world history*, Cambridge University Press, Cambridge 1984, pp. 1-3.

2 JONATHAN ISRAEL, *Diasporas within a Diaspora. Jews, Crypto-Jews and the World of Maritime Empires (1540-1740)*, Brill, Leiden 2002; FRANCESCA TRIVELLATO, *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*, Yale University Press, New Haven 2009. Para uma boa síntese sobre esta problemática, vide também de TRIVELLATO, *Sephardic Merchants in the Early Modern Atlantic and Beyond: Toward a Comparative Historical Approach to Business Cooperation* em RICHARD L. KAGAN, PHILIP D. MORGAN (sob orientação de), *Atlantic Diasporas. Jews, Conversos, and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore 2009, pp. 99-121.

3 CÉSAR DE SAUSSURE, *Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730* em CASTELO BRANCO CHAVES (tradução, prefácio e notas), *Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Biblioteca Nacional, Lisboa 1983, pp. 276-277. Edição traduzida de *Voyage de Mons.^r César de Saussure en Portugal - Lettres de Lisbonne*, Milão 1909.

O suíço César de Saussure retrata assim uma cidade de Lisboa onde a nação inglesa, além de privilegiada, se destaca demográfica e comercialmente das restantes comunidades estrangeiras ali estabelecidas. Era o ano de 1730 e passavam quase três décadas desde que Portugal e Inglaterra haviam assinado o tratado de Methuen, consolidando uma aliança que se vinha a desenvolver desde a Restauração e que ganhara um crescente vigor a partir da Guerra de Sucessão Espanhola⁴.

Foi na sequência dos privilégios concedidos pelos tratados de 1654 e 1661, recompensa pelo auxílio prestado durante a Guerra da Restauração, que a nação inglesa estabeleceu uma feitoria, cuja primeira sede, ainda em meados de Seiscentos, se localizava num edifício da Travessa do Espírito Santo, em Lisboa. Apenas os negociantes com um considerável volume de negócios e uma sólida reputação comercial e social integravam a feitoria. Ser membro da feitoria correspondia à prova inequívoca de pertença a um determinado estatuto social e significava o acesso a uma rede privilegiada de contactos, além da possibilidade de participar em decisões que iriam influenciar a actividade mercantil. O cônsul, escolhido entre os mercadores britânicos, presidia à feitoria. Ele e os vice-cônsules representavam central e localmente os interesses da nação junto das autoridades portuguesas. Outro cargo de alta importância na feitoria era o de juiz conservador, desempenhado por um português que, enquanto tal, não era membro, nem tinha direito de voto, mas que servia de intermediário com a justiça portuguesa. Nenhum estrangeiro poderia ser preso ou processado sem o aval do juiz conservador da respectiva feitoria, um poder que D. João V tentou limitar em 1742, ao estabelecer que as disputas entre mercadores portugueses e ingleses em Lisboa passariam para a alçada do tribunal municipal⁵.

O desenvolvimento da organização da comunidade britânica caminha lado a lado com um progressivo crescimento demográfico da mesma. Vejamos o caso de Lisboa. Embora os dados pequem pela falta de precisão, estes são capazes de transmitir uma ideia da importância da nação inglesa na capital do reino.

Como vimos, Saussure contabilizou, na sua carta de 1730, 30 a 40 famílias de mercadores ingleses residentes em Lisboa. Os números adiantados em 1732 pelo enviado extraordinário Lord Tyrawly são ainda mais impressionantes: cerca de 2000 súbditos ingleses a viver em Lisboa⁶. Anos mais tarde, em 1752, já depois de cumprida a sua missão em Portugal, Tyrawly escrevia ao Duque de Newcastle informando-o de que «[...] a great body of his Majesty's subjects reside at Lisbon, rich, opulent, and every day increasing their fortunes and enlarging their dealings»⁷. Possivelmente da mesma altura, uma lista dos «vassallos de Sua Majestade Britânica» residentes em Lisboa, enumerava 112 agregados «que têm casa de negócio nesta corte e assistem nela com suas famílias e caixeiros», outros 13 «que eram de casas de negócio distinguidas mas agora se acham reduzidas» (conjunto maioritariamente constituído por viúvas), 45 «que não tiveram casas de negócio, nem ofícios mas são dignas de toda a atenção» e, por fim, 177 «que tiveram lojas ou ofícios e por

4 Vide JOSÉ LUÍS CARDOSO (sob a orientação de), *O Tratado de Methuen (1703)*, Livros Horizonte, Lisboa 2003.

5 L. M. E. SHAW, *The Anglo-Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal 1654-1810*, Ashgate, Aldershot 1998, pp. 47-74; ERNST PUNING, *Passive Resistance: Portuguese Diplomacy of Contraband Trade during King John V's Reign (1706-1750)*, em «Arquipélago - História», 2.ª série, vol. II, 1997, p. 185.

6 CHARLES BOXER, *Brazilian Gold and British traders in the first half of the Eighteenth Century*, em «The Hispanic American Historical Review», vol. 49, nº 3, 1969, p. 465.

7 RICHARD LODGE, *The English Factory at Lisbon: Some Chapters in Its History*, em «Transactions of the Royal History Society», vol. 16, 1933, p. 225.

informação são gente honrada» (alfaiates, espartilheiros, donos de loja e de casas de pasto, taberneiros, engomadeiras, aias, sapateiros, carpinteiros e cabeleireiros são os ofícios mais citados)⁸. Note-se que esta lista não faz qualquer menção aos religiosos ingleses que, na altura, seriam em número considerável em Lisboa, distribuídos por várias casas religiosas, entre as quais o Convento de Santa Brígida, o do Bom Sucesso, os Frades do Corpo Santo, o Seminário de São Patrício e, o mais importante de todos, o Colégio de São Pedro e São Paulo, vulgarmente apelidado de Colégio dos Inglesinhos.

Porém, a maior expressão da presença britânica em Lisboa encontrar-se-ia de olhos postos no Tejo. Sausurre assim o constatou - eram mais os barcos ingleses a entrar na barra do rio do que os portugueses e os de outras nações estrangeiras juntos. Fazendo as devidas reservas ao possível exagero, os números conhecidos apontam para uma realidade que não contradiz consideravelmente as palavras do viajante suíço.

Analisando os dados do pagamento do imposto do consulado em 1751, Leonor Freire da Costa e Maria Manuela Rocha concluíram que, embora os importadores estrangeiros fossem em menor número do que os portugueses (28,2 %), eram eles quem pagava a maior fatia do imposto do consulado, 71,5%. Considerando apenas o grupo dos maiores importadores (ou seja, aqueles que despenderam, ao longo de 1751, valores acima da média nacional), as mesmas autoras concluem que esse grupo era constituído maioritariamente por estrangeiros (66,7%)⁹. Uma parte considerável desses mercadores estrangeiros, se não mesmo a maioria, seria de nacionalidade inglesa.

O número de casas comerciais inglesas estabelecidas em Lisboa e noutras cidades portuárias portuguesas cresceu significativamente a partir de finais do século XVII, quando as remessas de ouro do Brasil começaram a invadir os mercados. Embora a exportação de metais nobres fosse proibida por um estatuto de 1325, o cumprimento da lei nem sempre era efectivo. Aliás, em 1716, William Poyntz, côsul inglês em Lisboa, informava Londres sobre a abertura do governo português à ideia de que a exportação de ouro seria algo de inevitável. Enquanto principal mercado português dos produtos ingleses e porto frequentado por navios de guerra e paquebotes que faziam a carreira regular entre a cidade e Falmouth, ambos usufruindo de imunidade diplomática, Lisboa tornou-se no principal centro de expedição de metais preciosos para Inglaterra. Tal não significava que não fossem igualmente comuns as prisões e os confiscos decorrentes da aplicação da lei, motivo de constante tensão entre as autoridades portuguesas e a nação inglesa¹⁰.

8 BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, LISBOA (doravante BNP), Coleção Pombalina, cod. 692, fols. 223r-227r. A lista encontra-se organizada por agregados, sendo referido o nome do chefe de família e mencionados os outros elementos com quem este coabita, os quais podem ser família ou indivíduos com quem trabalha (Exs: «Duarte Burn, com 6 meninos e hua cunhada», «André Morrogh, com 2 caixeiros»). Quando são referidos os nomes de dois indivíduos que partilham a mesma casa (Ex: «Guilherme Warde e André Gerardot, com 3 d.ºs [caixeiros]»), contabilizámos como um só agregado. A lista aparece sem data nem autor. Shaw adianta com a hipótese da lista ter sido produzida por alturas do terramoto de 1755 (SHAW, *The Anglo-Portuguese*, cit., p. 54).

9 LEONOR FREIRE DA COSTA, MARIA MANUELA ROCHA, *Nas margens do contrabando: estrangeiros e comissários volantes no século XVIII em Portugal*, em JORGE BRAGA DE MACEDO et al. (sob a orientação de), *Nove Ensaios na Tradição de Jorge Borges de Macedo*, Tribuna da História, Lisboa 2009, pp. 60-62. O imposto do consulado era de 3% sobre o valor das mercadorias que entravam na alfândega de Lisboa, exceptuando-se as que provinham das colónias portuguesas e os escravos destinados a serviço doméstico.

10 H. E. S. FISHER, *De Methuen a Pombal. O comércio anglo-português de 1700 a 1770*, Gradiva, Lisboa 1984, pp. 138-139.

Outro foco de conflito residia nas medidas restritivas gradualmente impostas sobre o acesso dos mercadores estrangeiros ao comércio directo com o Brasil. Se um dos privilégios conquistados pela nação inglesa no tratado de 1654 foi a liberdade de comércio entre Portugal e as colónias (excepto em algumas mercadorias, como carne, peixe, vinho, azeite e pau-brasil), D. João V acabaria por promulgar sucessivas leis visando limitar ao máximo o comércio directo com o Brasil, nomeadamente a expulsão de estrangeiros residentes na colónia e a proibição imposta a embarcações não portuguesas de viajarem até os portos brasileiros, mesmo quando integradas nas frotas anuais oriundas de Portugal. Como sublinha Ernst Pijning, tais medidas, frequentemente contornadas de forma legal - excepções abertas mediante interesses comuns - ou ilegal - contrabando -, surtiram o efeito de obrigar os mercadores estrangeiros a recorrer a intermediários portugueses para poderem continuar a negociar no Brasil¹¹.

Perante este cenário legal, o mercador inglês estabelecido em Lisboa, a título individual ou em representação de uma casa comercial, vendia as mercadorias a um agente português que efectuava a viagem para o Brasil, mediante o pagamento parcial das mesmas. A dívida apenas era saldada no regresso da frota do Brasil, por meio do valor das mercadorias vendidas. O agente português poderia ainda obter crédito para uma nova encomenda de mercadorias junto de outra casa comercial, dando como entrada a dívida para com o primeiro credor¹².

Tratava-se, portanto, de um sistema alicerçado no crédito, no qual os riscos eram elevados, não só os normalmente inerentes a uma viagem transatlântica (o naufrágio, a degradação das mercadorias), mas também, como sublinham Leonor Freire da Costa e Maria Manuela Rocha, os que resultavam dos frágeis mecanismos de controlo social existentes na relação principal-agente¹³. Dadas as restrições colocadas pelo governo português sobre o comércio com o Brasil, os mercadores ingleses estavam interditados de viajar até à colónia e, por conseguinte, tinham necessariamente de encontrar agentes junto de indivíduos com quem não partilhavam uma afinidade identitária. Usando a terminologia corrente na análise de redes, os *weak ties* dominavam o comércio inglês com o Brasil¹⁴.

3. Cooperar na fuga

José da Paz Pereira comercializava fazendas inglesas na sua loja na Vidigueira (Alentejo), as quais mandava vir de Lisboa, a crédito, das casas de «Joseph Gaston e Companhia e Guilherme Guller e Companhia»¹⁵. O irmão Duarte Nunes Pereira, estabelecido em Lisboa, devia restos de contas de panos a vários mercadores ingleses - Jorge Viale(?) Guilherme Boller, Marcos Burel e Tomás Chase¹⁶. Diogo José Ramos,

11 PIJNING, *Passive Resistance*, cit., pp. 171-191.

12 SHAW, *The Anglo-Portuguese*, cit., pp. 119-120.

13 LEONOR FREIRE DA COSTA, MARIA MANUELA ROCHA, *Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII*, em «Análise Social», vol. XLII, nº 182, 2007, p. 86.

14 Sobre este conceito, vide o estudo seminal de MARK S. GRANOVETTER, *The Strength of Weak Ties*, em «American Journal of Sociology», vol. 78, nº 6, Maio 1973, pp. 1360-1380. Segundo Granovetter, a força de uma ligação mede-se pela combinação entre a duração, a frequência, a intensidade emocional, a intimidade e a reciprocidade que a caracterizam.

15 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, LISBOA (doravante ANTT), Inquisição de Évora, proc. 4094, fols. 1v-2r. José da Paz Pereira foi preso pela Inquisição de Évora a 5 de Maio de 1729, denunciado por uma irmã. Saiu reconciliado no auto da fé de 10 de Setembro de 1730, com a pena de cárcere e hábito penitencial perpétuos.

16 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 8176, fols. 4v-5v. Duarte Nunes Ribeiro, além de se dedicar à mercancia, era médico de profissão. Foi preso pela Inquisição de Lisboa a 3 de Maio de 1729, após denúncias dos irmãos. Este era o segundo processo inquisitorial de que era alvo, tendo sido preso pela

castelhano que administrava o contrato do tabaco da cidade de Beja, contou que levava um conto de réis em fazendas da casa inglesa Henrique Gibes e Companhia, na Rua dos Escudeiros, como pagamento de uma dívida¹⁷. Os três eram cristãos-novos. Os três foram alvo de processo inquisitorial.

A primeira metade do século XVIII é marcada por uma intensa ofensiva da Inquisição contra as elites mercantis instaladas nas principais cidades portuárias do reino. Vejamos o caso de Lisboa. Só na primeira metade de Setecentos, perto de 570 cristãos-novos foram processados pelo Tribunal do Santo Ofício¹⁸. Entre eles, muitos mercadores de largos cabedais e as respectivas famílias, uma parte significativa dos quais oriundos de Castela. Era o caso do dito Diogo José Ramos, natural de Osuna, ou do também contratador Francisco Lopes Laguna, que chegara a Lisboa nos anos 70 do século XVII, vindo de Salamanca, e estabelecera residência na Rua das Mudanças, num segmento que ficaria conhecido pelo nome da sua família, o Beco dos Laguna¹⁹. Percorrendo os inventários de bens, encontramos várias referências a negociantes e casas comerciais inglesas, correntemente entre os credores dos processados. Desta forma, a perseguição inquisitorial acabava por também constituir, mesmo que indirectamente, uma ameaça aos interesses económicos da nação inglesa.

Cedo os representantes britânicos em Portugal se mostraram preocupados com as consequências do confisco dos bens dos cristãos-novos processados para as casas comerciais inglesas. O confisco dificultava (ou mesmo impossibilitava) a cobrança das dívidas contraídas antes da prisão. Os credores dos processados ficavam em perda. Eis aquela que seria uma das mais fortes motivações para a cooperação de mestres de navios, mercadores e diplomatas ingleses na fuga de cristãos-novos sob a mira da Inquisição portuguesa²⁰.

Londres era então o destino de eleição dos evadidos. «Estou assaz informado de que é raro entre nós o homem de Nação que não esteja com os olhos no caminho para estas partes»²¹ - a 2 de Janeiro de 1741, constatava-o Sebastião José de Carvalho e

primeira vez nove anos antes. Saiu no auto da fé de 20 de Setembro de 1733, reconciliado com cárcere e hábito penitencial perpétuos.

17 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1647, fol. 193r. Diogo José Ramos foi preso pela Inquisição de Évora a 20 de Outubro de 1720 e remetido para o Tribunal de Lisboa no mês seguinte. No auto da fé de 10 de Outubro de 1723, foi-lhe sentenciado cárcere e hábito penitencial sem remissão e degredo de cinco anos nas galés. Apesar da doença e do estado de indigência em que alegou estar após a reconciliação, na esperança de uma comutação da pena, ele acabaria por retomar o negócio do tabaco poucos anos depois, sendo administrador do contrato do tabaco na cidade de Faro em 1726. Diogo José Ramos é o patriarca de uma família de homens de negócio que se notabilizaria do outro lado do Atlântico. Particular destaque para o filho Duarte Lopes, alias Aaron Lopez (1731-1782), que, estabelecido em Newport, se tornou num dos mais notáveis mercadores da América do Norte colonial, que lhe valeu o epíteto de «Merchant Prince» (RUI MIGUEL FAÍSCA RODRIGUES PEREIRA, *The Iberian Ancestry of Aaron Lopez and Jacob Rodriguez Rivera of Newport*, em «Rhode Island Jewish Historical Notes», vol. 14, n.º 4, 2006, pp. 559-580). A bibliografia sobre Aaron Lopez é extensa, mas sublinhe-se o estudo de STANLEY CHYET, *Lopez of Newport: Colonial American Merchant Prince*, Wayne State University Press, Detroit 1970.

18 Número aproximado, decorrente de um levantamento efectuado na base de dados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo dos processos inquisitoriais movidos entre 1700 e 1750 contra cristãos-novos residentes em Lisboa. As prisões e os processos são uma constante ao longo destes cinquenta anos, porém, foi possível identificar alguns picos nos anos de 1702-1706 (perto de 280 processos em cinco anos), 1712 e 1725-26.

19 Francisco Lopes Laguna acabaria por falecer antes do pesado golpe que a Inquisição incutiu na sua família. Parte dos seus filhos foram presos pela Inquisição de Lisboa no início de Setecentos, enquanto outros conseguiram fugir para longe dessa ameaça, rumo a Amesterdão (ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. n.º 527, 532, 542, 2104 e 4542).

20 SHAW, *The Anglo-Portuguese*, cit., p. 25.

21 BNP, Colecção Pombalina, cod. 656, fol. 11v.

Melo, então enviado extraordinário de Portugal em Londres. As palavras do futuro Marquês de Pombal são confirmadas por vários testemunhos encontrados nos processos inquisitoriais, relatos de tentativas de fuga, muitas sem sucesso, as quais apresentam um retrato vivo de como estas se processavam.

Graça Henriques, aos 15 anos de idade e após a prisão da mãe e a partida do pai para fora do reino, tentou a fuga para Inglaterra, com o intento de evitar a mesma sorte que coubera a grande parte da sua família. «Filha, porque não vos ides daqui para não vos ver penar», assim a havia aconselhado uma vizinha cristã-velha. No final de Novembro de 1702, acompanhada pelo primo Jorge Rodrigues Dias e pela mulher deste, Graça entrou a bordo de uma lancha com destino a um dos navios de guerra ingleses então aportados na enseada de Belém²². Quem pagou o frete foi um outro primo, Jorge Rodrigues, do Sabugal: 50 moedas de ouro ao capitão do navio, por intermédio de um negociante inglês morador na Rua das Mudanças, Clemente Lamprea²³. Segundo Graça, o plano era partirem até um dos portos de Inglaterra e dali rumo a Roma. Entre os passageiros do navio, a jovem encontrou outros cristãos-novos que também tentavam sair clandestinamente do reino. Porém, a fuga acabou no dia de Natal, «que foi o dia em que os Ingleses os trouxeram à dita praia [Cais do Tabaco], vindo todos embarcados nas lanchas dos mesmos ingleses»²⁴.

Lisboa tornou-se num ponto de fuga também para quem provinha do outro lado da fronteira. Francisco Mendes, um jovem chocolateiro de Málaga, preso pela Inquisição de Lisboa em 1727, afirmou ter chegado à capital portuguesa, vindo de Sevilha, na companhia de um tal Manuel de Peralta, «que vinha para este reino de Portugal e corte de Lisboa, donde queria remeter para o de Inglaterra a dita sua mãe, Maria Guterres, e uma prima sua, Ana do Souto». Já em Lisboa, um outro castelhano residente na cidade, João Alonso, ajustou as passagens. Outros cristãos-novos portugueses e castelhanos já se tinham juntado à fuga. Parte afirmava ir para Inglaterra «por dívidas que deviam» e não pela ameaça do cárcere inquisitorial. O próprio Francisco Mendes alegava que «era levado do interesse que se lhe apresentava naqueles estados e pela miséria com que vivia nestes, sem poder adquirir cousa alguma, nem descobrir conveniência em que se pudesse empregar». Além do mais, segundo Manuel de Peralta lhe dissera, «no dito reino de Inglaterra assistiam uns Vilas Reais, parentes do marido de sua prima, dita Ana do Souto, dos quais tinha certeza que o haviam de favorecer no mesmo reino», uma referência ao influente homem de negócio José da Costa Vila Real, do qual falaremos mais à frente. A verdade é que Francisco nunca chegou a embarcar. No dia planeado para se fazer ao mar, foi preso pela Inquisição²⁵.

Os navios de guerra e os paquebotes que seguiam para Falmouth, os mesmos por onde saía clandestinamente o ouro do reino, eram os veículos de fuga mais comuns. Multiplicavam-se as queixas contra mestres de navios ingleses que, em troca de somas mais ou menos avultadas, possibilitavam a fuga de cristãos-novos ameaçados pela Inquisição ou em dívida para com a fazenda real.

A 20 de Março de 1727, o então enviado extraordinário da corte portuguesa em Londres, António Galvão de Castelo Branco, lamentava a posição tomada pelo Duque de Newcastle sobre o embarque clandestino de súbditos portugueses em navios ingleses: «diz este secretário de Estado que o Capitão Bouler recebe a seu bordo

22 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 532, fols. 13v-15. Graça Henrique era neta, por parte da mãe Francisca Lopes, de Francisco Lopes Laguna.

23 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4781, fols. 70-70v.

24 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 532, fols. 15-16.

25 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 849, fols. 4v-8.

peçoas endividadas, mas não perseguidas em justiça, de sorte que, se não constar ao capitão que há uma sentença tirada e passada pela chancelaria, o caso não é tão agravante». Galvão discordava de Newcastle e queixava-se da «relaxação ou atrevimento dos ingleses». Afinal, o monarca português havia ordenado que nenhum navio de guerra ou paquebote recebesse portugueses a bordo sem passaporte²⁶.

O enviado aludia, especificamente, ao caso do navio de guerra *Argyle*. O Capitão Bowler tinha recebido a bordo um grupo de súbditos portugueses que, posteriormente, foram transferidos para um outro navio de guerra, *The Lyme*, capitaneado por Lord Vere, cujo destino era Gibraltar. Em justificação dos seus actos, o capitão inglês alegou que fora persuadido a embarcar três ou quatro «poor fellows» perseguidos pela Inquisição, mas que acabara por dar ordens para estes abandonarem o barco e regressarem a terra. Numa outra carta, Bowler admitiu que uma ou duas mulheres, acompanhadas dos filhos, permaneceram na embarcação, tendo-as conduzido até Londres por mera caridade²⁷.

Entre os passageiros clandestinos que passaram do *Argyle* para o *The Lyme*, encontrava-se Gaspar Lopes da Costa, recentemente penitenciado pelo Santo Ofício e «com embaraço em tabacos», segundo Galvão²⁸. A informação providenciada pelo enviado português estava correcta: Gaspar Lopes da Costa foi reconciliado no auto da fé celebrado em Lisboa a 13 de Outubro de 1726. O inventário de bens do seu processo inquisitorial revela que, no momento da prisão, ele estaria a dever 20 600 mil réis à fazenda real, resultantes dos anos em que fora contratador do tabaco. Chegou ao cárcere com suspeitas de Judaísmo e de cooperar na fuga de outros cristãos-novos. Na sua confissão, Gaspar admitiu tais acusações. Em 1725, Estêvão Soares de Mendonça, da Covilhã, pagara-lhe 24 mil réis através de um intermediário para que negociasse o seu embarque. Noutra ocasião, Gaspar entregara 10 moedas de ouro ao capitão inglês João Cronque pela passagem de Luís da Silva Baía, o qual acabaria por se refugiar na casa do próprio capitão antes da partida para Inglaterra²⁹. Terminado o processo, e ainda a cumprir a penitência que lhe havia sido sentenciada, Gaspar Lopes da Costa providenciou a sua própria fuga, contando com a colaboração do capitão Bowler e a conivência do enviado inglês James Dormer³⁰.

Não era a primeira vez que um representante diplomático inglês em Lisboa era associado a um caso de fuga de súbditos portugueses para Inglaterra. Em 1717, as acusações caíram sobre o enviado extraordinário Henry Worsley, suspeito de providenciar o embarque num paquebote inglês de uma mulher perseguida pela Inquisição. Anos depois, novamente questionado sobre o auxílio prestado a cristãos-novos em fuga, Worsley afirmou que nunca faria regressar alguém que se tivesse encontrado refúgio a bordo de um navio de guerra inglês, visto este ser território britânico. Só tomaria medidas se a fuga fosse motivada por dívidas à fazenda real³¹. Ainda sobre o caso de Gaspar Lopes da Costa, António Galvão acrescentou que «a

26 ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, LISBOA (doravante ACL), Série Azul, cod. 602, fol. 64v (António Galvão de Castelo Branco para a Secretaria de Estado, 20 de Março de 1727).

27 RICHARD D. BARNETT, *Diplomatic Aspects of the Sephardi Influx from Portugal in the Early Eighteenth Century*, em «Transactions & Miscellanies (Jewish Historical Society of England)», vol. 25, 1973-75, p. 214.

28 ACL, Série Azul, cod. 602, fol. 54v (Galvão para Secretaria de Estado, 25 de Fevereiro de 1727).

29 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 8766, fols. 40v-41r, 110v-111v. Gaspar Lopes da Costa, homem de negócio natural de Mogadouro e residente em Lisboa, foi preso pela Inquisição a 10 de Julho de 1725.

30 BARNETT, *Diplomatic Aspects*, cit., p. 215.

31 DAVID FRANCIS, *Portugal 1715-1808. Joanine, Pombaline and Rococo Portugal as Seen by British Diplomats and Traders*, Tamesis Books Limited, Londres 1985, pp. 39-40.

sinagoga lhe pagou a viagem e mandou fazer a despesa da jornada até esta cidade»³². A cooperação entre os judeus da diáspora e os cristãos-novos peninsulares funcionava em duas direcções: os membros da nação portuguesa de Londres com maior capacidade financeira contribuíam para o pagamento das despesas da viagem rumo a Inglaterra (em particular, o pagamento ao mestre do navio), por outro lado, os cristãos-novos que permaneciam em Portugal e Espanha apoiavam financeiramente os parentes que haviam partido e tentavam reconstruir as suas vidas em Inglaterra, por vezes em condições muito precárias³³.

O apoio não dependia apenas dos laços familiares ou de amizade, mas também de uma solidariedade de grupo, de uma empatia etno-religiosa que unia as comunidades judaicas da diáspora aos cristãos-novos perseguidos pelas inquisições peninsulares. Manuel Henriques de Leão, homem de negócio de Lisboa, vendo-se «vexado com algumas dívidas» em Portugal, situação que o obrigara a uma temporada na cadeia do Limoeiro, tentou uma nova vida em Londres, partindo num paquebote inglês na companhia da mulher e de um sobrinho em finais de Janeiro de 1756. Para tal, contou com o apoio dos judeus portugueses estabelecidos na capital britânica, que lhe pagaram a viagem mesmo «sem o conhecerem, nem ele a eles»³⁴. Foi o que afirmou perante a Inquisição de Lisboa, ao apresentar-se voluntariamente após ter regressado a Portugal, graças ao apoio vindo de outro quadrante. Martinho de Melo e Castro, então enviado extraordinário de Portugal em Londres, recomendara-o a um negociante português que assistia em Falmouth para que este lhe desse todo o dinheiro necessário para a viagem, em troca de «duas cargas de presuntos de Melgaço, duas caixas de linhas das Ilhas, um barril de vinho e cem arrâteis de café» que Manuel Henriques de Leão deveria remeter ao enviado logo que chegasse a Lisboa³⁵. Em Falmouth, Manuel Henriques recebeu 32 libras esterlinas e assim regressou a Portugal «como fugido», sem se despedir dos judeus que o haviam acolhido em Londres, temendo que estes também o tentassem impedir por dívidas que entretanto contraíra³⁶.

4. Panos de Inglaterra, ouro do Brasil

Analisando as tendências do comércio entre Inglaterra e Portugal nos anos de 1702 a 1768, Fisher demonstrou que o valor das exportações inglesas quase sempre superou as importações, e, a partir da década de 20, esse saldo começou a crescer exponencialmente até meados do século. Por alturas do terramoto, o saldo das exportações inglesas para Portugal superava em quase 900 milhares de libras as importações de mercadorias portuguesas³⁷. As medidas proteccionistas sobre o comércio com o Brasil acabaram por não surtir o efeito desejado na balança comercial. Embora o comércio directo com a colónia fosse efectuado em exclusivo por mercadores portugueses (pelo menos legalmente), o domínio do comércio com os mercados europeus continuava nas mãos de estrangeiros.

32 ACL, Série Azul, cod. 602, fol. 55r (Galvão para Secretaria de Estado, 25 de Fevereiro de 1727).

33 «Não há pessoas ricas desta nação em Portugal e Brasil que aqui [Londres] não tenham dinheiro e continuamente o estão mandando, e ainda os que têm pouco sempre socorrem os parentes pobres que por cá se acham» (BNP, Colecção Pombalina, cod. 684, fl. 110. Publicado: CARLA VIEIRA, *As «Relações Judaicas» de Sebastião José de Carvalho e Melo*, em «Cadernos de Estudos Sefarditas», nº 13, 2015, pp. 277-278).

34 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1136, fol. 63.

35 Ivi, fols. 70v-70r.

36 Manuel Henriques de Leão, antes de chegar a Lisboa, ainda passa por Amesterdão, onde contrai novas dívidas e se arrisca a ser novamente preso (Ivi, fols. 78v-79r).

37 FISHER, *De Methuen*, cit., p. 33.

Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto enviado extraordinário em Londres, fez ouvir o seu descontentamento face a tal desequilíbrio nas relações económicas luso-britânicas e nas suas consequências para as finanças portuguesas. Este é um mote que se repete incessantemente na correspondência e nos pareceres emitidos para Lisboa. A 2 de Janeiro de 1741, Carvalho e Melo reflectia sobre o facto dos mercadores portugueses residentes em Londres não gozarem dos mesmos privilégios conferidos aos seus congéneres ingleses em Portugal e como tal desencorajava o seu estabelecimento na capital britânica. Segundo o enviado, não havia em Londres mais do que dois mercadores portugueses, «[...] não obstante a liberdade que para se estabelecerem neste país lhes fundam os tratados. Donde tirei a outra consequência de que os direitos que pagam e as vexações que sofrem os nossos mercadores eram excessivas e maiores do que pelas queixas me havia constado, resultando daí a raridade de se não acharem aqui outros negociantes portugueses que dois criados de pé, os quais ficaram por morte de seus amos [...]»³⁸.

Nestes números, o enviado não incluía os judeus portugueses estabelecidos em Londres³⁹. Estes superavam exponencialmente os «mercadores portugueses» mencionados por Carvalho e Melo e, com a passagem clandestina a bordo dos paquebotes e navios de guerra ingleses, aumentavam de ano para ano, contribuindo para o crescimento da comunidade judaica para lá dos limites do sustentável⁴⁰.

Apesar das várias situações de indigência identificadas na nação portuguesa de Londres⁴¹, existia uma elite que, em finais do século XVII e inícios da centúria seguinte, tinha um papel determinante no panorama mercantil português e que, acoitada pela Inquisição, fugiu para Inglaterra, onde conseguiu restabelecer os seus negócios, solidificar as suas redes comerciais e conquistar uma situação sócio-económica privilegiada, isto sem romper por completo os laços com a terra mãe. Em particular, os vínculos comerciais.

Em 1732, Lord Tyrawly, não sem algum exagero, referia: «It is without contradiction that the greatest dealers of Portugal in our woollen goods are the Jews in London»⁴². O enviado inglês aludia, em particular, aos judeus portugueses de Londres. Ironicamente, alguns desses judeus que, a partir da capital britânica, exportavam

38 BNP, Colecção Pombalina, cod. 656, fols. 14v-15v. Carvalho e Melo referia-se a Bento de Magalhães e Matias Nunes.

39 «[...] não temos no seu país [Inglaterra] mais que os dois pobres homens de pé, Nunes e Magalhães, de que acima trato: os quais se queixam por que os vexam, mas não pode informar a sua ignorância das verdadeiras causas dos gravames que sofrem. Da mesma sorte se considera aqui também que os Judeus Portugueses, que podiam ter destas matérias algum conhecimento, como se naturalizam no Norte, não têm interesse em nos informar, senão em que os nossos males cresçam sem remédio [...]» (Ivi, fols. 48-48v).

40 A pressão demográfica na comunidade judaica de Londres durante a primeira metade do século XVIII é derivada das vagas migratórias de judeus oriundos da Europa Central e do Leste mas também, embora a uma escala mais reduzida, do crescente número de cristãos-novos peninsulares que escapavam da perseguição inquisitorial (CECIL ROTH, *A History of the Jews in England*, Clarendon Press, Oxford 1942, p. 200).

41 O próprio Sebastião José de Carvalho e Melo apurara junto de um judeu português que «[...] em Londres haverá de 50 até 60 casas de judeus grossos e de cabedal importante e mais de 1600 famílias (aliás, 300 somente) de pobres portugueses e castelhanos» (BNP, Colecção Pombalina, cod. 684, fol. 151r).

42 BARNETT, *Diplomatic Aspects*, cit., p. 218 (citação da carta de Lord Tyrawly para o Duque de Newcastle a 7 de Abril de 1732). Segundo Fisher, as palavras de Lord Tyrawly são exageradas, visto que, numa outra carta de 1738, o mesmo Tyrawly referia que eram muito poucos os comerciantes portugueses então residentes em Londres. (FISHER, *De Methuen*, cit., p. 87). Porém, como já referimos, os judeus portugueses em Londres eram frequentemente excluídos da mesma categoria dos comerciantes ou negociantes portugueses que residiam na cidade.

lanifícios ingleses para Portugal provirem de famílias cristãs-novas beirãs originalmente ligadas à produção e comércio de lãs. A perseguição inquisitorial levava uma boa parte dos seus membros a afastar-se desse ramo de negócio (quando não do próprio reino), com sérias repercussões na produção regional de lanifícios, como Luiz Fernando de Carvalho Dias identificou para o caso específico da Covilhã⁴³. Manuel Nunes Chaves, descendente de uma família de fabricantes de panos da Covilhã, trocou as Beiras por Londres, tal como o fizeram os seus irmãos, os quais acabaram por se disseminar pela América britânica⁴⁴. Similar percurso foi o da família Seixas do eixo Celorico da Beira-Guarda-Covilhã e igualmente ligada ao comércio de panos. Na década de 20 de Setecentos, António Mendes Seixas, que trocara a terra natal por Lisboa, rumou a Londres, de onde a sua descendência cruzou o Atlântico, dando origem a uma das mais notáveis famílias sefarditas da América do Norte⁴⁵.

Os vínculos mantidos com Portugal pelos cristãos-novos que abandonavam o reino rumo a Inglaterra não se sustentavam apenas numa rede de contactos cimentada em laços de parentesco ou solidariedades de grupo. Afinal, a permanente ameaça da prisão e do confisco de bens conferia uma generosa dose de risco às relações entre os judeus da diáspora e os cristãos-novos peninsulares - risco esse que não anulava a sua existência efectiva. Por um lado, a correspondência ou contacto comercial de um cristão-novo com um judeu constituía uma prova quase inequívoca de que aquele vivia e era praticante da «crença na Lei de Moisés». Por outro lado, e como já vimos, o confisco de bens implicava não só uma perda para o processado, mas também para os seus credores e parceiros de negócio. A solução residia em encontrar outros contactos ou solidificar os já existentes fora do grupo. Os mercadores ingleses, dotados de uma forte experiência nas transacções entre Portugal e Inglaterra e com uma rede de agentes que operava no comércio colonial, revelavam ser uma boa escolha para os judeus portugueses de Londres⁴⁶.

4.1. William Buller, «one of the greatest in Lisbon»

Em 1731, a firma bancária Woodward & Co. entrava em falência e um ambiente de contestação instalava-se em Londres. A especulação sobre quem teriam sido os responsáveis pela quebra dos banqueiros crescia e alguns nomes começavam a ser apontados. Dois deles, judeus portugueses: Gabriel Lopes Pinheiro e Diogo de Aguiar, que, alguns meses antes, haviam obtido um avultado empréstimo para a compra de mercadorias. Segundo o enviado português em Londres António de Campos, «[...] o Lopes tinha pedido a um banqueiro, homem de grande crédito, quinhentos e cinquenta mil cruzados, e o Aguiar seiscentos, para mandarem em fazendas na flotilha e nos galeões. O pobre banqueiro, tendo emprestado tão grandes somas, não podendo satisfazer a seus credores que tinham dinheiro em sua casa,

43 LUIZ FERNANDO DE CARVALHO DIAS, *Os Lanifícios na Política Económica do Conde da Ericeira*. Separata de *Lanifícios*, Lisboa 1954, pp. 69-71. As repercussões desse fluxo migratório, que se fez sentir desde o estabelecimento da Inquisição, eram já claras em 1641, quando os procuradores da Covilhã apresentaram uma requisição nas Cortes para que fosse revisto o contrato da sisa, argumentando que haviam partido muitos dos grandes mercadores que ajudavam a suportar o encargo do imposto.

44 ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. n.º 2383 e 138. Manuel Nunes Chaves acabaria por também passar por Bordéus antes de regressar a Lisboa e se apresentar perante a Inquisição em 1670, tal como o faria mais de trinta anos depois o seu filho José Nunes Chaves, provocando uma avalanche de denúncias e prisões entre a comunidade mercantil de Lisboa.

45 Vide CARLA VIEIRA, *Abraham Before Abraham. Pursuing the Portuguese Roots of the Seixas Family*, em «American Jewish History», vol. 99, nº 2, Abril 2015, pp. 145-165.

46 CHARLES R. BOXER, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Edições 70, Lisboa 2001, p. 322.

quebrou [...]»⁴⁷. Lopes Pinheiro e Aguilar também não saíram ilesos. Apesar da ajuda prestada pelos judeus portugueses de Londres, os dois negociantes foram obrigados a vender as suas mercadorias por um preço inferior ao seu valor e perderam a confiança dos credores: «[...] Pinheiro e Aguilar, é certo, nunca recuperarão o seu crédito por muitos anos e todo o negócio que fizerem será com dinheiro de contado, se o tiverem, porque não haverá pessoa que deles queira fiar [...]»⁴⁸.

A falência da Woodward & Co. e as consideráveis perdas de Gabriel Lopes Pinheiro e Diogo de Aguilar tiveram repercussões numa casa mercantil inglesa de Lisboa, como o demonstra um documento sem assinatura, nem data, integrado na Coleção Pombalina: «Parece que Gabriel Lopez Pinheiro tinha neste reino [Portugal], na mão de Guilherme Buller, suficiente porção de efeitos para cobrir a sua dívida que devia ao banqueiro [Woodward], ou remetidos em nome suposto, ou nome emprestado, ou em sociedade com outros, prática ordinária em os judios [...]». O documento continua, esclarecendo que Buller assumiu a dívida e reconheceu os representantes do banqueiro falido como seus legítimos credores⁴⁹.

William Buller era então, nas palavras de Lord Tyrawly, um dos maiores mercadores britânicos de Lisboa⁵⁰. A relação com os judeus portugueses de Londres contribuiu para o desenvolvimento da sua casa mercantil. Como tantos outros negociantes ingleses, Buller servia de intermediário, ao receber as fazendas remetidas de Inglaterra e remetendo-as para o Brasil por via de agentes portugueses. Porém, não seria esta a única forma como actuava no comércio atlântico em parceria com judeus portugueses de Londres.

Meses após a bancarrota da firma Woodward & Co., o nome de William Buller surge envolvido num novo caso, este envolvendo contrabando de ouro e diamantes. Em Maio de 1731, eram apreendidas no porto de Lisboa mercadorias com destino ao Rio de Janeiro pertencentes a Miguel Viana, mercador de Londres, por alegadas dívidas para com a coroa portuguesa. O pagamento fora então exigido aos seus correspondentes em Lisboa: os hamburgueses Koes & Companhia e os ingleses Roberts & Bristow e Buller & Bear. Contudo, na mesma frota, foram igualmente apreendidos ouro em pó e diamantes contrabandeados, uma infracção que também envolvia a casa de William Buller.

Miguel Viana pediu a intervenção do Duque de Newcastle, alegando a irregularidade do confisco das suas mercadorias. A partir de Londres, Viana remetia regularmente lãs e outras mercadorias para várias partes da Europa, especialmente para Portugal, onde as consignava a casas portuguesas, inglesas, hamburguesas e holandesas estabelecidas em Lisboa. Porém, o mercador alegava não ter qualquer dívida para com a coroa portuguesa que justificasse tal apreensão⁵¹.

O Duque de Newcastle remeteu o caso para o enviado em Lisboa, Lord Tyrawly, e Miguel Viana apresentou por escrito os argumentos da sua defesa. Excluindo a questão das dívidas à coroa, o mercador tentou desmontar uma eventual justificação do confisco sustentada no seu passado: a 15 de Março de 1703, então ainda sob o nome de baptismo Fernando Dias Fernandes, havia sido preso pela Inquisição de Lisboa⁵². O seu primeiro argumento sustentava-se nas suas origens: como espanhol de nascimento que era, natural de Pastrana, considerava não estar sujeito às leis

47 ACL, Série Vermelha, cod. 90, fol. 27r (Campos para Secretaria de Estado, 17 de Abril de 1731).

48 Ivi, fols. 32r-32v (Campos para Secretaria de Estado, 19 de Junho de 1731).

49 BNP, Coleção Pombalina, cod. 738, fols. 294r-294v.

50 BARNETT, *Diplomatic Aspects*, cit., p. 218.

51 Ivi, pp. 219-220.

52 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2014.

portuguesas. Por outro lado, caso esse argumento não fosse válido, Viana alegava que o confisco não se aplicava aos bens obtidos fora dos domínios portugueses. Ora, após ter sido reconciliado pela Inquisição, Viana saíra de Portugal sem nada de seu e assim seguiu para Espanha. Não conseguindo remédio na terra natal, partiu para «[...] the cold climate and mild government of Great Britain [...]», onde finalmente conseguiu restabelecer os seus negócios e fazer fortuna⁵³. O que Viana não contou, nesta breve resenha biográfica, é que, em Londres, se tinha convertido ao Judaísmo e, inclusivamente, chegara a ser membro da Mahamad da congregação Bevis Marks mais do que uma vez⁵⁴.

O caso tornou-se mais complexo quando surgiu o rumor de um equívoco na identificação dos envolvidos: aquele que estava em dívida para com a fazenda real portuguesa e que contrabandeara ouro e diamantes do Brasil não era Miguel Viana, mas sim um outro «Viana», Gabriel Lopes Pinheiro, que usava este nome nos negócios com Portugal antes das dívidas acumuladas o obrigarem a mudar o pseudónimo comercial para Pedro Fortes. A confusão entre os dois mercadores não se resumia ao nome. Ambos tinham sido processados pela Inquisição de Lisboa e saíram reconciliados no mesmo auto da fé. Os dois também partilhavam laços de parentesco: Fernando Dias Fernandes/Miguel Viana era casado com Maria Gabriel Pinheiro, irmã de Gabriel Lopes Pinheiro⁵⁵. Enquanto o primeiro seguiu pouco depois para Espanha e, dali, para Inglaterra, Pinheiro ainda permaneceu em Portugal durante alguns anos, tendo servido de comissário do Ministério da Guerra antes de partir para Londres em 1721, levando na bagagem uma avultada dívida à fazenda real. Já em Londres, os elos entre os dois mercadores solidificaram-se através do casamento de Gabriel Lopes Pinheiro com uma Ribca, filha de Fernando Dias Fernandes.

Em suma, as ligações entre Viana e Pinheiro eram tão fortes que, mesmo sendo verdade a existência de uma troca de identidades, era difícil acreditar que haveria inocentes nesta história. Pelo menos, assim o entendia Lord Tyrawly: «The present affair is a (pardon the expression) very dirty one and is a confused jumble of people under fictitious names. It involved about £400 which means little to a house such as Buller's [...]». Além do carácter dúbio e da má reputação dos dois mercadores, o montante envolvido parecia insignificante para um mercador da envergadura de William Buller e, por isso, Tyrawly mostrava-se relutante em intervir. Quanto ao caso de contrabando, nada havia a fazer: «In the last Brazil Fleet, Buller sent diamonds to him [Gabriel Lopes Pinheiro]. So nothing can be done...». Segundo Tyrawly, o simples facto de Viana e Pinheiro, no passado, terem sido processados pela Inquisição era suficiente alimentar o estigma da culpa e justificar a apreensão de mercadorias: «To mention even the name of Jew condemned by the Inquisition is to these people something so odious that they won't hear of it: if the money to be recovered has to be sought by mentioning a Jew, it's hopeless, but if he can otherwise demand it it's easy»⁵⁶.

Contudo, independentemente do passado nos cárceres da Inquisição, a reputação de Gabriel Lopes Pinheiro não era a melhor. Como se viu, ele partira de Portugal deixando um rasto de dívidas à fazenda real. Antes, quando estava nos cárceres da inquisição, preso na sequência de uma tentativa gorada de fuga, Pinheiro alegara que tinha sido igualmente por motivo de dívidas que decidira embarcar num navio inglês

53 BARNETT, *Diplomatic Aspects*, cit., pp. 220-221.

54 Ivi, p. 217.

55 ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. nº 2014 e 2348.

56 BARNETT, *Diplomatic Aspects*, cit., p. 218.

e fugir - uma justificação que se enquadrava perfeitamente na fama de que gozava em Lisboa e que nem o próprio irmão, Manuel Lopes Pinheiro, ocultara perante a Inquisição de Lisboa, ao aludir certa «trapaça» que Gabriel havia feito, em tempos, numa transacção de açúcar⁵⁷. Já em Londres, Pinheiro continuou a participar de negócios cujos resultados não foram os esperados e que o colocaram a braços com a justiça, como um contrato de escravos da ilha de Santo António (Cabo Verde) de que foi procurador do Marquês de Gouveia em 1727⁵⁸, ou o já referido caso da falência da firma Woodward & Co.. Próximo da representação diplomática portuguesa, Pinheiro era frequentemente citado na correspondência remetida para Lisboa. A perspectiva dos diplomatas portugueses em Londres sobre a sua reputação não era consensual: António Galvão de Castelo Branco mencionava-o com alguma desconfiança, fruto das alegadas dívidas que tinha para com a fazenda real⁵⁹, António de Campos confiava nele como seu informante e financiador⁶⁰, Marco António de Azevedo Coutinho frequentava a sua casa e considerava-o um «homem honrado»⁶¹. A fluidez da reputação de Gabriel Lopes Pinheiro, variando conforme as circunstâncias e necessidades, seria decerto comum a tantos outros mercadores, inclusivamente aos ingleses estabelecidos em Lisboa.

De regresso a Londres, e apesar do caso de contrabando em que se viu envolvido, William Buller continuou a cooperar com Gabriel Lopes Pinheiro. Em 1739, os dois mercadores aparecem mencionados numa demanda levantada pelos representantes de Manuel Mendes Monforte, mercador falecido na Bahia⁶².

Os vínculos a Portugal também não haviam cessado. Em 1748, quando foi redigido o seu testamento, a sua casa comercial era representada em Portugal pelo cunhado Arthur Stert⁶³. Por alturas do terramoto, já se encontrava em Lisboa um dos seus filhos, Richard Buller. O nome deste aparece na já referida lista da Colecção Pombalina, ao lado de um sócio também inglês, «Timóteo Goodall» (possivelmente, Timothy Goodall). Não sabemos, porém, se teria sido o filho Richard a dar continuidade à casa comercial Buller & C.^a que, em 1772, ainda se mantinha activa em Lisboa, como testemunha uma carta de Sebastião José de Carvalho e Melo, já Marquês de Pombal, respeitante a um recurso solicitado pela firma ao Tribunal da Relação sobre uma sentença do juiz conservador da nação inglesa⁶⁴.

57 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. n.º 2348, fol. 42v; proc. n.º 2378, fols. 45v-46r.

58 A. S. DIAMOND, *Problems of the London Sephardi Community, 1720-1733 - Philip Carteret Webb's Notebooks*, em «Transactions (Jewish Historical Society of England)», vol. 21, 1962-1967, pp. 52-53.

59 «Gabriel Lopes Pinheiro se não acha nesta corte mas em lugar fora dela. Ele está muito doente, ou se faz.» (ACL, Série Azul, cod. 600, fol. 22: Galvão para Secretário de Estado, 5 de Agosto de 1721). «Gabriel Lopes Pinheiro me escreveu essa carta e conclui não deve nada, só fica o meio da demanda, a qual intentarei se Sua Majestade, que Deus guarde, assim o resolver, ainda que pelas notícias que tenho, não temos provas bastantes, mas sempre para este caso me informarei primeiro com algum advogado» (Ivi, fol. 65v: Galvão para Secretário de Estado, 21 de Julho de 1722).

60 ACL, Série Vermelha, cod. 90, fols. 44v-45v, 48v-49, *passim*.

61 ACL, Série Azul, cod. 175, fol. 343 (carta de Marco António de Azevedo Coutinho a D. Luís da Cunha, 21 de Junho de 1738). Sobre o facto do enviado frequentar a casa de Pinheiro, vide no mesmo códice, fol. 427 (Idem, 25 de Julho de 1739).

62 THE NATIONAL ARCHIVES, KEW (doravante NA), C 11/784/25 (De Pinna v Buller. Bill and answer, 1739). Neste documento, Gabriel Lopes Pinheiro aparece mencionado com um outro pseudónimo: Peter Ford, anglicização de Pedro Forte, nome que usava nos seus negócios em Portugal.

63 NA, PROB 11/783/281. O testamento de William Buller foi assinado a 28 de Dezembro de 1748 e executado a 9 de Novembro de 1750. Residia então em Saint George the Martyr, no Middlesex. Buller nomeou herdeiros os filhos Ana Maria, Charlotte, Sarah, Elizabeth, James e Richard Buller, a esposa Sarah Buller, o neto Henry Leaves, os irmãos Ana Maria Josepha Martin e Richard Buller e o notário Arthur Smith, ficando a esposa Sarah executora do testamento, junto com o cunhado Arthur Stert.

64 BNP, Colecção Pombalina, cod. 614, fols. 81r-82r.

4.2. Arthur Stert, um homem de crédito

O cunhado de William Buller, Arthur Stert, nasceu no seio de uma reconhecida família de Devonshire. Estabelecido em Portugal desde, pelo menos, os tempos da Guerra da Sucessão de Espanha, Stert foi contratador do provimento das tropas portuguesas⁶⁵. Depois do contrato de fornecimento de fardamento, contratou o abastecimento de cereais ao exército em 1710. Em Julho desse mesmo ano, Stert estava a providenciar a exportação de 3000 moios de cevada de Inglaterra e Irlanda com destino à cavalaria portuguesa⁶⁶. Nos anos seguintes, foi assentista da província do Alentejo, mantendo sociedade com João Godard e Teófilo Borges de Brito, além de arrendatário dos direitos do sal de Setúbal, também em sociedade com Godard⁶⁷. Em 1729, enquanto *senior member* da feitoria inglesa, Stert foi incumbido por Lord Tyrawly de redigir um relatório sobre o comércio anglo-português. Segundo os seus cálculos, o consumo de mercadorias portuguesas por Inglaterra superava então as vendas inglesas a Portugal e aos seus domínios em 55 900 mil réis⁶⁸. Este saldo positivo para o comércio português não coincidia com os cálculos apresentados num relatório composto, também em 1729, por um outro mercador inglês, Richard Burrell, o qual apontava um défice para a balança comercial portuguesa na ordem dos 1 110 150 mil réis⁶⁹. Os resultados estimados por Stert tinham uma intenção bastante clara: sustentar a argumentação de Lord Tyrawly nas negociações com a coroa portuguesa, alegando que Portugal seria o grande beneficiado da aliança comercial estabelecida entre os dois reinos⁷⁰.

Mas esta não teria sido a primeira vez, nem foi seguramente a última, que Arthur Stert colocou a sua experiência ao serviço da coroa britânica. Próximo dos enviados extraordinários ingleses em Lisboa, Tyrawly considerava-o «[...] a most extreme good sort of man, and very useful to me [...]»⁷¹, dada a sua experiência e contactos entre

65 WILLIAM A. SHAW (sob orientação de), *Calendar of Treasury Papers*, vol. 3, 1702-1707, London 1874, pp. 538-561, <<http://www.british-history.ac.uk/cal-treasury-papers/vol3/pp538-561>> (8 de Janeiro de 2015).

66 NA, SP 89/29/43.

67 ANTT, Chancelaria de D. João V - Doações, Ofícios e Mercês, liv. 2, fols. 238v, 241v, *passim*; liv. 3, fols. 86v, 88v, *passim*; liv. 4, fols. 161v, 237r, *passim*; liv. 5, fols. 89v, 93r, *passim*; liv. 7, fols. 129v, 140r, *passim*; liv. 8, fols. 114v, 135v, *passim*; liv. 9, fols. 79v, 91r, *passim*. Nas abundantes referências a Arthur Stert nos documentos da chancelaria régia, o nome do mercador inglês aparece também grafado como «Start» e «Starte».

68 BN, Coleção Pombalina, cod. 638, fols. 461-462. Segundo os cálculos apresentados por Arthur Stert, as importações de Portugal para Inglaterra totalizavam 2 123 500 mil réis (1 817 500 mil réis em vinho; 80 000 mil réis em azeite; 20 000 mil réis em frutos secos, sumagre e cortiça do Algarve; 150 000 mil réis em fruta; 56 000 mil réis em sal), enquanto que as exportações inglesas remontavam a 2 067 600 mil réis (vendas inglesas em Lisboa: 1 620 000 mil réis; no Porto: 600 000 mil réis; em Coimbra e Figueira: 120 000 mil réis; nas ilhas: 100 000 mil réis; vendas de bacalhau: 200 000 mil réis. A este total, descontam-se os impostos, em 572 400 mil réis). Stert também calcula as outras importações portuguesas: tecidos, papel, brinquedos, etc. de França, 600 000 mil réis; mercadorias várias de Holanda, 300 000 mil réis, e Hamburgo, 200 000 mil réis; materiais para os armazéns régios, marinha e construções de Holanda, Hamburgo, Dinamarca, Moscovo e Suécia, 700 000 mil réis; milho do Levante, Itália e Barbária, 1 800 000 mil réis.

69 LEONOR FREIRE DA COSTA, *Relações económicas com o exterior*, em PEDRO LAINS, ÁLVARO FERREIRA DA SILVA (sob orientação de), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. I - O Século XVIII, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa 2010, pp. 267-269. A relação de Richard Burrell encontra-se em: NA, SP 89/35/93, fol. 196. Perante as duas relações contraditórias, Charles Compton, *chargé d'affaires* em Lisboa, escreve ao Duque de Newcastle alegando não saber qual das duas estimativas estaria correcta, sendo ambos, Arthur Stert e Richard Burrell, mercadores muito experientes (NA, SP 89/35/92. Compton para Newcastle, 26 de Agosto de 1729).

70 A. D. FRANCIS, *The Wine Trade*, Adam & Charles Black, Londres 1972, p. 193.

71 NA, SP 89/35/52, fol. 108 (Tyrawly para Charles Delafaye, 25 de Setembro de 1728).

a comunidade mercantil portuguesa. Ao lado do sócio John Godard e de Benjamin Keene, ministro inglês em Madrid, Stert foi escolhido como comissário para as negociações comerciais entre a Grã-Bretanha e a Espanha na sequência do Tratado de Sevilha. A 25 de Novembro de 1732, Stert e Godard chegavam a Sevilha, ainda sem a nomeação oficial, mas já em funções⁷². As negociações prolongaram-se nos anos seguintes e, em 1736, os dois mercadores ingleses ainda apareciam mencionados como comissários⁷³.

Terminada a missão em Espanha, Arthur Stert regressou a Londres, onde se tornou membro da Câmara dos Comuns e consolidou a amizade com o primeiro-ministro inglês Robert Walpole⁷⁴. Mantendo os laços com Portugal, o mercador era próximo da representação diplomática portuguesa na capital britânica. Marco António de Azevedo Coutinho, numa carta enviada a 30 de Março de 1737 ao Secretário de Estado António Guedes Pereira, evidenciava o «[...] afecto, diligência e eficácia que encontrei nele [Stert] para tudo o de que me vali da sua constante amizade e inclinação aos interesses de Portugal [...] É sem dúvida que se aqui estivesse com o mesmo crédito um vassalo de Sua Majestade, não tiraria eu maior utilidade em matérias muito essenciais [...]»⁷⁵. Uma dessas «matérias essenciais» respeitava a informações sobre outros homens de negócios e, em especial, sobre determinados mercadores judeus com quem Stert mantinha negócios desde o tempo em que residira em Lisboa. Era o caso de D. José Cortiços, de quem fora procurador na capital portuguesa.

Durante a Guerra da Sucessão de Espanha, Cortiços fora nomeado pelo rei D. Carlos III provedor e fornecedor dos exércitos aliados. Em Outubro de 1706, o Marquês de Minas, inspector-geral das tropas portuguesas, solicitou a Cortiços o abastecimento das tropas portuguesas, então a passar por dificuldades em Bunhol. O mercador providenciou o necessário sob a promessa do conde de Peterborough, comandante das forças aliadas, de que caso Portugal não saldasse a dívida, o governo inglês assumiria o encargo⁷⁶. Tal não chegou a acontecer. Perante as petições de Cortiços sobre essa dívida, Coutinho pediu a Stert uma opinião sobre a índole do mercador. Esta não foi particularmente favorável: «[...] respondeu francamente que Cortiços era um embrulhador [...]»⁷⁷.

José da Costa Vila Real era um outro judeu de vastos cabedais e grande reconhecimento entre a comunidade de Londres de quem Arthur Stert chegou a

72 SHAW, *Calendar of Treasury Books*, cit., vol. 2, pp. 211-215, <<http://www.british-history.ac.uk/cal-treasury-books-papers/vol2/pp211-215>>, (8 de Janeiro de 2015).

73 Ivi, vol. 3, pp. 239-248, <<http://www.british-history.ac.uk/cal-treasury-books-papers/vol3/pp239-248>> (8 de Janeiro de 2015).

74 RAFAEL DONOSO ANES, *La Compañía del Asiento y la Guerra de la Oreja de Jenkins: sus causas económicas y algunos aspectos contables relacionados*, em «Revista de contabilidad: Spanish Accounting Review», vol. 11, nº 1, 2008, p. 21. NA, C 11/376/45 (Stert v Smyth, 1736). Stert regressou a Londres ainda durante o ano de 1736.

75 ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante MNE), caixa 687, documento não numerado (Marco António de Azevedo Coutinho para António Guedes Pereira, 30 de Março de 1737).

76 Vide CHARLES RUBENS, *Joseph Cortissos and the War of the Spanish Succession*, em «Transactions & Miscellanies (Jewish Historical Society of England)», vol. 24, 1970-1973, pp. 114-133. Até à sua morte, em 1742, Cortiços continuou a reclamar o pagamento da dívida, sem sucesso. Os seus descendentes continuaram a apresentar petições junto dos governos inglês e português, até pelo menos 1812, na esperança de que a dívida fosse finalmente saldada, mas tal nunca veio a acontecer. Vide ANTT, MNE, caixa 172, doc. 65 («Papéis relativos à reclamação de José Cortissos por fornecimentos feitos ao exército português comandado pelo Marquês de Minas em 1706»).

77 ANTT, MNE, caixa 687, documento não numerado (Coutinho para Guedes Pereira, 22 de Março de 1737).

representar os interesses em Lisboa. Mesmo antes deste se tornar judeu... ou de estar em Londres. Natural de Bragança, Vila Real construiu fortuna em Lisboa. E não foi de bolsos vazios que partiu clandestinamente para Londres, aproveitando a confusão gerada na cidade na sequência de um incêndio. Levou consigo a família e uma fortuna que ascendia às trezentas mil libras, de acordo com um artigo publicado no periódico *Daily Journal* a 26 de Agosto de 1726⁷⁸.

Segundo rumores, Stert teria auxiliado Vila Real na fuga, contando com a cooperação do enviado James Dormer, o qual, como vimos atrás, não era a primeira vez que se via envolvido num caso do género⁷⁹. Em carta ao Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, Vila Real alegou que a motivação da sua fuga não foram as dívidas à fazenda real, mas sim o medo de lhe caber em sorte o mesmo destino dos seus parentes da Beira e de Trás-os-Montes, então a penar nos cárceres da Inquisição de Coimbra⁸⁰.

Nove meses após ter chegado a Londres, Vila Real casou-se com Catarina Mendes da Costa, oriunda de uma influente família de judeus portugueses⁸¹. O casamento durou pouco tempo, interrompido pela morte do mercador em finais de 1730 ou inícios do ano seguinte, vítima de uma apoplexia⁸². A relação de Stert com os herdeiros de Vila Real, nomeadamente com a viúva Catarina, acabou por se deteriorar, como revelam as várias acções judiciais que os opuseram nos anos seguintes⁸³.

Segundo o testamento de William Buller, Arthur Stert voltou a residir em Lisboa em finais da década de 40. Contudo, este terá sido um regresso curto. Em 1753, já se encontrava novamente em Inglaterra, então a viver em Devon, de onde redigiu o seu testamento, nomeando a filha Priscilla Stert executora e administradora dos seus bens. No mesmo testamento, Stert refere uma outra filha, Margaret, que se encontrava então a morar em Lisboa junto com o marido Thomas May, proprietário de uma casa de negócio na cidade⁸⁴.

78 «We are informed that Mr. John Da Costa Villareal (sic), one of the rich Jews who, being threatened by the Inquisition, made his escape lately from Lisbon with his family, consisting of about seventeen persons, and his effects, during a great conflagration in the city, hath, since his arrival here, given the sum of £2,000 to be distributed among the poor Jews in the city and suburbs of London. He was Proveditor to the King of Portugal's armies, and acquitted himself in that and all other stations with good Reputation; and has brought over with him to the value of £300,000 and upwards» (M. J. LANDA, *Kitty Villareal, the Da Costas and Samson Gideon*, em «Transactions (Jewish Historical Society of England)», vol. 13, 1932-35, pp. 272-273).

79 CHARLES R. BOXER, *Descriptive List of the State Papers Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa 1979, p. 122 (referência aos documentos: NA, SP 89/33, fol. 164; SP 89/34, fol. 22).

80 ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 8568.

81 Vide NORMA PERRY, *La chute d'une famille séfardie. Les Mendes da Costa de Londres*, em «Dix-Huitième Siècle», n° 13, 1981, pp. 11-25.

82 Numa carta de 9 de Janeiro de 1731, António de Campos informava que «[...] hoje ouvi que o dito José da Costa Vila Real morreu ontem de um acidente de apoplexia [...]» (ACL, Série Vermelha, cod. 90, fls. 19v-20). Porém, a bibliografia aponta que o corpo de Vila Real fora enterrado no cemitério de Mile End a 29 de Dezembro de 1730, dois dias após a sua morte (LANDA, *Kitty Villareal*, cit., p. 274).

83 NA, C 11/1037/29 (Catherine da Costa Villa Real, viúva e executora de Joseph da Costa Villa Real, falecido, vs Arthur Stert e John Goddard, 1734); C 11/1041/21 (William Mellish, de Great Russell Street, Middlesex, e Catherine Mellish, sua esposa, vs Arthur Stert e John Goddard); C 11/1049/13 (William Mellish e Catherine Mellish vs Arthur Stert e outros, 1737); C 11/1068/22 (William Mellish e Catherine Mellish vs Arthur Stert e John Goddard, 1741); C 11/1069/31 (Idem, 1742). Entretanto, Catarina casara-se em segundas núpcias com William Mellish e convertera-se ao cristianismo.

84 NA, PROB 11/816/55. Testamento redigido a 8 de Agosto de 1753 e legitimado a 26 de Maio de 1755. Thomas May é referenciado na lista dos ingleses residentes em Lisboa em meados do século XVIII (BNP, Colecção Pombalina, cod. 692, fol. 223r).

5. Confiança, interesse e reputação

Regressemos à questão com que iniciámos este artigo. Num contexto de incertezas, em quem confiar?

O conceito de confiança tem servido de mote a uma extensa literatura por parte de sociólogos, politólogos e historiadores e suscitado uma multiplicidade de interpretações, algumas aparentemente antagónicas. Toshio Yamagishi interpreta a confiança como uma forma de inteligência social, baseada na crença que alguém tem nas boas intenções do outro, independentemente do conhecimento existente sobre a sua índole e reputação - isto é, a confiança começa onde a capacidade de previsão acaba⁸⁵. Por outro lado, James Coleman considera-a fruto de uma escolha racional (*rational trust*) sustentada na informação existente sobre o outro⁸⁶. Uma informação que é mais acessível no interior de um grupo. Redes sociais e económicas compostas por vínculos familiares e etno-religiosos alicerçam-se na confiança social (*social trust*), ou seja, aquela que se desenvolve a partir de elos sociais dentro de um grupo e cujo cerne se encontra na capacidade que o grupo tem de providenciar ao indivíduo informação sobre a sua identidade social⁸⁷.

Mas perante a ausência dessa identidade social entre quem confia e quem é alvo de confiança, outros mecanismos são necessários para monitorizar comportamentos. Ou não. Segundo Russell Hardin, a confiança identifica-se com um «interesse encapsulado» (*encapsulated interest*) - não só implica uma avaliação da reputação do outro mas, sobretudo, do interesse que este tem em agir segundo o que foi acordado, isto é, até que ponto o interesse do outro encerra (ou encapsula) o seu próprio interesse. Quanto maior é o investimento depositado numa relação, maior é o interesse em ser confiável, na perspectiva que essa mesma relação perdure. Assim, a confiança, no seu expoente máximo, elimina a necessidade de monitorização⁸⁸.

Em Lisboa, os mercadores ingleses dependiam de agentes portugueses para operar no comércio com o Brasil. Por outro lado, consideravam a perseguição inquisitorial e, em particular, o confisco dos bens um risco para as suas próprias finanças. A fuga para Inglaterra apresentava-se como uma solução não só para os cristãos-novos perseguidos pela Inquisição ou por dívidas, mas também para os seus credores ingleses que, assim, viam crescer a probabilidade de reaverem o seu dinheiro. Já em Londres, os cristãos-novos/judeus tinham nas casas comerciais inglesas estabelecidas em Lisboa correspondentes comerciais privilegiados, longe da ameaça inquisitorial e com uma rede consolidada nos impérios coloniais português e britânico. A amplitude das redes comerciais dos judeus da diáspora revelava-se igualmente atractiva para as firmas inglesas.

Não obstante esta mútua interdependência ou, pelo menos, este interesse comum, o comércio de longa distância (sobretudo quando efectuado à margem da legalidade) e a partida clandestina do reino continuavam a implicar decisões de alto risco para os envolvidos.

Vejamos o caso da cooperação de Arthur Stert na fuga de José da Costa Vila Real para Londres: Vila Real arriscou ser denunciado e acabar preso (com a perspectiva de

85 TOSHIO YAMAGISHI, *Trust as a Form of Social Intelligence*, em KAREN S. COOK (sob orientação de), *Trust in Society*, Russell Sage Foundation, Nova Iorque 2001, pp. 121-147

86 Vide JAMES COLEMAN, *Foundations of Social Theory*, Harvard University Press, Cambridge 1990.

87 TOM R. TYLER, *Why Do People Rely on Others? Social Identity and the Social Aspects of Trust*, em COOK, *Trust in Society*, cit., pp. 285-306.

88 Vide RUSSELL HARDIN, *Trust and Trustworthiness*, Russell Sage Foundation, Nova Iorque 2004. JEAN ENSMINGER, *Reputations, Trust and the Principal Agent Problem*, em COOK, *Trust in Society*, cit., pp. 185-201.

uma sentença pesada), Stert colocou em causa a boa reputação construída ao longo de anos junto das autoridades portuguesas. Porém, a possibilidade de Vila Real regressar ao cárcere significava ter os seus bens confiscados e ficar impossibilitado de cumprir as obrigações para com os seus credores. Seria Stert um desses credores? Conhecida a cooperação comercial entre os dois durante os poucos anos de vida de Vila Real em Londres, não podemos afastar essa hipótese, tal como a de que houvesse uma relação já suficientemente sólida no momento em que Stert o ajudou a fugir. E, sobretudo, um bom conhecimento das respectivas reputações.

A questão da reputação complexifica-se no caso da relação entre Gabriel Lopes Pinheiro e William Buller. «Trapaças» em transacções de açúcar, dívidas não saldadas, contrabando, negócios arriscados com consequências desastrosas para terceiros - o currículo de Pinheiro não era propriamente o paradigma da honestidade e da transparência. Bem integrado entre a comunidade mercantil de Lisboa e de Londres e, por isso, decerto com acesso a informação privilegiada, Buller certamente não desconheceria a fama do mercador cristão-novo. Não obstante, não recusou operar como correspondente de Pinheiro em Lisboa e, ao lado deste, empreender negócios tão arriscados quanto o contrabando de metais preciosos. Qual a fonte de tamanha confiança? A insuficiência da documentação não permite que as certezas superem as dúvidas. A relação entre os dois terá começado quando Pinheiro ainda estava em Lisboa, a contas com transacções de açúcar do Brasil? Terá ele, então, servido de agente a Buller? A mútua interdependência terá continuado quando Pinheiro trocou Lisboa por Londres? Certo é que Pinheiro, apesar dos reveses da fortuna, se tornou num influente mercador na capital britânica sem quebrar os vínculos com Portugal, alimentados por uma rede de correspondentes em Lisboa e pela proximidade aos representantes diplomáticos portugueses. Será que essa esfera de influência (e tudo o que ela potenciava) superava a controversa reputação de Pinheiro? Teria Buller a noção de que a relação era suficientemente proveitosa para ambos, ao ponto de desencorajar qualquer atitude de risco por parte de Pinheiro que viesse a comprometê-la? Usando a terminologia de Hardin, será que os interesses de Pinheiro encapsulariam plenamente os interesses de Buller?

A questão talvez devesse ser outra: será que ainda estamos a falar de confiança?

A comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel de setecentos **British community of Lisbon during the third quarter of the eighteenth century**

Teresa FONSECA*
Universidade Nova de Lisboa

Abstract

This article characterizes the British community of Lisbon in the social and economic points of view. It has as point of departure a list of British citizens who were living in Lisbon, that belongs to the Coleção Pombalina of the Biblioteca Nacional de Portugal. It approaches to the connections of this community with the Portuguese society the Lisbon town council and the Portuguese government. It also analyses the reactions of the British merchants to the economic measures and centralizing policy of the Marquis of Pombal.

Keywords

Society, Economy, British community, Lisbon town council, Marquis of Pombal

Resumo

O presente texto caracteriza, do ponto de vista socioeconómico a comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel do século XVIII. Tem como ponto de partida um rol existente na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal. Aborda as relações desta comunidade com a sociedade portuguesa, com a câmara de Lisboa e com o governo português. E analisa as reações do setor mercantil desta comunidade às medidas económicas e à política centralizadora do Marquês de Pombal.

Palavras-chave

Sociedade, Economia, Comunidade britânica, Câmara de Lisboa, Marquês de Pombal

Lisboa, enquanto cidade portuária e capital do reino, representou sempre um polo de atração para os estrangeiros. O seu número aumentou ainda mais a partir do reinado de D. José, devido à criação das grandes companhias monopolistas que ao impedirem o comércio direto com as colónias, obrigava os negociantes a adquirirem os produtos coloniais na capital do reino. Segundo Jorge Borges de Macedo, nesta época «o estrangeiro era normal em Portugal», sendo fácil encontrar em documentos coevos “centenas” de nomes de diversas nacionalidades, com destaque para Franceses, Italianos, Alemães, Holandeses e naturalmente Ingleses¹. Seriam cerca de 80.000 no início do século XIX, um quinto dos quais viveria em Lisboa².

O pastor protestante sueco Carl Ruders, que conheceu de perto a sociedade portuguesa entre 1798 e 1802, chegando mesmo a dominar a língua, escreveu que os estrangeiros por esses anos superabundavam em Lisboa. Os Ingleses eram a comunidade mais numerosa, seguidos dos Irlandeses, Franceses e Alemães³.

Tomando como base uma Relação dos britânicos residentes em Lisboa, inserida no código nº 692 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal (fs. 223 a 227) à qual João Lúcio de Azevedo faz uma breve alusão na sua obra *Épocas de*

*Doutora em História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ JORGE BORGES DE MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal*, Gradiva, Lisboa 1989, p. 183.

² PIEDADE BRAGA SANTOS, TERESA RODRIGUES, MARGARIDA SÁ NOGUEIRA, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Livros Horizonte, Lisboa 1996, p. 43.

³ CARL ISRAEL RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Lisboa 1991, p. 141.

*Portugal económico*⁴, tentaremos esboçar um retrato da comunidade britânica na capital portuguesa na última década do reinado josefino.

A listagem não será certamente exaustiva e apresenta várias lacunas. Omite o nome próprio de alguns dos arrolados, fornece uma ideia pouco precisa dos agregados familiares e não refere a atividade profissional de uma boa parte dos chefes de família.

Divide-se em quatro listas. Na primeira figuram os que possuem «Cazas de negocio nesta Corte» e nela residem com parentes e caixeiros. Na segunda, bastante mais reduzida, constam as pessoas que tiveram casas de negócio «mas agora se acham reduzidas» (f. 224v.). Na terceira, incluem-se as que «nam tiveram Cazas de Negocio (...) mas sam dignas de toda a atencam» (f. 224v.). E na quarta inscrevem-se aqueles que têm ou possuíram «Logeas ou Officios» e são «gente honrada».

A Relação não é datada. Mas temos razões para supor ter sido elaborada no terceiro quartel do século XVIII por várias razões: os restantes documentos do mesmo código datam de finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 da mesma centúria; várias pessoas da primeira lista constam de outros documentos produzidos nestes mesmos anos, como referiremos mais à frente; e nela se insere ainda Francisco Ibbetson (f. 224), cônsul britânico na corte portuguesa entre 1764⁵ e pelo menos 1773⁶.

O rol inclui um total de 350 famílias, correspondentes, pelos nossos cálculos, a cerca de 865 pessoas, embora na realidade este último número possa ser superior. Com efeito, à frente de muitos dos nomes não surge indicação de família, embora nada nos garanta que o alistado não a tenha. São igualmente frequentes as expressões “mulher e filhos”, ou “e netos”, sem especificação do seu número. Nestes casos aplicamos, relativamente aos descendentes, o quantitativo de três, podendo o seu montante ser superior. Por vezes a informação é ainda mais vaga, pois adiante do nome surgem apenas as palavras «e família», situações em que atribuímos quatro elementos ao agregado familiar.

A Relação, ao englobar expressamente os donos de casas de negócio, as pessoas menos afortunadas materialmente mas dignas de «toda a atenção» e ainda «gente honrada», leva-nos a supor a exclusão deliberada de outras cujas carências económicas ou estilo de vida seriam menos abonatórios do bom nome da comunidade britânica de Lisboa. Também ficaram excluídas do rol as religiosas inglesas do Convento de Santa Brígida, situado no Mocambo, freguesia de Santos-o-Velho⁷.

Da primeira lista constam 111 entradas, que totalizarão cerca de 337 pessoas. 102 famílias são proprietárias de casas de negócio, 21 das quais são sociedades, 20 geridas por dois sócios, frequentemente irmãos, e uma por três sócios. 69 negociantes são solteiros e aparentemente habitam sozinhos, podendo permanecer apenas temporariamente em Lisboa, como representantes de casas comerciais britânicas. Os outros contam com a companhia de um ou vários familiares, quase sempre a mulher e os filhos, mas por vezes também irmãos, sobrinhos, netos e mais parentes.

46 estabelecimentos possuem entre um a três caixeiros da mesma nacionalidade, num total de 71, que incluímos nos agregados familiares dos patrões para quem trabalham e com os quais coabitam. As outras casas comerciais poderão contar com a

⁴ JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal económico*, Livraria Clássica Editora, Lisboa 1973, pp. 427-428.

⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, LISBOA (doravante BNPL), *Coleção Pombalina*, Código 93, fs. 64-88.

⁶ V. TORRE DO TOMBO, LISBOA, *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas* (doravante TTL, DP, RCEI), Maço 1600, Doc. 12.

⁷ BNPL, *Coleção Pombalina*, Código 637, fs. 67 e 97.

ajuda familiar, pois a ausência de tais empregados é mais notória nos agregados com vários elementos masculinos. No entanto, uns e outros poderão ter ao seu serviço caixeiros portugueses, em exclusivo ou a par dos de origem inglesa. Em 1774, a firma Start & Buller possuía pelo menos dois caixeiros: o português Bernardo Gomes e o inglês Guilherme Folliot⁸.

Algumas unidades familiares eram numerosas. Luís Arnold Majendie vivia com a mulher, cinco filhos e um caixeiro (f. 223); Samuel Barclay, provavelmente viúvo, tinha a companhia do irmão Jorge, da mãe e de dois filhos; e Domingos Joyce, solteiro, coabitava com a irmã e três sobrinhos (f. 224).

A única cabeça de casal feminina deste grupo abastado era a viúva Ana Brown, que morava com dois sobrinhos, em quem provavelmente delegara a gestão do negócio herdado do marido (f. 224).

Nesta primeira lista foram incluídas nove pessoas igualmente prestigiadas na comunidade, embora com outras atividades. São elas o construtor da Ribeira das Naus Francisco Warden, com a mulher, a mãe e quatro filhos. E ainda dois médicos, três cirurgiões e outros tantos boticários, todos igualmente acompanhados da respetiva parentela. Cada um dos boticários tinha ao seu serviço um caixeiro da mesma nacionalidade (f. 224).

Entre os homens de negócio da lista destacam-se: o já referido cônsul britânico Francisco Ibbetson; o industrial Guilherme Stephens (f. 223v.), fundador da fábrica de vidros da Marinha Grande, para a qual a Junta do Comércio, por alvará régio de 7 de julho de 1769 concedeu um subsídio de 8.000 cruzados⁹; o «comerciante milionário» Geraldo De Visme (f. 223v.)¹⁰; e outro abastado negociante, Tomás Horne (f. 223v.). Este último, admitido na feitoria britânica de Lisboa em 1769, viria a ser agente e banqueiro de William Beckford e frequentaria a corte portuguesa durante o reinado de D. Maria I¹¹.

Embora Portugal mantivesse com a Inglaterra uma balança comercial desfavorável, este país tinha a vantagem de comprar muito do que produzíamos e de vender aquilo de que precisávamos. Por isso era o nosso parceiro preferencial, com quem traficávamos a maior variedade de produtos. Vigiado e disciplinado por Pombal mas também protegido por razões económicas e políticas, o comércio anglo-luso aumentou, ao longo do reinado josefino o volume das transações, apesar dos esforços da França para combater o predomínio da sua rival. A comprovar esta supremacia está o facto de mais de metade dos navios estrangeiros entrados no porto de Lisboa entre 1751 e 1775 serem ingleses¹².

Os Britânicos dedicavam-se sobretudo ao comércio por grosso de importação e exportação, embora por vezes também vendessem a retalho. Importavam principalmente de Inglaterra mas também de outros países para Portugal: cereais (trigo, milho, cevada e aveia), farinha, vinho, toucinho, carne de vaca, bacalhau da Terra Nova, manteiga, queijo, pescada seca, arroz, arenque, biscoito, feijão, aguardente, favas, ervilhas, vinagre, sebo, óleo, sabão, ferro, garrafas, papel,

⁸ TTL, DP, RCEI., Maço 1862, Doc. 6.

⁹ RUI D'ABREU TORRES, *Stephens, Guilherme*, em JOEL SERRÃO (sob orientação de), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, Iniciativas Editoriais, Lisboa 1971, p. 86.

¹⁰ BOYD ALEXANDER, (Introd. e notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa 2009, p. 181 (nota do editor).

¹¹ Alexander, (Introd. e notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, cit., p. 39 e p. 180 (nota do editor).

¹² MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal*, cit., pp. 89-93.

esparto, casquinha, linho, cânhamo, carvão de pedra, chumbo, cobre, pólvora, panelas, louças, arcos de ferro, aduelas, remos e tecidos, entre outros produtos.

E exportavam de Portugal para Inglaterra, mas também para grande parte da Europa, para os Estados Unidos e o Canadá vinho, fruta, sal, cebolas, sola, telha, pedra, fazendas e produtos coloniais, que até à abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, ocorrida em 1808, tinham necessariamente de passar por Portugal. Entre estas mercadorias contam-se: o algodão, o açúcar, o tabaco, madeiras, o café, o arroz, carnes secas e salgadas, plantas tintureiras, couros, solas e atanados¹³.

Alguns especializavam-se em determinadas mercadorias, como Carlos Molloy, negociante de vinhos e vinagres, estabelecido no sítio do Braço de Prata, nos subúrbios da capital¹⁴.

Em 1770 e em anos anteriores, o negociante Francisco Arbwin (f. 223) comerciava principalmente com Londres, mas mantinha transações regulares com Amiens, Paris, Reims, Sédan, Beauvais, Mans, Lyon, Abeville, Exetter, Londres, Norwick, Amesterdão e Veneza¹⁵.

A firma Purry & Visme (f. 223v.) conseguira, já depois do terramoto, assegurar o contrato do pau-brasil, com o qual adquirira «uma imensa fortuna»¹⁶. E Tomás Horne, já acima referido, participara, com um primo da mesma nacionalidade, José Still, no contrato oficial para a exploração do óleo de baleia, com a qual por certo também lucrara bastante¹⁷.

Da segunda lista (f. 224v.) constam apenas 13 famílias, num total de cerca de 43 indivíduos. Talvez por serem pessoas «agora (...) reduzidas» pelas contingências dos negócios, parecem ser menos bem conhecidas de quem efetuou o levantamento, pois em quatro casos, três deles mulheres, omitiu o nome próprio. Como a pobreza, em toda a parte, atinge particularmente o setor feminino, também nesta lista onze das treze famílias são encabeçadas por mulheres, que provavelmente tiveram na morte do marido ou do pai a principal causa da sua decadência.

Cinco são referidas como viúvas, das quais três coabitam com vários parentes próximos: Francisca Carle, com três filhas solteiras; outra de apelido Everard, com um filho e três filhas; e uma terceira, da qual também apenas sabemos o sobrenome Arthur, com a mãe e «seis ou sete filhos». Apenas um homem e uma mulher vivem aparentemente sozinhos.

Curiosamente, a falta de recursos destas famílias não determinou o seu regresso ao país de origem. Talvez sobrevivessem do trabalho de alguns dos seus membros, embora não sejam mencionadas as suas ocupações.

A terceira lista inclui 45 entradas, que pelas nossas estimativas corresponderão a cerca de 108 elementos. Embora não tendo «Cazas de Negocio», fator indicativo de um estatuto económico elevado, «sam dignas de toda a atencam» (224v.). Podemos por isso considera-las uma espécie de classe média da comunidade britânica de Lisboa.

¹³ Ivi, pp. 97-129. E JORGE MARTINS RIBEIRO, *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1812)*, Fundação Eugénio de Almeida, Porto 1990, pp. 26-28.

¹⁴ TTL, DP, RCEI., Maço 224, Doc. 7. Viria a falecer em Lisboa no início de 1786.

¹⁵ TTL, DP, RCEI., Maço 1600, Doc. 12.

¹⁶ JÁCOME RATTON, *Recordações e memórias sobre ocorrências do seu tempo, a estátua equestre de D. José e as fábricas de papel, caixas, fiação, chitas, pentes e relógios*, Imprensa da Universidade, Coimbra 1920, p. 142. Jácome Ratton refere um terceiro elemento da sociedade, outro britânico de apelido Melish, que já não aparece na nossa Relação, talvez por já ter nessa altura falecido ou regressado a Inglaterra. Também citado por MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal*, cit., p. 102.

¹⁷ ALEXANDER, (Introd. E notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, cit., p. 180 (nota do editor).

Entre as 15 mulheres chefes de família, uma é de origem portuguesa, a viúva Maria Pereira, a viver na companhia da irmã. Foi certamente casada com um anglo-saxão e de tal forma se integrou na comunidade britânica, que esta a continuou a considerar um dos seus membros.

Neste grupo há também algumas famílias numerosas. Diogo Comerford vive com a mulher, dois filhos e três cunhadas, talvez solteiras ou viúvas (f. 224v.). E Theophilus Dodo tem na sua casa a avó, a sogra, a mulher e «três ou quatro filhos» (f. 224v.).

Estas famílias alargadas, com vários elementos femininos e que chegam a abranger quatro gerações, indiciam uma permanência longa no nosso país, o que constituía uma prática frequente entre os britânicos.

Infelizmente conhecemos apenas a ocupação de seis destes arrolados: André Croft é «mestre de Lingoas» (f. 224v.); outros dois, um de apelido Moore, bem como Rodrigo Ferrol, são engenheiros; E as irmãs solteiras Helena e Maria Proby, tal como a viúva Júlia Gamble, são aias (f. 225), uma atividade muito comum entre as estrangeiras de origem britânica.

A anotação à frente do nome de Diogo Kelly de que «he velho» (f. 224v.), leva-nos à conclusão de que não exerce qualquer atividade profissional. Mas como aparentemente vive sozinho, talvez se sustente de rendimentos ou da ajuda de parentes. Há neste grupo mais 12 pessoas sem indicação de família, ou por desconhecimento do arrolador ou porque não têm ninguém na sua companhia. No entanto, o facto de nas quatro listas surgirem vários apelidos repetidos, pode querer dizer que pelo menos algumas dessas pessoas tinham parentes em diferentes locais de Lisboa.

A quarta lista é a mais extensa e a que inclui informações mais detalhadas sobre a atividade profissional dos seus elementos. Esta «gente honrada», porventura correspondente a uma classe média menos abastada, é composta por 179 famílias equivalentes a cerca de 390 indivíduos, segundo as nossas estimativas. 63 pessoas habitam sozinhas, daí a baixa média 2,18 elementos por família.

Os alfaiates, entre homens e mulheres, são em maior número, 19; seguem-se as 18 engomadeiras; as 16 aias; 14 sapateiros; 9 taberneiros; 8 cabeleireiros; 7 carpinteiros indiferenciados e outros tantos proprietários de estabelecimento de «quinquilharia»; 6 donos de loja de «mercadorias»; 5 espartilheiros e igual número de guarda-livros; 4 proprietários de casas de pasto e outros tantos de loja de «mantimentos»; três indivíduos de cada uma das seguintes profissões: mestre carpinteiro de navios, cirurgião, tanoeiro, boticário, caixeiro, dono de «casa de café», relojoeiro e joalheiro; há ainda 2 proprietários de estabelecimento de «venda de vinhos», e 2 «mestres de escrever e contar»; por último, incluem-se um elemento de cada uma das seguintes ocupações: donos de lojas de: enxarcia, peles, pregos e mantimentos para navios; um mestre de velas, outro de navios e um terceiro de línguas; um mercador; um cortador de cortiça; um fabricante de mostarda; e uma proprietária de «escola de ensinar meninas» (f. 226v.).

Alguns acumulam dois ou até três ofícios: João Mood é alfaiate, espartilheiro e proprietário de uma loja de mercadorias, contando certamente com a colaboração da «mulher e filhos» (f. 226); Carlos Kelly, além de carpinteiro, explora uma casa de pasto, ajudado pela mulher, a sobrinha e dois filhos; e o mestre de velas João Driver a viver com a mulher e um filho, é também carpinteiro (225v.).

Os três caixeiros trabalham para ingleses: dois, para João Ayrey e Tomás Parr, donos de uma casa de pasto (f. 225). Os sócios são assinalados como solteiros, daí a necessidade da ajuda dos empregados; e um terceiro, de apelido Keef, servia os vice-cônsules (f. 226v.).

A maioria das mulheres cabeça de casal, tanto solteiras como viúvas, exerce uma atividade. Além das 18 engomadeiras e das 16 aias, há ainda elementos femininos nos seguintes ofícios. Cinco “alfaiatas», a saber: uma «viuva velha» de apelido Kalmihel, com a filha; mais duas viúvas de apelido Sullivan e Clerges; Ana Foukes, provavelmente solteira; e mais uma de nome português, Maria Dias, com a mãe viúva e duas filhas (f. 226).

Metade das seis lojas de mercadorias são geridas por mulheres: Maria Molloy, a viver «com filhos» e uma irmã; Izabella Henley, que habita com uma sobrinha; e Honora Dorons, que aparentemente vive sozinha (f. 225v.). E a escola de meninas pertence a uma viúva de apelido Magrath, que conta com a ajuda de uma filha (226v.).

Há ainda elementos de ambos os sexos que não exercem profissão por serem velhos, cegos ou as duas coisas. Por vezes é indicada a antiga profissão: «hum velho de sobrenome Fischer, era mestre de navio» (f. 227); ou Diogo Power, «que era homem de negocio» (f. 226v.).

Os testemunhos dos estrangeiros que por estes anos visitaram Portugal ajudam-nos a conhecer a vida da comunidade britânica no nosso país incluindo o seu relacionamento com os naturais; e contribuem ainda para uma interpretação dos elementos fornecidos pela Relação que tem servido de base a esta comunicação.

O artista, arqueólogo e arquiteto inglês James Murphy, que permaneceu em Portugal entre 1788 e 1790, antes de estabelecer residência definitiva em Lisboa¹⁸, descreve como o típico comerciante britânico passava o tempo: ia à missa às oito horas, à bolsa às onze e almoçava pela uma da tarde; fazia em seguida uma sesta até às 15 horas; depois petiscava «um fruto»; e jantava pelas 21 horas. Nos intervalos, trabalhava no seu gabinete, efetuava visitas ou jogava¹⁹.

Aos domingos, tanto os homens de negócio ingleses como os estrangeiros em geral, davam «o seu passeio pelo campo (...) com as damas». Encontravam-se num determinado local previamente combinado, onde haviam encomendado um jantar. Aí comiam, bebiam e dançavam «alegremente». Jogavam às cartas e regressavam à noite «sem comunicarem com os habitantes»²⁰.

Pelo contrário, segundo outro viajante, os Portugueses não tinham o hábito de se reunirem. Encontravam-se raramente e menos ainda com estrangeiros. «As suas maneiras sociais» eram «tristes». E era difícil a um forasteiro ser acolhido numa casa lisboeta²¹.

Apesar de conviverem pouco, os nacionais mantinham «relações amigáveis» com os indivíduos de outras nações radicados em Lisboa, principalmente com os Ingleses, como nos informa Arthur William Costigan. Mas acrescenta que muitos destes membros da comunidade britânica, apesar de viverem em Portugal há 20 ou 30 anos, apenas conheciam algumas palavras de português²².

Carl Ruders, talvez por ser de outra nacionalidade, trata os Ingleses com maior dureza. Conta que falavam geralmente dos Portugueses «com desprezo». E embora os admire pelas suas qualidades de trabalho, considera-os «altamente ignorantes em tudo o que diz respeito aos outros povos». Faziam sempre apreciações negativas dos estrangeiros. E desdenhavam as suas línguas, os seus costumes e as suas qualidades²³.

¹⁸ SANTOS, RODRIGUES, NOGUEIRA, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, cit., p. 97.

¹⁹ *Ivi*, p. 43.

²⁰ *Ivi*, p. 44.

²¹ *Ivi*, p. 79.

²² *Ivi*, p. 95.

²³ RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, cit., p. 38.

Esclarece-nos ainda que muitos destes ingleses tinham em Lisboa casas de comércio, que estabeleceram ou herdaram, por vezes de antigos patrões, ou adquiriram por casamento ou através de participação na firma. A maioria das transmissões, no entanto, efetuava-se de pais para filhos, muitos dos quais, já nascidos em Portugal, continuavam na administração das casas paternas.

Havia também britânicos que vinham a Lisboa por motivos de saúde, de recreio ou económicos mas demoravam-se menos tempo²⁴.

O relacionamento destes homens de negócio com as autoridades portuguesas confirma a arrogância relatada por alguns visitantes. E os diplomatas eram os primeiros a dar o exemplo. Tal atitude ter-se-ia acentuado em face da política absolutista do ministro de D. José. A criação das companhias monopolistas diminuiu um pouco a dependência económica de Portugal face à Grã-Bretanha, estabelecida após 1640 e reforçada com o tratado de Methuen em 1703²⁵. E gerou entre os britânicos instalados nas feitorias de Lisboa, Porto, Madeira e Coimbra²⁶ o receio de grandes prejuízos económicos. Além de impedirem o comércio direto com o Brasil, tais companhias dificultavam o tráfico clandestino. E a sua instituição, conjugada com as pragmáticas contra o luxo e o esforço industrializador, fazia diminuir as importações inglesas.

Numa memória dirigida, em maio de 1760, ao embaixador da corte de Londres em Portugal²⁷, o cônsul da Feitoria Britânica de Lisboa aponta os previsíveis prejuízos causados ao comércio do seu país com a criação recente das mesmas companhias²⁸, cuja última consequência seria a diminuição da entrada de ouro em Inglaterra. E quanto ao comércio clandestino, «tão vantajoso, e lucroso á Nação Britânica», ficaria, na sua opinião que se veio a verificar exagerada, «infalivelmente perdido»²⁹.

O prestígio do Estado e o fortalecimento do seu poder passavam também pela dignificação dos funcionários régios e camarários. Pombal, numa «Observação» sobre os abusos dos estrangeiros³⁰, considera que os alcaides, meirinhos e outros oficiais de justiça faltavam frequentemente aos seus deveres e aponta como razão principal o facto de ganharem «pella Tarifa antiga»³¹, manifestamente insuficiente. E os estrangeiros tiravam de tal situação todas as vantagens possíveis, «corrompendo huns officiaes e enganando outros», fazendo-lhes acreditar que gozavam de privilégios que os isentavam da sua jurisdição. Por isso agiam «quazi absolutamente sem medo das Justiças»³².

Em pouco tempo, porém, a situação alterou-se. Passando o seu ordenado a consistir numa percentagem das multas aplicadas ou dos géneros apreendidos, os oficiais alfandegários e de justiça passaram a ser bastante mais zelosos no cumprimento dos seus deveres.

E quase de imediato, surgem as acusações dos comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, sobre a prepotência e a arbitrariedade de tais funcionários. Até então dóceis e submissos, passam a ser acusados de violarem, de forma

²⁴ Ivi, p. 141.

²⁵ SANDRO SIDERI, *Comércio e poder*, Cosmos, Lisboa 1978, pp. 141-145.

²⁶ FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA, *Pombal e os Ingleses. Incidências económicas e relações internacionais*, em Congresso «O Marquês de Pombal e a sua Época». Colóquio «O Século XVIII e o Marquês de Pombal», Câmara Municipal de Oeiras e Câmara Municipal de Pombal, Oeiras / Pombal 2001, p. 137 (137-157).

²⁷ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, fs. 16-39.

²⁸ A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão surgiu em 1755. E a de Pernambuco e Paraíba em 1759.

²⁹ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, f. 24.

³⁰ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 637, fs. 16-19.

³¹ BNPL, *Coleção Pombalina*, f.16.

³² BNPL, *Coleção Pombalina*, f. 17.

arrogante e arbitrária, os tratados anglo-lusos e os privilégios dos cidadãos britânicos, que o absolutismo pombalino passara a preterir às leis régias e até aos regulamentos camarários.

Todas estas alterações geraram naturalmente uma mudança de atitude por parte dos embaixadores da corte londrina. Pressionados pelas queixas dos seus compatriotas, não se coíbem de defender «até ao descaramento» os interesses britânicos, através de exposições verbais e escritas apresentadas aos ministros de D. José, «numa atitude arrogantemente intrometida» nos assuntos internos de um Estado soberano³³. Num nível hierárquico inferior, temos o exemplo de um mercador inserido na nossa Relação, o irlandês Dionísio Connell (f. 223v.). Este negociante da Praça de Lisboa foi preso pelo almotacé das execuções camarárias José António de Castro, a 4 de agosto de 1770, por se ter recusado a assinar as verbas do registo geral de géneros que vendera, bem como a pagar a taxa correspondente aos corretores do número³⁴.

Invocando os privilégios de súbdito britânico consagrados em antigos acordos entre os dois reinos, agravou para a câmara. Mas o senado lisbonense indeferiu o agravo, em nome da «observância das Leys Economicas do Reino e do Comercio na Praça de Lisboa»³⁵. Acusou ainda o suplicante de pretender, com a polémica gerada em torno da sua prisão, encobrir a prática de «fraude» e de «monopólio»³⁶. E tomando a defesa da dignificação dos ofícios camarários, contestou a acusação do irlandês de que tanto os corretores do número como o almotacé, por serem pessoas de «baixo» nível social, pertencentes à «Plebe da Cidade»³⁷, não tinham autoridade para intimidar e menos ainda para prender um prestigiado comerciante britânico.

Numa representação efetuada no próprio dia da prisão aos negociantes seus compatriotas da feitoria de Lisboa, Connell revela o mal-estar existente entre os oficiais camarários e os comerciantes britânicos, ao acusar o almotacé José António de Castro de ter dito, em audiência pública, que os Ingleses eram «Huma corja de patifes insolentes»³⁸.

Mas parafraseando João Lúcio de Azevedo, «a despeito de se manifestarem perpetuamente queixosos, crescia o número de ingleses com residência e casa de negócio no reino. Sinal de não lhes serem insuportáveis os gravames que alegavam»³⁹.

A atitude de superioridade dos homens de negócio anglo-saxónicos não se restringia aos Portugueses, pois demarcavam-se também dos seus compatriotas de estratos socioeconómicos inferiores. O cônsul geral Francisco Ibbetson, também grande comerciante da Feitoria Britânica de Lisboa, como antes mencionámos, refere-se, num «Memorial» de 1764 dirigido ao governo londrino, a essa «pobre gente», que apesar da inferioridade da sua condição considerava «tão vassallos Britanicos como nós»⁴⁰.

Descreve-os como «Pessoas que traficam em todas as qualidades de Petrechos e mais cousas precisas para os Navios» ou como donos de «Casas de Pasto decentes para receberem os Capitaes, Officiuaes, e Mestres dos Navios Estrangeiros, em huma Terra

³³ SILVA, *Pombal e os Ingleses*, cit., p. 142.

³⁴ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, fs. 84-95.

³⁵ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 88v.

³⁶ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 88v.

³⁷ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 93.

³⁸ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 692, f. 84.

³⁹ AZEVEDO, *Épocas de Portugal económico*, cit., p. 427.

⁴⁰ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, «Memorial de Francisco Ibbetson, Deputado e Consul Geral, e dos Negociantes da Factoria de Sua Magestade Britanica em Lisboa», fs. 64-88, f. 86.

onde semelhantes Conveniencias se não encontram estabelecidas pelos Nacionaes della»⁴¹.

A longa permanência dos Britânicos em Portugal referida por Costigan e já iniciada pela composição plurigeracional de muitos dos agregados familiares da Relação, como sugerimos acima, pode confirmar-se através do cruzamento dos nomes da mesma lista com outras fontes documentais, como

João O'Neil (f. 224)⁴², comerciante de «Nação Britânica» estabelecido em Lisboa, possuía também uma quinta no termo de Almada, no sítio da Fonte da Pipa, junto ao mar, com armazém, casa de habitação e uma fábrica de tanoaria. Casara com a portuguesa Valentina Maria Ferreira, da qual tivera sete filhos. Entre 1757 e 1766, ano da morte da mulher, o casal adquirira, no termo da mesma vila, «muitas fazendas de Raijs». Em 1787, os dois filhos mais velhos, Henrique e Artur, viviam já independentes, em Lisboa, na zona do Bairro Alto⁴³.

Daniel Hoissard (f. 223) era sobrinho de Susana Hoissard. Esta vivera muitos anos em Lisboa e aqui falecera, tal como seu marido, o negociante Luís Beaumont (de origem francesa?). Daniel viera provavelmente para Portugal por intermédio dos tios, já cá estabelecidos. Por isso, quando a única filha do casal, Henriqueta, decide aos 40 anos de idade, recolher-se a um convento, faz doação ao primo Daniel dos seus bens móveis e de raiz, direitos e ações⁴⁴, atendendo ao muito que a ajudou e a seus pais durante todo o tempo em que tinha vivido e trabalhado em sua casa. Neste caso, tratar-se-ia de uma transmissão do negócio familiar de tio para sobrinho, através da prima, solteira e sem descendência.

O abastado comerciante Tomás Horne, nascido em 1722 em Wakefield e admitido na feitoria britânica em 1769, como referimos, acabou por falecer em Lisboa, sendo sepultado no cemitério inglês da cidade, após uma permanência de 23 anos em Portugal⁴⁵.

E até o polémico Dionísio Connell criou raízes entre nós. Viveu longos anos em umas casas nobres com quintal, na rua Fresca, junto à rua de S. Bento, na freguesia de Santos-o-Velho. O edifício constava de loja de entrada e dois armazéns no piso térreo e por cima o andar onde habitava. Em 1801 comprou-as à antiga senhoria, para aí continuar a residir⁴⁶.

Os criados na mesma nacionalidade acompanhavam os patrões durante muito tempo. Alguns talvez viessem com eles do país de origem. Isabel Hockley servira os pais de Henriqueta Hoissard «no decurso de muitos annos», incluindo durante «as suas longas doenças», tendo sido por isso contemplada com alguns bens. Mas também o «honrado caixeiro» português António da Costa Lima foi objeto do cuidado de Henriqueta. Servira igualmente longos anos o seu pai, pelo que devia ser conservado na casa e aí alimentado até falecer⁴⁷.

⁴¹ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 93, *Memorial...*, f. 85v.

⁴² Neste como em mais exemplos que referiremos à frente, existe sempre a possibilidade de se tratar de outra pessoa com o mesmo nome, apesar das coincidências. De qualquer modo, são ingleses que viveram e trabalharam em Lisboa na época em estudo.

⁴³ TTL, DP, RCEI., Maço 207, Doc. 8.

⁴⁴ TTL, DP, RCEI., Maço 851, Doc. 8.

⁴⁵ ALEXANDER, (Introd. e notas), *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, cit., p. 180 (nota do editor).

⁴⁶ TTL, DP, RCEI., Maço 261, Doc. 13.

⁴⁷ TTL, DP, RCEI., Maço 851, Doc. 8.

De facto, muitos empregados de comércio de negociantes estrangeiros, incluindo os dos Ingleses, eram nacionais. Dionísio Connell tinha pelo menos um, Domingos Lourenço Martins⁴⁸.

Mas havia comerciantes autóctones com empregados de origem britânica, embora tal situação fosse menos frequente. Em 1807, Carlos Smith, dono de uma hospedaria e casa de pasto no sítio do Corpo Santo, requereu a nacionalidade portuguesa por viver há muito tempo no país, tendo cá chegado «ainda de pouca idade, para caixeiro de Negociante Português»⁴⁹.

O contacto com os Portugueses não se confinava aos negócios ou aos empregados, domésticos ou comerciais. Ruders dá-nos conta de um jantar muito agradável em que participou, ocorrido na hospedaria de um inglês de nome Williams, com comensais suecos, dinamarqueses, ingleses, espanhóis e portugueses⁵⁰. E William Beckford, no seu diário, relata o convívio existente entre as famílias da alta sociedade portuguesa e inglesa e a forma amistosa como ele próprio foi recebido pela mais elevada aristocracia lusa.

Carl Ruders informa-nos que os Ingleses não queriam ser confundidos com os Irlandeses, embora estes tivessem também nacionalidade britânica. E se havia «muitas casas ricas» entre os aqueles, já no respeitante aos Irlandeses eram «raros os negociantes com fortuna». Entre estes últimos incluía-se certamente Dionísio Connell, que o encarregado de negócios John Hort considerava, em carta enviada em 1770 ao marquês de Pombal, «un des principaux des negociants Britaniques etablis dans Lisbonne»⁵¹.

Mas na sua maioria, porém, eram «pobres», embora por vezes arranjassem casamentos vantajosos em Portugal. O mesmo autor esclarece-nos ainda que havia muitas mulheres irlandesas, católicas pobres, que imigravam para o reino português propositadamente para ganhar a vida. Umas, como professoras em escolas ou colégios internos, onde ensinavam «inglês» e mais «prendas» às crianças portuguesas. Outras, como costureiras, modistas, preceptoras, hospedeiras, estalajadeiras, governantas e criadas de quarto⁵².

Pelas informações de Ruders, supomos que a quarta lista da relação é constituída, no todo ou em parte, por Irlandeses, a ajuizar pelas suas profissões, na maioria dos casos idênticas às dos grupos sociais economicamente mais frágeis da sociedade lisboeta coeva. E assim sendo, poderíamos acrescentar nas profissões femininas enunciadas por Carl Ruders a de engomadeira, de que há tantos exemplos na referida lista.

Famílias como as deste quarto rol estariam certamente incluídas na «pobre gente» referida por Ibbetson e seriam duplamente segregadas, pela condição económica e pela origem étnica.

Os homens de negócio britânicos seriam quase todos ingleses e corresponderiam, de acordo com a nossa Relação, apenas a 29% das famílias provenientes da Grã-Bretanha radicadas em Lisboa. O estatuto socioeconómico elevado, os entraves pombalinos à vontade de enriquecer depressa através do desrespeito pelas leis nacionais, o choque perante a diferença de mentalidade e de hábitos de trabalho e de vida dos Portugueses, a barreira linguística e a diferença religiosa, favoreciam a atitude de

⁴⁸ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 637, carta de John Hort ao marquês de Pombal de 12 de outubro de 1770, f. 35

⁴⁹ TTL DP, RCEI, Maço 675, Doc. 4.

⁵⁰ RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, cit., p. 25.

⁵¹ BNPL, *Coleção Pombalina*, Códice 637, carta de 4 de agosto de 1770, fs. 25-25v.

⁵² RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798-1802*, cit., p. 141.

isolamento, arrogância e até desprezo pelos nacionais, relatada pelos visitantes estrangeiros e passível de confirmação através de fontes coevas.

Tais diferenças não impediram os contactos amigáveis com famílias portuguesas de estatuto social equivalente e até com elementos da alta nobreza e da própria Casa Real. Além disso, a permanência geralmente longa em Portugal, tornava inevitáveis os contactos com os negociantes nacionais, mas também com advogados, tabeliães, oficiais camarários e de justiça, senhorios, credores, devedores, caixeiros, criados e prestadores de toda a espécie de serviços, o que contribuiria para ir atenuando o isolamento e o preconceito. E os descendentes de Britânicos nascidos e criados em Portugal, ainda que a viver no seio da comunidade de origem, teriam à partida outra facilidade de integração.

No entanto, muitos outros britânicos, pelo estatuto socioeconómico e pelas ocupações profissionais, estariam bem melhor inseridos na comunidade lisboeta. A religião católica de muitas irlandesas facilitou-lhes a entrada nas casas da burguesia e da nobreza, como professoras, aias, precetoras, criadas ou prestadoras externas de serviços. E seria dentro deste grupo social modesto e mais próximo da população local que ocorreria a maior parte dos casamentos luso-britânicos.

«Pela Nação Italiana, residente em Lisboa»: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (segunda metade do século XVIII)

«For the Nation, resident in Lisbon». Luso-italian relations and Italians elements in the capital (Second half of the XVIII century)

Carmine CASSINO*
Universidade de Lisboa

Abstract

The Luso-Italian relationships in the XVIII century show a strong polyvalence. For this reason, one can analyze them from different perspectives. This is possible mainly because of the specificity of that century, a period of high transformation of the socio-economic context. The mobility characterizing European economy and society from that moment also affects the modifications of the causes and the connotations of Italian emigration in Portugal. This phenomenon takes a set of elements of *italianità* in the country and mainly in the capital in three big areas: culture (arts and sciences), trade and religion. These elements are present in Lisbon in the second half of the eighteenth century, in the framework of general reconfiguration of the Luso-Italian relations, both political and cultural.

Concretely, there is a European projection of the Portuguese culture. This happened through two different dynamics. On the one hand, one could recognize the State's 'occupation' of the public thinking, having as a practical application the implementation of politics of cultural organization, aiming to moderate the clerical hegemony in the academic field. On the other hand, this dynamics are also a consequence of the interests of intellectuals and politicians for the important scientific and philosophical Italian culture of the eighteenth century.

Keywords

Eighteenth Century, Emigration, Lisbon, Italians abroad, Luso-italian relationships

Resumo

As relações luso-italianas no século XVIII manifestam-se em toda a sua polivalência. Por esta razão, podem ser analisadas a partir de diferentes pontos de observação. Isto torna-se possível devido sobretudo à particularidade daquela centúria, que se apresenta como um período de profunda transformação do contexto social e económico. A este respeito, evidencia-se como a mobilidade que caracteriza a economia e a sociedade europeias a partir deste período inclui também a mudança de causas e conotações socioeconómicas da emigração italiana em Portugal. Este fenómeno traz consigo todo um conjunto dos elementos de italianidade no país, e nomeadamente na sua capital, que dizem respeito a três grandes áreas: cultura (artes e ciências), comércio e religião, presentes em Lisboa na segunda metade de Setecentos, no quadro de reconstrução geral das relações luso-italianas (políticas e culturais) da altura.

Contextualmente, toma lugar uma projecção europeia da cultura portuguesa, realizada dum lado através de uma dinâmica de estatização do pensamento público que tem como aplicação prática a realização de uma política de organização cultural que visa subtrair a hegemonia no mundo académico ao clero. Do outro, tal dinâmica parte mesmo do interesse do mundo intelectual e político português pela relevante cultura filosófica e científica setecentista italiana.

Palavras chave

Século XVIII, Emigração, Lisboa, Italianos no estrangeiro, relações luso-italianas

* Centro de História da Universidade de Lisboa.

1. Quadro introdutório

O século XVIII é, fundamentalmente, um período de profunda transformação socioeconómica se o compararmos com toda a fase de organização social e produção económica antecedente¹. Esta perfila-se como o período em que teve lugar, segundo a definição do historiador Emmanuel Le Roy Ladurie, numa perspectiva de longa duração, a “história imóvel”, após a identificação dos caracteres globais de estagnação ao longo dos quatro séculos precedentes (1320-1720)². A mobilidade que caracteriza a economia e a sociedade europeias a partir deste período inclui também a mudança de causas e conotações socioeconómicas da emigração italiana em Portugal. De facto, supera-se substancialmente a época de “importação” de homens detentores de capitais e dos seus agentes (grupo no qual se podem incluir as categorias de banqueiros e homens de negócios)³, que tinham facilitado a implantação tanto na capital como no território nacional continental de prósperas colónias (ou “nações”) de mercadores italianos com os seus armazéns. Consequentemente, a centúria de setecentos revela-se como uma fase de afirmação de uma emigração mais ligada ao mundo da cultura: belas-artes, ciências e intelectualidades em geral (embora a vertente das profissões ligadas ao comércio e às finanças não desapareça totalmente⁴, voltando a surgir com papel de relevo nas primeiras décadas do século XIX). O processo migratório aumenta o seu fluxo, composto a partir de agora por figuras muito variadas e não ligadas de forma exclusiva ao âmbito comercial e financeiro. Trata-se, neste sentido, de um processo que começa a enquadrar os italianos em todas as camadas da economia social, com funções diversificadas: isto é, os próprios emigrantes estão muito mais sujeitos às dinâmicas e às flutuações da economia e da sociedade. Há quem enriqueça e quem empobreça, tornando-se neste caso elemento endémico do chamado “povo miúdo”. Contudo, a cultura institui-se como veículo que avoluma e diferencia a presença italiana no país: este fenómeno define-se de forma clara sob o reinado de D. João V, soberano particularmente devoto à cultura humanística procedente da Península Itálica.

Contextualmente, e como a historiografia tem amplamente demonstrado, a abertura de Portugal às directrizes do iluminismo europeu em meados do século - simbolizada pela parábola governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo - realiza-se através de uma dinâmica de estatização do pensamento público que tem como aplicação prática a realização de uma política de organização cultural que visa subtrair a hegemonia no mundo académico ao clero. Este é um sector que, no contexto dos Estados do absolutismo mediterrânico e contra-reformista, monopolizava a organização do ensino através das ordens religiosas, sobretudo da jesuítica. A política

¹ Cf. FURIO DIAZ, *Dal movimento dei lumi al movimento dei popoli. L'Europa tra illuminismo e rivoluzione*, Il Mulino, Bologna 1986, pp. 41-57.

² Para uma leitura específica sobre este tema, veja-se EMMANUEL LE ROY LADURIE, *Les paysans de Languedoc*, Flammarion, Paris 1969; Id., *L'histoire immobile*, in «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations», 29^e année, n° 23, 1974, pp. 673-692.

³ Para uma história da evolução dos termos e sua adopção social para a distinção de diferentes categorias socioprofissionais, veja-se: JORGE MIGUEL DE MELO VIANA PEDREIRA, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 1995, pp. 62-80. Contudo, já Nuno Luís Madureira tinha evidenciado uma certa dificuldade em discernir e categorizar as figuras e profissões fora da análise sociológica, em particular referência à distinção entre a qualidade de negociante e de mercador, de retalhista e de grossista, que define «profundamente ambígua» (NUNO LUÍS MADUREIRA, *Cidade: espaço e quotidianidade [Lisboa 1740-1830]*, Livros Horizonte, Lisboa 1992, p. 128).

⁴ PEDREIRA, *Diferenciação, Reprodução*, cit., pp. 190-195.

de “internacionalização” do corpo docente, que a partir da fundação do Colégio dos Nobres (1761) passa pela contratação de distintos cientistas europeus, em particular italianos, tem como objectivo atrair para Portugal mentes portadoras de um conhecimento solidamente assente na hermenêutica científica: eis o efeito teórico das políticas “esclarecidas” do Marquês de Pombal.

A par desta convocatória de professores estrangeiros e de outras medidas que favoreciam, em geral, a vinda de homens ligados às ciências puras, à música e às artes (no âmbito académico outros italianos chegarão com a reforma dos estudos superiores de 1772), há também uma “vocaçãõ” da viagem a Portugal: naqueles anos, a passagem pelo país de um número considerável de estrangeiros apresenta múltiplas causas, concentradas na grande curiosidade despertada antes de mais pela realidade política e histórica - o terramoto de 1755 assume aqui papel de relevo. O viajante estrangeiro - e, nomeadamente, o italiano - é induzido à estadia também pela vontade de encarar a realidade pombalina (procurada, como óbvio, na cidade capital) e possivelmente medir-se com ela, imaginando ou entrevendo nas suas mecânicas a prova provada de uma governabilidade moderna e autónoma.

O objectivo da presente contribuição é oferecer um conjunto dos elementos de italianidade que dizem respeito a três grandes áreas: cultura (artes e ciências), comércio e religião, presentes em Lisboa na segunda metade de setecentos, no quadro de reconstrução geral das relações luso-italianas (políticas e culturais) da altura. Dentro deste propósito, será também importante analisar rapidamente as memórias e as impressões acerca do país que os intelectuais/viajantes deixaram sob forma escrita (em publicações coevas ou póstumas). Isto porque os textos deixados por estes escritores constituem os mais importantes testemunhos de Portugal daqueles anos elaborados no molde do memorialismo de cultura italiana (embora não de língua, sendo alguns escritos em francês ou inglês).

2. Um século de olhares italianos sobre Portugal

Partimos exactamente das memórias de viagem deixadas por intelectuais italianos que se dirigiram em Portugal, em meados da centúria. Como era o país de então? E a sua capital? O que viam dois italianos em Portugal? Quais as razões desta visita?

Tomamos como exemplos os escritos de dois letrados provenientes do norte da península: o piemontês Giuseppe Baretti⁵ e o lombardo Giuseppe Gorani. Os seus escritos adquirem relevância porque constroem uma primeira narrativa sobre o tema da decadência, que se prolongará nos relatos dos viajantes e exilados liberais dos anos vinte do século XIX⁶. É na base desta ideia que se torna imprescindível evocá-los num estudo de “perspectiva italiana” sobre o século XVIII português, embora já outros estudiosos tenham falado sobre os seus trabalhos. Aliás, ao longo dos anos estes textos receberam uma considerável atenção do mundo cultural português, tendo alguns sido republicados até à época presente, devido à profunda e estruturada análise de diversos aspectos da vida do país (que nem sempre a intelectualidade autóctone tem aceite e discutido): este aspecto confirma a

⁵ Para uma detalhada biografia deste intelectual piemontês (1719-1789), veja-se: MARIO FUBINI, *BARETTI, Giuseppe*, em *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. VI, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, Roma 1964, pp. 327-335. Também se assinala o perfil biográfico presente em PIEDADE B. SANTOS, TERESA RODRIGUES, MARGARIDA NOGUEIRA, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Livros Horizonte, Lisboa 1992, pp. 93-94.

⁶ A este respeito, veja-se o estudo de GRÉGOIRE BRON, *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*, III tomes, Paris-Lisboa, [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, École Pratique des Hautes Études - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; nomeadamente, o tomo I.

importância destas memórias, que na dureza da crítica da realidade observada ultrapassam amiúde as que foram deixadas, por exemplo, pelos exilados da primeira metade de oitocentos.

As viagens destes intelectuais realizam-se nos anos sessenta do século XVIII. O primeiro a chegar é Baretti, cuja estadia na margem atlântica - sublinhando o que acabamos de referir - foi já abundantemente analisada por estudiosos quer portugueses quer estrangeiros⁷. Este desenvolvimento intelectual piemontês atraca na barra de Lisboa em meados de Setembro de 1760, na companhia de Edward Southwell, descendente de uma rica família britânica, com quem viaja rumo à Itália após vários anos passados em Inglaterra. As suas “cartas” sobre o país ficaram famosas assim que foram publicadas por terem provocado veementes protestos do embaixador português junto da Corte de Viena (à qual pertencia, então, a cidade de Milão, onde Baretti publicou uma primeira parte das ditas cartas, em 1762), o conde Ambrósio Freire de Andrade, devido às descrições e apreciações muito pouco lisonjeiras da sociedade lusitana e de seus bens materiais e imateriais. Por isso, após esporádicas publicações de partes da obra, o texto completo demorará algum tempo a ser publicado em primeira edição, vindo esta a ser impressa em Londres, em 1770, escrita em língua inglesa e com título reformulado⁸.

A experiência portuguesa de Baretti, bem como a do grande nome do pré-romantismo italiano, Vittorio Alfieri (que porém não deixa grande memória da sua passagem nesta terra)⁹ fica bem representado através das palavras da estudiosa italiana Francesca Di Giuseppe, que definiu as narrações de viagem sobre Portugal como o relato de uma experiência a meio-caminho entre o *Grand Tour* aristocrático (que tinha como meta de eleição a Península Itálica) e a sucessiva epopeia da emigração política do século XIX. Porém, apesar da existência de similitudes morais e ideológicas com os homens que deixaram a península devido às primeiras vicissitudes do *Risorgimento* (contestação do poder vigente, afastamento público como travessia pela liberdade), não é possível estabelecer nenhum paralelismo entre as duas experiências: as incursões dos viajantes setecentistas são fundamentalmente viagens

⁷ Algumas referências: a primeira tradução em português, por Alberto Telles, em JOSÉ BARETTI, *Cartas familiares (XV a XXXVIII)*, Typ. Barata&Sanches, Lisboa 1896; as reflexões a partir da edição crítica de Mario Meneghini, republicada (1ª ed. 1897) com organização de B. T. Sozzi em GIUSEPPE BARETTI, *Scritti*, Sansoni, Firenze 1963; a edição crítica (tradução, prefação e notas) de Maria Eugênia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, em GIUSEPPE BARETTI, *Cartas de Portugal*, sep. da «Revista da Universidade de Coimbra», vol. XXI, 1970; GIULIA LANCIANI, *O Portugal de Baretti*, em «Estudos Italianos em Portugal», n.º 43-44, 1980-81, pp. 139-158; RUI VIEIRA NERY, *Música e dança na sociedade pombalina - As cartas de Giuseppe Baretti*, em «Adágio», n.º 21-22, 1998-99, pp. 24-39. Mais recentemente, assinalam-se as análises de JORGE MARTINS RIBEIRO, *Viajantes italianos em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, em FRANCISCO TOPA, RITA MARNOTO (sob orientação de), *Nel mezzo del cammin. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea*, Sombra pela Cintura, Porto 2009, pp. 293-313; STEFANO PIFFERI, *Il Portogallo attraverso le lettere familiari e il Journey di Giuseppe Baretti*, Sette Città, Viterbo 2010; FRANCESCA DI GIUSEPPE, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, tese de doutoramento em ciências históricas, arqueológicas e histórico-artísticas (XXII ciclo), defendida na Università degli Studi di Napoli “Federico II”, ano académico de 2010 (orient.: prof. Renata De Lorenzo), pp. 156-164.

⁸ GIUSEPPE BARETTI, *A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*, printed for T. Daves...and L. Davis, London 1770. Uma boa organização em língua italiana das cartas de Baretti é publicada, postumamente, vários anos a seguir: *Lettere familiari di Giuseppe Baretti, a' suoi fratelli Filippo, Giovanni e Amedeo coll'addizione delle lettere Istruttive e della vita dell'autore compilata da Camillo Ugoni*, per Giovanni Silvestri, Milano 1836.

⁹ Cf. [VITTORIO ALFIERI], *Vita di Vittorio Alfieri da Asti scritta da esso*, tomo I, [s.n.], Italia 1809, pp. 208-212.

de prazer, animadas pelo gosto do conhecimento, fora do constrangimento típico do exílio e sem qualquer objectivo político¹⁰.

As memórias de Baretti são particularmente interessantes porque nelas se revela a repetida intenção de compreender a crise da sociedade portuguesa partindo do exame minucioso e depreciativo de um determinado elemento social: a plebe lisboeta, que, por causa de algumas vicissitudes ocorridas ao persistente observador piemontês, torna-se uma verdadeira obsessão. No fundo, a questão da decadência é afirmada através da miserável condição do povo e da compreensivelmente escassa produção literária portuguesa:

Mas, tenha ou não razão em concluir que a plebe portuguesa é a pior da Europa, como cidadão do mundo e como membro da grande sociedade chamada género humano, lastimarei muito se a experiência, nesta minha breve estadia aqui, me vier a convencer que é pouca a diferença entre o populacho e o não populacho em Portugal, como muitos pretendem fazer-me acreditar¹¹.

A superioridade reside na sensibilidade clássica, bem como na recuperação dos grandes textos da antiguidade, tema que suscita interesse tendo em conta que Baretti é um dos grandes críticos das manifestações intelectuais ligadas a movimentos como o da Arcádia, que naquele anos se enraizava também em Portugal como resposta tardia a uma época próspera como a barroca (veja-se o parágrafo 3). A antecipação da afirmação da cultura do neoclassicismo europeu (com efeitos talvez mais evidentes no resto do continente, mas que no país se vinculariam rapidamente a meios de difusão como o teatro)¹² torna-se também como uma manifestação de uma sensação de liberdade, que - entre várias coisas - custará a vida a um dos seus fundadores, António Correia Garção, falecido após ter sido preso por ordem de Carvalho e Melo (que também de início tinha impulsionado o desenvolvimento do movimento)¹³. Ao mesmo tempo, é evidente a crítica avançada contra as temáticas desenvolvidas por Jean-Jaques Rousseau, que, no mesmo ano em que Baretti dava à estampa a primeira e parcial versão das suas cartas (1762) publicava (em Amsterdão) *Emílio*. Baretti opõe-se à filosofia natural da educação, representada por «sabichões modernos», que «zombam principalmente de quem faz os miolos em

¹⁰ Cf. DI GIUSEPPE, *Portogallo*, cit., pp. 157-158; 164; ALESSANDRO GALANTE GARRONE, *L'emigrazione politica italiana del Risorgimento*, em «Rassegna Storica del Risorgimento», vol. XLI, fasc. I-III, 1954, pp. 223-224. Na opinião deste autor, é só com a eclosão da revolução francesa que se torna preeminente a questão da transformação política da Península Itálica; isto é, gera-se então a longa epopeia da emigração política. Todo o conjunto de figuras que fugiram durante o século XVIII pode ser considerado como herança de uma tradição secular de saídas por razões políticas e religiosas, embora estruturalmente diferentes das do exílio político do *Risorgimento*.

¹¹ GIUSEPPE BARETTI, *Cartas de Portugal*, traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, sep. de «Revista da Universidade de Coimbra», vol. XXI, 1970, pp. 89-90.

¹² A difusão em Portugal da obra de um autor como Pietro Metastasio, ícone do neoclassicismo europeu, está ligada à própria figura do Marques de Pombal, que se encontraria na sua missão diplomática em Viena, pela altura em que o comediógrafo italiano se torna o principal poeta de corte do imperador Carlos VI, tornando a capital austríaca no centro de irradiação da cultura neoclássica para o resto do continente (cf. GRAÇA ALMEIDA RODRIGUES, *Anticonformismo na primeira metade do século XVIII*, em MARIA HELENA CARVALHO DOS SANTOS [sob organização de], *Pombal revistado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, 2 vols., vol. I, Editorial Estampa, Lisboa 1984, pp. 282-285; como afirma esta autora, o teatro lírico metastasiano «será um favorável aliado de uma imagem viva, a ser oferecida, do poder real»).

¹³ Cf. LUÍS FRANCISCO REBELLO, «O Marquês de Pombal e o teatro», em DOS SANTOS (sob organização de), *Pombal revistado*, cit., vol. II, p. 100.

água com os antigos escritores gregos e latinos, que foram, são e serão sempre as mais límpidas fontes do saber humano e os mais poderosos antídotos contra a ignorância, e contra a inospitalidade e barbárie»¹⁴. Na crítica ao sistema de ensino, particularmente ao das universidades há-de ler-se também a crítica à expulsão dos jesuítas (1759), guardiães daquela cultura clássica e do sistema de ensino que agora faltavam, encaminhando os portugueses para um estado primitivo (faz-se também uma crítica à falta de uma universidade em Lisboa, que foi substituída pelas escolas das Necessidades)¹⁵. Pode assim avançar-se com o argumento final: «Ingleses, Franceses e Italianos são todos unânimes em dizer que cá se não estuda nada de importante e que a maior parte deste povo só aprecia genealogias, capas, mulheres, mandriice e ver gente que se desbarrete diante deles»¹⁶. Como é sabido, a reforma ainda estava por vir, e chegará alguns anos mais tarde. Contudo, e como vimos, a sua atitude detractiva incomodou a opinião pública portuguesa, e isso ficou a dever-se provavelmente à justificação que encontramos numa carta sem data, onde o autor procura desculpar-se perante as classes altas, entendidas como lugar das boas pessoas, que também existem, mas sem renunciar a «dizer bem de muitíssimos indivíduos portugueses não da plebe»¹⁷. Afinal, o seu arrependimento não lhe valeu qualquer clemência portuguesa: quando fazia tenção de passar por Portugal, em 1766, como etapa intermédia na viagem de regresso (Génova-Lisboa-Falmouth) é-lhe recusada a carta de visto pelo cônsul português na cidade ligure, um tal Nicola Piaggio, considerado um informador do Conde de Oeiras na península¹⁸.

Embora com impressões pessoais e avaliações finais próximas das de Baretti sobre a situação do país, a experiência lusitana do aristocrata milanês Giuseppe Gorani¹⁹, arrojado e ambicioso jovem a quem «nada lhe parecia digno de si», porque «o que desejava era um trono» (segundo uma sarcástica descrição de 1911)²⁰ é diferente. O italiano chega a Portugal com 25 anos, após prolongados périplos em todo o continente. Provido de boas referências, consegue entrar no círculo de Carvalho e Melo, que por sua parte começa a utilizá-lo como um brinquedo nas suas mãos; em

¹⁴ BARETTI, *Cartas*, cit., p. 90.

¹⁵ RIBEIRO, *Viajantes italianos*, cit., p. 300.

¹⁶ BARETTI, *Cartas*, cit., p. 118.

¹⁷ «Mas no caso de vir a imprimir esta minha viagem, rogo desde já ao leitor que note que, se em algumas destas minhas cartas trocei a maltratei a parte mais abjecta da plebe de Portugal, também me não esqueci de dizer bem de muitos indivíduos portugueses não da plebe. Já não falo na minha descrição do terramoto em que pinteí, creio eu, com nobreza e vivacidade de cores, a alma boa e compadecida de um monarca que muito brilhantemente se mostrou condoído e bondoso naquele angustiado transe. Já não falo de que, quando descrevi a cerimónia patriarcal, notei a extrema e exemplar piedade da Rainha e a comparei com a de um filósofo [...] Se o tempo e as circunstâncias me tivessem permitido olhar face a face os ministros, os nobres e as outras pessoas mais importantes do reino lusitano, estou certo de que uma vez por outra teria o ensejo de elevar o estilo, pintar a prudência e a justiça dos ministros, as virtudes e qualidades magnânimas dos nobres e dessas pessoas notáveis. Tanto pelo que vi como pelo que ouvi dizer, a gente nobre e educada em toda a moderna Europa é geralmente muito uniforme e semelhante» (Ivi, p. 153; referido também em RIBEIRO, *Viajantes italianos*, cit., p. 298).

¹⁸Cf. ROBERTO BARCHIESI, *Italia e Portogallo nel Settecento*, sep. de *Atti del quarto Congresso dell'Associazione Internazionale per gli studi di lingua e letteratura italiana, Maganza e Colonia, 28 aprile-1º maggio 1962*, Franz Steiner Verlag GMBH, Wiesbaden 1965, p. 96, em referência à carta de Baretti em 7 de Junho de 1766, conteúda em *Epistolario*, organização de L. Piccioni, vol. I, Laterza, Bari 1936, pp. 331-332.

¹⁹ Para o perfil biográfico, veja-se SANTOS, RODRIGUES, NOGUEIRA, *Lisboa setecentista*, cit., p. 94.

²⁰ [PEDRO FERNANDES TOMÁS], *O Conde Gorani em Portugal (1764)*, Imprensa Lusitana, Figueira 1910, p. 9.

troca, Gorani recebe cargos e graduações militares, que nunca o satisfarão²¹. Abandona o país encoberto numa mentira (a suposta morte do pai): a sua partida é uma fuga da decadência, sobre a qual escreve páginas pouco lisonjeiras, em que regista a estadia em Portugal; e tal como acontecera com os escritos de Baretti (embora muitos anos mais tarde), os de Gorani provocam a indignação dos portugueses: em finais de oitocentos, Pinheiro Chagas não terá dúvidas em apelidar de “imbecil” a memória lusitana do “aventureiro” italiano²².

As suas primeiras horas em Lisboa já nos apresentam uma questão que desenvolveremos ao longo da nossa análise: a presença italiana no reino e, nomeadamente, na capital. Esta presença acompanhava a notável influência cultural daqueles anos e o extremo interesse pelas coisas italianas entre as classes mais abastadas²³. De facto, a hospedaria onde encontra o primeiro abrigo, dita das “Santas Almas do Purgatório” (situada perto do antigo palácio da Inquisição, no Rossio), pertencia a um genovês que integrava a numerosa comunidade lígure nesta cidade. Segundo o curador das edições portuguesas, Castelo Branco Chaves, a chegada de Gorani a Portugal não seria ditada pelo acaso ou pela necessidade de procurar oportunidades, mas sim pelo desempenho do papel de espião ao serviço de alguma potência estrangeira, que ele, porém, não identifica²⁴. Para além de explicitar a razão específica que o conduz a Lisboa, as páginas de Gorani constituem uma excepcional descrição quer da cidade (numa aceção social e urbanística), quer da estrutura de poder pombalina, que o força a uma obediência mais cerrada. Nas páginas que escreve revela-se uma profunda crítica à sociedade portuguesa (é aqui que surge a questão da decadência), definida sem hesitação como «cloaca da perversidade»²⁵. A este respeito Gorani avança com uma interessante teoria sobre o poder em Portugal, concebida segundo uma ideia de círculos concêntricos, em que a eficácia e intensidade da autoridade pombalina abrandam à medida que se distancia do centro, que é a capital. Isto torna-se evidente aquando da sua reflexão sobre a detestável opressão exercida pelo Conde de Oeiras particularmente (e especialmente) sobre o ambiente urbano de Lisboa, uma evidência de maldade que se torna progressivamente menos perceptível nos ambientes mais afastados da cidade. Com efeito, durante a sua viagem ao Porto encontra um ambiente mais

²¹ É nomeado Ajudante-geral do regimento de Lippe, muito prestigiado porque se tratava do primeiro regimento do exército, em serviço junto do rei e da família real. Mas ele desejava outro enquadramento da sua pessoa: almejava elevadas posições na diplomacia.

²² Cf. PINHEIRO CHAGAS, *Migalhas de história portuguesa*, Lello & Irmão - Editores, Porto 1984 (1893), pp. 151-158. «Quando se lêem estas coisas, sente-se um profundo desalento. Não há meio de se conseguir que os estrangeiros nos estudem a sério. A maledicência de qualquer aventureiro basta para anular os nossos grandes homens, para ridicularizar a nossa civilização, para transformar a sociedade portuguesa numa sociedade excepcionalmente inepta, cujos costumes são do domínio exclusivo da musa burlesca de Offenbach» (p. 158).

²³ Gorani fornece um testemunho da difusão da cultura italiana na cidade nos tempos do pombalismo quando fala do seu conhecimento - e paixão - com a filha de um rico judeu convertido, que vai encontrar em sua casa: «logo na primeira visita a deliciosa criatura não se fez rogada para tocar piano-forte e deixar de ouvir a sua celeste voz. Nunca, na minha vida, ouvi pronunciar tão bem o italiano. Cantou algumas árias de Metastásio tão bem como o faria a primeira cantora do Grande Teatro de Nápoles. Sabia italiano como se tivesse nascido em Itália e, além disso, era grande conhecedora de todos os poetas italianos, dos poetas espanhóis e de Camões» (GIUSEPPE GORANI, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, Círculo de Leitores, Lisboa 1992, p. 106).

²⁴ Cf. CASTELO BRANCO CHAVES, *Introdução*, em GORANI, *Portugal. A corte*, cit., pp. 11-20.

²⁵ *Ivi*, p. 101.

sossegado, amigável e afável; diz ele, é porque «no Porto era-se menos escravo e, portanto, melhor se revelava o carácter nacional»²⁶.

Nas suas memórias encontramos a imagem de uma cidade, Lisboa, cujo imaginário colectivo e cuja vertente de sociabilidade caracteriza ao longo de um período que vai muito além da época do pombalismo: é a cidade onde está a surgir e se afirma o interesse pelo teatro italiano, ou lírico; como dissemos, uma presença imponente²⁷ na cultura e na sociedade, que se prolongará por decénios e que estará presente em todas as memórias dos seus visitantes, nomeadamente dos italianos, pelo menos até metade do século seguinte. Considere-se que em 1742, «tutti i musici della Patriarcale erano italiani; ugualmente lo sono gli architetti che costruiscono i teatri e preparano le scenografie»²⁸.

No país que Gorani deixa em meados dos anos sessenta, a “indústria” do espectáculo encontra-se em fase de crescimento e os italianos contribuem para esse desenvolvimento: actores, libretistas, cantores, cenógrafos enchem as principais cidades do país e protegem a difusão de um género que com facilidade adquire a função muito próxima ao conceito de *panem et circensis*: ou seja, de entretenimento do público numa fase histórica em que a aparente imobilidade social - sobre a qual se alicerça o absolutismo lusitano - impõe igualmente formas que sejam válvulas de controlo da pressão social. Sobretudo, o teatro é o lugar de sociabilidade predilecto dos visitantes estrangeiros, nesta altura e, mas tarde, no caso dos exilados do século XIX.

3. A “italianização” do século XVIII português. Relações e correspondências políticas e culturais

O século XVIII é, para Lisboa e para Portugal inteiro - um século de considerável “italianização” da sua super estrutura cultural, devido ao acolhimento de tendências artísticas e filosóficas de origem peninsular. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que este século é também altura de diferenciação da presença italiana na micro economia, onde o comércio a retalho gerido por italianos se difunde de maneira particular. Esta tendência perfila-se contextualmente à afirmação de profissões e mesteres ligados às artes e ao então “mundo do espectáculo”. Novas figuras e profissões assentam praça em maneira particular na capital, importando e

²⁶ Ivi, p. 180.

²⁷ Não podendo nesta sede aprofundar a temática, sobre a qual já muito se escreveu, utilizamos a síntese de Giuseppe Carlo Rossi, útil também a perceber a dimensão desta presença «vertiginosa e ardentíssima de atmosfera italiana em todos os aspectos e a todos os níveis» da cidade de Lisboa e da sociedade portuguesa: «[...] a história da presença italiana no mundo teatral português do século XVIII pode bem ser repartida, portanto, em vários e diversíssimos capítulos: o dos poetas - ou autores de versos - que escreveram - ou dos quais se deduziram - os libretos para as obras representadas em Portugal [...] dos músicos que desenvolveram actividade em Portugal, frequentemente compondo óperas expressamente para o público português [...] dos artistas de canto [...] dos balerinos (desde Sabatini a Colonna); o dos arquitectos (entre todos, Fortunato Lodi, a quem se deve o Teatro Nacional de D. Maria em Lisboa); o dos cenógrafos, dos empresários, e continuando até ao dos pintores e decoradores, dos estucadores e dos fornecedores de indumentária teatral» (*A literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Livraria Telos, Porto 1973, pp. 116-117). Por seu lado, Graça Almeida Rodrigues (fazendo referência ao trabalho de Emilio Lavagnino) salienta como «chusmas de músicos e de artistas plásticos desembarcam em Portugal e são agregados ao grande espectáculo da ópera»; circunstância que «incorpora Portugal àquela vasta unidade cultural que seria a Europa do tempo, olhada como uma vasta colónia italiana, por virtude da força expansionista do melodrama; na linguagem dos seus poetas, na execução dos seus cantores, na presença dos seus maestros» (RODRIGUES, *Anticonformismo*, cit., pp. 282-283).

²⁸ Cf. BARCHIESI, *Italia e Portogallo*, cit., p. 94.

sedimentando escolas e estilos, mas também plasmando uma cultura e identidade comum. Desta maneira, contribuem para definir a evolução do próprio conceito de “nação”, no sentido em que será utilizado até o século XIX: ou seja, passar-se-á da ideia de grupo de comerciantes estrangeiros, «comunidades estrangeiras, especialmente de comerciantes que vivem e gozam dos privilégios da cidade onde vivem»²⁹, à ideia de comunidade que partilha elementos culturais comuns e como tal é publicamente identificada, mantendo e aliás reforçando - no caso da “nação italiana” - os seus polos de atracção e conglomeração, que no caso de Lisboa encontram uma síntese perfeita na simbologia religiosa e, mais precisamente, na quinhentista paróquia do Loreto.

Antes de tudo, porém, é necessário esclarecer o que entendemos com a palavra “italianização”: tem ela uma validade científica? Ou, pelo menos, revela um critério de aderência à realidade?

Por exemplo, José Sasportes utiliza esta definição para intitular vários capítulos das suas obras dedicadas à história da dança em Portugal, levantando a pregnância do tema e alargando a sua eficácia a vários sectores das actividades humanas que terão considerável desenvolvimento no século XVIII português. Afirma este autor:

Em Portugal, a italianização percorreu uma estrada livre, com o acesso facilitado pela relação preferencial de Lisboa com a corte de Viena, activo centro italianizante. Como se sabe, a italianização atingiu não só a música e a dança, mas também a literatura, a arquitectura, a pintura, a escultura, o teatro. E como encontrou para si todo o espaço, instalou-se imperturbável até para além do fim do século, sem sentir as diferentes ameaças críticas à sua hegemonia³⁰.

A ligação entre as cortes de Lisboa e de Viena é representada, no período a que nós referimos, por D. Maria Ana Josefa, arquiduquesa de Áustria e rainha de Portugal; mas o papel de grande introdutor da cultura italiana no país cabe com certeza ao marido dela, Dom João V, capaz de aproveitar de maneira aprofundada todas as sugestões que, neste sentido, vinham do efervescente ambiente aristocrático da cidade danubiana (onde prestava seus prestigiados serviços o poeta e dramaturgo romano Pietro Metastasio). As políticas culturais joaninas da primeira metade do século são em grande parte inspiradas pela notável (e já mencionada) sedução exercida sobre o rei pelo mundo cultural italiano; ênfase que o levará a exercer práticas de mecenatismo generoso em Roma.

De facto, muito profundas e procuradas eram as ligações entre a corte joanina e Roma: o próprio rei português torna-se membro (com o nome de “Arete Metello”) do conjunto cultural conhecido como Academia da Arcádia, expressão dum movimento cultural ligado aos conceitos de simplicidade e de classicismo em vários campos das actividades humanas, principalmente o literário, e que dinamiza a cultura italiana num sentido anti-barroco³¹. O papel do Rei e a viabilização em Portugal desta cultura abrem o caminho à chegada de literatos e artistas ao país (pense-se, por exemplo, no arquitecto romano António Canevari, autor entre muitas coisas da torre - dita “da

²⁹ ERIC J. HOBBSAWM, *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, 2ª ed., Terramar, Lisboa 2001, p. 21.

³⁰ JOSÉ SASPORTES, *Trajectória da dança teatral em Portugal*, Biblioteca Breve, vol. XXVII, Instituto de Cultura Portuguesa, [Lisboa] 1979, p. 33.

³¹ Sobre o movimento da Arcádia portuguesa pode-se fazer referência a três obras, duas de análise geral, outra de leitura específica: THEOPHILO BRAGA, *História da literatura portuguesa. A Arcádia Lusitana*, Lello&Irmão, Porto 1899; GIUSEPPE CARLO ROSSI, *L’Arcadia e il romanticismo in Portogallo*, LeMonnier, Firenze 1941; RITA MARNOTO, *Teoria dos géneros e prática literária na Arcádia Lusitana: o processo de contaminatio*, sep. de *Retórica, poética y géneros literários*, [s.n.], [Granada] 2004, pp. 599-626.

Cabra” - da Universidade de Coimbra); além da fundação da Arcádia Lusitana, vários anos mais tarde (1757), que verá a participação de eruditos italianos, tais como o abade Mariano Bergonzoli-Martelli, colaborador do núncio apostólico junto da corte de Dom José I, o cardeal Filippo Acciaiuoli. A Arcádia romana recebeu vários apoios financeiros da casa de Bragança, chegando esta a custear a construção da sede da academia (na quinta chamada de Bosco Parrasio, situada na área do Gianicolo, com um projecto de Canevari). O mecenatismo de Dom João V virá favorecer também as artes portuguesas: de facto, em 1720 apoia a fundação duma academia portuguesa de belas artes na cidade eterna, para que servisse à formação dos artistas lusitanos. Estes últimos, de volta ao país, determinam o influxo do estilo italiano no século XVIII artístico lusitano.

Mas a “italianização” de parte da cultura lusitana passa também por aquela fase de trânsito para o novo pensamento europeu. Com efeito, embora com contornos diferentes, em ambas as realidades assistimos ao processo que tem o seu ponto nodal nos países da Europa central: o desenvolvimento de um pensamento racionalista, iluminado, capaz de ir além das barreiras entre os povos e culturas, realizando uma síntese entre os valores das pessoas e das coisas. Este é um processo que se define particularmente ao longo de uma directriz: a das correspondências entre Portugal e o sul da Península Itálica, nomeadamente entre Lisboa e Nápoles. De facto, é na segunda parte do século que se reforça uma correspondência política e cultural. Talvez nunca antes na História os dois reinos tenham sido tão próximos nem a grande cultura filosófico-jurídica tenha sido tão bem acolhida em Portugal.

Também o próprio surgimento do novo sistema de ideias em cada um destes ambientes apresenta similitudes, desenvolvendo-se em dois momentos muito bem definidos. Numa primeira fase, é moderado pelas instituições políticas (as monarquias), em várias modalidades, dependentes da particularidade geopolítica em que esta mediação tem lugar (o despotismo esclarecido não teve enraizamento em todo o continente, e onde se manifestou exprimiu-se sob contornos dissemelhantes). Numa segunda fase, no final da centúria, a sobredita mediação entre velhas instituições e novas ideias desvanecese: rebenta a revolução, uma nova classe burguesa faz emergir o seu próprio lugar na organização e na liderança das sociedades. É ao longo destas duas linhas que se perfilam as correspondências entre as duas realidades numa altura histórica que é incubadora dos processos sociais, políticos e económicos que terão lugar na cena europeia - neste caso, em Portugal e Nápoles - na primeira metade do século XIX³². Estas directrizes acolhem interligações

³² No plano propriamente político-diplomático, o despotismo esclarecido é representado nos dois reinos pelo emparelhamento entre monarcas com novas visões e ministros com poderes alargados e atitudes anti-jesuítas: Dom José I e o Marquês de Pombal em Portugal, Carlos I de Bourbon (ou VII, segundo a investidura papal, nunca utilizada, desde 1759 III de Espanha) e Bernardo Tanucci no Reino de Nápoles. A curva da vida, quer privada quer política, dos sobreditos primeiros-ministros adquire semelhanças tais que as duas figuras se mostram especulares, tal como um determinado carácter especular é traçado nos tempos e nas dinâmicas que protagonizaram (cf. SARA PEREIRA, *Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea defendida no ISCTE-IUL, Lisboa 2010, pp. 33-42). As fortunas de Bernardo Tanucci estão estritamente ligadas às de Carlos I de Bourbon: desde cedo é chamado a fazer parte do governo do novo reino autónomo do *Mezzogiorno* italiano, como conselheiro real e ministro da justiça. Neste contexto forma-se um renascimento a vários níveis - sobretudo intelectual - da cidade de Nápoles. A revitalização do pensamento público napolitano, que desencadeia o grande Setecentos peninsular, entrelaça-se no plano político com a cidade filha da influência racionalizadora de Tanucci, exercida à partida sob a alçada do soberano espanhol (em presença até 1759 e em regência até 1767, ano de investidura efectiva do príncipe real, que governou com o nome de Fernando IV). Da influência mais do que da obra, uma vez que o alegado desejo reformador do ministro napolitano (mas toscano de nascimento) terá uma aplicação prática moderada,

segundo duas modalidades diferentes, entre as quais prevalece a pertencente a um plano público-diplomático (sobretudo na primeira fase). Não faltam ligações vinculadas a vicissitudes individuais (segunda fase, pense-se no caso da revolucionária napolitana Eleonora Fonseca Pimentel, de família lusitana)³³, que caracterizam mais propriamente um plano cultural. E é mesmo um fértil ambiente cultural que se desenrola como pano de fundo para o enredo das relações luso-napolitanas em finais de Setecentos, que se perfilam como talvez a mais importante e interessante parte das relações luso-italianas nesta época.

Nápoles, «paraíso habitado por pobres diabos» (segundo uma célebre definição de origem medieval que teria sido usada e abusada até à contemporaneidade), é naquela altura uma capital europeia semelhante em dimensão a cidades como Londres, Paris, Viena. É também centro de intelectualidade e fermento cultural de primeiríssimo plano. Trata-se de uma realidade onde os raciocínios produzidos nos campos filosófico e jurídico são aderentes à complexa estrutura da sociedade e do poder que as vê surgir, numa dimensão que vai além de uma mera “predisposição utópica”: a produção intelectual de homens mais ou menos próximos da corte dos Bourbons transforma a cidade (com frágeis repercussões sobre as províncias, historicamente afectadas pela distância da capital) no berço de um verdadeiro pensamento europeu, capaz de aproximar uma região periférica do continente ao centro do desenvolvimento cultural e ideológico europeu, aos lugares do progresso intelectual e civil. Antes de mais, é o lugar onde se desenvolve o grande pensamento de Giambattista Vico; o qual, porém, será acolhido e estudado com algum atraso pelas demais culturas europeias, entre as quais a portuguesa, que só a partir dos anos Trinta de Oitocentos reformulará em diversificadas vertentes dialécticas as ideias do filósofo napolitano³⁴.

como já a historiografia evidenciou («sospettoso delle astrazioni dei filosofi francesi [...] troppo scettico per condividere l’ottimismo degli intellettuali circa gli effetti di trasformazioni radicali [...] questo ex professore toscano, misogino, zelante, ricco di esperienza, si dedicò tutto alle riforme giuridiche ed anticlericali, cioè ai problemi che meglio conosceva» (STUART J. WOOLF, *Le riforme e l’autorità: Illuminismo e dispotismo [1750-1790]*, em RUGGIERO ROMANO, CORRADO VIVANTI [sob orientação de], *Storia d’Italia*, vol. III - *Dal primo Settecento all’Unità*, Torino, Einaudi, 1973, pp. 84-85). Contudo, foram alcançados alguns sucessos políticos na senda dos seus propósitos de gestão do poder e da sociedade, e entre todos ressalta aquele levado a cabo no conjunto de uma colaboração diplomática lançada primariamente pelo Marquês de Pombal: a expulsão dos jesuítas do reino (1767), que a corte portuguesa já tinha realizado oito anos antes. A acção diplomática e política comum desenvolvida entre Nápoles e Portugal - e neste espaço hão-de considerar-se todas as potências católicas, mais ou menos preocupadas com o assunto - é vital para a aceleração do percurso que leva à supressão da ordem, realizada em 1773 por decisão do pontífice Clemente XIV. É confirmada, assim, a justeza da intuição pombalina da necessidade de transformar a questão de interna em internacional para garantir a aquisição e a conservação a nível continental deste difícil objectivo (cf. JORGE BORGES DE MACEDO, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*, [s.n.], Instituto Da Defesa Nacional [s.d.], pp. 282-290). A luta travada e ganha contra a Companhia de Jesus pode ser considerada o momento de máxima aproximação entre os dois governos, embora não sejam conhecidos contactos directos entre as duas figuras principais dos respectivos gabinetes (Cf. PEREIRA, *Portugal e Nápoles*, cit., pp. 34-35).

³³ Cf. VITTORIO DE CESARE, *Leonor e a memória histórica*, em TERESA SANTOS, SARA MARQUES PEREIRA, *Leonor da Fonseca Pimentel. A portuguesa de Nápoles (1752-1799)*, Actas do colóquio realizado no bicentenário da morte de Leonor da Fonseca Pimentel, Livros Horizonte, Lisboa 2001, pp. 19-25.

³⁴ Seria não só impossível mas até redutor nesta sede desenvolver uma síntese do interesse oitocentista pelo pensamento de Vico, expresso por autores como José Gama e Castro, Pedro Amorim Viana, Antero de Quental, Oliveira Martins ou Teófilo Braga. Remetemos, por isso, a dois estudos em língua italiana: GIUSEPPE CARLO ROSSI, *Cenni sulla presenza del Vico in Portogallo*, reprint from «Forum Italicum», vol. II, n° 4, Dezembro 1968, pp. 546-554; ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA, *Presenza e assenza di Vico nella filosofia luso-brasiliana*, in GIUSEPPE CACCIATORE, MAURIZIO MARTIRANO (sob orientação de), *Vico nelle culture iberiche e*

Maior fortuna terá o pensamento de António Genovesi³⁵, cujas ideias económicas, jurídicas e pedagógicas foram quase de imediato recebidas pelo mundo intelectual português. Em particular, os reflexos de uma das suas obras fundamentais, as *Lezioni di Commercio* (1765-67), são visíveis em Portugal já a partir dos anos Oitenta, uma recepção quase imediata pela capacidade de circulação das ideias naquela época. O seu pensamento económico, em que se tenta uma aproximação e síntese entre elementos teóricos mercantilistas e fisiocratas com vista à definição de uma determinada ideia de intervenção do Estado - como força positiva - na economia e na esfera pública em geral (particularmente, na instrução), opera certa influência sobre os pensadores portugueses do último quartel do século XVIII³⁶. Acrescentamos que, de alguma forma, os ensinamentos deste ilustre intelectual napolitano estão na base da fundação da própria Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), sendo que um dos seus fundadores, o abade José Francisco Correa da Serra, recebera a primeira formação em Nápoles e mesmo em casa de Genovesi, na altura em que o seu pai se viu forçado a sair do país devido às perseguições da inquisição lusitana.

Mas a obra do abade napolitano foi também analisada dialéctica e criticamente pelos pensadores portugueses. Isso é particularmente evidente no pensamento de Luís António Verney, o mais destacado intelectual português de Setecentos, que passa grande parte da sua vida em Itália, onde recebe a formação fundamental. A sua cidade de eleição é Roma, onde, através dos estudos, se torna um grande admirador de Ludovico Muratori³⁷, tendo contextualmente a possibilidade de analisar a obra de Genovesi e de ganhar distância em relação à sua especulação filosófico-pedagógica. Com efeito, o autor do *Verdadeiro Método de Estudar* demonstra conhecê-la já em 1751, quando em Roma publica a obra *De Re Logica ad Usum Lusitanorum Adolescentium*, em que são ressaltados elementos de crítica à lógica de Genovesi (embora o autor português seja acusado de tê-la imitado)³⁸. O crescimento da sua incompreensão do sistema de poder português e seus homens na época pombalina, cessado numa total perda de consideração pela corte real, desenvolve-se em sintonia com a recepção da obra de Genovesi em Portugal, até esta se tornar elemento de referência no ensino disciplinar nascido na reforma pombalina da Universidade em 1772 (a primeira edição de uma obra de Genovesi dada à estampa em Portugal de

lusitane, Guida, Napoli 2004, pp. 143-184. Para um estudo em língua portuguesa sobre aspectos relevantes da obra do pensador napolitano, veja-se ANA CLÁUDIA SANTOS, *Poesia e ciência nova. O conhecimento segundo Giambattista Vico*, Campo da Comunicação, Lisboa 2009.

³⁵ Antonio Genovesi (1713-1769) é considerado um dos principais pensadores do iluminismo napolitano, juntamente com Gaetano Filangieri, o abade Ferdinando Galiani e Mario Pagano. Uma boa síntese da obra de Genovesi em língua portuguesa é representada pelo estudo de MARIA MANUELA ROCHA CRUZEIRO, *António Genovesi e o movimento iluminista no sul de Itália*, sep. de *Biblos*, LV, [s.d.], pp. 476-500. Para uma rápida mas significativa leitura sobre o pensamento reformista do abade napolitano, veja-se NICOLA BADALONI, *Modelli di razionalità e progetti di manipolazione sociale nell'età dell'illuminismo*, in RUGGIERO ROMANO E CORRADO VIVANTI (sob orientação de), *Storia d'Italia*, vol. III, *Dal primo Settecento all'Unità*, Einaudi, Torino 1973, pp. 828-837.

³⁶ Cf. FRANCISCO ANTÓNIO LOURENÇO VAZ, *A difusão das ideias económicas de António Genovesi em Portugal*, em «Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias», II série, vol. XI (1999), pp. 553-576.

³⁷ LUÍS CABRAL DE MONCADA, *Italia e Portogallo nel Settecento*, [Sociedade Industrial de Tipografia, Lisboa], [s.l.] 1949.

³⁸ «A *Lógica* de Verney, dissemos, imprimiu-se em 1751; ma que motivo levaria o Autor a publicar em Roma - na própria Itália de Genovesi - uma lógica escrita em latim, poucos anos depois daquela que o acusam de ter imitado? [...] Na realidade, é o próprio Verney que se refere à lógica do italiano e, se foi influenciado por ela, só a podia ter sido pela melhor obra do Genuense - no dizer do biógrafo Romagnosi - os *Elementos Artis logico-criticae*» (MARIANA AMÉLIA MACHADO SANTOS, *Verney contra Genovezi. Apontamentos para o estudo do "De re logica"*, Coimbra Editora, Coimbra 1939, p. 70).

que temos notícia é de 1773, e foi impressa em Coimbra³⁹; enquanto a primeira tradução em português - não publicada - das *Lezioni di Commercio* é atribuída por Francisco Vaz a um manuscrito dos anos Noventa⁴⁰. Verney acaba os seus dias em Roma; o ambiente romano possibilitou-lhe continuar as suas cogitações, enquanto as reflexões filosófico-pedagógicas de Genovesi e suas reformulações do papel civil da instrução, pensadas numa nova relação entre sociedade e igreja, eram aí recebidas com grande hostilidade. De resto, Genovesi, na já citada obra *Lezioni di Commercio*, tinha manifestado apreço pelas políticas pombalinas do ensino⁴¹.

4. Os italianos em Lisboa: presenças e marcas na cidade

Temos visto como a cultura desenvolve um papel relevante na aproximação entre as sociedades portuguesa e italiana no curso do século XVIII. É evidente também como, ao lado de tais relações, se mantenham conexões de carácter económico e político, que serão destinadas a crescer com o passar das décadas, até encontrar novo vigor na primeira metade do século XIX, quando a presença italiana em Portugal apresenta-se muito reforçada⁴². Naqueles anos a influência cultural italiana no país é uma realidade bem sólida, e manifesta-se sobretudo no campo teatral: a ópera é o mais procurado espectáculo nas salas dos teatros lisboetas, que traz a Portugal os maiores artistas da altura, conseguindo também avivar uma certa economia em torno deste sector.

É precisamente nos anos 30 de Setecentos que a ópera italiana é introduzida em Portugal, de maneira particular graças à presença em Lisboa, a partir daqueles anos, da companhia de Alessandro Paghetti, que em 1735 se instala na Academia da Trindade⁴³ - lugar que, evidentemente, podemos considerar como a primeira casa da ópera italiana em Lisboa. É de aqui que partimos para um *excursus* final sobre a comunidade italiana presente na capital neste século, tentando traçar um perfil geral deste grupo populacional mediante breves referências biográficas aos seus membros mais emblemáticos. Ou seja, vamos tentar definir uma biografia colectiva para a partir de personalidades ou, como tem defendido Ana Leal de Faria, «a partir do singular, fazer do singular plural»⁴⁴. E vamos fazê-lo abrindo desde já um parêntesis para lembrar o legado não só artístico, mas também antroponímico e genealógico que estas famílias de artistas que começam a chegar em Portugal deixarão no país. Mesmo a partir dos Paghetti, desde que o apelido Paquete, ainda hoje em uso no país, descende daquela importante presença setecentista, que

³⁹ *Institutiones logicae et metaphysicae in usum tironum scriptae*, Conimbricae, ex Architypographia Academico-Regia, 1773. A primeira edição em língua portuguesa desta mesma obra que podemos averiguar é de 1787, com tradução e notas de Guilherme Coelho Ferreira: *Instituições Lógicas escritas para uzo da Mocidade*, Lisboa, na Offic. Patr. De Francisco Luiz Ameno.

⁴⁰ Cf. VAZ, *A difusão*, cit., p. 564.

⁴¹ «La Corte del Portogallo ha obbligato tutti i sacerdoti regolari ad aiutare i parroci nel Catechismo. E affine che la disciplina fosse unisona (perché niente più rovina il costume, quanto la diversità de' Catechismi) ha fatto tradurre il Catechismo Francese di Francesco Pouget Padre del Oratorio, chiamato più volgarmente il Catechismo di Colbert, e di Mompelie, e prescrittolo come regola generale a tutti gli educatori cristiani. I Portoghesi prendon tutte le vie per essere la più savia delle Nazioni Europee», Antonio Genovesi, *Lezioni di Commercio o sai d'Economia civile*, Il parte, Spese Remondini, Venezia 1769, p. 127 (*apud* VAZ, *A difusão*, cit., pp. 570-571).

⁴² A este respeito, veja-se CARMINE CASSINO, «Lisboa dos Italianos»: *Presença Italiana e Práticas de Nacionalidade nos Primeiros Trinta Anos do Século XIX*, em «Cadernos do Arquivo Municipal», 2a Série, vol. III - Lisboa na encruzilhada de povos e culturas, Janeiro-Junho de 2015, pp. 221-227.

⁴³ SASPORTES, *Trajectória da dança*, cit., p. 35.

⁴⁴ ANA LEAL DE FARIA, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa 2008, p. 27.

grande época de cultura musical abriu na capital, deixando uma das marcas mais poderosas da evocada “italianização”, sobre a qual estamos a reflectir.

A comédia e o melodrama tornam-se, assim, um entretenimento cidadão muito difundido entre as várias camadas da sociedade. Trata-se de modalidades que chegam a ultrapassar a popularidade das próprias touradas, as quais são mais próximas do gosto do povo miúdo, mas que se encontram em (aclorada) crise na segunda metade do século. Pelo contrário, aquelas manifestações culturais representam a diversão domingal, que se abriga em vários teatros da urbe, onde os “castrati” dão o melhor da sua versatilidade, enquanto a participação das mulheres, quer no espectáculo quer na plateia, é muito reduzida, embora ainda não esteja proibida (o que acontecerá concretamente com o alento moralizador do reinado de D. Maria I, que deste modo golpeará a ópera italiana, em vários meios considerada perigosa pela difusão de maus costumes entre a população). O próprio Marquês de Pombal terá que tomar conta duma das mais destacadas figuras femininas, a cantora italiana Anna Zamperini, grande animadora da “sociabilidade italiana” nos ambientes aristocratas de Lisboa e até inspiradora das modas da altura. A artista veneziana, chegada em Portugal em 1772, envolveu-se desde logo numa relação amorosa com o filho de Pombal, Henrique. O jovem, totalmente deslumbrado pela sensualidade desta mulher cortejada por numerosos admiradores, foi levado por ela a gastos excessivos mesmo tendo em conta o ingente património da sua família, obrigando assim o pai, uma vez descoberta a relação (1774), a ordenar a imediata expulsão do país da atrevida *femme fatale*⁴⁵. O afastamento não lhe retirou o lugar que ainda hoje lhe compete na cultura dos costumes lusitanos: de facto, a definição à *zamparina* corresponde à forma de usar chapéu ligeiramente inclinado para a frente, cobrindo um pouco a orelha direita, uma forma inusitada no século XVIII, quando foi introduzida pela própria Anna Zamperini, com suas modas e modos muito arrojados para a época.

Sempre no que diz respeito à crescente importância do teatro na vida social urbana, Eduardo Freyre de Oliveira recorda nos *Elementos* como em 1771 fosse constituída uma sociedade de gestão, intitulada “Instituição Estabelecida para a Substituição dos Theatros Públicos”, organizada por homens de negócio da praça de Lisboa, entre os quais alguns italianos. Citando o que reporta Oliveira, a associação foi formada tendo em vista «o grande esplendor e utilidade que resulta a todas as nações do estabelecimento dos theatros públicos, por serem estes, quando são bem regulados, escola onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade com que devem servir os seus soberanos»⁴⁶. A sociedade, que era administrada por quatro directores eleitos, anualmente, pelos sócios em presença do presidente do senado da câmara (este último, como lembra Oliveira, «gozava da regalia de um camarote, gratuitamente») teve entre os seus primeiros directores um italiano, Giuseppe Galli que, em consequência do seu relevante cargo, em 1773 encontrou-se na condição de controlar dois importantes teatros cidadãos: o do Salitre e o da rua dos Condes, este último famoso por ter sido palco da atuação de Ana Zamperini.

Com a subida ao trono de D. José I (1750), mantém-se vivo o interesse pelos modelos musicais italianos, aprofundando-se o gosto pela a ópera, para além da música sacra que muito tinha fascinado D. João V e que tinha sido a única passível de actuação

⁴⁵ Cf. ARILDA INÉS MIRANDA RIBEIRO, *Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal*, Arte&Ciência, São Paulo 2002, pp. 104-111.

⁴⁶ EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 tomos, Typographia Universal, Lisboa 1882-1911, vol. XVII (1911), p. 401n. e 402n.

pública no período da doença do rei (em 1742 tinha sofrido um ataque de paralisia)⁴⁷. Tinha sido este último a contratar os grandes nomes da altura, como o napolitano Domenico Scarlatti, cuja importância como autor e educador dos infantes reais está aclarada até na literatura de língua portuguesa⁴⁸. É já com D. José I que chega outro napolitano, David Perez, compositor de músicas para ópera, que trabalha em Lisboa entre 1752 e 1778, ano da sua morte. Perez (cujo antropónimo evidencia a raiz hispano-napolitana) foi director do teatro da Ópera do Tejo, sendo autor da obra *Alessandro nell'Indie*, que inaugurou em Abril de 1755 as actividades de um espaço herdado das derradeiras vontades de lazer de Dom João V. O edifício foi destruído pelo terramoto pouco tempo depois⁴⁹. Contudo, este lugar fugaz assinala o triunfo da arte musical italiana em Portugal, tornando-se desde logo centro da ópera na cidade⁵⁰. Perez fixa-se em Lisboa, adquirindo alguma popularidade, também acompanhando a primeira formação, no âmbito musical, da célebre cantora lírica Luísa Todi (de seu nome Luísa Rosa de Aguiar). Aliás, a sua relação próxima com a corte real é testemunhada pela sua presença na cena do tecto pintado em *trompe l'oeil* (de autoria dum outro italiano, Giovanni Berardi) da Sala dos Embaixadores do palácio de Queluz, onde a família real é representada num sarau musical acompanhado por várias figuras, entre as quais, a do músico napolitano⁵¹.

Como é sabido, o teatro não é só vozes e vultos sobre um palco. O espectáculo é representação final dum grande trabalho de bastidores: é nesta dimensão do “atrás” que se move, ontem como hoje, uma multidão de mestres e artesãos das artes plásticas, cujo trabalho serve para desenhar fantásticas coreografias ou para decorar o espaço físico em que a grande arte da ópera italiana é representada. Na segunda metade de Setecentos há um “exército” de italianos também neste sentido: carpinteiros, marceneiros, decoradores, pintores, estucadores, que vinham a Portugal para suprir a falta *in loco* de mão-de-obra especializada⁵². Como estamos a falar dum “exército”, seria impossível nomear a todos. Mas com certeza, não podemos tacitar nomes que têm ganhado realce na história das artes plásticas, antes em Itália e depois em Portugal. É este o caso da família dos Galli Bibiena, que se destaca como fundadora duma grande escola de arquitectura e cenografia em Bolonha, influenciando toda a arte decorativa e de aparato em toda a Europa. Os estudos (entre outros) de Isabel Mayer Godinho Mendonça têm reconstruído a trajectória do arquitecto Giovanni Carlo Sincio Galli Bibiena, que pertencia já à terceira geração daquela família, e que em 1752 foi contratado por Dom José I para os trabalhos do já citado teatro do Tejo, que se localizava junto da Ribeira das Naus, ao lado do Paço da Ribeira⁵³. João Pereira Dias, num estudo (já antigo) concernente aos cenógrafos italianos em Portugal, sublinhava como «o novo teatro, inaugurado em 2 de Abril de 1755 e destruído pelo terramoto do dia 1 de Novembro do mesmo ano, excedia em grandeza e sumptuosidade os mais famosos da Europa; e os

⁴⁷ Cf. ISABEL MAYER GODINHO MENDONÇA, *Os teatros régios portugueses em vésperas do terramoto de 1755*, sep. de «Brotéria», n. 157, 2003, p. 24.

⁴⁸ A figura de Domenico Scarlatti faz parte daquele plural fresco setecentista que é *Memorial do Convento* (1982) de José Saramago. Scarlatti trabalha em Lisboa entre 1721 e 1728.

⁴⁹ Cf. JOSÉ AUGUSTO FRANÇA, *Lisboa. História física e moral*, Livros Horizonte, Lisboa 2008, p. 55.

⁵⁰ Cf. GIUSEPPE CARLO ROSSI, *A literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Livraria Telos, Porto 1973, p. 109.

⁵¹ Cf. FRANÇA, *Lisboa*, cit., p. 290.

⁵² Cf. MENDONÇA, *Os teatros*, cit., pp. 28-29.

⁵³ Cf. *Ibidem*, *passim*. Veja-se também MARIA ALICE BEAUMONT, MARIA DA TRINIDADE MEXIA ALVES (sob organização de), *Desenhos dos Galli Bibiena. Arquitectura e Cenografia*, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa 1987.

cenários, de que podemos formar juízo pelas gravuras que ilustram os libretos então publicados, causaram o deslumbramento dos espectadores»⁵⁴. João Carlos Bibiena, que trouxe consigo uma equipa de vários artistas italianos a fim de ajudarem nas numerosas encomendas reais, morre em Portugal em 1760, ligando de forma definitiva o seu nome e a sua figura de artista ao solo lusitano.

No campo da arquitectura, que tem produzido muitos pontos de encontro entre as duas culturas, podemos recuperar o nome de Vincenzo Mazzoneschi, romano, que soube ligar a sua memória às duas principais realidades urbanas portuguesas. Em 1787 é chamado para trabalhar no Teatro da rua dos Condes, todavia não resta notícia de qualquer trabalho seu naquele teatro. Colabora na pintura dos cenários para a ópera de estreia do Teatro de São Carlos, em 1793, antes de se deslocar para o Porto, onde dirige a construção do Teatro de São João. Após a Inauguração deste em 1798, volta para a Capital, onde continuará a pintar cenografias para o Teatro de São Carlos até 1806. Morre em Lisboa um ano depois, completamente cego⁵⁵.

Por sua parte, o arquitecto bolonhês Francesco Saverio Fabri terá notável papel em Lisboa a partir de finais de Setecentos, onde é chamado a trabalhar sob protecção dos marqueses de Castelos Melhor. Este último dirige-se ao primeiro, após ter alcançado alguma fama durante a sua intensa actividade no Algarve, aonde chega pela primeira vez em 1790, chamado pelo bispo de Faro, Francisco Gomes de Avelar⁵⁶. Depois de ter trabalhado por algum tempo nesta região, intervindo na remodelação dos edifícios religiosos e civis com o seu profundo gosto neoclássico, no ano de 1794 move-se para Lisboa, onde consegue inserir-se na sociedade citadina, graças às boas referências do bispo, seu mentor em terra lusitana - já em 1795, é nomeado arquitecto das obras públicas. Como dizíamos, coloca-se sob a protecção dos marqueses de Castelos Melhor, os quais mandam-no trabalhar na reestruturação integral do palácio desta família, o imponente palácio Foz, situado no então Passeio Público (e na actual praça dos Restauradores, largo que antecede o início da Avenida da Liberdade). Ainda hoje a sua marca é bem visível na implantação urbana da cidade, onde nestes anos trabalha intensamente: testemunhos desta frenética actividade são o cemitério de Campo de Ourique (que projecta em 1796) e o Hospital da Marinha no campo de Santa Clara (trata-se da grande construção de cor amarela que fica do lado sul desta zona, famosa por abrigar a Feira da Ladra). O prédio, inaugurado em 1797, é o resultado da articulada intervenção de reestruturação de um antigo colégio jesuíta⁵⁷. A ele se devem, um ano depois (1798), os primeiros trabalhos de escavação arqueológica na área do teatro romano. Em 1802, após ter sido aceite o seu projecto para a construção do novo Palácio real na área da Ajuda (em substituição do palácio em madeira), é nomeado pelo príncipe regente arquitecto do palácio real, juntamente com Costa Silva. O arquitecto italiano mantém este cargo também após a invasão francesa de 1807 e a fuga da família real para o Brasil, onde se refugiará também Costa Silva alguns anos antes. Assim, permanecendo sozinho em Lisboa, Fabri torna-se arquitecto único do palácio da

⁵⁴ JOÃO PEREIRA DIAS, *Cenógrafos italianos em Portugal*, em «Estudos Italianos em Portugal», vol. IV (1941), p. 48.

⁵⁵ *Ivi*, p. 50.

⁵⁶ Sobre Fabri, veja-se: GIOVANNI RIMONDINI, LUIGI SAMOGGIA, *Francesco Saverio Fabri. Formazione e opera in Italia e Portogallo*, Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, Medicina 1979. Os autores desta obra citam também notícias do Fabri presentes em C. VOLKMAR MACHADO, *Collecção de Memórias*, [s.n.], Lisboa 1823, p. 229.

⁵⁷ FRANÇA, *Lisboa*, cit., p. 467.

Ajuda até 1817, ano em que morre, sendo sepultado na paroquial de Santos-o-Velho, bairro onde morava.

Outro campo de recepção dos italianos em Lisboa (e no país inteiro) é o da ciência, como referíamos na parte preliminar deste estudo. Na época pombalina, a reorganização do ensino académico e a abertura do Colégio dos Nobres (situado nos estabelecimentos do actual Museu de História Natural e da Ciência, na rua da Escola Politécnica, entre a praça do Príncipe Real e o Rato) trazem a Portugal apelidos que se tornam parte não só da sociedade lusitana, mas da sua própria genealogia (assim como acontece com os artistas): Vandelli, Portelli, Dalla Bella, Franzini, só para indicar os mais famosos. O legado genealógico pode-se, por exemplo, identificar-se na linhagem de Michele Franzini, que leccionou quer no Colégio dos Nobres, quer na Universidade de Coimbra e na Academia Real da Marinha. Seu filho será Marino Miguel Franzini, matemático, deputado nas Cortes constituintes de 1821-1822 e depois nas ordinárias de 1822-1823. A de Michele Franzini foi uma personalidade ao mesmo tempo sociável e inquieta, como ressalta o brasileiro Arlindo Camilo Monteiro mediante o estudo da correspondência entre ele e outro cientista italiano, Domenico Vandelli⁵⁸. Mas foi também uma figura muito respeitada e influente, que devido ao seu empenho na Faculdade de Matemática viabilizou não só a formação do filho dele, mas também a carreira de Marino Miguel na Marinha, na qualidade de oficial da Armada. De facto, como explica António Ventura, a Faculdade de Matemática (instituída com a reforma pombalina de 1772) «contribuiu para a formação de futuros militares, em especial de engenharia e da artilharia. Os estudos ali feitos foram considerados equivalentes aos estudos nas academias militares para efeito de admissão no corpo de engenheiros»⁵⁹.

Já temos salientado como a presença dos italianos em Lisboa é uma presença muito diferenciada, que abrange também o mundo dos serviços e do comércio: por exemplo, nos *Elementos para a história do município de Lisboa* de Eduardo Freire de Oliveira encontramos numerosos documentos que atestam, nesta época, o dinamismo dos comerciantes florentinos na venda do trigo que se realiza no Terreiro do Paço. Trata-se de trigo que importam do estrangeiro e que vendem a retalho⁶⁰. Outros documentos atestam a luta desta categoria contra as autoridades, para se ver reconhecido o direito a venda de cereais também fora do Terreiro, em regime de contratação livre, como acontecia com a nação inglesa. Muito activos eram, obviamente, os genoveses, desde longe a componente mais numerosa dos italianos em Lisboa. Eles comerciavam de maneira tão intensa que em 1774 o superintendente geral dos contrabandos, Diogo Ignácio de Pina Manique, na sua estatística oficial do movimento comercial de Portugal com as nações estrangeiras, notava que só de Génova se importavam mercadorias para quase 300.000 reais, e se exportavam para

⁵⁸ «A breve correspondência do Dr. Miguel Franzini revela fino espírito de inalterável bom humor, alimentando nas inexauríveis fontes da cultura clássica, e com que saber, até mesmo nas horas da adversidade, como nas da Pátria invadida [Itália] e subjugada, comentar as figuras transitórias e os acontecimentos (...) a pena traça, com espontaneidade aspectos flagrantes, de período agitado das lutas e perturbações políticas da Europa e de que Portugal e a Espanha foram cenário sangrento» (ARLINDO CAMILO MONTEIRO, *Aspectos históricos da vida portuguesa, os Professores Doutores Miguel Franzini e Domingos Vandelli da Universidade de Coimbra, através de alguns inquéritos do Arquivo Nacional do Brasil*, em «Revista do Arquivo Municipal», vol. CXXIV, Abril-Maio 1949, pp. 73-137; citado em MARIA FÁTIMA NUNES, *O Liberalismo português. Ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini [1800-1860]*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa 1988, p. 23).

⁵⁹ Cf. ANTÓNIO VENTURA, *Os militares na sociedade portuguesa contemporânea*, em «Revista Militar», nº 2531, 2012, pp. 1169-1176.

⁶⁰ EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos*, cit., vol. XIV, p. 50n.

500.000 reais; ultrapassando assim, quer para as importações que para as exportações, o valor total de todos os produtos importados e exportados para os outros portos italianos⁶¹.

Concluimos esta nossa contribuição com uma rápida referência à religião. Lisboa é, em Setecentos, habitada por muito clero de origem italiana, ligado às actividades diplomáticas ou missionárias do Papado. Desde 1739 são presentes na cidade os monges franciscanos, chamados de Barbadinhos italianos, instalados na zona de Santa Engrácia (numa estrutura, situada no meio de um alto, atrás do antigo convento de Santa Apolónia, hoje estação ferroviária; actualmente, parte do convento tem sido transformada em complexo residencial, enquanto se mantém a igreja, assim como o nome da calçada para chegar aí). A identificação do carácter de italianidade realizava-se, assim, através do elemento religioso: os Barbadinhos são identificados como “italianos”, embora cheguem de várias partes da península, e apesar de reconhecerem como sua autoridade temporal o papado, na altura uma instituição estadual a par das outras realidades pré-unitárias.

O centro da italianidade lisboeta continua a ser, porém, a Igreja de Nossa Senhora do Loreto, também conhecida como “Igreja dos Italianos”. É este o templo de reunião da “nação italiana”, definição que, na sua reiteração ao longo dos séculos, adquire regularidade, perfilando-se como elemento linguístico-identitário.⁶² Em Setecentos, quem tem nascimento na Península Itálica ou tenha origem familiares nela é, para todos os efeitos, membro da “nação italiana”. O exemplo que trazemos serviu para sugerir o título desta nossa contribuição. De facto, em 1751, na *Noticia do aparato, e magnificas disposicoens, que para as solemnes exequias de Sua Magestade[...] Dom João V, celebrou na sua Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Pela nação italiana, residente em Lisboa*, lê-se: «receba entretanto gratamente aquela grande Alma este ténue limitado obséquio, que lhe tributa a Nação Italiana, que da generosa índole, e magnanimidade do seu Augusto Sucessor reinante, espera aquela mesma protecção, que sempre gozou nos seus felicíssimos Estados, e pela qual conservará perpetuamente a gratidão mais activa, e mais constante». Mas já dez anos antes, a prensa periódica dava notícias desta “inclusão” (urbana - porque naquela altura a urbanização tinha ultrapassado a antiga muralha - e social) desta comunidade, como se pode ler nas páginas da «Gazeta de Lisboa». Esta era uma folha que prestava muita atenção aos acontecimentos da Península Itálica, e uma das suas sessões noticiosas andava mesmo sob o título de Itália. Isso demonstrava um certo cuidado (e também reconhecimento) para com a identidade geográfica e cultural que se dava à península inteira; um cuidado que se reverberava no corpo italiano presente na cidade. De facto, a 10 de Julho de 1742, em ocasião da doença que atingiu D. João V, refere-se como «pela reconhecida melhoria de Nossa Majestade, se cantou o *Te Deum* solenemente na Santa Igreja Patriarcal, e em todas as mais igrejas, e Conventos desta Cidade; distinguindo-se muito nesta pia retribuição de Graças a Nação Italiana, que na Igreja de Nossa Senhora do Loreto fez este acto com toda a magnificência, e solenidade»⁶³. Isto é, tratava-se de uma comunidade que goza do reconhecimento público pela sociedade lusitana, e que ao mesmo tempo desenvolvia um importante papel aglutinador entre os vários grupos regionais que provinham da Península Itálica e que residiam em Lisboa.

⁶¹ *Colleção de Leis da Dívida Pública Portuguesa*, I parte, Lisboa 1888, p. 387.

⁶² Para um enquadramento teórico e filológico deste conceito, remetemos novamente para CARMINE CASSINO, *Lisboa dos Italianos*, cit., pp. 214-217.

⁶³ OLIVEIRA, *Elementos*, cit., vol. XIV, p. 50n.

De facto, como lembra também Prospero Peragallo (entre os primeiros estudiosos da “italianidade” de Lisboa), particularmente em ocasião da reconstrução do templo após este ter ruído com o terramoto de 1755 (mas como já tinha ocorrido com o incêndio de 1651) o concurso dos vários italianos na reconstrução foi geral e decisivo («tutti senza eccezione i residenti italiani, a qualunque stato politico allora appartenessero, vi presero parte»)⁶⁴, enquanto somente os Venezianos tinham levantado algumas exceções, ditadas pela antiga rivalidade para com os Genoveses, de facto o grupo mais numeroso, potente e influente entre os Italianos à beira do Tejo⁶⁵.

5. Considerações finais

Como vimos, o século XVIII delinea-se como um interessantíssimo quadro de conjunto das relações culturais, políticas e económicas entre Portugal e a Península Itálica, onde chamam particular atenção as correspondências luso-napolitanas. Dentro deste quadro, é possível analisar o contexto da comunidade italiana em Portugal, e mais especificamente em Lisboa. No espaço urbano da capital o dinamismo dos italianos revela-se em toda a sua nitidez, sobretudo na segunda metade do século, devido às tendências culturais peninsulares que se vão progressivamente afirmando. Isto é, podemos defender que o âmbito cultural (em diferentes declinações, como a filosófica ou a artística) é, juntamente com o religioso (que mantinha uma sua constância ao longo dos séculos), aquele onde se desvenda a relação de proximidade entre a sociedade portuguesa e as diferentes realidades que constituíam a Península Itálica naquela altura (e antes da sua unificação política, que só ocorre em 1861). Realidades, estas últimas, que fazem mesmo de Portugal um ponto de encontro onde gradualmente se fundem num corpo único.

Ao lado desta vertente, é possível analisar quer as relações luso-italianas da altura, quer a presença de uma comunidade peninsular em Lisboa mediante as relações económicas e comerciais, que guardam uma dimensão importante pelo menos até meados do século XIX. Após a unificação política da Península Italiana e o consequente (e ingente) fluxo migratório para as Américas, as ligações comerciais e sociais (movimentação de homens e mercadorias) entre as duas realidades irão ao encontro de algum declino, mas esta é uma parte da história que deve ser ainda bem estudada e, de consequência, ainda bem escrita.

⁶⁴ Cf. PROSPERO PERAGALLO, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, nuova ed. (1904), Ved. Papini e figli, Genova 1907, pp. 15-16.

⁶⁵ Como refere Vincenzo Marchesi em *Le relazioni tra la repubblica Veneta ed il Portogallo, dall'anno 1522 al 1797* (Visentini, Venezia 1887, citado por PERAGALLO, *Cenni*, cit.), em meados do século XVIII o cônsul véneto empenhou-se para dispensar os seus compatriotas da contribuição financeira que os vários grupos de italianos reconheciam à instituição religiosa, em razão de esta ter sido fabricada pelos Genoveses, «per uso dell'intera nazione».